

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mulher, ao meu filho, aos meus professores, aos meus colegas, a quem me apoiou, incentivou e acreditou em mim.

Agradecimentos

Entendo que é minha obrigação, agradecer a todos os que me influenciaram e ajudaram das mais variadas formas, neste trabalho que espero, contribua para a divulgação e conhecimento de parte da nossa História, acima de tudo um apoio para a preservação e divulgação do nosso património:

Começo pela Vanda – a minha mulher –, quem mais acreditou em mim;

O meu filho que aos poucos achou interessante este projeto;

Ao Prof. Doutor Adolfo Silveira Martins que aceitou ser o meu orientador, consciente da minha enorme indisponibilidade de tempo que poderia prejudicar o resultado final do projeto a que me propunha;

À totalidade dos meus professores que foram fantásticos no incentivo;

À Prof. Doutora Helena Catarino que me concedeu uma entrevista em Coimbra, contribuindo para o esclarecimento e clarificação das minhas linhas de pensamento sobre o tema;

Ao Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, o Sr. Osvaldo Gonçalves, pela disponibilidade e ajuda prestada neste projeto;

À Dra. Alexandra Gradim, arqueóloga da Câmara Municipal de Alcoutim;

À Dra. Manuela Teixeira, responsável pelos Serviços Culturais e Turismo da Câmara Municipal de Alcoutim;

Ao Arquiteto da Câmara Municipal de Alcoutim;

Aos colaboradores da Biblioteca Municipal de Alcoutim, pela sua total disponibilidade;

À Maria José Diogo - uma alcouteneja -, colega e amiga pelo permanente incentivo;

A todos os colegas pelo permanente incentivo;

Porventura poderei ter esquecido alguém. Não ter dado o devido ênfase da colaboração prestada, mesmo tendo sido referida, generalizado e não personalizado o merecido agradecimento. Aos que não referi, ou por qualquer motivo não estive à altura das expectativas devidas, as minhas desculpas, a todos, os meus maiores agradecimentos.

*O bom historiador escreve do passado,
criticando o presente e projetando o futuro. Toda a
história que vale é do futuro.*

Agostinho da Silva (Espólio)¹

¹Agostinho da Silva – **Citações e Pensamentos de**. Paulo Neves da Silva (organizador). 7ª Edição: Casa das Letras, 2011. 213 p. ISBN 978-972-46-1922-4. p. 35.

Resumo:

O objeto deste trabalho é o *Castelo Velho de Alcoutim*. O seu desenvolvimento foca-se em três fases distintas:

- Enquadramento histórico, com a abordagem religiosa, política e económica dos séculos VII ao VIII. A importância das unificações tribais árabes em torno de uma nova religião, da expansão e aculturação de novos povos. Alteração do espaço geopolítico, com enfoque na Península Ibérica e Magreb em nome do Islão. Alianças e proteção das fronteiras dos séculos IX ao XI;

- Desenvolvimento de estruturas defensivas passivas (castelos), motivações e características. O *Castelo Velho de Alcoutim*, a sua tipologia, a economia, o quotidiano e as motivações para a sua manutenção enquanto estrutura militar.

- Estado atual do Castelo, os projetos conseguidos e os adiados. Propostas a curto e longo prazo para a dignificação do património e enquadramento do mesmo no desenvolvimento local de uma região do interior numa conjuntura económica difícil.

Palavras chave; período Omíada, castelo, Alcoutim e património.

Abstract:

The aim of my work is *Alcoutim Old Castle*. The development of this work focuses in three distinct moments:

Historical framing, with an economical, religious and policy approach from the 7th to the 8th century, the importance of the Arabic tribes unifications, around a new religion, the expansion and cultural interchange of the new peoples and cultures. The changing of the new geopolitics spaces focused in Península Ibérica, and Maghreb the conflicts in name of Islam. Alliances and borders protection from the 9th to the 10th century.

The development of the Islamic medieval castles, motivations and characteristics. The typology of *Alcoutim Old Castle*, its economy, the everyday life and the motivations for its support as military structures.

The castle state of repair, the achieved and the postponed projects. Short and long time offers to dignify the local patrimony, in order to develop a local and regional place with economic difficulties.

Key words; Omniad's period, castle, *Alcoutim* and patrimony.

Índice

Dedicatória.....	1
Agradecimentos	2
Resumo	4
Abstract.....	5
Imagens e ilustrações	9
Quadros.....	11
Mapas.....	11
Plantas.....	12
Introdução	13
Na senda do escâmbio - Despontar de uma Religião primórdio de um Império	17
1 - O período pré-Islâmico	17
1.1 - O espaço geográfico.....	18
1.2 - As populações	18
1.3 - Os Deuses, os ritos e as Religiões pré-Islâmicas.....	19
1.4 - Os relacionamentos internos e externos	19
2 - O advento do Islão	20
2.1 - Maomé - o Profeta.....	20
2.2 - O Corão.....	21
2.3 - A expansão do Islão	22
2.4 - As fortificações e tecnologia	22
2.5 - O Estado Islâmico	23
Al-Andalus.....	25
3. A Península Ibérica pré-Muçulmana	25
3.1 - O espaço geográfico.....	25
3.2 – Do Império ao Islão - um território em conflito.....	26
3.3 - O fim do ciclo Godo-Cristão	26
3.4 - Gibraltar – uma entrada pelo Extremo Ocidental da Europa	27
4 - A consolidação do al-Andalus e a resistência Cristã	28
4.1 - As origens dos Reinos Cristãos Ibéricos	28
4.2 - O início da Reconquista Cristã.....	30
4.3 - O Califado de Córdoba e as ofensivas do Islão.	30
4.3.1 - Abd al-Rahman III	30
4.3.2 - Ibn Abi 'Amir al-Mansur - Almansor.....	32

4.4 - Os exércitos do al-Andalus	34
5 - Os recursos e quotidiano no Garb al-Andalus	38
5.1- A economia	38
5.1.1 - Os caminhos.....	38
5.1.2 - Os recursos agrícolas.....	40
5.1.3 - Os minérios	43
5.2 – O quotidiano.....	45
5.2.1 – As populações e etnias.....	45
5.2.2 - As línguas e dialetos	48
5.2.3 - A habitação	49
5.2.4 - A família, a alimentação e o vestuário	51
Os castelos Omíadas	54
6 - As fortificações militares do al-Andalus	54
7 - O Castelo Velho de Alcoutim	62
7.1 – A localização do Castelo	63
7.2 – O estudo e divulgação do Castelo.....	64
7.3 – Numa primeira abordagem ao Castelo Velho de Alcoutim.....	66
7.3 – Hipóteses e sínteses analíticas da abordagem ao Castelo.....	72
7.4 - A intervenção arqueológica.....	83
7.4.1 – As escavações.....	83
7.4.2 – A sondagem 1.....	87
7.4.2.1 – As muralhas.....	87
7.4.2.2 - A porta da fortificação central	89
7.4.2.3 – A localização e estruturas das habitações da última fase	91
7.4.2.3.1 - A cisterna	91
7.4.2.3.2 – O compartimento C	92
7.4.2.3.3 – O compartimento D	93
7.4.2.3.4 – O compartimento H	94
7.4.2.3.5 – O compartimento I.....	95
7.4.2.3.6 – O compartimento J	96
7.4.2.3.7 – O compartimento K	96
7.4.2.3.8 – O compartimento L.....	97
7.4.2.3.9 – O compartimento A	98
7.4.2.3.10 – O compartimento B	100

7.4.2.3.11 – O compartimento E.....	100
7.4.2.3.12 – O compartimento F.....	101
7.4.2.3.13 – O compartimento G.....	102
7.4.2.3.14 – O compartimento M.....	103
7.4.2.3.15 – O compartimento O.....	104
7.4.2.3.16 – O compartimento P.....	105
7.4.2.3.17 – O pátio Q.....	106
7.4.2.3.18 – O compartimento R.....	107
7.4.2.3.19 – O compartimento S.....	108
7.4.2.3.20 – O compartimento T.....	110
7.4.2.3.21 – Os arruamentos da fortaleza central.....	110
7.4.2.4 – A localização e estruturas das habitações da primeira fase.....	111
7.4.2.5 – Os níveis estratigráficos.....	112
7.4.3 – A sondagem 2.....	114
7.4.3.1 – A segunda cintura de muralhas.....	114
7.4.3.2 – As habitações.....	115
7.4.3.3 – Os níveis estratigráficos.....	116
7.4.4 – Os materiais construtivos.....	117
7.4.5 – As exumações cerâmicas.....	119
7.4.6 – As exumações metálicas e artefactos diversos.....	122
7.4.7 – Notas arqueológicas sobre o Castelo Velho de Alcoutim.....	125
7.4.8 - Síntese sobre a ocupação do Castelo Velho de Alcoutim.....	128
O Património Cultural.....	135
8 – Conceito de cultura.....	135
8.1 - Alcoutim.....	136
8.1.1 - Como chegar.....	137
8.1.2 - Onde ficar e comer.....	138
8.1.3 - O que podemos encontrar e ver.....	139
8.2 - O património cultural enquadrado no desenvolvimento local.....	140
8.3 - Um projeto de valorização e divulgação do Castelo.....	144
Conclusão.....	153
Fontes Arqueológicas.....	162
Bibliografia.....	162
Páginas WEB.....	170

Anexos das Imagens.....	171
Anexos dos Quadros	197
Anexos dos Mapas	207
Plantas.....	215

Imagens e ilustrações

Imagem nº 1 – Localização do Castelo Velho de Alcoutim (exemplo de proposta). Trabalho o autor, 2017. -----	149
Imagem nº 2 – Evolução do Castelo (exemplo de proposta). Trabalho do autor, 2017. --- -----	150
Imagem nº 3 – Esquema do forno (exemplo de proposta). Trabalho do autor, 2017 -	150
Imagem nº 4 – Entrada para o recinto do Castelo. Foto do autor, 2016. -----	171
Imagem nº 5 – Topo ocidental do Castelo. Foto do autor, 2016. -----	171
Imagem nº 6 – Vértice que une os muros. Foto do autor, 2016. -----	172
Imagem nº 7 – Muro do socalco inferior. Foto do autor, 2016. -----	172
Imagem nº 8 – Visíveis os quatro níveis. Foto do autor, 2016. -----	173
Imagem nº 9 – Fotografia tirada da plataforma inferior. Foto do autor, 2016. -----	173
Imagem nº 10 – Continuação dos socalcos. Foto do autor, 2016. -----	174
Imagem nº 11 – Fotografia dos socalcos de leste. Foto do autor, 2016. -----	174
Imagem nº 12 – Torre leste. Foto do Autor, 2016 -----	175
Imagem nº 13 – Torres da cintura exterior. Foto do autor, 2016. -----	175
Imagem nº 14 – Torre ocidental. Foto do Autor, 2016. -----	176
Imagem nº 15 – Entrada do Castelo. Fotos do autor, 2016. -----	176
Imagem nº 16 – No interior da estrutura. Fotos do autor, 2016. -----	177
Imagem nº 17 – Topo poente. Foto do autor, 2016. -----	177
Imagem nº 18 – Os mesmos tramos. Foto do autor, 2015. -----	178
Imagem nº 19 – Início da cintura de muralhas. Foto do autor, 2015. -----	178

Imagem nº 20 – Sobreposição da muralha. Foto do autor, 2016. -----	179
Imagem nº 21 – A mesma situação. Foto do autor, 2016. -----	179
Imagem nº 22 – Mais um tramo de muralha. Foto do autor, 2016. -----	180
Imagem nº 23 – O uso da técnica de <i>espinha</i> . Foto do autor, 2016. -----	180
Imagem nº 24 – Nas paredes da segunda fase. Foto do autor, 2016. -----	181
Imagem nº 25 – Pano de muralha. Foto do autor, 2015. -----	181
Imagem nº 26 – Estrutura em «L». Foto do autor, 2016. -----	182
Imagem nº 27 – Vista das estruturas habitacionais. Foto do autor, 2016. -----	182
Imagem nº 28 – Vista do interior da cisterna. Foto do autor, 2015. -----	183
Imagem nº 29 – Vista poente da cisterna. Foto do autor, 2015. -----	183
Imagem nº 30 – Complexo defensivo da porta. Foto do autor, 2015. -----	184
Imagem nº 31 – Arruamento com restos de lajeamento. Foto do autor, 2015. -----	184
Imagem nº 32 – Placa lítica horizontal. Foto do autor, 2015. -----	185
Imagem nº 33 – Tramo da muralha externa. Foto do autor, 2017. -----	185
Imagem nº 34 – Torre localizada na muralha externa. Foto do autor, 2017. -----	186
Imagem nº 35 – Quebra na continuidade da muralha. Foto do autor, 2017. -----	186
Imagem nº 36 – Torres da muralha nascente. Foto do autor. 2017. -----	187
Imagem nº 37 – Entrada do Castelo. Foto do autor, 2017. -----	187
Imagem nº 38 – Vista para o exterior da entrada do Castelo. Foto do autor, 2017. ----	188
Imagem nº 39 – Torre adossada ao topo poente. Foto do autor, 2016. -----	188
Imagem nº 40 – Cantarinha em cerâmica. Foto do autor. 2017. -----	189
Imagem nº 41 – Jarrinha em cerâmica. Foto do autor, 2017. -----	189
Imagem nº 42 – Jarrinha em cerâmica. Foto do autor, 2017. -----	190
Imagem nº 43 – Pucarinha em cerâmica. Foto do autor, 2017. -----	190
Imagem nº 44 – Pucarinho em cerâmica. Foto do autor. 2017. -----	191
Imagem nº 45 – Pucarinho em cerâmica. Foto do autor, 2017. -----	191
Imagem nº 46 – Bule em cerâmica. Foto do autor, 2017. -----	192

Imagem nº 47 – Púcaro em cerâmica. Foto do autor, 2017. -----	192
Imagem nº 48 – Panela cerâmica. Foto do autor. 2017. -----	193
Imagem nº 49 – Bilha cerâmica. Foto do autor, 2017. -----	193
Imagem nº 50 – Artefacto em ferro. Foto do autor, 2017. -----	194
Imagem nº 51 – Pontas de lança em ferro. Foto do autor, 2017. -----	194
Imagem nº 52 – Fragmento de conta de colar. Foto do autor. 2017. -----	195
Imagem nº 53 – Malho mineiro. Foto do autor, 2017. -----	195
Imagem nº 54 – Jogo do tipo mancala. Foto do autor, 2017. -----	196
Imagem nº 55 – Jogo do moinho. Foto do autor, 2017. -----	196

Quadros

Quadro nº 1 – Caraterísticas das minas registadas no século XIX na freguesia de Alcoutim. -----	197
Quadro nº 2 – Caraterísticas das minas registadas no século XIX na freguesia de Giões. - -----	199
Quadro nº 3 – Caraterísticas das minas registadas no século XIX na freguesia de Martim Longo. -----	199
Quadro nº 4 – Caraterísticas das minas registadas no século XIX na freguesia de Pereiro. -----	200
Quadro nº 5 - Caraterísticas das minas registadas no século XIX na freguesia de Vaqueiros. -----	200
Quadro nº 6 – Cronologia das Intervenções Arqueológicas no castelo Velho de Alcoutim. -----	202

Mapas

Mapa nº 1 – Cerro de Santa Bárbara. Mapa cedido por C. M. Alcoutim. -----	207
Mapa nº 2 – Castelo Velho de Alcoutim. Mapa cedido por C. M. Alcoutim. -----	208

Mapa nº 3 – Planta da 1ª fase de ocupação - muralhas. Mapa cedido por C. M. Alcoutim.	209
Mapa nº 4 – Planta da 1ª fase de ocupação - <i>alcácer</i> . Mapa cedido por C. M. Alcoutim. -	210
Mapa nº 5 – Planta da 2ª fase de ocupação. Mapa cedido por C. M. Alcoutim. -----	211
Mapa nº 6 – Planta da 3ª fase de ocupação. Mapa cedido por C. M. Alcoutim. -----	212
Mapa nº 7 – Quadriculas das sondagens. Mapa cedido por C. M. Alcoutim. -----	213
Mapa nº 8 – Identificação dos compartimentos escavados 1997/98. Mapa cedido por C. M. Alcoutim. -----	214

Plantas

Plantas nº 1 – Evolução da entrada do Castelo Velho de Alcoutim -----	215
Plantas nº 2 – Evolução da entrada do <i>alcácer</i> do Castelo Velho de Alcoutim -----	216
Planta nº 2 (cont. 1) – Evolução da entrada do <i>alcácer</i> do Castelo Velho de Alcoutim --- -----	217
Planta nº 2 (cont. 2) – Evolução da entrada do <i>alcácer</i> do Castelo Velho de Alcoutim --- -----	218
Plantas nº 3 – Plantas e alçados em corte do <i>algibe</i> do Castelo Velho de Alcoutim ----	219

Introdução

Ficou decidido desde muito cedo que o objeto de estudo para a dissertação e obtenção do Grau de Mestre seria o *Castelo Velho de Alcoutim*. Tal decisão não teve uma única motivação, para além de uma grande empatia desde o momento que o local foi visitado, às pessoas, à natureza e sem duvida, à vontade do aprofundamento do conhecimento histórico de uma estrutura militar anterior à nacionalidade portuguesa, saber o que poderia revelar todo aquele conjunto de edificações, qual o espaço que aquele castelo ocupa na História de Portugal, o que pode ainda revelar e contribuir para o desenvolvimento local.

É um castelo muçulmano, escavado parcialmente numa parte do seu perímetro, durante várias campanhas, cujos trabalhos arqueológicos e os seus estudos estão publicados em três volumes da autoria da Professora Doutora Helena Catarino, para além de várias publicações em revistas científicas. O mesmo *Castelo* tem servido de exemplo da ocupação do período Omíada e dos Reinos de Taifas, em várias publicações e colóquios da autora citada. Da mesma forma - vários outras estruturas muçulmanas (e não só) -, têm sido estudadas, através de sondagens ou mesmo escavações pela mesma arqueóloga, tendo esses trabalhos dado origem a diversas publicações. Por esse motivo qualquer iniciativa que incidisse sobre este tema, tinha de passar por um contacto pessoal e no mínimo, da cortesia da apresentação do projeto, à pessoa que mais dedicação e visibilidade tem dado ao Castelo Velho de Alcoutim.

À partida poderia parecer que o carácter de novidade estava perdido, os estudos apresentados sobre o Castelo, são bastante analíticos e desenvolvidos. No entanto a proposta do projeto de dissertação prevê ir para além dos trabalhos já existentes. Sendo este um trabalho para atingir o grau e Mestre em «História, Arqueologia e Património», esteve sempre implícito que seria um trabalho que agregaria estas três componentes.

No projeto apresentado, a componente histórica incidiria nos momentos relevantes que, de algum modo, acabaram por influenciar ou alterar o percurso histórico dos acontecimentos ao nível político-económico, afetando diretamente as populações, ou, contra o rumo dos acontecimentos, personalidades que permitiram a continuação de dinastias e das suas políticas administrativas, com a respetiva permanência de um determinado modo de vida institucionalizado, o que de certa maneira irá justificar a construção arquitetónica de defesas, as adaptações ao longo do tempo e os artefactos encontrados . Compreender as motivações que levaram as tribos Árabes - nómadas ou sedentárias -, muito conflituosas, unirem-se em torno de uma religião, cujo credo e pilares são rígidos e incisivos no comportamento do indivíduo perante Deus. Como continuamente se fortaleceram com essa união, perante a fraqueza dos impérios vizinhos, esgotados pelas guerras, submetendo-os. A expansão a partir da Península Arábica em todas as direções, mas, sem a capacidade de evitar as guerras internas e os conflitos religiosos que chegaram até aos nossos dias. O poder político-militar, financeiro e a riqueza cultural, contrapondo-se com a ambição senhorial, com origem na diversidade étnica e tribal que os manteve em permanente conflito interno. O legado Omíada no Garb al-Andalus, iniciado com a ocupação territorial em 711, onde foram criadas as bases que

permitiram a estadia da administração de origem Árabe na Península Ibérica até aos finais do século XV (1492), com a então dinastia Nasrida. Neste espaço, onde os conflitos foram permanentes devido às diferenças culturais e religiosas insanáveis, o que não impediu alianças e intrigas de conveniência, foi também uma região que prosperou com as trocas comerciais de produtos chegados de além-mar, com o intercâmbio cultural, da convivência com novas etnias, de novos produtos agrícolas, técnicas de plantio, de regadio, da arte, etc.

Nos capítulos referentes à componente histórica, seguiu-se uma metodologia cronológica tradicional, com enfoque nos momentos, temas e personalidades que conduziram a alterações estruturais, desenvolvimentos conjunturais que ditaram alterações políticas de domínio territorial, os conflitos religiosos e a instabilidade senhorial, a economia, base fulcral para o desenvolvimento e suporte dos acontecimentos, a articulação entre as diversas situações de forma a explicar as motivações e o que possibilitou o panorama coevo. Para isso o trabalho baseou-se em bibliografia diversa, pretendeu-se que os textos abordassem temas enquadrados numa narrativa explicativa conjuntural.

Neste contexto surge outra componente, as estruturas defensivas passivas; os Castelos. Aqui importou o estudo destas estruturas militares, com características arquitetónicas próprias, não propriamente idênticas, mas de tipologia semelhante. As motivações para essas fortificações, pela orografia, a proteção das estruturas produtivas, as relações político-sociais. O Castelo Velho de Alcoutim e o seu enquadramento em toda esta teia na estrutura defensiva regional. A progressão arquitetónica nas várias fases da sua ocupação (Emiral, Califal e Reino de Taifas). O quotidiano das populações, a economia, o comércio e os temores que provocavam esta reação de proteção defensiva.

Estes capítulos basearam-se nas fontes arqueológicas, nos artefactos museológicos, nos relatórios acessíveis na Internet e na bibliografia produzida a partir das escavações no Castelo Velho de Alcoutim.

Por fim o património, um castelo que teve uma ocupação efetiva do século IX ao XI, prosperou e acabou por ser abandonado num período anterior à Reconquista Cristã (com base nos achados de uso diário no interior de castelo²). Esta edificação classificada que ainda não está completamente escavada, tem potencialidades para ser reconstruída, tem potencialidades para figurar num roteiro de estruturas defensivas medievais imediatamente anteriores à nacionalidade, tem a particularidade de apresentar uma ocupação temporal bem delimitada, mantém as características arquitetónicas omíadas coevas sem pós adulterações, o abandono ainda no período muçulmano selou o espólio de artefactos em contexto, permitindo a identificação e o conhecimento do quotidiano coevo. Importante também, é a participação da Edilidade nos projetos de valorização, elevação e divulgação do património local, onde este trabalho pretende ser mais que um incentivo. Com a finalidade de este projeto contribuir para a dignificação do *Castelo*, seria necessário o contacto e troca de informações com o Município de Alcoutim, com os

² Onde foram utilizados os métodos de datação relativa e absoluta.

respetivos departamentos ligados à cultura e o turismo, não só o conhecimento dos projetos e estratégias ligados ao desenvolvimento turístico-cultural, mas também os problemas populacionais ligados ao desenvolvimento económico e isolamento regional. Estas bases foram necessárias para a criação de uma proposta de projeto integrada no desenvolvimento regional com componente cultural, em que alia o contínuo estudo do *Castelo*, a divulgação do património como mais uma oferta turístico-cultural e o desenvolvimento local através da contínua necessidade de oferta de estruturas de apoio e logística ao visitante, com a necessária criação de emprego.

A metodologia usada para a apresentação do trabalho seguiu as regras impostas pelo «Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da UAL», baseado nas determinações legais, revistos e aprovados pelo Conselho Científico através da Deliberação nº 35/2011 de 25 maio, respeitante aos Cursos de Mestrado. Segue um padrão referenciado também em outros trabalhos de mestrado consultados em arquivo e submetidos a dissertação na UAL e em outras Universidades Nacionais. Seguiram-se bibliografias de orientação de métodos³, cuja finalidade é a normalização da apresentação de teses e dissertações de trabalhos académicos.

Para a preparação do trabalho que incide nos antecedentes e enquadramento histórico do objeto em apreciação; o Castelo Velho de Alcoutim, todo o trabalho foi apoiado em bibliografias, monografias, atas, revistas, jornais, trabalhos arqueológicos, na estrutura do *Castelo* e nos artefactos exumados.

Para a compreensão das estruturas arquitetónicas, o estudo apoiou-se nos trabalhos arqueológicos dos castelos da época Omíada, na Península Ibérica e no Magreb, referidos nas atas dos trabalhos divulgados em colóquios, referentes aos estudos e escavações arqueológicas dessas fortificações, assim como em bibliografias disponíveis na internet e entrevistas pessoais⁴ ou através de meios eletrónicos⁵.

Para o conhecimento dos destinos do monumento em questão, a opção passou por contactos com o Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim. Tendo em vista as limitações financeiras do município, da preocupação com a manutenção da população jovem no território, devida à escassez de oportunidades profissionais, as questões centraram-se na possibilidade do *Castelo* e do seu património poderem contribuir para o desenvolvimento local, através do contínuo estudo da fortificação, difusão dos resultados, estabilização das estruturas, divulgação histórica do local com vista ao desenvolvimento turístico, enquadrado nas iniciativas locais, conjuntamente com a «Marca Alcoutim», com o propósito do desenvolvimento económico-cultural da localidade e do concelho.

Para a concretização do proposto houve necessidade de várias deslocações à fortificação em estudo, com a finalidade de compreender as estruturas e a sua evolução,

³ Fernando Cristóvão (Universidade Clássica de Lisboa) – **Método - Sugestões para a elaboração de um ensaio ou tese**. 2ª edição. Lisboa: Edições Colibri, 2009. 50 p. ISBN 972-772-253-9.

⁴ Destacando-se a entrevista com a Professora Doutora Helena Catarino (Universidade de Coimbra, Instituto Arqueológico de Coimbra).

⁵ Câmara Municipal de Alcoutim.

quais as motivações e necessidades que levaram às alterações arquitetónicas. A partir do espólio perceber a importância do local, os contactos com o exterior e o quotidiano. Não bastava o local, houve necessidade de comparar os artefactos, principalmente os de cerâmica, com outras escavações, perceber a qualidade da vida num ambiente rural em comparação com espaços marcadamente urbanos, para se chegar a conclusões em termos de diferenças e similitudes no quotidiano.

Embora houvesse um organograma bem delineado, com o avançar do trabalho, a articulação dos dados recolhidos com os elementos bibliográficos, obrigaram a contínuas revisões e o levantamento de possibilidades que tinham de ser bem clarificadas e confirmadas, as visitas ao *Castelo* e a outros museus tiveram de se repetir e em muito maior número que o previsto. Os contactos com a Edilidade tiveram que ser através de meios eletrónicos devido à distância e à impossibilidade das deslocações durante os dias úteis. O levantamento fotográfico foi intenso, principalmente para confirmação de indícios que começaram a surgir durante a evolução da investigação, obrigando a contínuas deslocações e confirmações *in loco*. Mapas, fotografias do espólio, etc., obrigaram a pedidos de autorização para que pudessem ser usados neste trabalho. Contínuas retificações em relação ao estado do monumento, por ter havido evolução no decorrer do tempo, comprovando o interesse neste património. Em resumo, o que se previa para além do trabalho em si, foi extremamente exaustivo, requereu disponibilidades que não haviam e uma grande força de vontade para lutar contra as adversidades deparadas, para além de cumprir com os objetivos traçados.

Na senda do escâmbio - Despontar de uma Religião primórdio de um Império

A região do Baixo Guadiana Oriental, durante os séculos VI e VII, fazia parte da monarquia visigótica que se tinha implantado na Hispânia. A vida espiritual neste espaço rural seria formalmente cristã; a paróquia era o núcleo implantado no seio da comunidade, com a pressuposta constituição de uma *ecclesia*⁶ (local de culto), batistério e necrópole, com a finalidade de acompanhar os fieis em todos os momentos da vida, à semelhança da *Ecclesia Martiliana*, ou o edifício religioso cristão de Alcoutim no século VI, entre outros que se podiam encontrar em algumas localidades do sul da Lusitânia Visigótica⁷. Nem mesmo quando esta monarquia goda/ ariana⁸ iniciou um processo de centralização⁹, a partir da segunda metade do século VII, em oposição aos interesses do clero, elites eclesiásticas que mantinham a linha administrativa hispano/ romana, de forma hierarquizada, hereditária e fiscal, estas elites, continuaram a manter ou aumentaram a sua influência. No território do interior do atual Algarve, pela ausência de relatos catastróficos para essa época¹⁰, pelos vestígios arqueológicos de *Mírtilis*, ou visível na inscrição da *Lápide com epitáfio de Fistellus*¹¹, indiciam que a sociedade hispânico-romana durante o reino Visigodo prosperava economicamente e manteve-se cristã. Uma fonte de riqueza da região, senão a principal, foi o minério, o Guadiana era a via de escoamento dos produtos e da matéria prima, num local marcadamente rural que terá mantido muitas dessas características até aos dias de hoje. No local limitado pelo Guadiana e a Ribeira do Vascão, atendendo à particularidade do Cerro de Santa Bárbara¹², o local terá sido sempre frequentado por pastores com os rebanhos, os cursos de água aproveitados para a agricultura de regadio, nas zonas de sequeiro havia alguma produção, mesmo atendendo à fraca qualidade dos terrenos, havendo vestígios da exploração do minério desde o Império. Neste contexto de aparente estabilidade há uma situação relevante; para os séculos deste preambulo, ainda ninguém tinha sentido necessidade de se proteger com uma fortificação no Cerro de Santa Bárbara, algo que com o evoluir do tempo, iniciado em paragens distantes, trouxeram grandes alterações ao quotidiano dos descendentes destas populações e a necessidade de proteção.

1 - O período pré-Islâmico

Longe da Hispânia, num espaço geográfico muito diferente e desconhecido para a quase generalidade da população Ibérica coeva, na Península Arábica, viviam populações cujos quotidianos comportamentais permitiram o despoletar da génese que

⁶ Eclésia.

⁷ Carlos Fabião – A Antiguidade tardia e a desagregação do Império. In MEDINA, João, coord. – **História de Portugal dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias** – Volume III. Alfragide: Clube Internacional do Livro, 1996. 402 p. ISBN 84-408-0108-4 (vol. III). Parte I, p. 11-43. pp. 22-24.

⁸ Com Leovigildo.

⁹ Cujas situação mais evidente foi a anexação do reino Suevo.

¹⁰ Ao contrário de outras regiões, como nos territórios do norte peninsular, a ocidente e oriente, os conflitos armados e as carências das populações foram retratadas como calamitosas.

¹¹ Número de inventário: 992.61.1 - Museu Nacional de Arqueologia – Coleções. [Consult. 07 jun. 2017]. Disponível em <http://www.museuarqueologia.pt/?a=3&x=3&i=118>.

¹² Onde foi implantada uma fortificação no período islâmico.

colocou frente a frente duas culturas desconhecidas, aparentemente¹³ exacerbadas e inconciliáveis. Essa mingua de conhecimento entre estes dois povos, levaram a reações várias perante o desconhecido, muito pouco pacíficas e preenchidas de preconceitos, para essa atitude comportamental, há a necessidade de perceber este espaço territorial da Península Arábica pré-Islâmica, com diversidade regional e populacional que preservavam a sua autonomia, o modo de vida e as crenças.

1.1 - O espaço geográfico

A Península Arábica situada no extremo ocidental do Continente Asiático, a oeste faz fronteira com o Continente Africano e o Mar Vermelho, a norte com a Ásia Menor (Anatólia), a sul o Mar Árábico¹⁴ e a oriente com o atual Irão (antigo Império Sassânida), o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã¹⁵. Este território nunca foi densamente povoado, devido aos desertos com elevadas temperaturas e ventos fortes, grandes extensões de terreno sem vestígio de água e montanhas extremamente altas que dominam os territórios centrais desta Península¹⁶.

1.2 - As populações

Ao longo do período pré-Islâmico, estas populações sobreviveram através do comércio, mantiveram contatos com as populações do exterior, desde pequenos povoados a grandes cidades e com as grandes potências da região, num período de supremacia dos impérios Bizantino e Persa. Nas suas deslocações, para além da troca de mercadorias, obtinham novidades, conhecimentos e tecnologia que usavam em seu proveito, ou permutavam como outra mercadoria qualquer. Nos contatos com estes Impérios tinham acesso em primeira mão a assuntos relacionados com a política, legislação, culturas e religiões¹⁷, embora rudes pelo modo de vida que levavam, abarcavam um enorme conhecimento pluricultural. Neste território, não havia uma só Arábia, mas várias, as populações falavam diversos dialetos árabes e partilhavam uma língua literária comum. Por todo o espaço peninsular – devido à grande atividade comercial –, podiam ser ouvidas outras línguas.

Muito diferente da organização das populações da Ibéria, a maioria da população encontrava-se agrupada em *tribos*, estas agregavam-se com um sentimento de identificação comum, estes grupos subdividiam-se em *clãs* e por sua vez em *linhagens familiares*. Esta união desenvolvia-se através do apoio mútuo, de uma forte solidariedade, laços de sangue e consanguinidade, a coesão do grupo obrigava-os a comportamentos e regras baseadas nos valores morais. No topo hierárquico de cada tribo estava um líder,

¹³ Nos momentos de interesse mútuo as divergências eram ultrapassadas, mesmo que de pouca duração.

¹⁴ **Atlas Geográfico Verbo**. Lisboa /São Paulo e Elsevier Publishing Projects, S.A., Lausane: Editorial Verbo, 1979, 99 p. (Texto produzido a partir do mapa *Ásia Mapa Político*), pp.52-53.

¹⁵ **Grande Atlas do Mundo**. Trad. Luís Anjos. Lisboa: Círculo de Leitores, S.A., 2005. 392 p. ISBN 972-42-3618-8. (Texto produzido a partir dos mapas *Península Arábica – Ásia*), pp. 178-187.

¹⁶ **Enciclopédia Geográfica**. 1ª edição. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, S.A., 1988. p. 752. Título Original: Guide to Places of the World. D.L. TO2020-1988. p. 56.

¹⁷ Mabel Villagra – La Arabia preislâmica – caravanas, tribus y desierto. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), p. 6.

este cargo não era hereditário, tinha as funções de arbitrar as divergências e conflitos entre clãs, entre a sua tribo e as outras, formalizava pactos, aplicava a justiça tribal, comprava prisioneiros, ajudava os necessitados e supervisionava a aplicação dos «pactos de sangue». Em termos organizativos as tribos dispunham de um órgão com as características de conselho de anciãos e dos notáveis da comunidade, cujas reuniões tinham a finalidade da aplicação do direito tribal. Nas tribos beduínas ou nos centros urbanos, baseado nos costumes e práticas, existia uma lei rudimentar com características consuetudinárias que visava organizar os relacionamentos e proteger os membros da tribo. Certos costumes foram mantidos até à chegada do Islão, como o infanticídio feminino ou o repúdio e maus tratos às mulheres casadas¹⁸.

1.3 - Os Deuses, os ritos e as Religiões pré-Islâmicas

No âmbito do culto religioso e do calendário, a Península Arábica apresentava diferenças profundas em relação à Hispânia, haviam 35 deuses pagãos, no entanto, poderiam adotar muitos mais, com características monstruosas, génios e demónios. Também reviam divindades nos astros, nos planetas, nos elementos da natureza. O calendário era baseado no ciclo lunar, tinham meses sagrados destinados a adoração e peregrinação, esses períodos eram aproveitados para tréguas entre as tribos. O local mais sagrado e que originava as maiores peregrinações era à *Kaaba*¹⁹ de Meca. Normalmente cada tribo tinha o seu deus tutelar, para além de outros adotados que os protegiam aquando das rotas em solos estrangeiros. As religiões conviviam umas com as outras, a atividade comercial e fraternização com outros povos não permitiam que uma religião se superiorizasse às restantes^{20 21}.

1.4 - Os relacionamentos internos e externos

Durante os séculos VI e VII as populações Árabes conviveram entre dois Impérios; o Romano do Oriente e o Sassânida, ambos situados a norte. As tribos e reinos Árabes serviram por vezes de tampões entre estas forças em conflito, devido às ingerências externas ou desentendimentos internos, as relações entre as tribos não eram pacíficas. A Arábia central - para o mesmo período-, após uma intervenção armada abissínia, foi fragmentada em pequenos territórios com o domínio das tribos nómadas. Ao sul as populações eram mais sedentarizadas, governadas por dinastias que alternavam entre judias e cristãs, viviam em cidades amuralhadas, a agricultura era a base da economia e mantinham uma forte produção artesanal. Uma grande epidemia no Sul da Arábia e Abissínia, afetou em grande escala o comércio regional, reduzindo a população em número, tal situação provocou a deslocalização do comércio para Meca, tendo sido impulsionada ainda mais com as especiarias e sedas indianas, todos estes acontecimentos aumentaram o protagonismo desta cidade. No entanto, devido à má relação com o Iémen,

¹⁸ Mabel Villagra. *op. cit.* p. 7.

¹⁹ «O Cubo». As peregrinações mantiveram-se até à atualidade.

²⁰ Mabel Villagra. *Ibidem.* p. 7.

²¹ **Memória do Mundo – das origens ao ano 2000.** *Ibidem.* p. 160.

Meca foi atacada e destruída no ano de 570. Este evento ficou conhecido como «o ano do elefante»²², data importante por ser o ano atribuído ao nascimento do profeta Maomé²³.

2 - O advento do Islão

Perante todo o enquadramento anterior, dificilmente estas comunidades tribais (nómadas ou sedentárias), condicionadas pelo meio geográfico agreste, permeáveis às influências dos reinos vizinhos, com divindades e credos muito variados, se congregariam para atingir um fim comum; a expansão territorial Árabe. Mas o improvável aconteceu, a partir de uma sequência de acontecimentos que se conjugaram favoravelmente, iniciados com a fé de um homem, numa nova religião monoteísta e a vontade indomável de submissão e transmissão do credo a todos os outros povos, impelindo-os a expandirem-se em todas as direções, entrando por fim na Europa pelo sul da Hispânia.

2.1 - Maomé - o Profeta

É aceite como tendo nascido no ano da destruição de Meca (570). A família deste profeta pertencia a um clã dirigente de Meca (os Coraixitas)²⁴, no entanto este ramo familiar subsistia com problemas económicos, situação que se alterou para Maomé aquando do casamento com uma viúva rica, permitindo-lhe dedicar-se à espiritualidade. No ano 610 transformou-se no «Mensageiro de Deus»²⁵, a revelação ter-se-á dada quando o Profeta se encontrava a dormir numa gruta do monte de Hira, o Arcanjo Gabriel revelou-lhe as mensagens de Deus, impelindo-o a divulgá-las. Estas constituem parte do Corão que significa «leitura» ou «recitação». Em Meca inicia a persuasão dos seus concidadãos para que renegassem os falsos deuses²⁶.

O início como profeta não foi fácil, Meca era um centro espiritual e religioso, no seu santuário – *Kaaba* – encontravam-se representações de cerca 300 Deuses, incluindo uma Virgem com o menino Jesus, este santuário também se vinculava a Abraão e Ismael, ou seja, também ao judaísmo, para além do zoroastrismo Persa e outras entidades pagãs, era um centro espiritual coletivo onde todos os credos tinham a sua aceitação. A chegada de Maomé, com a insistência de um único Deus e uma só verdade, trouxe a intolerância a parte dos seus conterrâneos. Em 621 Maomé estava preocupado com a crescente hostilidade que sentia em Meca, tendo rumado a Medina em 622, onde estabeleceu a primeira comunidade islâmica; o embrião do Islão e do primeiro estado Árabe. Já como líder militar atacou as caravanas que se dirigiam a Meca, destruía as rotas comerciais dessa localidade, teve vitórias estrondosas contra exércitos com um número superior de homens, ao fim de várias batalhas contra Meca, esta sucumbe. Passou a ser o Profeta e o dirigente dos destinos da Arábia, unindo cada vez mais tribos ao seu redor e à sua mensagem, uma ideia unificadora que fortaleceu os árabes. A primeira incursão contra o

²² Por o exército do Iémen ter usado elefantes no ataque.

²³ Mabel Villagra. *Op. cit.* p. 9.

²⁴ **Memória do Mundo – das origens ao ano 2000.** *Op. cit.* p. 161.

²⁵ José Soto Chica (Universidad de Granada) – El Mensajero de Dios. **Desperta Ferro.** Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), p. 11.

²⁶ Francis Robinson – **Mundo Islâmico Esplendor de Uma Fé** – Grandes Culturas e Civilizações. Trad. Maria Emília Vidigal. Círculo de Leitores. 1992. 237 p. Título Original: Atlas of the Islamic World Since 1500. ISBN 972-42-0486-3. p. 22.

exterior dá-se em 629 contra o Império Romano do Oriente, as expedições continuam por toda a Arábia até ao ano da sua morte em 632. Nessa data, a Arábia estava quase toda dominada e tinha criado uma unificação forte através da conquista e da palavra de *Alá*²⁷ que permitiu a continuação da expansão do Islão²⁸.

2.2 - O Corão

O Corão é o livro sagrado do Islão (submissão), cuja divulgação da palavra nele contida foi iniciada pelo profeta Maomé. O primeiro ano do Islão corresponde ao ano 622 do calendário gregoriano, correspondendo ao ano da peregrinação para Medina, onde Maomé se tornou governante. Para o Islão é o último dos grandes profetas de Deus, iniciado com Abraão e seguidos por Moisés e Jesus Cristo²⁹.

O Corão contém um conjunto de doutrinas e obrigações que são as observâncias fundamentais do Islão, contidas no que entendem ser os «cinco pilares»^{30 31}:

Observância do Credo. Obriga como norma basilar a aceitação de um único Deus, «*Não há outro Deus a não ser Deus, e Maomé é o seu Profeta*»,

O exercício da oração. A oração é o recordar da soberania de Deus sobre tudo e todos. Ritual que deve ser praticado cinco vezes ao dia perante Deus;

A prática da esmola. A esmola é uma admoestação do Corão como prova de virtude e benevolência;

A observância do jejum. O crente deve fazer jejum no nono mês do ano lunar, o Ramadão;

O cumprimento da peregrinação. A peregrinação é o último pilar. O destino é Meca, onde creem que Abraão reconstruiu a casa de Adão.

O Corão pretende ser um guia de vida, acompanhou os exércitos e as elites para onde se expandiram, visível pela existência das mesquitas na região do Baixo Guadiana³². Está dividido em 114 sunas (capítulos), não estão por ordem cronológica em relação à revelação, os primeiros capítulos tratam de problemas políticos e legais da comunidade de Medina, os últimos capítulos transmitem a mensagem ética de Maomé. O Corão impõe-se como uma autoridade, uma obrigação a que o crente se submete, ao contrário do Novo Testamento que indica um modo de vida comportamental, dando o livre arbítrio ao crente³³.

²⁷ Deus.

²⁸ José Soto Chica. *Ibidem*. p. 11.

²⁹ Francis Robinson. *Ibidem*. p. 22.

³⁰ **Memória do Mundo – das origens ao ano 2000.** *Ibidem*. p. 160.

³¹ Francis Robinson. *Op. cit.* pp. 40-43.

³² Em particular a Mesquita do Castelo Velho de Alcoutim.

³³ Francis Robinson. *Op. cit.* pp. 27-28.

2.3 - A expansão do Islão

A Arábia não era uma região atrasada, os contatos comerciais com os outros povos mantinham-na a par de todas as inovações e novidades das outras civilizações. A vida quotidiana dos babuínos era equivalente à de um «estado de guerra», os conflitos entre as tribos e os ataques a caravanas entre os nómadas endureciam essas gentes, quanto aos comerciantes urbanos estes não tinham um temperamento melhor. Através dos contatos com populações de outras regiões aprenderam métodos e táticas de combate, assim como adquiriam o que havia de mais atualizado em armamento. As táticas preferidas dos árabes eram as razias, atacavam de surpresa e em força o inimigo, com resistência e coragem na ação, habilidade no manuseio das armas, confrontos de curta duração sem ocupação do espaço e poucas baixas, deixando atrás de si a devastação. Foi em Yatrib – mais tarde renomeada Medina – que começam a ser formados os exércitos do Islão, Maomé introduziu disciplina militar aos seus seguidores³⁴, dividiu os homens pelos seus clãs tribais, separou a infantaria da cavalaria, normaliza a divisão dos pagamentos e das pilhagens entre os combatentes regulares e não regulares, assim como dos não árabes incorporados nestes exércitos³⁵.

Em 633 os Impérios do norte da Arábia estavam esgotados pelos consecutivos anos em guerra, Maomé tinha morrido no ano anterior, Abu Bakr³⁶ passou a ser o primeiro Califa (sucessor), este conseguiu unificar a península e enviou os exércitos contra os vizinhos do Norte. Mesmo em inferioridade numérica venceram muitas batalhas por via da deserção do inimigo e da conversão ao Islão, aumentando os territórios que se uniram em torno desta nova religião. Os exércitos islâmicos evitavam ataques a núcleos urbanos fortificados, havia muita autonomia dos corpos militares em relação ao Califa, uma intromissão direta deste poderia ser considerada uma ofensa, havia uma individualidade tribal muito forte, e as revoltas no seio do Islão foram sempre uma constante³⁷. Uma situação que se perpetua culturalmente e que vamos encontrar nos comportamentos dos clãs arabizados no al-Garb.

2.4 - As fortificações e tecnologia

Desde o início da expansão islâmica que se revelaram importantes as fortificações, pela necessidade de proteger a retaguarda e criar pontos de reagrupamento militar, armazenamento de provisões e a proteção das rotas comerciais. Estas começaram a adaptar soluções que permitiam maior capacidade de defesa e uma organização espacial multifuncional, com influências da arquitetura militar mediterrânea e oriental³⁸.

O armamento ligeiro era fornecido aos combatentes pelos Califas, através dos seus chefes/ comandantes, pelas famílias mais poderosas, ou comprado em algumas feiras de

³⁴ **Memória do Mundo – das origens ao ano 2000.** *Ibidem.* p. 161.

³⁵ David Nicolle (Nottingham University Visiting Research Fellow) – Los primeros ejércitos del islam 622-661 d. C. **Desperta Ferro.** Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), pp. 12-13.

³⁶ Genro de Maomé.

³⁷ David Nicolle. *Op. cit.* pp. 13-17.

³⁸ Davide Nicolle. *Ibidem.* p. 17.

periodicidade anual. Estas armas eram de proveniência diversa, algumas vezes dos espólios das batalhas, e consistiam na sua maioria lanças, arcos³⁹ e espadas⁴⁰. Os aparatos de defesa pessoal como capacetes⁴¹, cotas de malha, armaduras⁴² ou escudos, vão-se difundindo entre os combatentes, com o passar do tempo os combatentes passaram a proteger-se regularmente com todos esses aparatos metálicos. Estes comportamentos defensivos, de reforço das retaguardas, táticas de combate e armamentos, foram seguidos pelos contingentes que ocuparam a Hispânia, adaptando-se ao meio e às condições específicas dos contendores.

2.5 - O Estado Islâmico

Após a morte do primeiro Califa em 634⁴³, foi escolhido um outro membro da mesma filiação tribal⁴⁴, Umar ibn al-Khattab que iria governar de 634 a 644, com a nomenclatura formal de «*sucessor do sucessor do enviado por Deus*». Este califa continuou as conquistas a norte, organizou as conquistas no Crescente Fértil, criou e instituiu as condições necessárias para a governação daqueles vastos e diversificados territórios. As invasões da Palestina e da Síria tinham começado em 633 com Abu Bakr, o novo Califa terminou definitivamente as conquistas com a derrota dos seus inimigos:

Em 636 na batalha de Yarmuk as forças romanas são severamente derrotadas e o Islão passa a controlar a Palestina romana⁴⁵,

Em 636 com a batalha de al-Qadisiyyah deu-se o fim do Império Sassânida, este já estava esgotado devido à guerra que mantinha com Bizâncio (602-628), a economia estava muito debilitada e existiam conflitos internos⁴⁶,

A conquista do Egipto (639-642) deu-se em apenas três anos, abriu as portas para que se continuasse para o Norte de Africa, trouxe alterações no controlo do comércio mediterrânico e proveitos para o estado islâmico, cortou as provisões alimentares dos bizantinos, obrigando-os a alterações estratégicas, dispêndio financeiro que resultaram em dificuldades económicas⁴⁷.

³⁹ Os arcos eram compostos por peças múltiplas e envoltos em tiras de cabedal que lhe conferiam o aspeto simétrico de dupla curvatura a partir do centro que também era a empunhadura, dando-lhes elasticidade e tensão.

⁴⁰ As espadas usadas pelos árabes dessa época tinham lâminas retas de dois gumes.

⁴¹ Os capacetes podiam ser em couro endurecido, podiam ter placas metálicas, de uma única peça ou múltiplas peças metálicas fixas.

⁴² As primeiras armaduras referenciadas na Arábia são do século VII e a sua produção no século IX.

⁴³ O governo de Abu Bakr durou de 632 a 634.

⁴⁴ Tribo dos Quraysh de Meca.

⁴⁵ José Soto Chica (Universidad de Granada) – Yarmuk, la batalla que cambio Oriente. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), pp. 30-37.

⁴⁶ Ilkka Syvanne (Sociedad Finlandesa de Estudios Bizantinos) – La caída del Imperio sasánida. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), pp. 44-51.

⁴⁷ Frank Trombley (Cardiff University) – La conquista árabe de Egipto. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), pp. 52-57.

Com tão vastos territórios e diversidade de povos este Califa organizou os aquartelamentos militares, reformulou os pagamentos aos guerreiros conforme a data da adesão ao Islão e colocou nas circunscrições funcionários da sua confiança⁴⁸. Antes do seu assassinato ainda nomeou a *shura*, órgão que elegeria o novo califa.

O terceiro califa foi Uthman ibn Affan, um omíada que governou entre 644 e 656, deve-se a este Califa a primeira compilação canónica do Corão em *scriptio defectiva*, implementou as diretrizes administrativas e fiscais do anterior Califa e nomeou para os cargos mais importantes os homens do seu clã. As contestações avolumaram-se por parte dos partidários que pretendiam um Califa em linha hereditária com o Profeta. O Califa foi assassinado em 656, data do início da primeira *Fitna* (guerra civil). Esta guerra irá durar até 661 e irá sedimentar os Omíadas no governo do Império Islâmico⁴⁹.

Por altura da morte do Califa Uthman os exércitos islâmicos já tinham penetrado na Cirenaica e no Cáucaso a norte e ao Hindu Kush a leste. Com a *fitna* a expansão abrandou, mas em 711 já tinham chegado a Sind (a leste), em 712 a Ásia Central começava a ser dominada e consolidada com a derrota dos exércitos chineses em 751. No Ocidente o domínio do Norte de África deu-se em 709. A capital do Islão em meados do século VIII passou para Damasco - a capital da dinastia Omíada -, desta capital os califas dominavam a vastidão territorial do vale do Indo até as montanhas do Atlas e aos Pirenéus, em comum tinham uma religião, para os seguidores de Maomé parecia que nada os podia deter, viam nestas vitórias a vontade de Deus.

No entanto os conflitos entre os clãs mais poderosos originaram três guerras civis nos primeiros 120 anos. Uma constante foi a ideia de quem poderia ocupar o califado; os *shias* ou *xiitas* achavam-se nesse direito por descenderem diretamente do profeta Maomé. Sem desistir desta ambição, em 692, criaram uma seita religiosa onde o Califa foi substituído por um *imane*, sempre prontos para unirem-se aos inimigos dos Omíadas, acabaram por ter algum sucesso em 750, com a chegada ao poder dos Abássidas⁵⁰. A abordagem ao Califado Omíada reveste-se de importância por ter sido durante este período que se deu a invasão do al-Andalus, mesmo com a queda de Damasco, os Omíadas continuaram a ditar os desígnios do extremo ocidental do Islão, foi este clã e os seus apoiantes que se impuseram contra todos os adversários, para os cristãos, sem dúvida os mais temíveis.

⁴⁸ Xavier Ballestín Navarro (Universitat de Barcelona) – De Medina a Damasco: la implementación del primer Estado musulmán. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), pp. 33-23.

⁴⁹ Xavier Ballestín Navarro. *Ibidem*. pp. 23-25.

⁵⁰ Francis Robinson. *Op. cit.* p. 23.

Al-Andalus

Do ano de 711 a 1031, desenvolveu-se um estado na Península Ibérica que prosperou em vários domínios desde os económicos aos culturais, fortemente militarizado e com uma política administrativa pragmática⁵¹, muito diversificado culturalmente, tinham um elemento comum; o Islão.

Prosperaram com maiores riquezas que os reinos europeus cristãos coevos, diferentes culturalmente e na religião, viveram num clima de guerra permanente. No entanto criaram as bases para os reinos islâmicos que se seguiram e deixaram-nos uma cultura que ainda hoje podemos admirar. É também neste espaço geográfico que as revoltas internas, a ansia de poder e preconceitos étnicos culminaram em confrontos armados, para se defenderem ergueram e desenvolveram estruturas defensivas, dando origem a uma tipologia de castelos desse período que marcou uma época e ainda são testemunhos desse passado, enquadrando-se nesse legado o Castelo Velho de Alcoutim.

3. A Península Ibérica pré-Muçulmana

3.1 - O espaço geográfico

A Península Ibérica situa-se na parte mais ocidental da Europa, liga-se ao resto do continente pela cordilheira do Pirenéus, a restante zona ocidental é banhada pelo Oceano Atlântico, o estreito de Gibraltar a sul, divide a restante área banhada pelo Mar Mediterrâneo a oriente, ocupando uma área de cerca 580.000 km², com um perímetro de 5400 km, a sua altitude média é de 660 metros. Apresenta um relevo diversificado com mesetas, montanhas, cordilheiras e planaltos que estão na origem dos cinco maiores e mais importantes rios da península⁵². Está situada numa zona climática temperada, mas o clima é diferenciado em todo o seu espaço devido à orografia já referida. As massas de ar Atlânticas condicionam a temperatura e a pluviosidade na parte ocidental⁵³. O sul e leste pelas massas de ar deslocadas do Norte de África e Mediterrâneo. O norte e centro são afetados pelas deslocções das frentes oriundas do norte da Europa. Todo o conjunto orográfico influencia a passagem destas correntes de ar, provocando zonas de maior precipitação e outras de secas sazonais⁵⁴. Os solos por sua vez são diversificados em toda a sua extensão, devido à tipologia dos elementos rochosos que compõem a extensão do território, esta situação provoca variedade na sua fertilidade produtiva, desde solos férteis a áridos com pouca produtividade. Da diversidade rochosa provêm as riquezas minerais, conhecidas e exploradas há muito pelos diversos povos que habitaram a Península ou que a procuraram pelo seu minério⁵⁵.

⁵¹ Fizeram-se alianças com cristãos e judeus, políticas de casamentos com a «velha» nobreza Ibérica que perduraram e serviram para reter as forças cristãs da Reconquista, a islamização da nobreza sempre que era favorável à causa, e, fomento da intriga e alianças entre reinos cristãos.

⁵² Tejo, Douro, Guadiana, Guadalquivir e Ebro.

⁵³ Pelas oscilações do anticiclone que se situa sobre os Açores.

⁵⁴ Há registos globais de arrefecimento que atingem a totalidade da Península Ibérica provocado pela deslocação do anticiclone durante o inverno. Ex. 9/1/1981.

⁵⁵ Denise de Brum Ferreira – As condições Genéticas do Clima; Carlos Alberto Medeiros, direção – Geografia de Portugal O Ambiente Físico 1. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2005. 495 p. ISBM (coleção) 972-42-3538-6, pp. 318-321.

3.2 – Do Império ao Islão - um território em conflito

Os relatos das razias que encontramos amiúde nos documentos coevos, onde a pilhagem dos bens, animais ou mesmo pessoas, acabam por fazer parte de uma rotina normalmente sazonal⁵⁶, organizada por grupos armados⁵⁷, por terra ou por mar, eram proveitos que acabavam por fazer parte integrante da economia da época.

Na Península Ibérica pré-muçulmana a situação não era diferente, os relatos e vestígios arqueológicos ao longo deste espaço, dizem-nos que em alguns pontos imperava a guerra e o sofrimento, atendendo às *Crónicas de Idácio* (c. 395-c.470), no norte da Hispânia, por alturas do início do século V, a desolação fazia parte do quotidiano das populações, a guerra assolava esses territórios, trazia a fome, a peste, a proliferação de animais carnívoros que se alimentavam dos corpos que ficavam das batalhas e da barbárie dos novos senhores da guerra. Os animais selvagens acabavam por invadir os territórios abandonados, pela fuga ou desaparecimento das populações, os matos ocupavam os terrenos que outrora foram de cultivo e sustento das pessoas, numa alusão profética dos quatro flagelos; ferro, fome, peste e animais ferozes. Foi esta a imagem apocalíptica deixada pela Crónica de Idácio⁵⁸.

Por outro lado, ao sul do Tejo, a realidade que nos é apresentada pelos estudos e escavações arqueológicas é diferente. Para esse período, apercebemo-nos que as redes viárias de Sines, Mértola e Beja prosperaram, assim como as elites romanas ou pós-romanas, visíveis pelos vestígios das suas *villae*, ou seja, verificam-se esses sinais de prosperidade e mesmo de riqueza, onde a iconografia da religião cristã está presente, no carácter urbano dos espaços escavados e estudados, indicando produtividade e circuitos de distribuição, prosperidade económica que permitiu a construção de obras artísticas, da vinda de mestres oriundos do exterior Ibérico, da beleza comparável com o que de melhor havia no espaço mediterrânico. Um dos exemplos é o antigo povoado romano de *Myrtilis*⁵⁹, ocupava um espaço que pelas suas dimensões, tratava-se de uma localidade importante no contexto romano do sul da *Lusitânia* e fronteira com a *Beática*. Da dualidade dos relatos e vestígios, identificamos pouca homogeneidade no desenvolvimento das sociedades no espaço Ibérico, para o qual foram dados dois exemplos regionais, como enquadramento social e abertura para a continuidade dos acontecimentos políticos do período final Visigodo.

3.3 - O fim do ciclo Godo-Cristão

Nos finais do século VII, a administração do território estava nas mãos da aristocracia Goda-Hispânica que acabaram por dominar os líderes das elites das outras etnias. No entanto a paz entre os Visigodos estava longe de ser uma realidade, os duques

⁵⁶ Períodos estivais.

⁵⁷ Sejam eles bandidos, piratas, mercenários ou às ordens de algum senhor nobre.

⁵⁸ Santiago Macías (Universidade do Algarve), **O Sul Entre Roma e o Islão**, *Sic memorat* a Teresa Júdice Gamito. João Pedro Bernardes organização de. Arte Literatura e História. Universidade do Algarve, 2008, pp. 119-132. [Consult. em: 09 mar. 2015]. Disponível em: <http://www.camertola.pt/biblioteca/reposit%C3%B3rio-cient%C3%ADfico-do-cam>, p. 120.

⁵⁹ Atual Mértola.

e condes eram detentores de grande poder nas suas circunscrições, viviam em permanente clima de conflito. Convertidos ao cristianismo, perseguiram os judeus que encontraram refugio no Norte de África. Os estratos das populações de condição social inferior, não viviam dias melhores neste enquadramento de tensão social e política.

Com a morte do rei Égica e a subida ao poder do seu filho Vitiza (702-710), as revoltas internas intensificaram-se, na região da antiga Bética romana, o *Dux* Rodrigo consolidou o poder sobre essa região⁶⁰.

3.4 - Gibraltar – uma entrada pelo Extremo Ocidental da Europa

Com a morte do rei Vitiza o *dux* da Bética foi aclamado rei. Este encontrou de imediato a oposição dos filhos do rei defunto, assim como das fações do Nordeste da Península que entraram em guerra contra Rodrigo, não o reconhecendo como rei⁶¹. Um dos inimigos do novo rei visigodo foi o conde Julião, governador de Ceuta. Apoiado pela fação vitiziana, preparou um reconhecimento em território Ibérico com a finalidade de preparar uma invasão e depor o rei Rodrigo. Esta força expedicionária foi enviada para a Península em 710, este destacamento militar foi comandado por Tarif Ibn Malluk⁶².

Os objetivos desta missão foram atingidos, o que levou Musa Ibn Nusair⁶³, a ordenar a Tárique Ibn Ziyad, governador de Tânger, a invasão da Península Ibérica, o que veio a acontecer na primavera de 711. Com um exército composto por contingentes berberes (maioritariamente), árabes, o conde Julião, partidários dos filhos de Vitiza e judeus descontentes, uma força de cerca de 12 000 homens que desembarca em Gibraltar ocupando-a de imediato. Rodrigo encontrava-se no norte da Península a debelar uma revolta basca, ao saber da invasão do sul da Península, decide confrontar esta nova ameaça inimiga. O choque dos exércitos deu-se próximo do rio Barbate, em julho de 711, na batalha de Guadalete, onde o rei Rodrigo foi dado como desaparecido e o seu exército derrotado. Esta força expedicionária aproveitou o momento de fraqueza do inimigo para de imediato continuar a sua progressão, com a ocupação das localidades mais a Sul da Bética, contando com o apoio dos adversários locais do rei derrotado⁶⁴.

A estratégia de Tárique passou por deslocar as forças em diferentes direções, progredindo para norte da atual Andaluzia (Córdova, Málaga e Granada), com a ocupação das principais cidades dos visigodos⁶⁵, onde a resistência contra o invasor foi mais renhida, as pequenas localidades capitulavam ou pouco resistiam. Perante o sucesso e facilidade da ocupação, em 712, o governador do Norte de África, Musa Ibn Nusair, reforçou as forças de ocupação com um exército de 18 000 homens, agora com bastantes combatentes das diferentes regiões da Península Arábica e com representantes

⁶⁰ Helena Catarino (Universidade de Coimbra) – A ocupação islâmica. In João Medina, coord.- **História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias**. Amadora: Clube internacional do Livro, 1996. 402 p. ISBN: 84-408-0108-4 (vol. III). p. 48.

⁶¹ Entendiam que o verdadeiro sucessor era o filho de Vitiza; Águila.

⁶² Helena Catarino – A ocupação islâmica, 1996, *ibidem*. p. 48.

⁶³ Emir de Ifríquia e representante do Califa de Damasco.

⁶⁴ Helena Catarino – A ocupação islâmica, 1996, *Ibidem*. p.48.

⁶⁵ As capitais de diocese.

aristocráticos dessas localidades. Por esta altura as regiões mais hostis ao invasor encontravam-se no ocidente da Andaluzia e na Lusitânia. Com a queda de Sevilha no verão de 712, a resistência concentrou-se em Beja e Mérida, os combates foram ferozes, e o cerco a Mérida durou vários meses. A conquista da Ibéria foi quase toda consolidada nos restantes anos de 713 e 714, as aristocracias árabes tomam posse das circunscrições e localidades conquistadas que também foram repartidas pelos aliados cristãos e judeus. Em 714 Abd Alaziz⁶⁶, foi nomeado como primeiro governador al-Andalus, com o título de *Vali*⁶⁷, a sede desta nova província do Islão passou a ser em Sevilha, o governador confirmou a consolidação do poder casando-se com a viúva de Rodrigo⁶⁸.

4 - A consolidação do al-Andalus e a resistência Cristã

A estratégia usada anteriormente nas guerras a Oriente voltou a funcionar no extremo ocidental da Europa, a rapidez da ocupação e estabilização das posições conquistadas, mostraram de imediato que não havia uma homogeneidade na liderança visigoda, mas sim conflitos aristocráticos de interesse pessoal. As alianças facilitaram a pacificação e a conquista, sobrepondo-se a todas as outras divergências; a miscigenação⁶⁹ com a antiga aristocracia visigoda que continuou detentora dos antigos territórios e a conversão ao Islão⁷⁰, com base em acordos políticos e administrativos. Mas as diferenças étnicas levaram a discriminações por partes dos árabes e sírios em relação a outros povos⁷¹ – mesmo convertidos ao Islão -, estes preconceitos levaram a revoltas e deserções aquando da partilha das terras, pondo mesmo em causa questões religiosas como a igualdade perante Deus (cisma *jarichi*)⁷², originando conflitos e cisões territoriais com autênticos enclaves autonomistas em relação ao poder central do Emirato al-Andalus. O al-Garb desde a região do Baixo Guadiana, foram palcos de dissidências e autonomias, esmagadas com extrema violência.

4.1 - As origens dos Reinos Cristãos Ibéricos

A estrutura política e militar do reino Visigodo faliu com a invasão muçulmana em 711. A organização administrativa em que esta monarquia assentava, para a extensão do território que geria, estava desadequado; a centralização do poder com base na tradição romana, fortemente urbanizada, não resultava na nova organização social e produtiva, que se baseava numa economia agrária de latifúndio senhorial, desvirtuando a atividade político-social das cidades que anteriormente tinham tido. Rapidamente os novos senhores e os seus aliados tomaram posse do território e organizaram as estruturas político administrativas de acordo com as alianças anteriormente acordadas e os interesses dos novos administradores territoriais, tomando para si a proteção das populações, islâmicas,

⁶⁶ Entre 714-716.

⁶⁷ Governador árabe.

⁶⁸ Helena Catarino – A ocupação islâmica, 1996. *Op. cit.* pp. 49-52.

⁶⁹ Casamentos de nobres visigodos com princesas árabes.

⁷⁰ Os muladíes; convertidos hispânicos em territórios detidos pelo Islão.

⁷¹ Principalmente berberes.

⁷² José Matoso – Portugal no reino Asturiano-Leonês. In MATOSO, José, coord. - **História de Portugal – Antes de Portugal**. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013. 624 p. ISBN 978-972-42-4919-3. Cap. p. 491-624. p. 496.

judias ou moçárabes⁷³. Nesta nova organização o confisco ficou-se pelas terras da Igreja, pelos vencidos em combate, dos seus bens e das suas terras. Os que se mantiveram fieis ao rei Rodrigo e não sucumbiram em combate, ou evitaram o cativoiro, rumaram às Astúrias com receio das represálias dos filhos do rei Vitiza⁷⁴.

Estes resistentes refugiaram-se nos Picos das Astúrias, em Cangas de Onís, constituindo-se num enclave cristão, onde aproveitaram as difíceis características orográficas e climáticas dessa região montanhosa⁷⁵. Comandados por Pelágio, contiveram o ímpeto muçulmano⁷⁶, mantiveram aquele território sempre em poder cristão, onde afluíram reforços e apoios vindos da Gália, deste local iniciaram a lenta Reconquista Cristã, num espaço que não se tinha identificado com as políticas e as sociedades peninsulares, devido ao seu isolamento. Segundo a *Crónica Rotense*, Pelágio, foi eleito *príncipe* em assembleia. O primeiro combate armado entre estes dissidentes Ibéricos dá-se em Covadonga (722), as forças envolvidas não são em número significativo, não terá passado de uma coluna muçulmana que tentou progredir no terreno, teve mais contornos de escaramuça do que de batalha, mas em nada retira o mérito de duas situações; o nascimento e controlo absoluto de um novo reino e a afirmação de um novo líder, confirmado em combate⁷⁷.

Revestem-se de importância estes acontecimentos por estarem relacionados diretamente com as revoltas internas no al-Andalus, onde não são alheios os conflitos no al-Garb e a forte penetração cristã na *Frenteira Inferior*.

A estas paragens começaram a chegar dissidentes do novo Emirato que aos poucos engrossam as fileiras armadas, iniciou-se uma progressiva mudança das estruturas económicas primitivas, para outras de caráter senhorial nesta sociedade Asturiana. Durante o comando de Pelágio (718-737), e Favila (737-739), o território era diminuto, a formação do reino Asturiano deu-se verdadeiramente com Alfonso I (739-757), quando aproveitou a crise no al-Andalus para mover diversos ataques às guarnições muçulmanas sem lhes dar descanso, no entanto não tinha meios humanos para ocupar os territórios que atacou, na prática eram ações de desgaste e saque permanente nas linhas de fronteira do inimigo. Segundo as *Crónicas de Alfonso III*, dá-se início à repovoação territorial, aproveitando as migrações do vale do Douro para norte, da população cristã que se identificava com este estado cristão e fugiu da zona dos conflitos armados⁷⁸.

⁷³ Cristãos a residir e território islâmico.

⁷⁴ José Sánchez-Arcilla (Universidade Complutense de Madrid) – La supervivencia de los reinos cristianos. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data), p. 18.

⁷⁵ Cujas porosidades rochosas forneceram refúgios naturais e artificiais para defesa, fuga e contra-ataques, favorecendo quem conhecia o terreno. Estes refúgios, ainda hoje podem ser visitados, alguns transformados em capelas e oratórios.

⁷⁶ Helena Catarino – A ocupação islâmica, 1996. *Ibidem* p. 50.

⁷⁷ José Sánchez-Arcilla, *op. cit.* pp. 18-19.

⁷⁸ José Sánchez-Arcilla, *ibidem* pp. 18-19.

4.2 - O início da Reconquista Cristã

O conjunto das vitórias nas várias frentes, culminaram no refrear e retroceder das intenções duma contínua expansão territorial muçulmana, aliadas às convulsões no al-Andalus, permitiram a Alfonso II (791-842), uma política de consolidação e expansão territorial, pelas terras da Galiza, e do Bierzo, com a passagem do centro político para Oviedo. Com Ramiro I (842-850), verificou-se uma crise interna no recente reino, quebrando a contínua progressão territorial, retomada com Ordoño I (850-866). Com Alfonso III (866-910), as conquistas prosseguiram até Coimbra na *Frenteira Inferior*. Ao centro - na *Frenteira Média* - a ocupação territorial percorre a linha do rio Douro. A progressão no extremo oriental que coincide com a *Frenteira Superior*, não é tão significativa, graças à resistência dos Banu⁷⁹ Qasi cujos territórios se situavam no vale do Ebro⁸⁰. É por alturas do século X que a linha de fronteira começa a definir-se como efetiva, há uma verdadeira força por parte dos reinos cristãos que permite a manutenção dos reinos cristãos na Península, sem, contudo, ter havido uma continuada conquista territorial, ou que não tenha havido retrocessos⁸¹.

A situação sociopolítica na região pirenaica era diferente da asturiana. Durante a invasão muçulmana, foi esta aristocracia que manteve a autoridade à frente das cidades, embora com guarnições muçulmanas, manteve o sistema visigodo na administração, na política, no sistema judicial e a religião. A ajuda do Império Carolíngio aos condes cristãos não era desinteressada, queriam a integração destes territórios no Império, esta ideia nunca foi aceite para os territórios centrais e ocidentais pirenaicos. Com a tomada de Barcelona (801), foi consolidada a Marca de Espanha. O poder condal desta marca afirmou-se autonomamente e exerceu o poder de forma autónoma do reino Franco, contrariando as aspirações do Império Carolíngio que nunca conseguiu a sua anexação, terminando com qualquer tipo de vassalagem da Marca de Espanha em 887⁸².

Se na primeira metade do século X, a rede de castelos seguia o avanço da ocupação colonizadora, para a segunda metade a ocupação passou a ser mais de caráter «privado». Esta situação condicionou qualquer trabalhador agrícola à concessão de terras de um nobre ou de um mosteiro, dependentes de cartas de franquia num processo senhorial laico ou eclesiástico. A mesma condição estendeu-se a todos os territórios cristãos ibéricos onde foram erguidas defesas, baseadas em redes de castelos defendidos por nobres e controlados pela autoridade condal⁸³.

4.3 - O Califado de Córdoba e as ofensivas do Islão.

4.3.1 - Abd al-Rahman III

Durante o Emirato Omíada, para além das guerras constantes com os Reinos Cristãos, as lutas internas foram permanentes, no Garb a região do Baixo Guadiana e em particular o Castelo Velho de Alcútem, foram locais onde se verificou a intervenção pela

⁷⁹ Filhos ou herdeiros de. No caso dos Banu Qasi eram muladí (antigos cristãos convertidos ao Islão).

⁸⁰ José Sánchez-Arcilla, *op. cit.* pp. 19-21.

⁸¹ José Matoso. 2013. *Op. cit.* pp. 529-530.

⁸² José Sánchez-Arcilla. *Op. cit.* pp. 19-20.

⁸³ José Sánchez-Arcilla, *Op. Cit.* pp. 20-22.

força dos intentos centralizadores do poder Califal, importantes no desenvolvimento económico e estabilidade política, embora através das armas. No ano de 912, Abd al-Rahmān III (912-961), herdou um emirato dividido internamente e ameaçado tanto a norte como a sul. O elemento fundamental para que a dinastia Omíada perdurasse era o exército. Desde o início que o al-Andalus tinha sido uma mistura étnica, logo e 740, esta situação tinha originado revoltas berberes, com a ascensão da posse territorial por árabes, sírios e muladíes a partir de 743. A partir de Córdoba, as diretrizes políticas visavam uma unificação muçulmana no al-Andalus que não havia, por força da divisão aristocrática e dos apoiantes das políticas Abássidas oriundas de Bagdad.

Durante os séculos VIII e IX⁸⁴, de um modo geral⁸⁵, esta aristocracia «dissidente» dos Omíadas, nunca se preocupou com os problemas externos, por viver longe das fronteiras, somente com os conflitos político-dinásticos entre Omíadas e Abássidas⁸⁶. A aproximação das fronteiras cristãs e a declarada intenção de Ibn Hafsún de derrubar o Emir Omíada, a partir do seu centro de poder em Bobasto, de onde moveu uma guerra de ocupação territorial em direção a Córdoba, tendo atingido *Isbiliya* (Sevilha), com a sua extensão máxima em 889, às portas da capital de Abd al-Rahman III. Por esta altura, o Emir suportava guerras de desgaste contínuo que consumiam grandes quantidades dos recursos, para além dos reinos cristãos, destacava-se Ibn Hafsún e a rebeldia política senhorial interna que impedia uma verdadeira centralização da gestão tributária, dos recursos económicos, territoriais e demográficos indispensáveis para fazer frente a estes problemas⁸⁷. Esta situação punha em causa a própria existência e permanência do Islão na Península⁸⁸.

A estratégia seguida por Abd al-Rahman III foi a de concentrar boa parte dos seus recursos contra Ibn Hafsún. Um inimigo poderoso que se tinha aliado aos Fatímidas, detinha capacidade militar, apoios e recursos para enfrentar e derrubar o Emir. Mesmo após a sua morte em 918, os filhos mantiveram uma frente de combate considerável. Mas, ao fim de uma década, a estratégia militar e as alianças com os xiitas, deixou de funcionar, com deserções para o lado cordovês, estratégia bem elaborada e conseguida pelo Emir. Acabaram por ser os antigos aliados de Ibn Hafsún que colaboraram nas campanhas contra este, ocupando os territórios estratégicos com a finalidade de isolar a região malaguenha, por fim Bobasto caiu em 928. Em 913 já tinha conquistado Sevilha que estava em poder dos Banu Hayyāy, no mesmo ano durante a campanha de Monteleón conquista mais de 70 castelos, no ano seguinte regressa aos combates na região de Málaga, entre 916 e 924, na Marca Superior submete os Banu Qasi e os Banu Tawil,

⁸⁴ Após o «golpe de estado» executado pelos Abássidas, na continuidade da guerra civil iniciada em 750 (Francisco Garcia Fitz), derrubou a família governante Omíada de Damasco, a continuidade da dinastia Omíada no al-Andalus é assegurada por um sobrevivente que desembarca em Almuñecar no ano de 756; Abd al-Rahmān I. Rompe com o poder abássida, reúne-se aos apoiantes da Península e derrota os adversários políticos, criando um emirato autónomo de Bagdad.

⁸⁵ Os Banu Qasi eram um enclave nas fronteiras cristãs, entre as Fronteiras Média e Superior.

⁸⁶ E por fim também Fatímidas.

⁸⁷ Tendo em conta a organização dos exércitos.

⁸⁸ Virgilio Martínez Enamorado (Escuela de Estudios Árabes de Granada, CSIC) – Un ejército al servicio del califa Abd al-Rahmān III y su política militar. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data), p. 28.

durante o ano de 929 obtém a submissão do sul do al-Garb, com a mesma estratégia usada em Bobasto, já como Califa, conquista Toledo em 932, ao longo de todo o al-Andalus conquista castelos e submete regiões até à data do seu falecimento⁸⁹.

Na fronteira com os Reinos Cristãos, as cerca de vinte campanhas não tiveram um efeito prático de conquista territorial, mas sim de quebrar o ímpeto da Reconquista Cristã, aproveitando a instabilidade interna entre muçulmanos e porventura alguma desproteção das guarnições⁹⁰. As penetrações e vitórias de Abd al-Rahman III por terras cristãs foram várias, mas os conflitos a sul, não permitiram a permanência nesses castelos conquistados por falta de recursos, Castela destacou-se pelos contra-ataques e pressão permanentes, obrigando à retirada dos territórios de Navarra e Leão. Já com a dignidade califal foi preparada uma grande invasão, «*a mãe de todas as guerras*» que tinha como finalidade infligir uma grande derrota aos cristãos, de forma a que tivessem de recuar dos territórios já reconquistados e quebrar a força combativa daqueles exércitos. O confronto dá-se em 939, na confluência dos rios Douro e Pisuerga, na batalha de Simancas, opondo o Califa Abd al-Rahman III e o rei de Leão, Ramiro II⁹¹. Desta disputa armada cujas baixas não são conhecidas, os muçulmanos retiraram-se do campo de batalha. Na retirada, no barranco de Alhándega – que deu o nome à batalha –, o Califa foi derrotado copiosamente, após este revés, todas as campanhas seguintes foram em número e recursos muito inferiores, baseados em ataques e razias localizadas, com recurso a combatentes berberes e mercenários bem armados. No conjunto de todos estes confrontos durante a gestão política de Abd al-Rahman III, as alterações territoriais não foram significativas, nem nenhuma das partes teve capacidade de anular a força combativa do outro. Outro dado é a ascensão combativa de Castela, não só com os Omíadas, mas também com os Leoneses⁹². A guerra também ultrapassou as fronteiras peninsulares, com a conquista das cidades de Melila em 927, Ceuta em 931, Tânger em 951 e a criação de alianças tribais locais favoráveis aos Omíadas⁹³.

4.3.2 - Ibn Abi 'Amir al-Mansur - Almansor

Almansor foi o nome pelo qual ficou conhecido pelos cristãos⁹⁴, Muhammad ibn Abi'Amir, nascido em 938, data da expedição que culminou na derrota de Alhándega, alcançou o título de al-Mansur (o vitorioso), pelos feitos vitoriosos em combate. Era membro de uma tribo oriunda do Sul da Arábia e descendente de um dos poucos aristocratas árabes que acompanharam Tárique na invasão da Hispânia em 711. Uma família prestigiada que apoiou a aristocracia de Córdoba. Tudo indicava que iria seguir a profissão do pai como jurista, por ter estudado *ciências* islâmicas e as famílias paterna ou materna, terem-se destacado na magistratura. Este rumo alterou-se quando foi designado intendente e administrador dos bens de 'Adb ar-Rahman, filho do Califa al-Hakan II (961-

⁸⁹ Virgílio Martínez Enamorado, op. cit. pp. 29-30.

⁹⁰ Como os casos de Ordonho II que avançou pelo Garb al-Andalus, com uma breve ocupação de Évora em 913, e o Algarve em 915.

⁹¹ Apoiado também por Garcia I de Navarra e os exércitos condaís da Galiza e Astúrias.

⁹² Virgílio Martínez Enamorado, op. cit. pp. 30-31.

⁹³ Virgílio Martínez Enamorado, op. cit. pp. 32-33.

⁹⁴ *Aquele que odiado estará no inferno.*

976). Com a morte prematura deste filho do Califa, passou a administrar os bens do filho sobrevivente, ainda muito novo, o pequeno Hisham (976-1009/ 1010-1013), futuro califa Hisham II. Acumulou outras dignidades, como inspetor dos exércitos do Magreb, juiz e inspetor geral, seguiu-se a de inspetor e supervisor do corpo permanente dos soldados profissionais⁹⁵.

Os antecedentes militares começam quando em 27 de julho de 972, Hasan ibn Qannun, fundador da cidade de Fez, derrotou um exército regular Omíada, enviado para o submeter. Foi uma derrota estrondosa para o Califa, como retaliação, enviou o seu melhor e experiente general; Galib ibn'Abd ar-Rahman⁹⁶, com recursos que vão desde homens bem equipados e armados, mantimentos, dinheiro para recompensar os novos aliados tribais do Magreb que se aliassem ou submetessem ao Califa Omíada. Esta estratégia aliada à extrema violência dos exércitos de Galib, permitiu-lhes em menos de dois anos⁹⁷ capturar Hasan ibn Qannun e todos os seus descendentes. Por detrás desta guerra, como supervisor geral que tudo controlou, esteve ibn Abi'Amir. Este continuou a ser investido de dignidades ao nível das funções militares, com a morte do Califa e a tenra idade de Hisham, é escolhido para assegurar que o Califado continuava no poder da família Marwan de Córdoba. Foram-lhes confiadas todas as gestões civis e militares, para assegurar o exercício do poder, contou com o corpo militar dos seguidores de Hasan ibn Qannun. Embora pareça estranha esta decisão, o valor combativo deste exército era muito superior a qualquer outro da época, cada elemento tinha experiência comprovada em combate, muito superior a qualquer outro combatente de qualquer exército do al-Andalus ou de qualquer outra tribo⁹⁸.

Vários problemas emergiram com a morte de al-Hakam II, em 976, e a proclamação a Califa do filho Hisham II. As investidas cristãs - aproveitando a morte do Califa e o novo ser uma criança -, a gestão ter ficado a cargo do camareiro-mor - este não reunia consensos entre a aristocracia da corte -, Galib⁹⁹ - o comandante supremo dos exércitos - não suportava Já'far (o camareiro-mor). A mãe do Califa, Subh, articulou um plano com Ibn Abi'Amir para conter os ataques cristãos. Este plano foi aprovado e em 977, o futuro Almansor saiu em direção a al-Hamma (Baños de Ledesma)¹⁰⁰, onde conquistou o castelo e todo o seu termo, valendo um grande saque e bastantes cativos, regressou ao fim de 53 dias, com a sua primeira vitória militar. Esta vitória e as seguintes trouxeram um problema; Galib era o comandante dos exércitos e não via com agrado a ascensão de Ibn Abi'Amir. Solucionou-se o problema estabelecendo-se uma amizade e aliança que foi selada com o casamento da filha de Galib, Asma, com Ibn Abi'Amir. Esta aliança previa também a destituição de Já'far e dos seus familiares. As fronteiras

⁹⁵ Xavier Ballestín Navarro (Universitat de Barcelona) – Las Campañas de Almanzor. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data), p. 46-47.

⁹⁶ Chefe supremo dos exércitos.

⁹⁷ Rendição incondicional em 19 de março de 974.

⁹⁸ Xavier Ballestín Navarro, *op. cit.* pp. 46-48.

⁹⁹ Estacionado em *Madina Salim* (Medinaceli), localidade que fica a meio caminho entre Madrid e Saragoça.

¹⁰⁰ A noroeste de Salamanca, a sul do rio Tormes.

passaram a ser defendidas com êxito e em conjunto pelos dois comandantes. No entanto Ibn Abí Amir ganhava mais protagonismo junto do Califa, o conflito passou a insanável e terminou em confronto armado no dia 10 de agosto de 981, nas imediações do castelo de S. Vicente, próximo da localidade de Atienza¹⁰¹, a batalha termina com a morte de Galib, a perseguição e eliminação dos seus comandantes e aliados fronteiriços, onde se encontrava o conde Garcia de Castela. Foi a partir desta batalha que ganhou e adotou o título honorífico de al-Mansur¹⁰².

As campanhas de al-Mansur deram-se entre 977 e 1002, sem ter conhecido a derrota, assolou e saqueou as cidades cristãs, eliminou qualquer revolta do Garb al-Andalus até ao Magreb. A Norte a *Jihad* de al-Mansur durou um quarto de século, provocando os mais ferozes ódios religiosos durante 56 campanhas contra os territórios cristãos. Nem as grandes cidades¹⁰³ estiveram a salvo das pilhagens, os cativos serviam para aumentar o valor do saque. Para tal sucesso, não foi alheio o período de desavenças internas entre os reinos cristãos com a instabilidade monárquica. As campanhas sistemáticas tiveram como finalidade a permanência de danos que levaram à quebra da resistência cristã, a cobertura dos custos das campanhas através dos saques, cativos e humilhação dos vencidos, incidindo na religião Cristã, com a destruição de mosteiros, desertificação dos territórios com a fuga das populações e retrocesso das fronteiras. Al-Mansur morreu em Medinaceli no ano de 1002. O momento para os cristãos ficar registado nas *Chronicon Burgense* com a frase «*Mortuus est Almanzor, sepultus est in inferno*». Sucedeu-lhe o filho Abd al-Malik que deu continuidade ao trabalho do pai, tendo morrido em 1008. O Califado terminou com o início da *fitna* e dos Reinos das Taifas, situação que foi aproveitada pelos Reinos Cristãos para tomar folgo e reorganizarem-se para a retomada da Reconquista¹⁰⁴.

4.4 - Os exércitos do al-Andalus

De 711 a 750, os territórios mais a ocidente do Islão eram um Emirato dependente do Califado de Damasco, ano em que a dinastia Omíada é submetida pelos Abássidas. Essa substituição efetuou-se por via da eliminação do Califa Omíada e dos seus familiares. No entanto, um dos familiares – Abd al-Rahman - sobreviveu e encetou uma fuga até ao al-Andalus, dando continuidade a um Emirato sob controlo dos Omíadas, com capital em Córdoba passou a ser o primeiro estado Andaluz independente dos Abássidas de Bagdad que se manteve como Emirato de 756¹⁰⁵ a 929¹⁰⁶. Durante a segunda metade do século IX até às primeiras décadas do século X, este emirato sofreu crises e cisões internas que levaram a um contínuo enfraquecimento do Estado central, com fragmentações regionais internas, como no caso do al-Garb, aproveitadas pelos reinos cristãos a Norte, para a expansão territorial. Esta situação só se alterou com Abd al-Rahman III autoproclamando-se Califa, dando início ao período de maior prosperidade

¹⁰¹ Em Guadalajara.

¹⁰² Xavier Ballestín Navarro, *op. cit.* pp. 48-52.

¹⁰³ Zamora, Salamanca, Leon, Astorga, Coimbra, Santiago, Pamplona, Barcelona, entre outras.

¹⁰⁴ Xavier Ballestín Navarro, *ibidem* pp. 49-50.

¹⁰⁵ Ano do desembarque de Abd al-Rahman I em Almuñecar.

¹⁰⁶ Ano da passagem a Califado, situação análoga já tinha acontecido em 910, com o Califado Fatímida.

do al-Andalus (929-1008). Por fim o Califado cai abruptamente na sequência de quase três décadas de *fitna* (guerra civil), de 1008 a 1031, tendo provocado a divisão do al-Andalus em territórios independentes governados por senhores nobres, pequenos reinos com poder absoluto sobre os seus domínios que ficaram conhecidos por *taifas*¹⁰⁷. Esta divisão e a manutenção de um conflito permanente entre os senhores das *taifas*, foi de imediato aproveitado pelos cristãos na sua Guerra de Reconquista¹⁰⁸.

Durante a administração Omíada manteve-se um Estado militarizado em grande parte do seu tempo, com uma administração que tentou sempre centralizar o poder, para melhorar a gestão da máquina bélica que não tinha igual nos Reinos Cristãos do ocidente coevo, ou mesmo comparados com exércitos muito poderosos como o exército Carolíngio, de constituição diferente, mas que a sul dos Pirenéus não tiveram sucesso. Para o efeito, os Omíadas organizaram uma estrutura com capacidade de custear a guerra, com base na organização tributária fiscal que sendo centralizada era hierarquicamente supervisionada por um oficial que também organizava o registo militar e os seus soldos. Esta «simbiose» tornava indissociável a máquina fiscal e o exército al-Andalus. O controlo e registos vão desde a produção e armazenamento dos cereais até à produção e distribuição do armamento. A partir dos celeiros e depósitos de armamento de Córdoba e das localidades de apoio às fronteiras, tudo era organizado para manter um exército operacional para qualquer eventualidade - interna ou externa -, eram os arsenais de Córdoba os que mais materiais produziam¹⁰⁹ e distribuía anualmente¹¹⁰.

Para as campanhas poderiam ser criados impostos extraordinários, o recrutamento era feito com meses de antecedência pelas diversas províncias, os acantonamentos eram em Córdoba, onde também seriam treinados e equipados. Os oficiais tinham a seu cargo o pagamento dos homens que estavam sob o seu comando, o controlo do armamento, distribuição dos alimentos, os equipamentos, aquisição dos cavalos e das mulas. No seu auge – no tempo de Almanzor – o exército chegou a ter 45 000 cavaleiros e mais de 25 000 infantes, para além dos animais de carga. Mesmo fora do seu máximo, o Estado do al-Andalus podia reunir mais de 21 000 cavaleiros, sem contar com todos os outros efetivos. Os exércitos europeus nunca tiveram essa capacidade durante a Idade Média, no princípio do século XIII, um contingente de 10 000 homens já era considerado um exército considerável¹¹¹.

A constituição dos exércitos evoluiu ao longo do tempo sob administração Omíada, em 711, embora muito heterogéneo, a sua força assentava numa base tribal, onde sobressaíam os contingentes berberes, embora houvessem outros aliados, estes não eram

¹⁰⁷ Taifas ou bandeiras que identificavam o senhor desse território, com domínio absoluto, valendo-se de uma política de clientelas familiares e uniões, mantiveram-se em conflito até à chegada e unificação dos Almorávidas à Península (1040-1147).

¹⁰⁸ Francisco García Fitz (Universidade de Extremadura) – al-Andalus Orto y ocaso de um Estado militarizado. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data), p. 6.

¹⁰⁹ Sem referência do ano, há indicação de uma produção de 13 000 escudos, 12 000 arcos, 20 000 flechas e 3 000 tendas.

¹¹⁰ Francisco García Fitz, *op. cit.* pp 6-7.

¹¹¹ Francisco García Fitz, *ibidem* pp 6-7.

em número expressivo. Na estrutura hierárquica obedeciam a aristocracia central Emiral, entidade essa que suportava os soldos, sendo uma parte oriunda da tributação local. Esta base militar berbere sofreu um revés em 741¹¹². Para colmatar este problema o Califa enviou tropas *yund*, contingentes árabes que estavam acantonados na Síria, para sufocar as revoltas no Ocidente do Império¹¹³. Estes contingentes fixaram-se na Península Ibérica por diversas circunscrições, eram pagas em parte por contribuições locais, responderam e participaram sempre à chamada para as campanhas no al-Andalus, converteram-se num exército regular estatal. Estes contingentes, no século VIII, eram profissionais com experiência de combate às ordens do Califa Omíada de Damasco, tinham lutado na Síria, Pérsia e Norte de África, foram estas tropas que consolidaram o poder de Abd al-Rahman I no al-Andalus, continuando o apoio aos Omíadas mesmo após a ascensão dos Abássidas. Com a supressão da vinda dos *yundies* sírios, a combatividade e eficácia decresce, pelo século X, estes contingentes foram substituídos ou reagrupados com *yundies* provenientes de outras tribos. Para isso contribuiu o isolamento do Emirato Peninsular Omíada em relação ao Califado Abássida, não havendo renovação de contingentes vindos dessa zona geográfica, a ascensão do Califado Fatímida no Norte de África, isolou ainda mais o al-Andalus. Ao fim de algumas gerações, os descendentes tinham perdido o «espírito de corpo», afetando a capacidade combativa. Na primeira metade do século X, os exércitos Omíadas estavam na sua pior fase em termos de eficiência militar, os resultados eram catastróficos perante os adversários cristãos e até pela substituição do «imposto pessoal» pelo «imposto pecuniário», daqueles que estavam obrigados a servir militarmente¹¹⁴.

Esta situação muda consideravelmente a partir da segunda metade do século X, com a constituição de unidades *yundies* mescladas, de diversas proveniências tribais num mesmo corpo militar, cada unidade tinha capacidades múltiplas ou polivalentes em combate. Para além dos corpos regulares do Estado muçulmano, recorria-se a forças não permanentes recrutadas para as campanhas programadas, num sistema de alistamento voluntário provincial da responsabilidade de cada governador. Muitos destes voluntários eram movidos pelo espírito de *jihad*, os governantes exortavam o exacerbar religioso desses combatentes voluntários que estavam longe da qualidade bélica do exército regular. Nessas expedições ainda se encontravam um terceiro tipo de participantes, os *hasam* (tropas mercenárias), de procedências diversas - regionais ou de credos -, de origens europeias, africanas ou asiáticas, normalmente com residência no al-Andalus, a sua contratação era regular pelos dirigentes Omíadas, não excluindo mercenários com origens externas. A guarda palaciana de al-Hakam I (796-822), composta por cerca de 500 homens, mais de metade eram formados por combatentes cristãos hispânicos (francos e eslavos). No período Califal esse papel foi dado a corpos mercenários de origem bérber, não sendo do exército regular, não teriam pretensões a usurpar o poder Omíada. A fidelidade destes contingentes berberes atingiu o máximo no tempo de Almansor¹¹⁵.

¹¹² Após a revolta berbere de 740 por motivo de discriminação.

¹¹³ Magreb e al-Andalus.

¹¹⁴ Francisco García Fitz, *op. cit.* pp 7-8.

¹¹⁵ Francisco García Fitz, *op. cit.* pp. 8-9.

Não menos importante ou de preocupação menor eram as guarnições. O al-Andalus era um território acastelado, a diversidade destas estruturas era em função das necessidades estratégicas locais; das cidades amuralhadas, da dimensão dos castelos, das atalaias, dos redutos rurais, etc., elevavam-se tanto nas zonas fronteiriças como disseminados ao longo do território. Os castelos tinham duas funções básicas, eram uma estrutura de defesa passiva que tinha por função a defesa territorial e o espaço de concentração e apoio logístico estratégico, para daí dirigir ataques contra o inimigo e apoio aos castelos fronteiriços. Os que tinham essas funções, estavam situados em zonas centrais e com aquartelamentos em prontidão¹¹⁶. A fortificação palaciana de Córdoba podia aquartelar um exército com prontidão e capacidade para combater inimigos internos ou externos. Estas guarnições nos castelos eram permanentes e normalmente pagas pelo Estado, tinham o usufruto de uma parcela de terreno para cultivo, eram comandados por um alcaide nomeado por uma autoridade estatal hierárquica superior. Havia também fortificações de caris religioso¹¹⁷, *ribats* ou *rábitas*, para além do estudo e meditação do Corão, dedicavam-se à guerra contra o infiel¹¹⁸.

As táticas medievais dos exércitos do al-Andalus não diferiam muito nas suas formas de atuação. A guerra era fundamentalmente de razias periódicas com a finalidade de castigar o adversário, privando-o das provisões, das pessoas¹¹⁹, dos bens e a destruição das estruturas habitacionais. A época do ano preferencial era a primavera e o verão, pelas condições meteorológicas e maior abundância de alimentos, fora do período estival poucas campanhas foram efetuadas¹²⁰. O assédio a castelos acontecia periodicamente, as técnicas seguiam um padrão; o cerco prolongado com o intuito de privar os ocupantes de água e mantimentos, podendo grassar epidemias por falta de higiene, tornando mais fácil o assédio final e ocupação do castelo. No assalto às muralhas eram utilizadas escadas, arietes, flexas, uso de torres de assalto e diversa maquinaria neurobalística de arremesso de pedras ou objetos inflamáveis. No entanto há relatos de assaltos a castelos por pequenas forças, pela calada da noite, eliminando os guardas e as guarnições desprevenidas¹²¹. Menos frequentes eram as batalhas campais que envolviam grandes exércitos e recursos consideráveis, podendo o desfecho ser irreversível para as ambições senhoriais. As táticas variavam em função da diversidade e especialidade dos exércitos, dos números disponíveis de infantas e cavaleiros. Durante o desenrolar do combate, onde a infantaria evoluía no terreno de acordo com os movimentos estratégicos do inimigo, a cavalaria tentava enfraquecer os flancos, com o propósito de penetrar no reduto inimigo. A cavalaria ligeira movimentava-se arremessando lanças e flexas, evitando o embate direto contra a frente dos lanceiros que os esperavam, a cavalaria pesada ao encontrar um flanco menos guarnecido, atacava em força, levando à sua frente a infantaria que poucas hipóteses tinham para travar a violência do embate. Se por outro lado a cavalaria atacante

¹¹⁶ O exemplo de Medinaceli.

¹¹⁷ Podemos encontrar alguma semelhança com as ordens religiosas medievais cristãs.

¹¹⁸ Francisco García Fitz, *ibidem* p. 9.

¹¹⁹ Pela captura e o afugentar as populações.

¹²⁰ Exceto Almansor que efetuou 5 campanhas fora dos períodos estivais, incluindo a vitória contra Galib.

¹²¹ Miguel Gomes Martins (Universidade Nova de Lisboa) – **Guerreiros de Pedra**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016. 398 p. ISBN 978-989-626-734-6. pp. 177-178.

perdia a capacidade de penetração no reduto ou ficava debilitada pela perda dos cavaleiros¹²², a infantaria abria alas à sua cavalaria que se encontrava no centro do reduto, para acabar com o resto da cavalaria ou infantaria inimiga¹²³.

Nos três séculos da dinastia Omíada, os exércitos variaram em função dos recursos financeiros e dos elementos que constituíam os corpos militares. Os exércitos ocupantes da Península Ibérica não podem ser comparados com os de Almansor, embora possamos dizer que a base de ambos eram os berberes, os exércitos de Almansor eram muito numerosos por via dos recursos económicos que tinha ao seu dispor. Os exércitos iniciais eram menos numerosos, embora vitoriosos, muito por via das políticas de alianças¹²⁴. Uma situação comum em algumas épocas era a submissão política e tributária, o que aconteceu com a chegada de Tárique e Musa. Com Abd al-Rahman III e Almansor – numa outra época –, prevalecia a aniquilação física do adversário, assim como a intolerância religiosa. Toda esta estrutura se desmoronou com o fim do Califado, os Reinos das Taifas levaram à fragmentação dos exércitos muçulmanos e à hierarquia centralizada califal. Quando a homogeneidade militar muçulmana assente na fidelidade a um soberano ruiu, deu espaço aos reinos cristãos que se tinham estruturado individualmente, unindo-se por vezes para a Reconquista, convictos das suas razões por via da fé e determinados com longos anos de experiência da guerra, voltaram às vitórias¹²⁵, embora ainda faltassem séculos para a vitória final, os Omíadas foram os inimigos mais temíveis dos cristãos e criaram condições para a continuidade do Islão e do al-Andalus.

5 - Os recursos e quotidiano no Garb al-Andalus

O Castelo Velho de Alcoutim estava inserido no Garb al-Andalus, sendo um entreposto comercial e fortificação militar, recebia a influência de quem transitava por aquele local e das guarnições que ali se acantonavam, a vida quotidiana no *Castelo* pode ser corroborada em muitos aspetos pelos achados arqueológicos, mas para uma perceção mais abrangente e relacionada com o exterior, há necessidade de conhecer a vida social, os comportamentos quotidianos, as ergonomias habitacionais, a religião, tudo o que nos possa ajudar a perceber o quotidiano naquele espaço, onde os comportamentos e ações não seriam muito diferentes do resto do al-Andalus.

5.1- A economia

5.1.1 - Os caminhos

Ao longo do tempo os caminhos foram sempre o elo de ligação das populações, pela Península Ibérica passaram diversos povos, uns de passagem, outros fixaram-se pelo território, todos eles verificaram as diferenças geográficas do território, de onde se destaca a cordilheira central que divide o Norte do Sul, sendo responsável por boa parte das

¹²² Os arqueiros numa posição recuada, mantinham a cadencia de tiro sobre a cavalaria ou infantaria inimiga.

¹²³ Francisco García Fitz, *op. cit.* p. 10.

¹²⁴ Comum em qualquer época no al-Andalus.

¹²⁵ Francisco García Fitz, *op. cit.* pp. 10-11.

caraterísticas meteorológicas destas duas grandes regiões, assim como da rede hidrográfica peninsular.

«Para o homem do Mediterrâneo – cartaginês, romano ou árabe – as diferenças entre o Norte brumoso e agreste e o Sul tão familiar...»¹²⁶

Nesta fronteira natural entre os rios Douro e Tejo, há quatro passagem principais que sempre foram usadas para o transporte de mercadorias pelos almocreves ou o percurso natural da deslocação dos exércitos. A oriente, pelo vale do Ebro a passagem ligava Valência a Saragoça e daí seguia para os territórios dos Vascos e dos Francos, na região que ficou conhecida por «marca superior». A partir de Saragoça, pela via romana¹²⁷ que ligava a Mérida e que passou a ser também um percurso muçulmano, encontramos outra passagem antes de Toledo, na bacia do Douro através do desfiladeiro de Medinaceli a Sória, região conhecida por «marca média», tinha a particularidade de ser a passagem mais central da Península, separava as duas Castelas, apresentava diversos caminhos e veredas, por aqui atravessavam pessoas e bens, sítios de transumância, importante região estratégica e fortificada, tinha sido local de passagem de generais romanos e das suas legiões, por esta passagem os conquistadores muçulmanos penetraram para Norte, comandados por Musa, por onde Abd ar-Rahman III impôs a unificação e al-Mansur atravessou para sustentar os cristãos. A terceira passagem situava-se na região da «marca inferior», muito próxima da atual fronteira entre Portugal e Espanha, pela «Via Romana da Prata», partia de Sevilha, passava por Mérida e chegava a norte às terras de Zamora e Leon. No extremo ocidental a última passagem dava-se em Coimbra através do Mondego, ligava Lisboa e Santarém à Galiza. Estas caraterísticas morfológicas e de divisão natural do território Ibérico, irão influir também na delimitação dos quatro reinos saídos da Reconquista; Aragão, Castela, Leão e Portugal¹²⁸.

Para além das vias terrestres, as marítimas também foram importantes. A Norte, o transporte era efetuado em pequenas embarcações e durante pequenos períodos anuais, devido à fragilidade das embarcações e ao rigor do Oceano Atlântico. Todo o tipo de mercadoria e novidades fluíam entre os portos da Aquitânia e os rios navegáveis da Galiza. Trocas que vão conduzir a um crescente sentimento de antagonismo contra o Islão. No outro extremo da cordilheira central, o clima era mais ameno o que permitia uma maior regularidade das trocas comerciais, havia uma maior afinidade cultural entre Sul da Península e o Rif marroquino, em oposição com o Norte Peninsular. Quanto à circulação fluvial, contornando a meseta central para sul, deparamos com três grandes rios; o Ebro, o Guadiana e o Guadalquivir. Para além de serem grandes vias de comunicação, navegáveis em extensões superiores às atuais, as embarcações conseguiam deslocar grandes quantidades de carga, várias vezes superior ao volume ou peso comparado com uma deslocação terrestre através de animais de carga, acrescentando que as

¹²⁶ Cláudio Torres - A Terra e os Homens. In MATOSO, José, coord. - **História de Portugal – Antes de Portugal**. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013. 624 p. ISBN 978-972-42-4919-3. Cap. p. 411-432. pp. 412.

¹²⁷ «Calçada Toledana».

¹²⁸ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* pp. 412-413.

vias terrestres eram mais morosas e inseguras. Estes cursos de água proporcionaram a irrigação de campos e hortas, onde foram climatizadas e prosperaram novas espécies trazidas pelos novos povos conquistadores. É também ao longo destes importantes rios que se vão desenvolver grandes cidades como Sevilha Córdoba e Granada que se localizam no que fora a Bética Romana. No Garb al-Andalus, cuja delimitação segue um traçado próximo ao da Lusitânia romana, diferenciado mais a norte por não passar do Mondego, a importante rede hidrográfica dos rios que se situam no que atualmente é Portugal, também foram importantes vias de navegação rápidas e seguras¹²⁹.

5.1.2 - Os recursos agrícolas

Com a ocupação do território peninsular por uma nova aristocracia islâmica, onde algumas possessões continuaram sob gestão dos mesmos senhores locais reconduzidos, a administração central muçulmana pouco interferia na organização produtiva rural e nas autonomias dos camponeses, a exploração dos solos e as formas produtivas eram orientadas para uma grande variedade de produtos cultivados, contrariando a tendência da monocultura de características feudais e mais controladora que se assistiu após a Reconquista. Independentemente da ordem social, tinham como obrigações a tributação e o pagamento dos impostos devidos que, passavam por uma organização estatizada e simultaneamente por outra comunitária rural e urbana, a própria aristocracia muçulmana¹³⁰ dependia da redistribuição dos tributos da administração central¹³¹.

A aristocracia detentora das grandes propriedades e herdades, da qual obtinham bons proveitos, não tinha autonomia em relação ao Estado, nem poderes absolutos em relação aos seus dependentes. Os seus benefícios e poder advinham das boas relações com o poder central, sendo clientes do poder real, estes «senhores» desempenhavam muitas das vezes funções de alcaide num castelo ou numa torre. Nestes terrenos, por norma possuidoras de boas terras de cultivo, os de sequeiro eram aproveitados para o cultivo de cereais, nas zonas de regadio para a policultura, trabalhada por assalariados à jorna contratados nas alcarias e povoados próximos¹³².

Para além das grandes propriedades e terras comunitárias, no al-Andalus existia um outro sistema fundiário; as hortas urbanas de pequena e média propriedade. Eram localizadas em terrenos férteis, dependentes de uma boa gestão do fornecimento da água que era feito através de canais de irrigação. Estas hortas de produção intensiva desenvolviam-se ao redor das cidades e povoados, algumas propriedades eram compostas com pomares ou olivais. Os seus proprietários normalmente habitavam na cidade, à qual num «movimento pendular» regressavam ao fim do dia¹³³.

Nos casos das comunidades agro-pastoris, a administração era efetuada por anciãos ou notáveis através de uma assembleia, geriam grandes territórios compostos por

¹²⁹ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 412-417.

¹³⁰ Fundiária ou urbana.

¹³¹ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 433-434.

¹³² Cláudio Torres, 2013, *ibidem.* p. 434.

¹³³ Cláudio Torres, 2013, *ibidem.* p. 434.

serras e vales no interior do território, podiam comercializar as produções excedentes, mas não estavam isentos do controlo político-militar¹³⁴.

Na extensão do Garb, os cereais produzidos em maior abundância eram o trigo e a cevada, as terras escolhidas eram as de Santarém, Badajoz, Évora, Beja, ou seja, uma grande parte do Alentejo. As espécies arbóreas predominantes eram; a figueira, a amendoeira, a videira, e a oliveira. Numa ordem decrescente podemos encontrar a romãzeira, a macieira e a ameixeira. Das hortaliças podemos destacar; beringelas, cabaços, cebola, fava, pepino, alface e couve-flor. Eram produzidas plantas aromáticas, destacando-se a flor de laranjeira entre outras, sendo esta uma das plantas introduzidas na Península pelos muçulmanos. Esta variedade alimentar no Garb, varia dos hábitos alimentares do Norte da Península, onde a base alimentar eram as farinhas e a carne. Quanto ao vinho, independentemente de todas as restrições e dos malefícios registados à época, produzia-se e consumia-se muito vinho¹³⁵.

Resumidamente, podemos dizer que nas terras de regadio eram produzidos legumes e produtos hortícolas. Nos terrenos de sequeiro, onde se usavam as técnicas de arroteamento, produziam-se diversos tipos de cereal. Como instrumentos pessoais básicos os camponeses utilizavam enxadas¹³⁶, foices¹³⁷, forquilhas, ancinhos e alcofas de esparta (não muito diferentes das ainda hoje usadas)¹³⁸.

A partir do século X, nas cidades importantes do al-Andaluz como Córdoba, Sevilha e Toledo, surgem os jardins botânicos. Aparecem os tratados de agronomia em 961 e o «Calendário de Córdoba». Nesse documento regulamentavam-se as atividades agrícolas, continham informações astronómicas e meteorológicas, pretendiam informar e educar os produtores sobre as melhores alturas para as sementeiras, colheitas e guarda de forragens, incluíam informação sobre as épocas desaconselháveis para certas práticas agrícolas, pela sua possível baixa produtividade ou perca das colheitas¹³⁹, tal como ainda hoje podemos encontrar em revistas da especialidade, nas embalagens das sementes ou etiquetas dos produtos agrícolas para semear.

As populações agrárias, para além de terem aproveitado os sistemas de rega existentes que vinham do período romano, como as alvercas¹⁴⁰ e represas com tanques de rega, difundiram-se outros métodos de regadio vindos do Oriente. Destacam-se três destes sistemas e os que mais perduraram, devidamente regulamentados para o melhor aproveitamento das águas e posterior irrigação dos solos hortícolas e frutícolas. A elevação das águas a partir dos rios e poços, podia ser feito por meio de *saniya*

¹³⁴ Cláudio Torres, 2013, *ibidem*. p. 434.

¹³⁵ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 434-436.

¹³⁶ De laminas triangulares ou trapezoidais.

¹³⁷ Lisa ou dentada.

¹³⁸ Helena Catarino, 1996, *op. cit.* p. 74.

¹³⁹ Helena Catarino, 1996, *op. cit.* p. 73.

¹⁴⁰ Pequeno tanque onde era recolhida a água que tinha sido elevada por um engenho.

(azenhas)¹⁴¹ e *na'ura* (noras)¹⁴², onde através dos *qadus* (alcatruzes)¹⁴³ a água era elevada por um sistema mecânico rotativo «sem fim», podiam ser movidos pela própria corrente dos rios, ou pela força animal nos poços. Também eram usados engenhos muito simples denominados picotas, a água era retirada normalmente de poços, com recurso a um balde suspenso de uma corda presa na ponta de uma vara longa, o eixo dessa vara apoiava-se num poste fixo ao chão, com contrapesos na ponta oposta ao balde. Ao longo de todo o al-Garb, do Mondego até ao Guadiana, foram utilizados todos estes tipos de engenhos, para o transporte da água à distância foram utilizadas canalizações subterrâneas conjuntamente com poços de sucção¹⁴⁴.

No Garb al-Andalus havia grande produção de carne, leite, manteiga, queijo e mel, devido às condições propícias dos montados do Sul do Andaluz. Em Évora e Beja, já existiam vastas áreas de produção cerealífera, sendo também regiões favoráveis à criação de gado de grande porte. Na região de Beja ainda se dedicavam a apicultura, aos curtumes e à produção de algodão. Havia territórios considerados como zonas de pastoreio livre, isentos de impostos, o que nos remete também para a prática da transumância. Em todo o al-Andalus abundava o gado ovino e caprino, os animais de capoeira, como coelhos e galinhas, eram criados em todas as granjas e quintas. Os cavalos andaluzes eram conhecidos pela sua boa qualidade, rápidos e resistentes foram sempre procurados e os seus descendentes ainda fazem parte da composição das coudelarias do sul Ibérico. Quanto à produção da carne de porco, embora interdita pelo Islão, mantinha-se a sua produção, tudo indica que era consumida pelos moçárabes¹⁴⁵.

A partir dos séculos X e XI, introduziram-se novos produtos alimentares como a cana-de-açúcar e o arroz, entre as plantas têxteis o algodão e o linho, a plantação da amoreira teve como fim a alimentação do bicho-da-seda, atividade praticada quase exclusivamente pelas mulheres. Em Beja havia manufaturas de algodão e no Sul do Garb estava generalizada a produção da lã, tal como se atesta pela quantidade de material ligado a essas manufaturas, encontrados nas intervenções arqueológicas¹⁴⁶.

A organização das diversas profissões artesanais e comerciais inicia-se a partir do século IX. Para cada grupo profissional havia um supervisor que se encontrava no topo da hierarquia, cuja autoridade era reconhecida por todos os outros membros. Para supervisionar a evolução dos negócios havia um almotacé, entre outras, tinha as funções de marcar e aferir os pesos e as medidas. Para as diversas medidas temos, a libra, o quintal e o quarto de quintal que equivalia a uma arroba¹⁴⁷. Os cereais mediam-se com o almude¹⁴⁸ e os seus submúltiplos¹⁴⁹. As unidades de capacidade – para os líquidos - como

¹⁴¹ Moinho e rodizio movido a água.

¹⁴² Engenho para tirar água normalmente movido por tração animal.

¹⁴³ Em forma de «balde» perfurado que se fixava em série na engrenagem do sistema de recolha de água.

¹⁴⁴ Helena Catarino, 1996, *ibidem* pp. 73-74.

¹⁴⁵ Helena Catarino, 1996, *op. cit.* pp. 74-75.

¹⁴⁶ Helena Catarino, 1996, *ibidem* p. 75.

¹⁴⁷ Esta medida de peso equivalia a 32 arráteis, arredondada atualmente para quinze quilos (Dicionário da Língua Portuguesa Porto Editora, 1977).

¹⁴⁸ Cerca de 25 litros no sistema métrico (*op. cit.* Dicionário – 1977).

¹⁴⁹ Almude = 12 canadas = 48 quartilhos = 0,5 litros (*op. cit.* Dicionário – 1977).

o azeite, o mel ou o leite, eram medidas pelo *tumm*, correspondia a um oitavo da arroba, cerca de 1,22 litros para o azeite. Como unidade de comprimento usava-se o côvado padrão¹⁵⁰. Quanto às medidas de superfície, usavam-se o côvado quadrado ou a jarda, medida agrária de dez côvados. As oficinas dos artífices agrupavam-se por ruas, bairros ou praças, estas instalações englobavam a produção e os postos de venda, os produtos manufaturados eram vendidos diretamente pelos artífices e comerciantes. As feiras tinham uma periodicidade semanal e situavam-se junto a uma das portas da cidade, local onde os camponeses podiam vender os seus produtos, depois das vendas poderiam adquirir os bens que necessitavam no interior da cidade, nos diversos comércios organizados conforme descrição anterior. Estes pontos de venda situavam-se em estruturas arquitetónicas típicas de um edifício comercial, agrupados por ruas, bairros ou pátios, com pórticos e galerias onde se podia encontrar todo o tipo de produtos artesanais e especiarias, produzidas localmente ou vindas do Oriente. O comércio externo era desempenhado por judeus e moçárabes que mantinham contactos e boas relações com os reinos cristãos. A atividade comercial e transaccional intensa obrigava a uma crescente circulação monetária, as primeiras moedas árabes peninsulares foram cunhadas em Sevilha, 712 a 714, passando depois para Córdoba, embora outras cidades também tenham cunhado moeda. As primeiras séries eram em ouro e cobre, seguiram-se emissões em árabe e latim. A partir de 720/ 721, passaram a circular os primeiros dinares árabes com indicação do ano da hégira (622)¹⁵¹ e o local da cunhagem¹⁵².

5.1.3 - Os minérios

Durante o Império Romano, a exploração mineira era um dos recursos indispensáveis para esta civilização, não seria possível a manutenção de tal Império sem um fornecimento constante de metais, para diversas finalidades, na área da defesa, construção, produção, transportes, etc. Por falta de estudos, durante algum tempo pensou-se que essa produção teria diminuído drasticamente, pela necessidade de manter estruturas administrativas e um exército forte, de forma a controlar todo o sistema de produção, transporte e da vigilância permanente de grandes quantidades de pessoas que trabalhavam nas minas, muitas delas diminuídas à condição de servos¹⁵³. No entanto, as continuadas prospeções e trabalhos arqueológicos, vieram a comprovar que no período islâmico, a produção mineira, o trabalho direto dos metais e as atividades ligadas à metalurgia, mantiveram-se, implantadas nas zonas e povoados onde já existiam essas atividades na Antiguidade, como Vipasca¹⁵⁴, Lousal, Rio Tinto, ou por todo o Sudoeste Ibérico na faixa piritosa, onde existia uma vasta mineração artesanal, o metal aflorava à superfície, como o ouro e a prata que rapidamente se esgotava, estes metais para além da

¹⁵⁰ Feito a partir de uma cópia do que servia para medir a subida das águas do Nilo, cerca de 0,66m (*op. cit.* Dicionário – 1977).

¹⁵¹ Ano da fuga de Maomé de Meca para Medina.

¹⁵² Helena Catarino – A ocupação islâmica, 1996, *op. cit.* pp. 76-78.

¹⁵³ «Escravos».

¹⁵⁴ Aljustrel.

cunhagem da moeda, também era usado em adornos e peças decorativas, confirmando o estatuto social superior de quem o possuía¹⁵⁵.

O Algarve Oriental serrano que a Norte é a continuidade geológica do Alentejo e a oriente tem como fronteira natural o Guadiana, genericamente, foi sempre um território de fraca produção agrícola, no entanto, há vestígios da ocupação humana desde tempos remotos e uma densa ocupação da região desde a presença romana na Península, verificável desde logo pelos topónimos da região¹⁵⁶. Para haver uma noção da exploração mineira que pudesse ser extrapolada para o período muçulmano, a Professora Doutora Helena Catarino efetuou o levantamento das concessões das licenças para exploração de minério, referente ao período final do século XIX, através dos arquivos da Câmara Municipal de Alcoutim¹⁵⁷. Embora estes dados não nos permitam saber quantas destas minas estavam em exploração no período muçulmano, muito menos saber os valores da produção do minério e preços ao longo do período da ocupação do Castelo Velho de Alcoutim, no entanto, pelos quadros que se apresentam, tendo como fonte o levantamento mineiro da autora citada, é evidenciada a ocupação territorial pela riqueza mineral da região que se estende desde o Alentejo, indispensável para o desenvolvimento regional¹⁵⁸.

Destes quadros podemos confirmar a riqueza mineral existente no solo e subsolo do Concelho de Alcoutim. Não obstante as reservas já referidas por não sabermos as quantidades de minério extraídas do local nos períodos de ocupação muçulmana, a quantidade de sítios descritos, indicia que por essa altura a ocupação e a população era considerável e as motivações não seriam os recursos agrícolas, suficientes para a subsistência e algum comércio, mas o interesse residia na riqueza mineral.

A partir dos quadros anexos, podemos ter uma ideia da percentagem do tipo de minério explorado (arredondados à segunda casa decimal); cobre 67,22%, prata, 1,72%, manganés 18,96%, antimónio 6,89%, chumbo 2,58%, barite 1,72% e calcopirite 0,86%. De referir que na maioria das situações cada mina produzia mais do que um minério, estes estão compactados na massa lítica. A sua distribuição ao longo do espaço geográfico, não é homogénea, o cobre era o minério predominante nas explorações das regiões referidas à data dos registos.

Estas ocupações com vista à exploração mineira, comunicavam através de estradas e caminhos, alguns ainda com utilização e toponímia em uso, como «calçada», «estrada» e «portela», pré identificativos dessas vias. Também continua em uso a microtoponímia regional como identificação de espaços rurais e a contínua reutilização dos sítios, designados por «alcaria», «alcarias» ou «alcariais», associados a olivais antigos ou espaços desertificados. As designações antroponímicas estão associadas a

¹⁵⁵ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp 436-437.

¹⁵⁶ Helena Catarino (Universidade de Coimbra) – **O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica – Povoamentos e Recintos Fortificados**. 3 volumes - *Al-'Uliã*. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 6, Volume I. Loulé: Gráfica Comercial Arnaldo matos Pereira Lda., 1997/98. 1306 p. SSN 0872-2323. p. 133.

¹⁵⁷ Minas exploradas e registadas no século XIX, quadros 1 a 5, em Anexos de Quadros.

¹⁵⁸ Helena Catarino, 1997/98, *op. cit.* pp. 263-264.

«barrancos», «montes» e «terrenos agrícolas». Os topónimos com nomes e santos terão origem provável num período tardo-romano e visigótico. Os topónimos como «peleja», «atalaia», «sentinela», «fortim», «fortes», «altamura» ou «castelo», indicam que seriam sítios de fortificações defensivas; atalaias ou castelos. Em muitos casos não verificável de imediato pela ruína total das estruturas, do que poderiam ser defesas rurais muçulmanas¹⁵⁹. Nas escavações arqueológicas de 2002 e 2003, foram descobertos no Castelo Velho de Alcoutim quatro fornos de redução/ fundição¹⁶⁰, corroborando o grande interesse local pela extração, produção e comércio do minério¹⁶¹.

5.2 – O quotidiano

5.2.1 – As populações e etnias

Durante o período temporal medievo em apreço, as populações não tinham como hábito o afastamento ou mesmo o abandono dos seus *habitats*, quando aconteciam movimentações das populações, eram devidas a cataclismos naturais com a extinção das condições de vida anteriores, conflitos armados, fomes ou doenças. Neste contexto, houve sempre aventureiros à procura de outro modo de vida, exilados, grupos alargados que se deslocaram de zonas isoladas e pouco produtivas, onde imperava a má nutrição e ausência de qualidade de vida, deslocando-se para regiões mais férteis e com maior densidade populacional, onde a segurança e sobrevivência do grupo aparentava estar garantida. Estas movimentações humanas, originaram regiões com forte densidade populacional organizada socialmente como as cidades, com capacidade de se protegerem eficazmente dos elementos e dos animais selvagens, em contrapartida com áreas abandonadas devido à inospitalidade do meio¹⁶², é nestes contextos sociais¹⁶³, em ambiente de ruralidade, numa região de atividade mineira e do seu escoamento por via fluvial e por essa via de trocas comerciais, que se implanta o Castelo Velho de Alcoutim.

As razões descritas anteriormente, aliadas à localização geográfica fronteiriça continental da Península, deram origem a cidades com diferenciação étnica dos seus habitantes, bem evidentes através da fisionomia, vestuário, hábitos culturais e a religião. A introdução de novos produtos alimentares, artefactos e inovações civilizacionais, vão influenciar e de certa maneira alterar hábitos culturais ao nível da gastronomia, do pensamento, do conhecimento e das relações sociais. Ao invés, as novas ideias e costumes quando chegavam ao interior rural – muito por via dos almocreves -, acabavam por não alterar ou afetar grandemente o quotidiano dessas comunidades agro-pastoris, poucas alterações houve no amanho da terra, nos utensílios de trabalho, no pastoreio, na confecção dos utensílios de uso diário, na construção das habitações ou nos costumes e rotinas diárias¹⁶⁴.

¹⁵⁹ Helena Catarino, 1997/98, *op. cit.* pp. 136-264.

¹⁶⁰ Ou, poderão ser três fornos de redução/ fundição, onde um de eles é composto, o grau de destruição avançada impede a certeza.

¹⁶¹ Endovélico Portal do Arqueólogo. CNS: 2649. [Consult. 03 mai. 2016]. Disponível em: <mhtml:file:///C:/Users/wrtctnbnr/Documents/Castelo Velho de Alcoutim/Portal do Arqueologo>.

¹⁶² Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* p. 418.

¹⁶³ Para além das populações autóctones as que se fixam por via da ocupação muçulmana.

¹⁶⁴ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 418-419.

As relações comerciais e mesmo a movimentação das pessoas na Península, faziam-se tendo em conta os acidentes orográficos e as vias de comunicação, independentemente de ter havido sempre contactos permanentes entre o norte e o sul da Hispânia. Os caminhos do sul levavam inevitavelmente ao câmbio económico e humano com o Norte de África e com as rotas marítimas mediterrâneas, por esta via, durante séculos aportaram na Península diversos povos. As rotas fluviais e terrestres nos territórios do Garb al-Andaluz tinham primazia em relação às ligações perigosas de cabotagem Atlântica, num corredor que ligava Coimbra, Lisboa e Beja, nestas cidades instalaram-se diversas populações de origem étnica variada, mesmo num período pré-islâmico, estas trouxeram consigo as primeiras religiões de salvação da humanidade, como o mitraísmo, o judaísmo e o cristianismo, nas suas diversas variantes¹⁶⁵.

Com o desmoronamento do Império Romano¹⁶⁶ a partir do século IV d.C., são estas comunidades de diferentes origens étnicas que vão organizar as funcionalidades urbanas, ao criar novas estruturas agregadoras da sociedade, mantendo a dinâmica organizacional da sociedade e a económica, beneficiando do carácter multicultural, a comunidade de origem oriental mantém os contactos e rotas com os portos longínquos onde se estabelecem os mercadores ricos do oriente mediterrânico, pertencendo a comunidades judaicas e cristãs. São estas comunidades de cariz urbana que principiam a introdução do Islão, esta religião adapta-se às novas necessidades e interesses internacionais, para além dos interesses mercantis. A partir do século IX os caminhos marítimos tornam-se mais seguros com a pacificação de algumas regiões e o maior policiamento dos portos, aumentam as viagens de longo curso, com mercadorias oriundas do Mar Vermelho, do Golfo Pérsio, especiarias do Indico e sedas do Extremo Oriente¹⁶⁷.

As elites islâmicas florescem no Ocidente Ibérico urbano muçulmano, diretamente ligado ao aumento da sua influência territorial e nas exigências com a monarquia administradora ocupante. A guarda palaciana era mobilizada com a composição de forças mercenárias profissionais contratadas em regiões externas. Esta situação não é nova, entendia-se que com o desenvolvimento civilizacional e urbano, o espírito guerreiro tinha enfraquecido ou mesmo perdeu-se¹⁶⁸, sendo necessário recrutar guerreiros mais aptos em locais cujas condições de vida eram duras e rudes, onde a prontidão e o alerta do guerreiro mantiveram-se mais ativos.

«As guardas reais, ou corpos de elite andaluzas, iam buscar os seus combatentes às estepes russas ou montanhas asturianas, através de um florescente mercado de escravos que atravessa toda a Europa. As crianças e adolescentes, depois de dominarem perfeitamente a língua árabe, eram treinadas nas artes marciais e preparadas ideologicamente dentro da religião muçulmana. Estes homens do Norte, eunucos ou não, eram sobretudo guardas de corpo com poderes

¹⁶⁵ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* pp. 418-419.

¹⁶⁶ Do Ocidente.

¹⁶⁷ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* p. 420.

¹⁶⁸ Uma alusão direta às legiões romanas.

*excepcionais junto dos senhores, o que por várias vezes lhes permitiu urdir e executar golpes palacianos mais ou menos duradouros.»*¹⁶⁹

Essa situação originou que amiúde o grosso do exército andaluz foi constituído por cavaleiros berberes norte africanos, recrutados com consentimento da tribo a que pertenciam, estes combatentes eram homens livres. Menos habitual, mas possível em determinadas condições, era o guerreiro ser acompanhado por parte da família. Os guerreiros oriundos da região do Rif ou das areias do deserto, eram profissionais e eram pagos diretamente pelos cofres reais em tempo de paz, durante a participação na guerra tinham direitos ao saque. Estes combatentes eram colocados em zonas periféricas como o al-Garb, longe da capital e dos centros urbanos, é muito provável que as fortificações do Baixo Guadiana – e nesta linha o Castelo Velho de Alcoutim –, estivessem sob a guarda destes combatentes. Estes homens pertenciam a etnias rudes e conflituosas, eram bem pagos para evitar possíveis revoltas, tinham a missão de defender as linhas de fronteira, nas localidades periféricas, caminhos e passagens de montanha, ficavam instalados num *hisn*, defendiam o território em nome do poder emiral ou califal e estavam às ordens de um senhor local, vassalo e nomeado por Córdova que protegia os interesses políticos e económicos do soberano. Após a desmobilização, dificilmente se misturavam com os camponeses locais, deslocavam-se em grupo ou separados para os centros urbanos e cosmopolitas. Habitualmente estes guerreiros já não regressavam à terra de origem, onde teriam à sua espera uma vida de pastoreio, nas terras inóspitas e áridas do Norte de África.¹⁷⁰

Estas diferenciações étnicas e culturais no al-Andalus, com a permanente afluência de comerciantes e combatentes às *urbes*, vão adensar as contradições sociais, proliferação linguística e diferenciações religiosas, situação que com o passar do tempo, se verificou nos meios rurais. Os centros urbanos captaram mais de metade da população – 4 a 5 milhões para a população da Andaluzia e meio milhão para o Garb¹⁷¹, neste espaço coabitaram os diferentes grupos étnicos e desenvolveram as suas atividades económicas e profissionais. Nas cidades aglomeravam-se mercadores, artesãos e antigos camponeses, com novas atividades de hortelões/ jardineiros¹⁷². As variadas etnias, organizam-se em comunidades de rua ou bairro, os dialetos oriundos dos mais variados locais, provocam uma mistura sonora pela cidade, nos locais de maior afluência comercial, caracterizando desta forma a cidade mediterrânica¹⁷³.

Quanto às influências religiosas que se podiam encontrar nos meios urbanos, haviam os cristãos moçárabes que participavam regularmente nos ritos e festividades da

¹⁶⁹ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* pp. 420-421.

¹⁷⁰ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 421.

¹⁷¹ Valores avançados pelo autor citado anteriormente, cuja fonte é Garcia de Cortázar, 1988, 70.

¹⁷² Esta atividade em pequenos espaços tinha um propósito pragmático; refrescar o ambiente através de pequenos lagos, ambientar o meio através de plantas aromáticas, etc. Em segundo lugar o decorativo, como o exemplo dos jardins do Alhambra.

¹⁷³ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 421-422.

sua paróquia, eram cristãos do culto oriental, monofisita¹⁷⁴ ou adopcionista¹⁷⁵. Os judeus ortodoxos ou já conversos. Os sírios, os alexandrinos, os sicilianos ou os malteses islâmicos. Em comum tinham o facto de viverem na mesma cidade, serem homens de negócios, como os negociantes do cabedal, com interesses comuns em vários portos do Mediterrâneo. A língua predominante era o árabe, a partir do século X passou a ser a língua internacional do comércio e da cultura¹⁷⁶.

Quanto à correlação do número de habitantes, meio urbano *versus* meio rural, para uma cidade com cem mil habitantes, incluindo o perímetro urbano e o seu termo, teríamos um número próximo de habitantes a viver dispersos no meio rural, de forma independente da cidade, mas integrada nesta e nos seus circuitos comerciais. No Algarve proliferavam hortas e pomares, apresentava também uma costa na maioria dos dias do ano com «mar chão», permitindo pesca abundante durante quase todo o ano. Fora dos centros urbanos haviam vastos territórios com manchas florestais, pastagens e matos, por onde passavam os rebanhos transumantes, mantinham-se as comunidades rurais que vinham ainda do período visigótico, pastores que também praticam uma agricultura de sobrevivência, desde as costas do Sul Ibérico do maciço central até às serranias do Algarve¹⁷⁷.

A aristocracia inicialmente de origem árabe ou iemenita, devido à cisão dinástica com Bagdad, passou a ser de descendência cordovesa, residindo nesses espaços palacianos com os maiores confortos coevos. A política e o poder militar eram repartidos com os descendentes da aristocracia hispano-goda, quase na totalidade foi islamizada no século X, para manterem as famílias nos cargos como sucessores, tiveram a preocupação de casar os filhos com princesas de origem árabe, procuraram genealogias filiadas em Damasco ou em Bagdade¹⁷⁸.

5.2.2 - As línguas e dialetos

A partir do século VIII, começou o início da arabização no Garb al-Andaluz, de uma forma descontinuada. Na maioria da Península Ibérica falava-se o latim vulgar, diferente do latim clássico, não existia uma uniformização em todo o espaço latinizado. Esta situação devia-se à existência de línguas próprias, profundamente enraizadas, anteriores à latinização do um vasto território *romanizado*, neste espaço cada população adaptava livremente a nova língua, evoluindo livremente de forma criativa no falar quotidiano. No meio clerical a situação era diferente, havia a preocupação de manter a língua latina clássica. Com a crescente influência do árabe que se impôs no espaço urbano, em simultâneo com o enfraquecimento eclesiástico cristão, os modos de falar passam a variar devido às «misturas» dos dialetos latinos com a nova língua. As diferentes etnias que percorreram o espaço geográfico peninsular, desprovidas de uniformidade, em relação à diversidade dos centros urbanos e à sua própria estrutura e ocupação da cidade, provocou modos e entoações no falar, perfeitamente distintos no norte em relação ao sul.

¹⁷⁴ Doutrina de uma das seitas Cristãs consideradas heréticas com origem no Oriente.

¹⁷⁵ Heresia que apresenta Cristo não como verdadeiro filho de Deus, mas simplesmente adotivo.

¹⁷⁶ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 422.

¹⁷⁷ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 422.

¹⁷⁸ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 421.

Estas formas que se mantêm não são desvios ou mal falares em relação à normalização linguística, mas desenvolvimentos locais linguísticos que se mantêm, anteriores em relação à Reconquista¹⁷⁹.

Nas cidades destas regiões viviam comunidades judias, no entanto, é pouco provável que tivessem tido alguma influência linguística na Península com o hebraico. Como língua falada tinha deixado de ser praticada dois séculos antes de Cristo, usada apenas nos atos litúrgicos. Esta língua semítica, mesmo nos meios intelectuais, não teria sido usada antes do século X, com base na criação de uma gramática nessa data na cidade de Córdoba. Só a partir do século XIV são conhecidas inscrições hebraicas no espaço ocidental peninsular¹⁸⁰.

Com o grande incremento do intercâmbio comercial, é credível que os mercadores fossem os pioneiros e melhores vinculadores da língua e cultura árabe, porventura em detrimento dos exércitos e forças invasoras, entenda-se que por motivos óbvios os primeiros aproximavam as populações, os segundos eliminavam e afugentavam essas mesmas populações. A partir do século VIII, estes mercadores, de uma forma pacífica através das trocas comerciais entre as diversas etnias acabaram por afirmar o árabe como língua franca, o meio de comunicação privilegiado do comércio mediterrânico. Também são os portadores de uma nova religião; o Islão. Na disseminação linguística e religiosa, esta última acaba por afetar o al-Andalus de forma mais célere que a linguística; a conversão foi mais rápida do que a aprendizagem de um novo idioma¹⁸¹.

5.2.3 - A habitação

A «fronteira» geocultural noete /sul, aliada ao clima, influenciou a forma de construir e habitar os espaços, a volumetria e funcionalidades da casa, do mesmo modo, a constituição da família e as estruturas parentais também modelaram a organização e a gestão da casa e como a habitavam¹⁸².

A apropriação senhorial generalizada nos séculos X e XI, contribuiu para um povoamento disperso em aldeolas e lugarejos, essas medidas vão influir diretamente na formação da célula conjugal. Com a Reconquista este modelo é adotado ao Sul, principalmente no meio urbano. Ao nível das famílias, as características da cidade mediterrânica, baseada na cidade islâmica devido ao comércio, apresentava clãs familiares alargados, com um conjunto diversificado de famílias de dimensão variada, forte união onde se mantinha o princípio endogâmico, podendo haver grupos que se afastavam desta «norma», praticando uma forma de endogamia tradicional, ou seja, parentalidade entre a totalidade do grupo ou de uma pequena sociedade¹⁸³. Situação muito provável entre famílias alargadas deslocadas em ambientes rurais, mas de forte atividade

¹⁷⁹ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* p. 423.

¹⁸⁰ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 423.

¹⁸¹ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 423-424.

¹⁸² Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* p. 425.

¹⁸³ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 425-426.

comercial, exemplo de um pequeno estrato familiar como o do alcaide, a viver num espaço com características urbanas, como um alcácer.

Quanto aos materiais usados na construção, eram os disponíveis localmente para o efeito, a pedra granítica encontrava-se em maior abundância no norte, a alvenaria de terra cozida e o adobe eram mais usados no sul. No norte, o armazenamento e ensilagem de vinhos e cereais, eram em cascos de madeira e em espigueiros, em contraste com as talhas de barro e covas abertas no solo a sul. As casas no norte projetavam-se em altura e os espaços eram coabitados com animais domésticos, alojados no piso térreo¹⁸⁴, no Sul as habitações eram térreas, organizadas em planta centrada aberta para o interior, os animais tinham espaços próprios separados dos humanos¹⁸⁵, com exceção para os animais de guarda de bens e alimentos¹⁸⁶. A água no sul existiu sempre em menor quantidade, situação que obrigava à canalização desta para o interior das habitações e o seu armazenamento em cisternas, também nesta latitude, as características climáticas mediterrâneas deram lugar a pátios e logradouros a céu aberto, características da *alcáçova* que nela incorporam o núcleo da organização civilizacional da urbanização do al-Andalus. Com a Reconquista foram eliminados muitos traços típicos da arquitetura muçulmana nas cidades, muito pela influência senhorial, com as comunidades divididas em células unifamiliares, nestas condições os espaços eram de difícil gestão, pouco funcionais ou compreensíveis em termos culturais¹⁸⁷.

Os povoamentos islâmicos eram habitados por uma camada social com interesses comuns e contatos permanentes entre si, movia-se e articulava-se em função do indivíduo num espaço muito coletivo. Esta típica dicotomia habitação/ sociedade, pode ser encontrada ao longo dos povoados urbanos mediterrânicos, com variantes funcionais provocadas por especificidades pragmáticas várias, exigências de acomodação da célula humana ou modelação de uso estrutural, onde normalmente o clã ocupa o casario ao longo de toda a rua. Cada casa tem espaços comunitários, como o forno, esgotos e fossas, com áreas úteis entre os 80m² e os 200 m², tinham capacidade para acomodar um subnúcleo familiar de 8 a 10 pessoas¹⁸⁸.

A mobilidade da casa urbana acentuou-se na casa rural, com maior complexidade e mais polivalência nos espaços e compartimentos. No sul do Garb a habitação rural era constituída por módulos pluricelulares que se organizavam preferencialmente em redor de um espaço por norma retangular, envolvendo-o por dois ou três dos lados. A porte da entrada dava para um pátio, os compartimentos alongados rodeavam-no parcialmente, uma solução pragmática que é visível na distribuição habitacional no Castelo Velho de Alcoutim. Estes compartimentos habitacionais caracterizam-se pela sua utilização; casa do fogo, armazéns, alcovas, etc. Estes espaços habitacionais rurais polivalentes, tiveram

¹⁸⁴ Jorge Mascarenhas – **Sistemas de Construção – XV – Arquitetura Popular Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2015. 234 p. ISBN 978-972-24-1796-9. p. 91.

¹⁸⁵ Jorge Mascarenhas, 2015, *op. cit.* p. 202.

¹⁸⁶ Cães e gatos.

¹⁸⁷ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 426-427.

¹⁸⁸ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 428.

alterações de composição ao longo o tempo¹⁸⁹, em função das alterações familiares, como o alargamento do clã por via do casamento. Esta tipologia habitacional modular do interior rural sul, percorreu este período até meados do século XX¹⁹⁰, podem-se verificar estas características descritas nos montes alentejanos ou no interior algarvio¹⁹¹, esta tipologia tem paralelos com o Sharq al-Andalus, nas serranias de Toledo ou nos povoamentos da Argélia. Ao contrário, a funcionalidade e longevidade clássica encontrada na casa rural, não se manteve na casa urbana, de onde a traça ancestral quase desaparece com alguns resquícios dos espaços públicos e privados dos logradouros. A Reconquista alterou esse espaço familiar e recatado de caris mediterrânico, um espaço por excelência de mulheres¹⁹²

5.2.4 - A família, a alimentação e o vestuário

A mulher no Garb al-Andalus estava integrada e fazia parte integrante dos diversos grupos sociais em que se inseria, tinha o controlo tradicional sobre o lar, interferindo também nos espaços exteriores e públicos; tinha a partilha dos trabalhos, a administração da casa e dos campos, podendo assumir por completo os trabalhos agrícolas na ausência do homem¹⁹³. A habitação plurimodular do espaço rural era bastante funcional e organizacional, ajudava e promovia a produtividade, no armazenamento e transformação dos produtos, influía nos resultados benignos da economia familiar, onde participam as três gerações familiares¹⁹⁴, com trabalhos diferenciados ou comuns, onde poderão participar outros elementos da família, como sobrinhas ou noras¹⁹⁵.

Sazonalmente haviam trabalhos a desenvolver para garantir os produtos para o resto do ano. A azeitona era colhida e esmagada no início do inverno para a produção do azeite que tinha diversos usos. Os cereais eram moídos em pequenas mós manuais, da farinha de milho faziam-se as papas, da farinha de trigo o pão. A produção de queijos ocorria na primavera, usavam o leite de cabra e ovelha, aproveitando a altura do nascimento dos novos rebanhos e da amamentação, esta confeção era executada pelas mulheres. No o verão era altura de preparar as conservas, os frutos utilizados na sua preparação eram os figos, as uvas e as ameixas. Em qualquer momento são executados outros trabalhos como os de fiar a lã ou preparar o linho, desde a apanha ou tosquia¹⁹⁶ até ao tear desenvolvia-se um elaborado e sequencial trabalho¹⁹⁷ que, culminavam nas

¹⁸⁹ **Património rural construído do Baixo Guadiana**. Vila Real de santo António: Editora do Guadiana, 2004. 216 p. Odiana – associação para o desenvolvimento do Baixo Guadiana. ISBN 972.99686-1-6. pp. 19-203.

¹⁹⁰ Com adaptações provocadas com a evolução do próprio meio durante esse tempo.

¹⁹¹ **Património rural construído do Baixo Guadiana**, 2004, ibidem pp. 19-203.

¹⁹² Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* p. 429.

¹⁹³ De forma permanente na perca definitiva do homem, ou cíclica durante as transumâncias.

¹⁹⁴ Avó, mãe e filha.

¹⁹⁵ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 429-430.

¹⁹⁶ Que ocorre no início dos períodos estivais.

¹⁹⁷ As estopas e os linhos serviam para camisas e saias durante o verão, no inverno usavam sorianos e surrobecos.

diversas roupas usadas pelo grupo familiar, podendo mesmo alguns servir como «troca direta» nas feiras e mercados, como o exemplo das mantas de lã para o inverno¹⁹⁸.

No Alentejo e no barrocal algarvio podiam coexistir grupos familiares, cuja representação familiar era mais reduzida e dedicavam-se exclusivamente ao amanho da terra. Habitavam em pequenos povoados com cerca de meia dúzia de casas, erguidas sobre as ruínas de alguma antiga *villa* romana, ao seu redor encontravam-se terrenos férteis, propícios para boas produções agrícolas. Estas propriedades poderiam pertencer a um abastado comerciante, este vivia na cidade e mantinha estes grupos familiares como seus assalariados. Estes espaços rurais descritos, não se encontravam muito distantes dos aglomerados urbanos significativos. Quanto ao panteão dos seus deuses, à semelhança dos agricultores serranos, tudo indica que eram os do panteão rural paleocristão, influenciado com rituais islamizados pelo calendário lunar. Pela proximidade ao espaço urbano, havia uma maior dependência dos mercados aí existentes, com uma completa assimilação fiduciária dos circuitos monetários. A mulher nestes espaços de proximidade urbana, continuava a tecer e confeccionar boa parte da roupa familiar, executava a preparação e conservação dos alimentos. A proximidade dos mercados urbanos proporcionava o acesso a uma maior variedade de produtos artesanais e de maior qualidade. Em comparação, a casa serrana é muito mais austera, segue um regime de autossuficiência, onde a moeda tem muito menos uso ou é guardada, predominando a «troca direta»¹⁹⁹.

Em ambas as tipologias rurais, o mobiliário era constituído por inúmeros potes e talhas de tamanhos variados encostados às paredes, os vasilhames mais pequenos encontravam-se pendurados dos barrotes do telhado, ou de paus cravados nas paredes, onde foram aproveitados os orifícios deixados pelos suportes dos taipais aquando da construção das paredes. Eram nestes vasilhames suspensos, fora do alcance dos roedores que se conservavam as gorduras e as manteigas, assim como a conservação do figo, da amêndoa e da uva-passa. Nos potes maiores guardavam-se as azeitonas, o grão-de-bico, a fava e as diversas farinhas. Nas talhas maiores eram armazenados os azeites²⁰⁰, o vinagre, o mel e a água, mantida fresca nas peças mais decoradas e colocadas em local de maior visibilidade. O chão das cozinhas habitualmente era de terra batida, nelas existiam também uma lareira, a quantidade e diversidade dos recipientes era superior a qualquer outra divisão, o espaço disponível era pouco, por onde se manuseavam os alguidares e confeccionavam os alimentos, o fogo ardia sobre alguns tijolos assentados de forma irregular, ou numa concavidade previamente argamassada, onde também coziavam o pão-de-cinza, consumido tanto no espaço rural como nas cidades pelos estratos mais pobres²⁰¹.

Não existiam móveis de madeira, armários, mesas ou cadeiras²⁰², todos os objetos estavam distribuídos pelo chão, onde eram manuseados pelas mulheres que adotavam

¹⁹⁸ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 430.

¹⁹⁹ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 430.

²⁰⁰ O azeite da produção mais recente era usado para a alimentação, o mais antigo para a iluminação ou outros fins, de um ano para o outro começava a criar ranço.

²⁰¹ Cláudio Torres, 2013, *op. cit.* pp. 430-431.

²⁰² O mobiliário tal como o conhecemos hoje é mais tardio.

uma posição ajoelhada ou sentada sobre os calcanhares, podia haver pequenos bancos ou poiais em alvenaria, estes pequenos assentos podiam estar no exterior da casa, junto à porta da entrada ou no pátio. A louça necessária à elaboração dos alimentos e para os servir, eram guardados em prateleiras na cozinha, nos vãos da própria estrutura habitacional ou escavadas nas grossas paredes de taipa. As louças eram constituídas por panelas de barro grosseiro com capacidade para resistir ao fogo, com duas asas e fundo convexo para melhor se encaixar no borralho, aqui eram confeccionadas a quase totalidade das refeições, cozidas lentamente, incluíam os ossos que algum proveito lhes seria dado. Os alimentos baseavam-se em guisados ou cozidos, nestas confeções encontrava-se quase sempre grão-de-bico, favas ou lentilhas, junto com os legumes da época, estes em bastante quantidade. Nas épocas festivas, o conteúdo era melhorado com a inclusão de carne de borrego ou carneiro que era a mais apreciada, na sua ausência poderiam usar carne de galinha ou coelho. As panelas para a confeção dos alimentos tinham uma boca larga, com tampa perfurada para permitir a lenta saída do vapor, o caldo poderia ser acrescentado e assim podia ser aproveitado para a confeção de outros alimentos tradicionais, como a açorda tradicional do Alentejo, conhecida como *tarid* ou *tarida*, era preparada com pedaços de pão num caldo com gordura animal ou azeite e ervas aromáticas. O *harisa*, consistia no uso do pão como base juntamente com carne picada e gordura, tudo amassado era frito numa frigideira com azeite. Na ementa ainda poderiam ser encontradas as almondegas ou o escabeche²⁰³. Nesta cozinha tradicional preparavam-se diversos fritos, como beringelas passadas, pão frito com ovos, ou as filhoses. Nos doces confeccionavam o arroz-doce polvilhado com canela, as queijadas, os doces de pinhão e de pasta de amêndoa²⁰⁴.

Numa relação hierarquizada da importância que se dava e aos consumos dos alimentos no Garb al- Andalus, podemos dizer que a base da alimentação era o pão, seguido dos legumes, das frutas, da carne e do peixe. Como condimentos aromáticos usavam; orégãos, coentros, alecrim e hortelã-pimenta apreciada para o chá²⁰⁵.

Para o consumo das refeições, eram usadas tigelas vidradas de variados tamanhos, conforme o número de pessoas presentes na refeição, só se colocava à disposição dos presentes uma tija com comida, sobre uma manta ou esteira, de onde todos se serviam, numa ordem hierarquizada dentro da família. O local da refeição poderia ser no pátio, onde também poderia estar um fogareiro para confeccionar alimentos. Mesmos nos meios rurais serranos mais pobres eram utilizadas colheres em madeira, era colocado à disposição dos presentes uma bilha ou um outro tipo de vasilhame próprio para se beber, o uso era coletivo e circulava entre os presentes²⁰⁶.

À noite acendiam-se os candis, por norma estavam em pequenos nichos nas paredes, esses locais tinham a vantagem de dispersar a luminosidade, estavam mais protegidos e por isso era mais seguro e facilitava o acesso e transporte, o combustível

²⁰³ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 431.

²⁰⁴ Helena Catarino, 1996, *ibidem* p. 75.

²⁰⁵ Helena Catarino, 1996, *ibidem* p. 75.

²⁰⁶ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 431.

iluminante era o azeite. Para dormir descansavam numa pequena habitação ou parte de quarto de dormir destinado ao leito, a alcova²⁰⁷, dependendo da região podiam pernoitar no pátio durante as estações mais quentes, dormiam sobre um espaço previamente preparado para que houvesse mais conforto, podiam estender uma pele de cordeiro, esteira ou uma manta de lã azeitada (tradição serrana)²⁰⁸.

O mobiliário citadino diferia do rural em quantidade e qualidade, o solo era revestido por argamassa pintada de vermelho ou formas geométricas, podendo mesmo ser ladrilhado, em função das posses do proprietário. Era ao nível do chão que a vida se processava, por isso os cuidados apresentados neste espaço, refletia a qualidade da mulher como dona-de-casa. As paredes interiores e exteriores eram caiadas, por vezes com alguma decoração nos lambrins e rodapés, as salas eram separadas das alcovas por cortinas em tecidos finos e coloridos, o leito podia assentar em arcos de alvenaria que permitia um conforto acrescido, as louças e artefactos domésticos no al-Andalus eram de uma enorme variedade funcional, com variedade decorativa que marcou toda a produção artesanal no Ocidente Mediterrâneo²⁰⁹.

Os castelos Omíadas

6 - As fortificações militares do al-Andalus

Este capítulo pretende identificar os padrões, os aparelhos e as semelhanças das fortificações do período Omíada no al-Andalus. As reações das populações autóctones e a progressão da ocupação deste território pelos muçulmanos, as soluções arquitetónicas defensivas encontradas ao longo do Emirato e Califado omíada, assim como ainda nos Reinos de Taifas, de forma a podermos compreender e identificar genericamente as estruturas arquitetónicas militares dessa época, num contexto de adaptação às necessidades dos tempos coevos.

*«O território do Garb-al-Andaluz constitui, do ponto de vista da história política da civilização islâmica peninsular, uma zona particular, caracterizada por uma dinâmica que acompanha, com um ritmo próprio, os acontecimentos ocorridos na esfera dos grandes centros de decisão. Espaço geograficamente afastado das cidades que protagonizavam a centralização política entre os séculos VIII e XIII (Sevilha e Córdoba), nele tiveram lugar acontecimentos que marcaram, de forma decisiva, a vida das populações aí residentes e foram, em determinadas ocasiões, de uma extrema importância para a revolução da história política peninsular no seu todo»*²¹⁰.

Os castelos são estruturas arquitetónicas que ainda hoje não passam despercebidas, pela sua imponência na paisagem urbana ou rural, pela ocupação de um

²⁰⁷ Jorge Henrique Pais da Silva, Margarida Calado – **Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005. 388 p. Dep. Legal 222 352/05. p. 21.

²⁰⁸ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 431.

²⁰⁹ Cláudio Torres, 2013, *ibidem* p. 432.

²¹⁰ Santiago Macías – Resenha dos factos políticos. In MATOSO, José, coord. - **História de Portugal – Antes de Portugal**. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013. 624 p. ISBN 978-972-42-4919-3. Cap. p. 463-487. p. 463.

espaço altaneiro merecedor de respeito, uma «sentinela» permanente que pretende defender aquele sítio. Sendo uma reação «romântica» do que efetivamente foram os castelos, continuam a fascinar, a receber visitantes e a levantar perguntas por quem os admira, nem sempre respondidas.

«O castelo senhorial, como último reduto e ninho de águias, é, talvez, o símbolo mais forte da sociedade feudal e da sua aristocracia guerreira. Um recinto de escassas duas ou três centenas de metros, para o qual se penetra por uma porta, envolve e protege a torre de menagem. Nesta poderá haver duas salas sobrepostas, onde vive o castelão e a sua família. Meia dúzia de cavaleiros, com os seus escudeiros e servidores, totalizando três ou quatro dezenas de pessoas, formam a pequena corte do senhor e apertam-se muitas vezes em precárias instalações de madeira, que rodeiam a praça de armas. É uma aristocracia frugal e violenta, sempre pronta para a guerra. Vive isolada no seu reduto, sem nenhum contacto com os povoados vizinhos. Estes, obrigados a escudar-se na proteção exclusiva que o senhor lhes oferece, não são autorizados a erguer defesas. Apenas nos finais do século XIII, e em cumplicidade com o poder real, os primeiros povoados ou subúrbios ousarão construir uma cintura defensiva, que, a maior parte das vezes, será o embrião do futuro burgo.

No al Andalus, ao longo do vários séculos na defesa das linhas do Tejo, ou fazendo parte de um sistema de proteção a uma região, o castelo, como máquina de guerra eficaz, não só foi utilizado, como, a partir do século XII, fez parte integrante da estratégia territorial dos impérios magrebins. Desde o “hisn”, que pode ser um complexo sistema defensivo a envolver uma pequena cidade, até ao “burj”, que era uma simples torre rodeada por uma cortina secundária, são muitas as formas e variados os modelos de fortaleza. Contudo, ao contrário do castelo do Norte, este pequeno ou grande recinto pertence sempre a um sistema ou cadeia defensiva, onde se instala provisoriamente um representante do poder urbano, que tem sob o seu comando um corpo militar. Este alcaide, como figura administrativa, vai ser, aliás, adoptado pelos reis cristãos no seu processo de centralização do Poder»²¹¹.

A partir dos textos anteriores, temos já uma noção das diferenças e princípios que norteavam as mentalidades e as políticas de gestão territorial a Norte, com os castelos roqueiros cristãos, a Sul, os intrincados sistemas de defesa, em que sobressaem os *hisn*, uma estrutura de defesa diferenciada da anterior, criada como base da gestão dos recursos promovidos pelas políticas muçulmanas.

A construção de fortalezas, independentemente do seu tamanho localização e funções²¹², teve sempre a ver com a necessidade de defender interesses; económicos,

²¹¹ Cláudio Torres – Os recursos e os poderes, In MATOSO, José, coord. - **História de Portugal – Antes de Portugal**. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013. 624 p. ISBN 978-972-42-4919-3. Cap. p. 433-452. p. 433.

²¹² Devemos ter em atenção a época em contexto.

políticos e pessoais. Ao longo do tempo, independentemente dos senhores que ocuparam esses territórios, as vias de comunicação mantiveram-se, as rotas comerciais podiam sofrer algumas alterações devido a fatores naturais extremos ou de conflito, no entanto, voltavam a ser retomadas. As cidades, mesmo com oscilações de população e deslocalização comercial²¹³, para se manterem necessitavam das contínuas e regulares trocas de produtos de toda a espécie, assim como de pessoas e tecnologia. Ainda nos dias de hoje, sobre as antigas «Rotas da Seda», foram construídas modernas estradas que atravessam as estepes da Ásia Menor, as fortalezas que abrigavam as caravanas, ainda são visíveis ao longo dos percursos, implantadas a distâncias regulares. Um pouco por todo o lado, as fortalezas islâmicas tinham a função de proteger a produção regional e das vias de comunicação que mantinham a economia ativa e próspera.

O processo de fortificações peninsulares entre os séculos VIII e XI, passam por várias fases. No período pré-muçulmano a maioria da população era rural, as cidades seriam uma «dúzia»²¹⁴ de *urbes* alto-imperiais que mantinham os seus recintos relativamente pequenos.

«La mayor parte de la población se encuentra en las zonas rurales, organizada en torno a “villae rústicae” regidas por señores que contaban con un ejército privado alojado en un “castrum” no demasiado cercano a la edificación en la cual se alojaban el señor y su familia.

...En los espacios intermedios o alejados podía haber casas (“vilellae”, que podíamos traducir libremente por “las casas” nombre relativamente común en la toponimia peninsular) para los campesinos de su dependencia.»²¹⁵

Com a chegada dos muçulmanos, estes impuseram um sistema de repartição territorial para suprimir as suas necessidades económicas e de estado, pressupondo o sistema usual de partilha que consistia na aquisição da quinta parte do território, essa quinta parte do *dominus*, não do seu valor nem das suas rendas, o que poderá ter acontecido também com os espaços urbanos. Este modelo de divisão não seria periférico, mas sim secante, a partir de um ponto central a divisão era radial²¹⁶.

As fases construtivas e os aparelhos no período Omíada (711-1086), não têm um padrão singular, estes vão variar por períodos e regiões, as quais podemos descrever²¹⁷:

- Período pré-andaluz (711-756) – Na zona ocidental da Península, os aparelhos eram normalmente constituídos de granito, com fiadas de ± 50 cm de altura travadas entre si, alternadas com ladrilhos ou ardósias (conforme a disponibilidade local), com

²¹³ Devido a conflitos armados.

²¹⁴ – Juan Zozaya (Museu de América, Madrid) – Fortificaciones tempranas em al-Andalus ss. VIII-X. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes, coordenação - **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002. 933 p. ISBN 972-772-308-X. p. 45.

²¹⁵ Juan Zozaya – Fortificaciones tempranas em al-Andalus ss. VIII-X. *ibidem*. p. 45.

²¹⁶ Juan Zozaya – Fortificaciones tempranas em al-Andalus ss. VIII-X. *ibidem*. p. 45.

²¹⁷ Juan Zozaya – Fortificaciones tempranas em al-Andalus ss. VIII-X. Op. cit. pp. 54-57.

decoreção ocasional das juntas. Na zona oriental havia o uso da cal e a face da pedra trabalhada em forma de «almofada». Os arcos são entalhados, com aduelas estreitas e roscas desiguais, os arcos podem ser ogivais ou em ferradura. Estas fortificações apresentam postigos, as portas são simétricas, precedidas de rampa, de uma ou duas câmaras em cotovelo. As ameias são prismáticas e com fossos naturais. Encontramos esta tipologia em atalaias e fortificações diversas em Portugal e Espanha que seguem a cordilheira central até ao vale do Douro, assim como também para o sul;

- Período palio-andaluz (756-852) – Mantem-se o método dos 50cm, o aparelho derivado do *opus quadratum*, alterna com o *tizón-soga-tizón*²¹⁸, para o final deste período começam a aparecer as peças emparelhadas de forma irregular e uso de taipal no aparelho. Regularização dos aros das entradas, aparecimento das portas assimétricas, presença de torres albarrãs, plantas quadrangulares em construções oficiais (*hisn*) e fossos artificiais;

- Período proto andaluz (852-876) – Repetiu-se o aparelho inicial para a zona ocidental da Península, com a introdução de fiadas de ladrilhos intermediados na Marca Média. Com decoreção ocasional para as juntas. Uso da cal para a zona oriental. Os arcos são compostos por peças «almofadadas» e encaixadas, aduelas estreitas com roscas igualadas. Construções onde foram aproveitados os declives orográficos, construção de taipal no núcleo das muralhas e nas torres revestidas a pedra, torres maciças exceto na parte superior, só foram construídas torres ocas onde houve a necessidade estratégica de tiro defensivo. Uso de ladrilho para aligeirar as construções;

- Período pré-omíada (876-925) – Mantiveram os módulos anteriores, o aparelho deriva do *opus quadratum* com alternância de «dois *tizones-soga* dois *tizones*», no final do período começam a aparecer de forma irregular «três *tizones*». Quanto às tipologias, mantêm-se as anteriores;

- Período proto omíada (925-944) – Sem alterações;

- Período omíada plena (944-1000) – Alterações das torres que passam a ser todas praticáveis, propícias ao tiro defensivo. Rutura da planta quadrangular nas construções estatais;

A partir destas datas verificam-se evoluções ao nível do aparelho, introdução da planta retangular nas edificações estatais (*hisn*), no entanto, a base tradicional na construção mantém-se a dos castelos árabes, através dos manuais de construção oficializados, e mestres oficiais²¹⁹.

Para percebermos as fortificações do espaço geográfico onde está implantado o Castelo Velho de Alcoutim, ou seja, num contexto rural do interior do Garb al-Andalus, verificamos que com a ocupação da Península Ibérica e a centralização do poder muçulmano (Córdova), não houve uma rotura imediata com os caminhos, as cidades ou a distribuição administrativa romana e visigótica, mas sim uma evolução temporal, tendo

²¹⁸ Por cada duas peças colocadas longitudinalmente, é colocada uma peça a travar as duas anteriores.

²¹⁹ Juan Zozaya – Fortificaciones tempranas em al-Andalus ss. VIII-X. *ibidem* p. 57.

em conta a movimentação das populações, as novas tecnologias e conhecimentos, tal como o processo de islamização após a conquista do Algarve²²⁰. No entanto, se isso é genérico para o território do al-Andalus, em concreto para os espaços rurais que nos poderão elucidar sobre as continuidades ou abandonos desses mesmos espaços, estando muitos em ruínas ou soterrados, deles não são conhecidas ou pouco se sabe de fontes escritas, só por analogia com sítios do al-Andalus coevos se pode chegar a algum esclarecimento, para essa contribuição, era benéfico que os trabalhos já efetuados fossem publicados e houvesse maior número de intervenções arqueológicas que contribuíssem com novas informações e a elaboração de conclusões para este meio rural²²¹. Muitas questões ainda se levantam, como um estudo pormenorizado de padrões construtivos, as motivações e os períodos para as fortificações, em que medida são uma necessidade local ou estratégia de ordenamento de defesa territorial mais abrangente, alguns castelos indiciam ser sedes de pequenas comarcas regionais, outros como parte de uma rede defensiva mais abrangente, o conhecimento das técnicas e dos meios que houve em cada época. Tem sido através de escavações e prospeções, complementadas com os achados de superfície que se tem tentado responder a estas e muitas outras questões, através destes meios disponíveis, aprofunda-se a compreensão da diacronia dos sítios²²², formulando-se uma ideia das pessoas, dos locais, do comércio, da economia, da produção local e do quotidiano.

Para as escavações desenvolvidas nos Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias, as prospeções e reconhecimentos alargados em torno destes recintos fortificados e ao espaço geográfico do litoral, nos concelhos de Castro Marim, Vila Real de Santo António e Tavira, ao norte e noroeste, ao Esteiro da Carrasqueira afluente do Guadiana, nem sempre houve campanhas sistemáticas, nem prospeções intensivas por amostragem, implementação de quadriculas no terreno e a recolha dos materiais à superfície foi limitada aos mais representativos. Os resultados estatísticos só foram concluídos para os castelos de Alcoutim e Relíquias²²³. Perante os elementos disponíveis, as *villae* tardo romanas continuaram a ser habitadas, por esse motivo, o processo produtivo continuou pelas comunidades moçárabes e depois as islâmicas.

«Aí se terá mantido uma comunidade, em princípio moçárabe, embora essas populações possam ter-se convertido ao Islão, habitando em torno da basílica paleocristã e igreja visigótica, por exemplo, no Montinho das Laranjeiras e em Clarines. No entanto, outras “villae” já estariam abandonadas, sendo substituídas por redutos “habitats” visigótico/emirais, verificando-se também a existência de sítios interpretados como povoados de altura.»²²⁴

²²⁰ Helena Catarino (Universidade de Coimbra – Castelos e território omíada na kura de Ocsonoba. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes, coordenação - **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002. 933 p. ISBN 972-772-308-X. pp. 24-29.

²²¹ Entendendo que para o meio urbano também falta fazer muito.

²²² Helena Catarino, 2002, *Op. cit.* pp. 31-34.

²²³ Helena Catarino, 2002, *Op. cit.* pp. 34-37.

²²⁴ Helena Catarino, 2002, *Op. cit.* p. 40.

Não há confirmação da construção de recintos fortificados para o século VIII, mandados construir pelo poder centralizado. Quaisquer acampamentos militares que possam ter passado por estes locais, pela mobilidade das campanhas na conquista da Península, rapidamente se transferiram para as grandes *urbes*, como Silves, não tendo deixado vestígios. Não se conhecem documentos sobre acampamentos referentes *al-Garb* para o período da conquista, indicando que nas primeiras décadas o controlo territorial restringia-se às sedes de bispado já amuralhadas e à presença de povoadores *baladis* que vêm instalar-se nos núcleos urbanos. Com o incremento económico após a reconquista, iniciaram a ocupação dos espaços agrícolas, principalmente os mais produtivos e férteis (o barrocal), nas antigas *villae*, surgindo assim as alcarias, onde se instalaram os elementos dos *jundes*, por vezes, ocupando os espaços abandonados pelos locais. Esta situação provocou o desenvolvimento das zonas rurais, promoveu o mercantilismo e fomentou o desenvolvimento das cidades, como o exemplo de Silves. Estas alcarias para o século VIII, seriam espaços abertos não fortificados, o que não invalida, em alguns casos, do aproveitamento de muros já existentes, construídos em aparelho grosseiro, com espessura de 1 a 1,10m²²⁵.

Há conhecimento de alguns núcleos habitacionais edificadas em altura para o período visigótico e emiral. Apresentam muros com aparelho grosseiro, sendo referenciados como refúgios da população cristã em períodos de conflito. Pelos espólios arqueológicos dos sítios escavados, alguns eram habitados nos inícios do século VIII, aquando do abandono, estas populações descem para as suas proximidades. Durante o período emiral edificaram-se também torres de atalaia, implantadas de forma estratégica em ligação com as localidades rurais²²⁶ e alcarias, contemporâneas do Castelo Velho de Alcoutim, confirmado através dos artefactos cerâmicos recolhidos. Eram fortificações de planta sub-retangular, podiam ter fosso, continham celeiros para armazenamento de géneros e postos de observação. A partir do século IX, com os ataques dos vikings, houve a preocupação por parte dos governantes centrais e locais, de reforçar e criar fortalezas de defesa urbana²²⁷ e torres de atalaia através do litoral algarvio²²⁸.

Nos inícios do século X, existiam estruturas fortificadas bem administradas, bem articuladas entre si e organizadas com os povoamentos, esta situação verifica-se no Garb, assim como no Sharq do al-Andalus. Os *husun* estabelecem-se em altura, com funções militares, por norma, com estruturas amuralhadas, apresentam vestígios arqueológicos dos séculos VII/ VIII, com ocupação efetiva nos séculos IX e X. Os castelos efetivamente omíadas conhecidos no Algarve são; o Castelo das Relíquias, o Castelo Velho de Alcoutim, o Castelo de Altamora e o Cerro do Castelo de Alferce²²⁹. Quanto às características de um castelo omíada rural, localizado no al-Garb, na parte ocidental do Guadiana, com a tipologia de um *hisn*:

²²⁵ Helena Catarino, 2002, *Op. cit.* pp. 39-41.

²²⁶ Sítio do Fortim, próximo do castelo de Altamora (Helena Catarino, 2002, p. 41).

²²⁷ Com Abderramão II (822-852) e Muhammad I (852-886).

²²⁸ Helena Catarino, 2002, *ibidem* p. 41.

²²⁹ Helena Catarino, 2002, *op. cit.* p. 42.

«Essas fortificações foram construídas com aparelhos de pedra, em blocos de tamanho irregular, travados com argamassas de argila, sendo as faces externas rebocadas a cal, conforme pode observar-se em vestígios conservados no Castelo Velho de Alcoutim.

Estes “husun” possuem um reduto fortificado superior, com cisterna e habitações, correspondendo a um fortim, ou pequeno alcácer, de planta sub-quadrangular (Alferce e Relíquias) ou claramente retangular (Alcoutim), tendo muralhas que oscilam entre 1,60 m a 2 m de espessura, protegidas por torres maciças, de planta retangular e/ou quadrangular, colocadas a tramos regulares. Algumas dessas torres defendem as portas, inicialmente de entrada direta, mas podendo transformar-se em portas de cotovelo simples, como aconteceu no Castelo Velho de Alcoutim. Possuem sempre, pelo menos, uma segunda cintura de muralhas, também de traçado regular, de aparelho pétreo e com torres quadrangulares adossadas ao amuralhado, que protegia as habitações de uma pequena urbe.»²³⁰

Tendo em consideração que não se conhecem todas as fortificações edificadas no período omíada da *Kura* de Ocsonoba, pode-se estabelecer uma distância estratégica entre si de 17/ 18km a 24/ 25km, articuladas com as torres de atalaia, posicionadas entre os 7 a 10km de distância dos *husun*, unidades administrativas por onde se distribuíam os povoamentos rurais, alcarias, contendo várias explorações agrícolas, assim como pequenos conjuntos de casas. No califado seriam pequenas comarcas rurais ou concessões territoriais, tendo nos seus domínios atividade agro-pastoril e mineira, as relações político-militares com o poder central são incertas, devido aos conflitos regionais ao longo deste período de administração Omíada. A partir do período Califal o ordenamento administrativo do território já estaria plenamente organizado e manter-se-ia assim pelo período do Reino da Taifas, neste período houve adaptações defensivas, visíveis no Castelo Velho de Alcoutim. Com o fim deste período e a chegada dos Almorávidas e dos Almóadas, houve nova reorganização administrativa, verificou-se o abandono dos castelos, algumas alcarias grandes ascendem a cidades²³¹ com fortificações urbanas e a construção de novos castelos²³².

A vivência durante os primeiros anos da ocupação Ibérica pelos muçulmanos, onde existia um emirado sob controlo de Damasco, nada teve de estável. O interesse estratégico da administração Omíada não se focava nos territórios do extremo ocidental da Península, mas sim em outras regiões, até à Aquitânia além Pirenéus. Desde a submissão de Mérida e por sua vez o controlo formal da antiga Lusitânia Romana, o Garb foi deixado para segundo plano, aos poucos, começou a ser um espaço de influência rebelde logo após a dominação territorial pelo Islão. Desses intervenientes, cujas cisões eram de diversa ordem, tinham como base a diferenciação cultural, diversidade dos clãs, interesses pessoais, para além das alianças e fidelidades com diferenciados líderes,

²³⁰ Helena Catarino, 2002, *ibidem* p. 42.

²³¹ Como Loulé e Tavira. (Helena Catarino. 2002, p. 42).

²³² Helena Catarino, 2002, *ibidem* p. 42.

situação que manterá a região em permanente conflito. É neste contexto que também os rebeldes berberes e muladíes ergueram fortificações, com a finalidade de se poderem defender das tentativas de unificação política e domínio por parte do Emir²³³, a partir do ano de 756²³⁴ juntaram-se a estes rebeldes os partidários abássidas²³⁵. Levanta-se assim a possibilidade de haver diferenciados aparelhos construtivos nas fortificações desta região, durante o período Omíada, construídos fora do tramo oficial arquitetónico central e podendo mesmo este aparelho ter extravasado as fronteiras do Islão no espaço e no tempo.

Mahmud ibn al-Jabbar, foi um dos principais elementos na revolta de Mérida em 828, obrigado a fugir após o confronto armado, dirigiu-se inicialmente para sul, no entanto, retrocedeu o rumo para norte onde se aliou a Afonso II das Astúrias, este monarca incute-o de edificar fortificações na linha do Douro. Este reconhecimento da capacidade construtiva de fortificações, indicia o reconhecimento e a qualidade das fortificações islâmicas. Outra nota de registo sobressai deste evento, esta capacidade da construção de fortalezas não estava ou não se restringia ao poder central Omíada, podendo mesmo haver adaptações ao «modelo base» das fortificações omíadas do al-Andalus, como seria compreensível, baseado na orografia, materiais disponíveis, da estratégia, do uso a dar-lhe e das inovações bélicas defensivas. No século X houve importantes alterações e melhoramentos nas fortificações em redor da linha média do Guadiana, sem intervenção do poder central, provavelmente, um dos motivos foi o ataque e razia de Évora, em 913, por Ordonho II. Atendendo que as muralhas estavam em mau estado, a região nessa data estava controlada pelos muladíes al-Jilliqi, um clã rebelde centralizado em Badajoz que promoveram a reconstrução e requalificação das muralhas, conforme descrições antipoliórcéticas deixadas por Ibn Hayyan, indicando que as fortificações recuperadas passaram a ter parapeitos e ameias, características negligenciadas anteriormente. Estas informações reforçam a capacidade construtiva no Garb al-Andalus, para além do âmbito dominador da escola emiral e califal, aparentando semelhanças como o *opus quadratum* clássico, em *soga y tizón*, mas que poderiam conter técnicas locais e tradicionais que se mantiveram através dos arquitetos e alvanéis^{236 237}.

A partir do ano 844 começaram a chegar relatos dos ataques vikings no al-Andalus, situação que passou a ser recorrente e obrigou a um maior controlo e defesa das costas e percursos fluviais importantes, por onde o escoamento dos produtos e trocas comerciais se faziam. A administração Omíada de Córdoba reagiu, à semelhança do que também se fez nas costas de África - a partir do século IX -, reforçando as estruturas defensivas ao longo da costa Atlântica, para defesa das cidades e ao longo das vias

²³³ Inicialmente submisso a Damasco.

²³⁴ Ano da chegada de Abd al-Rahman I.

²³⁵ Fernando Branco Correia (Gabinete de Estudos Árabes da Universidade de Évora) – Fortificações se iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipótese em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego). In Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI) – II Simpósio Internacional sobre Castelos – Atas. Lisboa, Edições Colibri, 2013. P. 73-84. [Consult. 23 out. 2015]. Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/biststream/10174/10657/1/7%20FBCorreia.pdf>. pp. 73-74.

²³⁶ Trabalhadores da pedra.

²³⁷ Fernando Branco Correia, *ibidem* p. 74.

fluviais, como a região de entre o Mondego e o Tejo, onde se destacam as cidades de Lisboa e Santarém. No sul da Península, nas localidades ao longo da costa e dos rios que passaram a ser atacadas, foram construídos sistemas defensivos, a partir da costa em articulação com as diversas fortificações do interior, como resposta às capacidades atacantes das embarcações vikings que navegavam com facilidade tanto por mar aberto, como pelos rios. Nesta resposta, foram deslocados voluntários de outros pontos do al-Andalus e do poder central de Córdoba, estas forças eram comandadas pelas elites regionais. Estes recursos contribuíram para a reorganização do povoamento destes territórios, protegeram e relançaram a confiança das populações e consequentemente das atividades económicas. A par destas movimentações de pessoas - de ordens e credos variados -, surgiram edificações de diversa tipologia e fins, juntamente com as fortificações que irão defender as localidades e vias de comunicação, muitas destas edificações sob influência de aprendizagens e mestres diferenciados, poderão ter criado aparelhos não uniformizados ou que respeitassem o «padrão oficial» Omíada. Destas construções, muitas estão em ruínas ou abandonadas, sem terem tido qualquer intervenção arqueológica, outras foram sucessivamente restauradas e ampliadas ao longo do tempo, devido às necessidades surgidas com a evolução poliorcética. Assim, torna-se difícil o reconhecimento imediato das alterações fora dos padrões e do espaço do aparelho emiral e califal do período Omíada, podendo mesmo, ter continuado para além da Reconquista, em períodos posteriores onde no espaço do Islão as técnicas e aparelhos já seriam diferentes com o uso da taipa²³⁸.

7 - O Castelo Velho de Alcoutim

Este castelo - à semelhança de muitos outros -, após o seu abandono iniciou um período de decadência progressiva, sem uso ou préstimo continuado, tornou-se obsoleto, a importância no enquadramento defensivo regional e a posição no contexto político-económico extinguiu-se aos poucos, foi esquecido, tornou-se num local de ruína pouco identificável com a importância que manteve durante um período específico da ocupação e administração muçulmana. Então, passados cerca de nove séculos, o Castelo Velho de Alcoutim foi resgatado do esquecimento, a memória e o património passaram a fazer parte do Concelho de Alcoutim. Como a História não pode ser anónima, qualquer trabalho que se quer de índole científica deve revelar o nome do seu autor, neste caso, a recuperação da memória e do património deste *Castelo*, deve-se à Professora Doutora Helena Catarino que desde 1985, para além de outros trabalhos e como docente na Universidade de Coimbra, foi a responsável pelas escavações no Castelo Velho de Alcoutim que se mantiveram com regularidade até 2003, publicou diversos trabalhos sobre este *Castelo* e os espaços habitacionais, como as cozinhas, os fornos e a cerâmica que têm contribuído para o melhor conhecimento do quotidiano coevo, estes trabalhos elevaram esta fortificação a «Imóvel de Interesse Público». A divulgação dos estudos tem ocorrido em Portugal e no estrangeiro, através da participação em colóquios e congressos, é uma referência incontornável nos estudos e trabalhos do período medieval muçulmano Peninsular (embora os seus trabalhos abarquem um período muito mais vasto), tem

²³⁸ Fernando Branco Correia, op. cit. pp. 74-81.

recebido e partilhado o seu trabalho com quem o solicita, para além de colaborar nesta área com entidades quando é solicitada. Embora estas referências não passem de um pequeno preambulo do capítulo a desenvolver sobre o Castelo Velho de Alcoutim, este trabalho ficaria deficiente se não fossem reveladas a autora e as condições em que os trabalhos de investigação se desenvolveram. Longe de um ambiente ideal para a investigação, a norma passa pela carência de verbas para o desenvolvimento do processo de investigação, por um trabalho solitário mesmo em trabalho de campo, por dificuldades de vária ordem pouco compreensíveis quando se trata do resgate do património, para além do financeiro. Tudo isto para além das contingências normais de um trabalho de campo; coordenação da logística local, o desenvolvimento dos trabalhos em propriedade privada onde pode haver conflitos de interesse locais, etc. Esta complexa vivência paralela com o trabalho de investigação, para além de mostrar as dificuldades acrescidas dos trabalhos arqueológicos, comprovam a necessária entrega e paixão para se conseguir algum resultado, é um exemplo de dedicação profissional, um estímulo e incentivo não só para quem quer seguir os passos na História ou na Arqueologia, mas para qualquer profissional, onde a desistência nunca deve ser uma opção.

7.1 – A localização do Castelo

Esta estrutura militar situa-se no interior rural do Algarve Oriental, projeta-se no cimo do Cerro de Santa Barbara, de frente para o rio Guadiana com vasta visibilidade sobre os territórios circundantes e a importante via fluvial (mapa nº 1)²³⁹.

Para norte vamos encontrar os afloramentos montanhosos das serranias que fazem a fronteira natural entre o Alentejo e o Algarve, de destacar - por se situar a ocidente desta localidade - a serra do Caldeirão ou Mú, com 578m de altura e a serra da Alcaria do Cume²⁴⁰, com 525m de altura. Estas serras influenciam diretamente o clima, por serem importantes maciços rochosos que se impõem à circulação dos ventos, tal como à precipitação pluvial, com influência direta na hidrografia da região, na formação de várias nascentes nas encostas das serranias, cujas ribeiras situadas na região leste da serra do Caldeirão acabam como afluentes do Guadiana. A fertilidade destes solos é baixa, são compostos basicamente por xistos e grauvaques geologicamente pobre, o que resta dos solos férteis é levado ciclicamente aquando das enxurradas sazonais, depositados a jusante, situação verificável pela coloração cobre-oxidado das águas do Guadiana. Estas características geomorfológicas vão provocar áreas com solos pobres a montante nas serranias e baixo proveito para a agricultura. Nos vales a jusante, encontramos terrenos férteis propícios para a constituição de hortas e plantações cujo desenvolvimento está adaptado a zonas de sequeiro, próximo das redes fluviais, os terrenos podem oscilar entre o alagado no inverno e o ressequido no verão. Nesta região da implantação do castelo próximo do rio Guadiana e dos seus afluentes, circundante a Alcoutim, encontramos pequenas hortas nos terrenos de regadio, aqui são produzidos variados produtos hortícolas, para uso pessoal, fornecimento local e sustento dos animais. No interior podem

²³⁹ Carta topográfica cedida pela Câmara Municipal de Alcoutim, exclusivamente para o trabalho presente.

²⁴⁰ Prolongamento da serra do Caldeirão.

aparecer pequenos bosques e matagais, destacam-se os sobreiros e as azinheiras entre as árvores de grande porte, a produção cerealífera é pouco intensa e de cereal «menos nobre», cuja finalidade é a alimentação animal, esta região é propícia para a produção ovina e caprina, onde se pratica o pastoreio²⁴¹.

Para sul, esta fortaleza dista cerca de um quilómetro da vila de Alcoutim e da ribeira de Cadavais. A edificação militar é conhecida e adotou o nome de *Castelo Velho de Alcoutim*, desconhecendo-se qualquer documento coevo sobre esta fortificação e o seu nome original. A documentação mais antiga deste *Castelo* encontra-se retratada por Duarte de Armas²⁴², no levantamento dos castelos da raia²⁴³ a mando de D. Manuel I, durante o primeiro quartel de quinhentos. Esta fortaleza encontra-se nos domínios da atual União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, inseridas no Concelho de Alcoutim.

A orografia em volta do Castelo Velho de Alcoutim nem sempre permite a sua visibilidade de qualquer ponto da vila ou dos seus arredores, a sua construção em xisto da região, com a vegetação que eclode sazonalmente nos períodos de precipitação e envolve todas as estruturas, podem criar o efeito de camuflagem e este passar despercebido, principalmente no período estio quando a vegetação seca e adota uma coloração aproximada às das muralhas. No entanto é fácil chegar ao local, desde o início de 2017 há sinalização desde a entrada da vila até ao monumento, ou por GPS, como ponto de referencia a Pousada da Juventude, a partir desse local a estrada não está alcatroada, no entanto, o caminho de terra batida está em boas condições, com cerca de trezentos metros, o percurso para o *Castelo* termina num semicírculo à volta do cerro de Santa Barbara, onde existe uma plataforma criada para o estacionamento de viaturas.

7.2 – O estudo e divulgação do *Castelo*

As intervenções arqueológicas sistemáticas deste sítio iniciaram-se em 1985, houve 13 campanhas até ao ano de 2003 (inclusive), a partir do qual não se retomaram as escavações por falta de verbas, o sítio arqueológico apresenta uma grande área ainda por escavar. Dessas campanhas resultaram; a identificação da estrutura militar, as motivações para a sua construção, a cronologia das diversas fases da evolução das estruturas do castelo durante a sua ocupação permanente, a identificação do espólio cerâmico e dos diversos artefactos exumados, a publicação de diversos artigos e bibliografias²⁴⁴. Todo este conjunto de achados e estudos, levou a um melhor conhecimento e compreensão do sítio e do seu termo, num período que dista cerca de um milénio em relação à data presente, ainda anterior à Reconquista Cristã desta região, elevou a importância patrimonial e cultural do Concelho, com o reconhecimento e elevação do Castelo Velho

²⁴¹ Horácio de Sá Viana Rebelo - **Geografia Militar da Península Ibérica e Portugal Ultramarino**, 1º Volume – A Península Ibérica, Instituto de Altos Estudos Militares, Curso do Estado-Maior, 1950, pp. 184-200.

²⁴² Escrivão da Livraria Régia e da Torre do Tombo.

²⁴³ O levantamento dos castelos fronteiriços, pretendia dar a conhecer as defesas do reino e do seu estado de conservação, desde Castro Marim a Caminha.

²⁴⁴ A bibliografia descrita no Portal do Arqueólogo são 12. No entanto, os diversos tipos de publicações disponíveis, incluindo as acessíveis pela *net*, são em número superior.

de Alcoutim a monumento²⁴⁵, todo o espólio recuperado que nos permite projetar a evolução da ocupação da fortaleza e muitas das rotinas diárias dos seus ocupantes.

Este castelo do período islâmico omíada apresenta uma tipologia com paralelos nas construções sírio-palestinas, tem um reduto central muralhado mais elevado, é constituído por duas cinturas de muralhas de formato retangular, o pavimento é aplanado, os panos de muralha têm torres quadrangulares maciças para o exterior, é provido de cisterna e tem portas fortificadas que dificultam a progressão para o interior dos seus recintos. Teve uma ocupação efetiva entre os séculos VIII/IX ao XI, identificam-se várias fases de construção durante a cronologia apontada, a sua finalidade está relacionada com a proteção dos interesses económicos, destacando-se a exploração do minério local, a implementação das políticas centrais emanadas de Córdoba, com a presença da nobreza islâmica nomeada pelo poder central²⁴⁶ e a defesa territorial, para o qual contribuía um conjunto de fortificações rurais coevas, organizadas numa rede de defesa regional que pretendiam garantir a soberania política muçulmana na região²⁴⁷.

As campanhas arqueológicas que permitiram as conclusões sintetizadas, foram executadas sob a responsabilidade da Prof. Doutora Helena Maria Gomes Catarino, o quadro nº 6 – em Anexos – data as campanhas, identifica e resume os objetivos e resultados desses trabalhos.

Apresenta-se assim esquematizada a evolução dos trabalhos arqueológicos que permitiram avançar para outros objetivos, estas propostas pretenderam dar a conhecer e elevar a dignidade do castelo e do seu espólio, contribuíram para esse efeito as seguintes iniciativas, entretanto já implementadas:

- A melhoria dos acessos que resultaram no alargamento do caminho – embora de terra batida - e a construção de uma área para estacionamento automóvel a norte do castelo;

- Uma vedação que envolve e protege toda a área arqueológica, com entrada no topo ocidental;

- A criação de uma brochura com a finalidade de divulgar o Castelo Velho de Alcoutim, dar a conhecer o seu espólio e onde este pode ser visitado;

- Exposição de parte do espólio que se encontra no Museu Municipal de Alcoutim, localizado no interior do Castelo da Vila nesta localidade. Outra parte encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia, onde se encontra em exposição uma peça restaurada em cerâmica decorada a «corda seca parcial»;

- Elevação do Castelo Velho de Alcoutim à dignidade de «Imóvel de Interesse Público», com a designação de «Castelo Velho de Alcoutim», na categoria de

²⁴⁵ Endovélico Portal do Arqueólogo. CNS: 2649. [Consult. 03 mai. 2016].

²⁴⁶ Nem sempre conseguido devido a revoltas internas.

²⁴⁷ Endovélico Portal do Arqueólogo. *Op. cit.* CNS: 2649.

«Arquitetura Militar», com a tipologia de «Castelo», conforme é classificado pelo Decreto nº 67/97, DR, I Série-B, nº 301, de 31-12-1997²⁴⁸.

De referir que a classificação de um imóvel como património, tem como objetivo intrínseco a sua preservação, valorização, conhecimento histórico e cultural. Neste diploma, onde encontramos um conjunto vasto de imóveis, o Castelo Velho de Alcoutim está classificado como relevante de interesse arquitetónico e arqueológico, obtendo essa elevação nos termos da alínea g) do artigo 199º da Constituição que assim o determina, denominando o monumento como *Castelo Velho de Alcoutim*²⁴⁹.

Dos objetivos propostos inicialmente, nem todos foram ainda conseguidos, a consolidação das muralhas e das estruturas habitacionais, a proteção e nivelamento dos solos com gravilha²⁵⁰, a colocação de painéis explicativos, ainda se encontram por executar. Algumas destas iniciativas expostas são de absoluta importância para a preservação do monumento.

7.3 – Numa primeira abordagem ao Castelo Velho de Alcoutim

Da área do estacionamento até ao portão da entrada do recinto vedado do castelo, percorremos a pé cerca de 120m. Pela orografia do espaço circundante, seria este o percurso original de acesso ao castelo, por poente, com as características de um pequeno *hisn*²⁵¹, uma fortaleza muçulmana²⁵². Neste local, ficamos posicionados de frente para o topo ocidental da fortificação, nas coordenadas GPS: N 37º 28' 54,0" e O 7º 28' 21,5" (mapa nº 2)²⁵³, o referido topo encontra-se sobre o ponto mais alto do maciço rochoso do Cerro de Santa Bárbara que apresenta a cota mais alta aos 95,1m de altitude²⁵⁴, projetando-se à nossa frente um dos vértices do *albacar* - segunda cintura de muralhas da *alcáçova*²⁵⁵ -, (imagens nº 9 e 10). Ao seguirmos pelo caminho ao longo da muralha exterior norte (mapa nº 2), em direção à entrada do castelo²⁵⁶ que se encontra no topo oriental, virada para o Guadiana, apercebemo-nos que o acesso indicado à *alcáçova*²⁵⁷, dificilmente poderia ter sido outro; por não haver outra porta de entrada, os acessos a sul e a leste são escarpas demasiado íngremes, poderiam não impedir o acesso, mas dificultavam bastante a sua subida, resultando num percurso nada praticável. Os acessos praticáveis são por dois socacos com cerca de 100m de comprimento e 11m de largura, nas cotas dos 87/86 m e 85/83m, a norte da segunda cintura de muralhas, fletindo para sul, no

²⁴⁸ DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-B, nº 301 – 31-12-1997.

²⁴⁹ DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-B, nº 301, *op. cit.* p. 6894.

²⁵⁰ Neste caso como a escavação chegou à *rocha mãe*, o nivelamento em gravilha vai repor a cota ao período da última ocupação e proteger os muros anteriores a esta ocupação.

²⁵¹ Uma fortificação que comporta povoado no seu interior e termo, administrada por um nobre dependente da administração central, articulada numa rede de defesa territorial (Mário Jorge Barroca, 2003).

²⁵² Helena Catarino. 1997/98. *Op. cit.* p. 312.

²⁵³ Indicação do ponto referenciado.

²⁵⁴ Carta topográfica da Câmara Municipal de Alcoutim. Mapa nº 2.

²⁵⁵ Jorge Henrique Paia da Silva e Margarida Calado – **Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005. 395 p. Depósito Legal 222 352/05. p. 21.

²⁵⁶ Indicada a tracejado na planta topográfica.

²⁵⁷ Fortaleza ibérica muçulmana com duas cinturas de muralhas desniveladas, a montante o *alcácer*, abaixo deste o *albacar*.

ângulo nordeste da muralha externa. Estas grandes plataformas no termo norte da fortaleza, sustentadas por muros²⁵⁸ em pedra, cujo aparelho é semelhante ao dos panos das muralhas, elevam-se até ao nível das plataformas que sustentam, nem sempre visíveis ao longo dos troços dessas duas estruturas devido ao estado de ruína, nos muros mais a norte são bem visíveis as terras argilosas que nivelam as fiadas, o mesmo já não acontece com os muros que sustentam o socalco contíguo das muralhas do castelo (imagens nº 11 a 16). Pelo nivelamento e extensão das plataformas que no seu conjunto têm mais de 1100m² no topo de um cerro, estejamos perante uma área artificial que só com a continuação dos trabalhos das escavações saberemos da sua real serventia.

A única entrada do *hisn* apresenta-se no topo virado para o Guadiana, é composta por uma construção quadrangular irregular, com o formato de uma grande torre oca estruturada na muralha, cuja travessia em ângulo reto, faz-se por entre duas portas desniveladas que acompanham a forte inclinação do terreno nesse espaço interior (mapa nº 6). Pela arquitetura das ombreiras verificamos que as portas deste complexo defensivo não eram similares, esta estrutura defensiva estava provida de portas complexas que apresentam patamares nivelados na área da entrada, a opção para ultrapassar o desnível do terreno foi através de três degraus no interior da torre, entre os pequenos patins das portas e um outro na soleira da porta contígua ao interior da fortificação. Esta estrutura está bastante erodida nos lados nascente e sul, mas ainda nos apresenta uma composição defensiva com paredes muito grossas, com a possibilidade de poder comportar um adarve à sua volta. Pelas estruturas robustas das ombreiras da e da complexidade dos vãos das portas, indicam-nos que seria provida de painéis móveis em madeira com dormente e batente, a porta exterior encontra-se posicionada para norte e a interior para poente (imagens nº 20 e 21). Pelas características defensivas apresentadas, para além de ser o primeiro ponto de controlo e defesa da entrada do castelo, seria um reduto que em caso de necessidade, tinha a capacidade de manter um reduzido número de defensores isolados, mantendo uma posição defensiva tanto para o exterior como para o interior do castelo, impedindo a progressão em direção à entrada do recinto central (Planta nº 1).

A linha das muralhas exteriores apresenta um formato retangular. A sul, os tramos que progridem de nascente e poente unem-se com a muralha sul da fortaleza central, esta linha defensiva aproxima-se de um traçado reto, estas muralhas acompanham a orografia oblonga do topo do cerro, com incidência para o exterior no traçado da fortificação central. Este troço em alguns pontos está completamente arruinado, principalmente no tramo desde a porta do reduto central, onde se encontrava uma torre externa adossada, até à entrada do castelo, estes panos de muralhas receberam ao longo dos séculos a precipitação e os ventos de sul diretamente, acrescido à forte inclinação da ravina que não susteve os derrubes, os materiais que compunham a muralha não tiveram capacidade de sustentação, ruindo pela escapa abaixo. A ocidente, esta linha defensiva aproveita o maciço rochoso, na cota mais elevada do cerro, como obstáculo natural escavado em forma de trincheira (imagens nº 22, 23 e 24), aqui os tramos das muralhas vindos de norte

²⁵⁸ Muro que poderá ser uma muralha, não se sabe da sua real utilidade ou altura original que só com a continuidade das escavações se poderá chegar a uma resposta fundamentada.

e sul, fletem em convergência a este ponto, adoçando em ambos os lados do maciço. Na continuação do maciço para ocidente, foi escavada uma outra linha defensiva que não apresenta continuação visível, no entanto, encontra-se em linha reta confluyente com um dos ângulos do muro dos socacos a norte, anteriormente referenciados. Na continuação da muralha exterior a norte, identificam-se quatro torres maciças adossadas ao exterior dos panos dessas muralhas, cujo tamanho e formato são diferenciadas (imagens nº 17, 18 e 19). Todo este conjunto defensivo é constituído por xistos, grauvaques²⁵⁹ e pedras de dimensões mais pequenas para enchimento²⁶⁰, niveladas entre fiadas com areis argilosas e material não plástico, ocasionalmente deteta-se a presença de cal²⁶¹. Numa análise puramente visual das estruturas, esta linha defensiva externa não tem na sua composição detritos cerâmicos ou de outros artefactos, apresentando uma composição de nivelamento das fiadas muito plástica²⁶². A partir da ultima torre que se encontra adossada ao tramo norte no vértice nordeste (imagem nº 39), arranca o pano da muralha ocidental que se liga à estrutura já descrita da entrada do castelo, fechando assim a cintura exterior do amuralhado do Castelo. Nesta cintura de muralhas, o aparelho construtivo segue as características de uma construção elaborada por fiadas de blocos de pedra colocadas na horizontal, moderadamente trabalhados, travados entre fiadas, com ligeiro aprumo nas faces dos blocos que compõem as atestas das muralhas e das torres, com o uso de lajes maiores e mais homogêneas nas extremidades, colocação de lascas de xisto e pequenas pedras para enchimento entre fiadas, niveladas com areia argilosa.

Numa análise de âmbito geral à muralha exterior do castelo, no seu conjunto esta está muito arruinada e em muitos pontos quase desaparecida, nos troços onde mantém uma boa integridade, os tramos apresentam um padrão construtivo uniforme, identifica-se que o aparelho foi consistente e continuo na sua execução, embora se verifiquem marcas de intervenções ou reparações ao longo dos panos de muralha, mantém uma resistência uniforme face à degradação dos diversos materiais líticos e da erosão do aparelho, de acordo com a latitude da muralha, situação visível ao longo da face norte, nos ângulos que lhe dão continuidade para as faces a nascente e poente. A sul, verificamos esse padrão no tramo mais a poente, quanto às restantes muralhas, estão demasiado erodidas e foram-lhes sobrepostas parcialmente as muralhas do traçado sul do *alcácer*, na continuidade deste pano de muralha que fecha o espaço entre a fortificação central e a entrada do castelo, os vestígios construtivos são diminutos. As características do aparelho para o traçado sul são as já indicadas anteriormente para a restante muralha exterior, com as peças colocadas horizontalmente e travadas entre fiadas. Verificam-se ainda muitas alterações estruturais nestes tramos, provocadas pela ausência de manutenção durante séculos, para além dos derrubes originados pela erosão das argamassas que nivelavam as peças líticas de maior dimensão, em alguns tramos verifica-se a inclinação ou desaprumo das estruturas, as movimentações tectónicas, das areias e derrubes a montante, terão influenciado a evidente perca de verticalidade e o estado de ruína.

²⁵⁹ Rochas sedimentares detríticas.

²⁶⁰ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 311-312.

²⁶¹ Esta cal seria usada como proteção externa das muralhas como reboco.

²⁶² Com a ausência de restos de telhas ou de vasilhame de origem argilosa (cacos).

Os derrubes das torres nos panos de muralha a norte, apresentam-se mais intensos em relação às muralhas, através do estado destas estruturas é visível que foram adossadas posteriormente à construção das muralhas. Nas prumadas dos muros com torres adossadas, a ruína destas segue uma erosão diferenciada em relação aos tramos das muralhas, não só por terem uma exposição maior aos elementos e servirem de proteção à muralha²⁶³, mas também pela deterioração que segue um sentido do exterior para o interior, estas estruturas que originalmente tinham plataformas niveladas horizontalmente, hoje apresentam uma forma biselada, provocada pelo derrube mais intenso das estruturas nos topos externos. Esta degradação sequencial põe em evidência a independência estrutural das muralhas em relação às torres (imagem nº 38), pode não ser muito preciso enquanto o conjunto mantém as argamassas de ligação destas composições arquitetónicas, podendo mesmo ter havido ligação das estruturas a partir de uma cota superior, solução verificada na composição das torres a nascente na fortificação central. A quarta torre conhecida da face norte, posicionada no vértice a nascente, tem características diferentes em relação a todas as outras (imagens nº 39 e 40), embora o aparelho não seja muito diferente em relação aos restantes tramos desta muralha (*opus incertum*), resistiu melhor à erosão, tem marcas de separação na continuidade do amuralhado próximo da torre e por fim a torre apresenta tamanho e posicionamento estrutural diferente de todas as outras torres.

No espaço interno do castelo, compreendido entre a porta da entrada até às muralhas da fortificação central (o *alcácer*), foram escavadas várias edificações, em algumas delas, verificam-se paredes sobrepostas a outras, ou existem vestígios de traçados que foram nivelados e estão atravessados por novas paredes. Esta situação indica duas fases construtivas e por sua vez, duas fases de ocupação distintas. Tanto quanto é dado a observar, visto as paredes infra apresentarem uma altura diminuta e a vegetação ter invadido os espaços entre as fiadas, o aparelho construtivo apresenta alguma diferença técnica, nos materiais de ligação e nivelamento das peças líticas. Através das intervenções arqueológicas sabemos que estamos perante duas ocupações com cronologia diferente; na primeira ocupação, pelos materiais ainda verificáveis, a construção seguia um método de fiadas horizontais, ligadas e niveladas com material de grande componente plástica, as paredes das habitações com cronologia mais recente foram construídas com um método misto «em espinha» alternado com as fiadas na horizontal, nas pastas de ligação, a componente não plástica visível é superior à anterior e apresenta restos de material cerâmico, em concreto, cacos de telhas. Para a conclusão das diferentes cronologias habitacionais, contribui o traçado da implantação das primeiras estruturas ser divergente do traçado das estruturas que se lhes sobrepõem e terem sido niveladas, passando a pertencer às fundações das habitações seguintes.

Uma destas construções destaca-se das outras; a implantação segue uma direção diferente comparativamente com as outras habitações, não apresenta o mesmo traçado normativo retangular, é um edifício com dimensões superiores, a implantação da estrutura difere das outras, a planta e a direção coincide com as características de uma mesquita, com um *mirhab* (altar) virado para Meca, espaço lateral para o *minbar* (cadeira do

²⁶³ Como contrafortes.

pregador), para além de um espaço retangular posicionado longitudinalmente em relação às estruturas descritos, indiciando a possibilidade de comportar a presença dos fieis. Apresenta ainda, mais do que uma porta, aparentando ter outros compartimentos contíguos ou habitações que poderiam ter pertencido ao edifício principal como anexos. A uma cota mais baixa, a sudeste, tem nas suas fundações o vértice de uma outra construção edificada anteriormente, podiam ter tido ocupação simultânea, visto a sobreposição ser apenas num dos vértices, as paredes deste edifício têm uma altura muito superior, comparadas com as da sua cronologia que foram aplanadas até à cota do solo das habitações seguintes, as paredes foram construídas ou reconstruídas com as técnicas alternadas de; sobre as primeiras fiadas horizontais, colocaram-se fiadas em «espinha». Os anexos ou divisões contíguas à mesquita poderiam ser os aposentos do *imã*.

Todas as outras edificações seguem um traçado retangular, têm uma implantação orientada nascente/ poente, são unimodulares e estão adoçadas entre si. Pela proximidade ao *alcácer*, poderiam ter servido como alojamento dos servidores mais próximos do senhor do castelo e da sua família, assim como da guarnição. As escavações nas restantes áreas do *albacar* estão interrompidas, o espaço apresenta uma cobertura uniforme de areia acumulada de séculos, sazonalmente ocupada por vegetação que periodicamente é limpa pela autarquia, as cotas dos terrenos entre muralhas são muito desniveladas devido aos derrubes, próximo do reduto central a volumetria é mais elevada, devido à maior quantidade de massa lítica existente nessas muralhas e torres, diminuindo progressivamente em direção ao interior dos panos da muralha do reduto exterior.

A fortificação central (*alcácer*), encontra-se posicionada no topo do cerro, tem uma implantação de planta retangular, estas muralhas são mais largas que as exteriores, a sul seguem o mesmo traçado da cintura externa, as torres de defesa estão adossadas às muralhas pelo exterior, com formatos quadrangulares ao longo dos tramos longitudinais, com duas torres de cada lado, no ângulo sudeste do *alcácer* ainda há vestígios de uma terceira torre, no topo oposto à entrada, a poente, encontra-se uma torre retangular ao centro do tramo que mostra sinais de ter evoluído para esse formato a partir de uma torre quadrangular, a entrada para este recinto encontra-se a nascente, virada para o Guadiana, a entrada está protegida por um conjunto de torres que evoluíram para uma planta final em «L» (plantas 2.1 a 2.4). O aparelho desta cintura interna do *Castelo* é de qualidade superior à da cintura externa, os blocos são grandes, colocados na horizontal e travados, bem aparelhados, as pastas de ligação são muito plásticas e há muitos vestígios da cal usada no reboco. No entanto, notam-se intervenções posteriores à construção do reduto que são de menor qualidade e os blocos de pedra apresentam um talho diferente, verifica-se ainda que há intervenções que seguem um plano inclinado ou reparações profundas como no caso da torre no topo poente (imagens nº 30 e 44).

O interior deste recinto está totalmente ocupado com diversas construções, à semelhança das construções descritas anteriormente na cintura exterior, nesta, também há vestígios de muros de habitações que foram nivelados e sobre estes foram contruídas novas habitações. Ao contrário das edificações posteriores, estas foram construídas afastadas das muralhas, mantinham um adarve que veio a ser ocupado pelas edificações

que se lhes seguiram, só na face interna sul, onde se encontra a cisterna, as construções mantiveram-se afastados das muralhas (mapa nº 4). O que resta destas construções é muito pouco, as paredes eram de fiadas de blocos de pedra colocados na horizontal, diretamente assentes no maciço rochoso, o aparelho era grosseiro, das pastas de nivelamento pouco resta e não contém muito material não plástico.

Já de outra fase de ocupação²⁶⁴, as habitações encontram-se na sua maioria adossadas às muralhas, exceção a um conjunto de edificações a sul da fortaleza central, onde se encontra a cisterna, mantendo o adarve (mapa nº 5). Estas construções habitacionais da segunda fase – independentemente de se encontrarem no *alcácer* ou no *albacar* – apresentam um aparelho parcial em «espinha» (imagem nº 28), encontramos nas pastas de nivelamento destas construções restos de cerâmica (imagem nº 29). Na parte central do *alcácer* foram construídas duas sequências de habitações, as paredes posteriores são comuns e deram lugar a duas ruas longitudinais, estas construções estão muito arruinadas, não apresentam vestígios de construção em «espinha».

Nesta primeira abordagem, podemos verificar que os panos de muralha primitivos eram constituídos por um aparelho irregular (*opus incertum*), nestes tramos os materiais foram sobrepostos e nivelados irregularmente. Aquando da construção do reduto central, o que nos leva para uma fase de ocupação senhorial do território, os aparelhos são regulares (*opus isodomum*), as fiadas seguem um método de alinhamento horizontal, as peças são mais uniformes, a colocação é cuidada, tendo em atenção a dimensão do material lítico, travado entre fiadas, os blocos mais trabalhados apresentam arestas aprumadas, vão do tamanho médio a grande, distribuídos homogeneamente na horizontal, necessitam de menor quantidade de material plástica para nivelamento das estruturas (imagem nº 25). Para as pastas de ligação foi usada terra com características argilosas e reboco posterior com cal (imagem nº 31).

Quanto às estruturas habitacionais - internas ou externas do *alcácer* -, sobressaem as paredes onde foi usado um aparelho em formato de «espinha» (próximo dum *opus spicatum*). As estruturas onde se verifica esta técnica são da segunda fase de ocupação²⁶⁵, as paredes da primeira fase²⁶⁶ não apresentam projeção suficiente para uma conclusão sobre o aparelho usado. As pastas para ligação das peças, continuam na sua base a ser areia com características argilosas, com variados materiais não plásticos inclusos, onde se destacam partículas de cerâmica (imagens nº 28 e 29). Quanto às paredes existentes da terceira fase²⁶⁷, a ruína destas não permite vislumbrar *à priori* outras técnicas, para além de um aparelho com fiadas sobrepostas horizontalmente, com peças de média e pequena dimensão, com formato mais irregular em relação ao período de ocupação intermédio (imagem nº 32).

²⁶⁴ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 393.

²⁶⁵ Helena Catarino. 1997/98. *Op. cit.* pp. 393-394.

²⁶⁶ Helena Catarino, 1997/98. *Ibidem* pp. 393-394.

²⁶⁷ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 394-396.

A cisterna é outra construção que sobressai devido á sua complexidade arquitetónica (imagem nº 33 e 34), escavada na rocha, tem um formato retangular e cota negativa em relação ao solo do *alcácer*, como ainda não foi integralmente escavada, para evitar uma possível derrocada, não sabemos a sua real capacidade de armazenamento de água ²⁶⁸, mantém grandes extensões dos rebocos de cal nas paredes interiores, a canalização por onde a água chegava à cisterna encontra-se no topo poente a uma cota negativa, por cima da entrada que dava acesso à respetiva cisterna, apresenta algumas características com as tipologias de outras cisternas muçulmanas, como o castelo de Paderne²⁶⁹, Silves²⁷⁰, ou mesmo ainda com o de Aljezur²⁷¹, sendo estes também castelos islâmicos do Algarve.

Algumas estruturas, como muralhas e torres de defesa, ao longo da ocupação do *Castelo*, sofreram obras de remodelação ou alteração estrutural para melhoria da capacidade de defesa, são bem visíveis as ligações das novas torres adoadas às muralhas e à torre já existente contígua à porta do *alcácer* (imagem nº 35), ou no conjunto arquitetónico defensivo da entrada do castelo, pela queda do reboco que cobria estas estruturas. Esta fortificação central tinha compartimentos munidos de rede esgotos com cloacas para o exterior do recinto, o que seriam sanitários e também salas de banhos. Em algumas zonas o pavimento ainda apresenta lajes, indicando que as ruas à época seriam lajeadas, mesmo que parcialmente, a sua área seria considerável (imagem nº 36). Não passam despercebidas as grandes lajes colocadas na vertical de algumas soleiras das portas, teriam como finalidade proteger as habitações da entrada das águas pluviais e dificultar a invasão de pequenos animais que vivem ao nível do solo, como insetos ou roedores (imagem nº 37). Ainda um grande escoadouro de águas pluviais a nascente (imagem nº 41), situação que comprova a qualidade construtiva do Castelo e o cuidado com a qualidade de vida dos ocupantes.

7.3 – Hipóteses e sínteses analíticas da abordagem ao Castelo

Este *Castelo* foi erguido numa região que o Mapa Tectónico de Portugal dos Serviços Geológicos de Portugal²⁷², identifica como pertencente à idade varisca tardia, com metassedimentos e metavulcanitos do devónico e carbónico, em conformidade com a Carta Geológica de Portugal, a fortificação localiza-se logo a seguir à zona de Ossa-

²⁶⁸ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 317.

²⁶⁹ Apresentam o mesmo tipo de abobada única, embora o acesso fosse por abertura num dos extremos da cobertura.

²⁷⁰ A dimensão da cisterna de Silves é muito superior, a cobertura é composta por abóbodas de berço paralelas, sustentadas por colunas, a uma cota negativa. Embora à primeira vista pareça uma construção diferente devido às suas dimensões, as técnicas de construção são semelhantes. Nesta estrutura destaca-se a entrada, a porta está a uma cota superior à cobertura e o acesso é feito por degraus, situação verificada na cisterna do Castelo Velho de Alcoutim; a entrada fazia-se por um compartimento contíguo à cisterna, esta tinha uma porta de passagem para o seu interior, o acesso à água fazia-se através de degraus e patim.

²⁷¹ Aqui a referência vai para a porta de acesso à cisterna, pelos vestígios encontrados no Castelo Velho de Alcoutim, com a cisterna acoplada a uma estrutura habitacional, é plausível que a entrada fosse similar.

²⁷² António de Brum Ferreira – Formas do Relevo e Dinâmica Geomorfológica; Carlos Alberto Medeiros, direção – **Geografia de Portugal O Ambiente Físico 1**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2005. 495 p. ISBN (coleção) 972-42-3538-6. p. 59.

Morena (a faixa piritosa alentejana)²⁷³, na zona Sul-Portuguesa, de formação sedimentar composto na sua maioria por xistos e grauvaques. Os xistos são provenientes da fortíssima compactação em profundidade dos sedimentos, neste caso argilosos, conferindo-lhe uma composição por camadas e multicoloridos devido aos minerais inclusos. Os grauvaques têm na sua origem noutras rochas que compactadas resultam numa rocha sedimentar de grão fino com características ácidas.

A orografia dos territórios a norte e a ocidente do castelo, influenciam diretamente o clima e por sua vez a produção agropecuária, nos últimos séculos e para o período em estudo, estas condições não terão sofrido muitas alterações. Uma boa parte do território seria pouco produtivo, tendo apetência para o pastoreio do gado ovino e caprino, graças a aparelhos de elevação de água havia zonas de regadio produtivas, haveriam áreas com pomares ou olivais pouco extensos, a sua maior riqueza e procura era no minério.

Quanto à ocupação humana do Cerro de Santa Bárbara. Pela presença dos vestígios cerâmicos visigóticos recolhidos durante as escavações, encontrados nos estratos mais profundos sobre o maciço rochoso, com a cronologia mais antiga da ocupação do *Castelo*²⁷⁴, foram encontradas evidências que levantam como hipótese válida, a ocupação deste espaço antes da chegada do invasor muçulmano. Como reservas a esta hipótese, surge a possibilidade de as cerâmicas de tradição visigótica terem continuado a ser utilizadas no período muçulmano. Atendendo à localização dos achados, estes encontravam-se na zona nobre do *Castelo*, onde vivia a família aristocrata muçulmana, tendo havido sem dúvida um hiato temporal entre a queda da monarquia visigótica e a fortificação do cerro pelos muçulmanos que não se crê ter sido imediata, aquando da ocupação muçulmana, muitos dos bens utilitários teriam sido trazidos pelos próprios, no entanto, também há a possibilidade de localmente se ter continuado a produzir cerâmica com características visigóticas e poderem ser adquiridas pelos novos senhores locais.

Esta ocupação do Cerro poderá ter ocorrido por alturas da invasão muçulmana, como medida de proteção das populações, por finais do século VIII, início do IX. Este reduto seguiria as características habituais para estas construções populares; uma cerca simples sem grande projeção em altura, com uma única entrada, sem nivelamento de terrenos, com um traçado que acompanhava e adaptava-se à orografia. No caso concreto, os construtores terão seguido um traçado retangular irregular ao redor do topo do cerro que apresenta uma forma oblonga, aproveitaram os afloramentos rochosos mais proeminentes do maciço rochoso como parte integrante da cerca, posicionaram o traçado da cerca de forma a tirar o máximo partido das escarpas a sul e nascente, dificultando o acesso por esses lados, usaram para a construção os materiais líticos locais que com a vegetação espontânea resultava numa camuflagem natural. O espaço era amplo com a finalidade de guardar o gado e víveres, para que pudessem sobreviver a pilhagem e manter

²⁷³ Numa faixa 60 km de Grândola a Sevilha.

²⁷⁴ Helena Catarino – Castelos e território omíada na kura de Ocsonoba. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes, coordenação - **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002. 933 p. ISBN 972-772-308-X. pp. 40-42.

reservas para as estações seguintes. As existências de redutos de iniciativa popular nunca foram bem acolhidas pela aristocracia administrante, independentemente do credo ou do local da construção, as reações não variavam muito, para além de proibirem novas construções, as existentes foram mandadas demolir ou ocupadas, se o local apresentava interesse estratégico.

A partir de um comportamento natural das populações nativas coevas e da tipologia dos vestígios cerâmicos encontrados, para uma época de transição monárquica, as possibilidades desta fortificação ter iniciado como um refugio em altura, por parte da população local que fugia dos invasores muçulmanos, é muito evidenciada. Essa possibilidade foi levantada vez em 1993, para essas conclusões contribuíram os resultados das escavações desse ano e anteriores, onde nesse ano foram estabelecidas cronologias, baseadas nos achados cerâmicos.

*A partir da Alta Idade Média o local pode ter começado por ser um sítio de refugio protegido pelos afloramentos rochosos e por uma muralha grosseira que circundaria a encosta. Com a ocupação islâmica do Algarve, logo nos inícios do período emiral verifica-se uma preocupação defensiva e constrói-se esta fortificação...*²⁷⁵

Ainda sobre esta problemática, temos de analisar a planta de ocupação do *Castelo*, para a época da primeira ocupação islâmica a planta oficial utilizada era o «*opus quadratum*», atendendo que havia espaço suficiente para proceder a uma fortificação com planta quadrangular, restam-nos duas respostas; o cerro foi ocupado pelas populações como refugio e seguiram o traçado natural oblongo do cerro ou, a fortificação foi efetuada por dissidentes do poder central Omíada e não seguiram um traçado normalizado pelo poder emiral. Esta última possibilidade é muito rebuscada, embora o al-Garb tivesse sido uma região muito hostil em relação à centralização do poder emiral²⁷⁶, o início das revoltas muladí e berberes (finais do século VIII), coincidem com o período de ocupação territorial com fortificações no al-Garb e com os ataques vikings (800)²⁷⁷, ou seja, a fortificação terá acontecido no início do século IX²⁷⁸ e por iniciativa emiral, até como proteção dos interesses Omíadas.

A partir do século VIII, as populações cristãs retomaram hábitos de proteção em locais inacessíveis, durante os primeiros tempos de ocupação islâmica, as populações deram a estes refúgios de montanha nomes que ainda hoje podem ser reconhecidos pelos topónimos dessa época, como os hagiotopónimos, normalmente iniciados por «Sant» ou «Monte». Em alguns destes casos, foram posteriormente construídas fortificações pelos

²⁷⁵ Helena Catarino – Endovélico CNS: 2649 (1993). *Op. cit.*

²⁷⁶ Santiago Macías, 2013. *Op. cit.* pp. 467-469.

²⁷⁷ Marc Bloch - **A sociedade Feudal**. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: O Lugar da História, Edições 70, 1982. 552 p. Título Original: La Societé Féodal. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>. pp. 34-36.

²⁷⁸ Helena Catarino.1997/98. *Op. cit.* p. 393.

muçulmanos, para evitar que as populações se fortificassem²⁷⁹, uma situação que não era bem vista pelos governantes, nestas situações os redutos eram destruídos ou ocupados, os espaços eram adaptados e passavam a existir verdadeiras fortificações militares²⁸⁰.

A corroborar essa linha de pensamento é o nome; Cerro de Santa Bárbara, dos vestígios cerâmicos, não ter seguido uma planta de implantação normalizada para a época, mas sim segue um traçado já existente, os panos de muralha sul do reduto central sobrepõem-se às muralhas da cintura externa, mesmo sendo da primeira fase da ocupação muçulmana, o aparelho destes traçados é muito diferente, o aparelho infra é mais grosseiro em relação ao que se lhe sobrepõe (imagens nº 24, 25, 26, e 27), justificando uma construção e adaptação muçulmana sobre outra já existente.

O Cerro de Santa Bárbara, durante o século IX, mostrava-se como um local estratégico para a implementação das políticas emirais. Desde logo para assegurar a posse territorial contra os inimigos internos, as revoltas constantes de índole política com base étnico-religiosa que grassaram no sul do *al-Andalus*, às quais o *al-Garb* não foi isento. A nível externo, os maiores problemas verificavam-se com os ataques e pilhagens muito agressivas, de forma continuada e crescente, por parte dos povos escandinavos. O Guadiana era uma via de comunicação importantíssima para assegurar o comércio, fixar as populações locais, a manutenção dos interesses comerciais e financeiros emirais e o escoamento do minério, fonte de rendimento e desenvolvimento indispensável para a região e o Emirato. Esta conjuntura veio ditar a necessidade de fortificar o interior do *al-Garb*, aí foi erguida uma fortificação de iniciativa emiral, com a tipologia de um *hisn*, teria como administrador um alcaide nomeado pelo poder central de Córdoba.

Estas muralhas externas não seguiriam qualquer tipo de arquitetura padrão, limitavam-se a muros com altura não determinada, muitas vezes do tipo «talude», o aparelho era rudimentar sem grandes cuidados, inicialmente sem torres, com uma porta simples, servindo como refugio temporário. Pela análise ao aparelho ainda existente, indica que a cintura de muralhas externa do *Castelo* seguiu o mesmo traçado construtivo até à conclusão da obra, verificando-se um padrão constante no talhe das peças, evidenciando a ausência do aperfeiçoamento das arestas, a dimensão aleatória da altura das peças que obrigou a maior volume de pastas plásticas no nivelamento das fiadas e espaços internos. Este padrão rude é constante e verificado no alinhamento da obra, indiciando que deve ter estado sob supervisão dos mesmos mestres artífices, pela permanente uniformização do aparelho. Pelo exposto, pode-se propor um traçado inicial da cintura muralhada que, também coincide com a primeira fase da ocupação da área do *Castelo* (mapa nº 3), em qualquer dos casos anteriormente expostos, a construção da fortificação iniciou-se pelo perímetro defensivo exterior, com uma cronologia para um

²⁷⁹ Manuel Ación Almansa (Universidad de Málaga) – De nuevo sobre la fortificación del emirato. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes, coord. – **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**. Atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: 2002. 933 p. ISBN 972-772-308-X. p. 59-75. pp. 60-61.

²⁸⁰ Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto) – Arquitetura Militar. In Manuel Themudo Barata; Nuno Severino Teixeira, direção – **Nova História Militar de Portugal – Volume I**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2003. 487 p. ISBN (coleção) 972-42-3071-6. p. 95-161. pp. 96-98.

período de transição do visigótico para o emiral, séculos VIII/ IX, onde a hipótese mais consistente aponta para um refúgio em altura da população autóctone.

As torres da muralha exterior ao longo dos seus tramos a norte, apresenta alguns indícios de terem sido construídas de forma independente. Para essa hipótese contribui a progressão dos derrubes das duas torres centrais, onde a derrocada destas estruturas é superior aos tramos das muralhas onde estão adossadas, através da verticalidade da muralha verificamos a independência destas estruturas. Na torre localizada a poente, no mesmo pano da muralha norte, até onde é permitido ver, as peças líticas estão ligeiramente encaixadas nos espaços entre os blocos desse tramo e não travadas pelo seu interior. A torre localizada no vértice nordeste, apresenta características singulares em relação ao restante das outras torres; é a única que se apresenta implantada na face de um vértice, tem sinais de reconstrução através da diferença do aparelho, são visíveis as emendas nos tramos das muralhas a norte e este, dentro das limitações das referidas emendas a obra é consistente e a torre está estruturada na muralha, embora seja também um aparelho *opus incertum* é diferente em relação ao anterior, o talhe das peças é mais cuidado (imagens nº 39 e 40). Sendo esta torre uma estrutura mais exposta aos elementos, comparativamente às referidas anteriormente, por estar num ângulo e pelas características referidas, os indícios são de esta torre ter sido construída em época posterior em relação às outras da face norte, provavelmente aquando da segunda fase de ocupação, para o início do século X. Quanto às três torres dos tramos a sul, o grau de destruição é muito profundo, os materiais estão soltos e pulverizados à superfície, a gravidade fez deslocar os blocos para a escarpa, pela presença da torre mais a nascente nesta face sul que não está adossada à fortificação central, mas sim ao que seria o tramo da muralha externa que ligava o *alcácer* à entrada do *Castelo*, é de supor que estas torres inicialmente foram construídas como contrafortes da fortificação central, devido à forte inclinação do terreno, fazendo parte da estrutura muralhada da fortificação central em momento posterior (planta 3). Ao longo de toda esta muralha, aparecem pequenos vestígios de cal²⁸¹, ou a presença desta nas ranhuras dos blocos, indicando que o muro exterior também seria periodicamente caiado.

As torres da entrada do castelo têm um aparelho diferente das estruturas deste conjunto de muralhas, indicando que pertencem a uma outra fase construtiva. Atendendo ao tipo de aparelho usado na construção das torres que ladeiam a entrada, das prumadas que comportavam as partes moveis da porta, podemos concluir que estamos perante um aparelho do tipo *opus isodomum* que encontramos na construção da fortificação central, indicando que esta evolução arquitetónica, ainda só com as torres laterais, acompanhou o período das profundas remodelações da fortificação central, para o início do século X²⁸², numa fase de centralização do poder Emiral e Califal.

²⁸¹ Óxido de calcário - também conhecido popularmente como «cal viva», resultante da cosedura de blocos calcários, quando misturados com água (operação perigosa devido às altas temperaturas), obtém-se uma pasta espessa que serve para reboco, diluída tem o efeito de tinta.

²⁸² Helena Catarino, 1997/98. *Ibidem* p. 394.

No interior do reduto externo encontramos várias edificações que foram escavadas durante as campanhas arqueológicas, estas estruturas habitacionais encontram-se sobrepostas a outras que não seguiram a mesma implantação, o que restou destas paredes mais antigas da primeira fase de ocupação, sobre as quais construíram as novas edificações, foram pequenos muros nivelados até à cota do solo, que passaram a fazer parte das novas fundações onde ergueram os novos compartimentos. Estas edificações iniciais foram construídas com um aparelho rudimentar e até onde é possível observar, a colocação dos blocos de pedra foram na horizontal, com areias argilosas e pequenas pedras a nivelar as fiadas. Esta fase construtiva é contemporânea da primeira ocupação muçulmana da fortificação, da construção da fortificação central do Castelo, da cisterna e das habitações do alcácer com adarve entre estas e as muralhas. Esta fase da ocupação e construção das edificações situam-se no século IX²⁸³, atendendo que na segunda metade deste século o al-Garb estava em profunda convulsão, devido às revoltas muladíes, a construção das estruturas e primeira fase de ocupação deverá ter ocorrido nos finais do primeiro quartel do século IX e no seguinte. A enorme instabilidade que se seguiu com a *fitna* no al-Garb e a separação desta região do poder emiral, terá levado toda esta região a cair na posse dos separacionistas muladíes e berberes²⁸⁴, cujo ponto alto foi a fundação da cidade de Badajoz no último quartel do século IX²⁸⁵, formalização de um autentico estado que aos poucos perdeu influencia, mas manteve muita da autonomia conquistada, só com Abd ar-Rahman III, no início do século X, o território é pacificado. Para este período, as escavações arqueológicas no Castelo Velho de Alcoutim, detetam nos estratos da primeira ocupação; restos carbonizados, fragmentos de telhas nos entulhos do solo da segunda ocupação, pontas de setas e fragmentos de cerâmica para essa cronologia²⁸⁶, assim como nos estratos de transição do século IX para o X, tenha sido exumado junto da lareira 2, no compartimento A, fragmento do mento de uma mandíbula e um dente humanos²⁸⁷. Perante estes dados é de concluir que a tomada desta fortificação foi pela força, tendo havido um grau de destruição elevado, obrigando a uma reconstrução profunda que veio alterar a configuração da implantação das habitações.

No recinto exterior, as novas construções já escavadas seguem um traçado muito próximo das anteriores, mas não exatamente coincidentes (mapas 4 e 5). Próximo da mesquita há um compartimento retangular da primeira fase de ocupação, cujo ângulo a norte está sobreposto por esta construção que é da segunda fase de ocupação, este compartimento que foi reaproveitado, apresenta um aparelho misto com a técnica em «espinha», é crível que tenha sido reconstruído e à semelhança das novas edificações, tenha sido utilizado esta técnica construtiva.

A fortaleza central apresenta um aparelho do tipo *opus isodomum*, tem todas as características de um *alcácer*, apresenta um padrão construtivo com implantação

²⁸³ Helena Catarino, 1997/98. *Ibidem* p. 393.

²⁸⁴ Santiago Macías, 2013. *Op. cit.* pp. 467-469.

²⁸⁵ As várias fontes consultadas não indicam uma data certa, as oficinas de turismo de Badajoz indicam o ano de 875, sem referências bibliográficas ou autor.

²⁸⁶ Helena Catarino, 1997/98. *Ibidem* p. 394.

²⁸⁷ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 746.

retangular. As torres de defesa projetam-se nos flancos das muralhas, inicialmente eram todas quadrangulares, duas em cada face norte e sul, uma em cada tramo poente e nascente (mapa nº 4). Estas muralhas são um pouco mais grossas do que as externas, em alguns tramos aproximando-se dos dois metros com um mínimo de 1,6m, o que permitia a existência de um adarve ou caminho de ronda em toda a sua extensão, é uma construção posterior à muralha externa, onde aproveita a existência de duas das suas torres a sul. A sua construção é do período da primeira fase da ocupação muçulmana (século IX), para o final desse século e início do seguinte, há vestígios que indiciam confronto armado e destruição massiva das estruturas do *Castelo*, aquando da *fitna* no al-Garb (imagens nº 30 e 41), para essa reconstrução do século X, verifica-se um aparelho muito diferente do primitivo, um aprumo dos blocos líticos inferior e a presença de peças oblíquas no arranque das emendas. A torre no topo poente que era quadrangular, foi ampliada e reconstruída (imagem nº 44), verifica-se ainda a construção de uma estrutura habitacional no topo nascente que obrigou ao corte da muralha (mapa nº 5), ao avanço do novo tramo da muralha até à face da torre implantada nesse topo e a construção de nova torre simétrica no lado sul (plantas nº 2). Estas modificações no período da unificação territorial do al-Garb, tiveram a finalidade de recuperar as estruturas do Castelo, reforça-lo perante a evolução poliorcética coeva, dota-lo de maior capacidade militar para fazer face a possíveis intervenções na área de controlo terrestre e fluvial. Quanto às habitações da primeira fase de ocupação no *alcácer*, situadas ao longo da muralha a norte e noroeste, foram niveladas até à cota do solo e passaram a fazer parte das fundações das habitações adossadas às muralhas que se lhe seguiram, esta alteração da ocupação espacial do interior do reduto central, permitiu um maior volume de área coberta e ocupação habitacional, indiciando o aumento da população residente e pelo aparente desenvolvimento da região, justificando então, o reordenamento habitacional verificado ao longo das áreas já escavadas que deverão ter ocorrido por todo o castelo²⁸⁸.

Este reduto era a habitação do administrador/ alcaide e da sua família, um governante aristocrático que geria os territórios adstritos ao *Castelo*. Este espaço era composto por diversas habitações com usos específicos; como a cisterna, salas sanitárias ou de banhos, salas do fogo, armazéns, casa da guarda, alcovas e um amplo salão. Pela composição de todo este conjunto habitacional, foram instalações projetadas e ampliadas ao longo do tempo, onde se identificam três fases de ocupação, para períodos politicamente diferentes; a primeira fase emiral e com gestão autónoma do poder centralizado de Córdova seguida de ocupação por dissidentes (século IX), uma segunda fase emiral/ califal onde para 929/ 930 é conquistada toda a linha do al-Garb de Beja a Ossónoba assim como Badajoz (século X) e uma terceira fase no Reino de Taifas (século XI). Um aspeto sobressai desta projeção evolucionista da fortificação, economicamente era sustentável, com capacidade financeira para manter e ampliar as estruturas defensivas e denota que os seus ocupantes tinham qualidade de vida. Tal como na cerca exterior, este espaço teve uma reformulação arquitetónica profunda pelos motivos beligerantes já evocados. Numa fase inicial as habitações estavam afastadas das muralhas,

²⁸⁸ Há que ressaltar as zonas ainda não escavadas, mas que deverão ter uma continuidade semelhante às já intervencionadas.

posteriormente as habitações foram construídas adossadas a estas, com exceção de parte da face interna da muralha sul, onde está implantada a cisterna²⁸⁹. A existência de um adarve entre as habitações e as muralhas, também é verificável nas sondagens efetuadas no Castelo das Relíquias, pertencente à mesma época Omíada que também apresenta vestígios de conflito entre a primeira e segunda fase de ocupação²⁹⁰, existem semelhanças, mas como a intervenção arqueológica não é profunda, só podemos enumerar as relações próximas para o mesmo período.

A cisterna terá sido uma das primeiras edificações do reduto central do castelo, devido à singularidade da sua estrutura, foi mantida a sua implantação, assim como a sala contígua e a habitação que se segue para poente, embora esta última apresente um aparelho «em espinha», características diferenciadas das estruturas anteriores, o que indicia ter sido refeita ou remodelada em fase posterior. Este algibe segue as características padrão de outras cisternas muçulmanas, com reservatório escavado a cota negativa, preparado para a recolha das águas pluviais feitas à superfície e canalização subterrânea, as paredes foram previamente reforçadas e aprumadas com um aparelho cuidado com boas pastas de ligação com componente de cal, sobrepondo-se um espesso reboco de cal. Na análise às estruturas que ainda se conservam, podemos verificar que o teto era em abóboda de «meio canhão», arrancava das paredes longitudinais a uma cota abaixo do solo das ruas, fechando o arco a uma altura não muito superior ao solo, entre 15 a 20cm, seguindo a projeção da espessura e curvatura do arco, assim como os padrões dos algibes do al-Garb²⁹¹. O acesso à água era feito por escadas internas a partir da porta existente no edifício que lhe é contíguo (imagem nº 34), para a entrada de acesso à cisterna, a solução arquitetónica passaria por uma cobertura a partir da porta da entrada que acompanhava a inclinação das escadas, unindo-se com a abóbada. Havendo uma abertura de acesso à cisterna que lhe permitia a ventilação, não é possível determinar se era munida da tradicional abertura externa para ventilação e recolha da água (planta nº 3).

Os fornos de redução/ fundição encontrados durante as escavações de 2001 e seguintes²⁹², localizados na área poente do *Castelo*, entre as muralhas dos redutos fortificados, são estruturas do período Emiral que já existiriam aquando das reconstruções e reestruturações arquitetónicas no período Califal e dos Reinos de Taifas, poderão ter iniciado a sua laboração ainda na primeira fase de ocupação, atendendo que tem estruturas arquitetónicas sobrepostas de períodos mais recentes²⁹³. Estes fornos estruturados em argila, cujo bojo inferior foi escavado na rocha, seguiam uma planta tradicional, com chaminé projetada a uma cota superior, formato troncocónico e canal inferior escavado para extração da escória e da gusa. Pelo material recolhido durante as escavações, estes fornos escavados no Castelo serviam para a redução primária do minério de ferro, não

²⁸⁹ Seria uma remodelação muito complexa que não justificaria a deslocalização da cisterna.

²⁹⁰ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 411/ 449.

²⁹¹ Como é verificável no algibe de Paderne.

²⁹² Endovélico Portal do Arqueólogo. CNS: 2649.

²⁹³ Helena Catarino – O Castelo Velho de Alcoutim: minas e vestígios de metalurgia. **Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Conimbriga Instituto de Arqueologia. Volume LI (2012), p. 119-149. [Consult. 10 fev. 2017]. Disponível em, URI:<http://hdi.handle.net/10316.2/36405>, DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_51_5. pp. 136-137.

sendo descartada a possibilidade de se fundir outro minério como cobre²⁹⁴. Atendendo que uma grande parte do Castelo e área circundante não está escavada, é provável que tenha havido mais fornos de fundição.

Esta situação de estabilização e prosperidade local, deverá ter ocorrido pelo século X (929)²⁹⁵, iniciado durante a estabilização do território com o fim das revoltas internas e centralização do poder emiral/ califal. Pela evolução arquitetónica verificada nos castelos coevos da região, entende-se que foi seguido um padrão oficial que visava uma ocupação e desenvolvimento da produção local, cooperando para o esforço da soberania do Califa.

No entanto, para o início do século XI, o al-Andalus era uma região de intriga e descontentamento entre clãs com origem étnica e tribal distinta, com a eliminação de Hisham II (1012/ 1013), termina qualquer centelha do Califado Omíada. As revoltas instalam-se, no al-Garb onde eclodiu a primeira *fitna* em 1013, sob o comando de Sabur al-Amiri (de origem eslava), é toma toda a Marca Inferior e instala a capital em Badajoz. Em 1022, todo este território passa a ser controlado por Ibn al-Aftas (de origem berbere). O sul do al-Garb em 1026, passa a ser controlado pela família dos Banu Harun (de origem autóctone), com sede em Ossónoba. No ano de 1048, ainda surge uma outra taifa em Silves, dominada pelos Banu Muzayn (de origem árabe). As lutas entre os clãs das taifas no al-Garb contribuíram para o enfraquecimento e decadência progressiva dos beligerantes, situação aproveitada na segunda metade do século XI, para a ascensão dos Abáidas a partir de Sevilha que dominarão esta região até 1091, queda na sequência da hegemonia cristã e pedido de ajuda aos Almorávidas que se irão instalar na Península, protagonizando um novo ciclo. É neste contexto que *Castelo* terá continuado o seu percurso evolutivo e até denotando prosperidade neste período dos Reinos de Taifas. Numa terceira fase de ocupação (mapa nº 6), para além da ocupação longitudinal do pátio de armas do *alcácer*; um espaço que está muito arruinado, foi implantado diretamente sobre o maciço central do cerro, o aparelho é de fraca qualidade (*opus incertum*), verifica-se que as peças líticas estão pouco aparelhadas, são na maioria de tamanho médio logo a partir da base, terá obrigado a maior uso de areias para nivelamento das fiadas, as paredes apresentam fraco aprumo e alinhamento (imagem nº 32). É um trabalho visivelmente inferior aos das anteriores remodelações, justificando o estado de ruína muito avançada deste conjunto habitacional. Sobressaem os reforços das defesas passivas do castelo, com o contínuo melhoramento das portas de entrada (plantas nº 1.3, 2.3 e 2.4). Na porta do alcácer foi construída uma torre maciça em forma de «L» que cobre a entrada (imagem nº 31), dando uma cobertura de tiro direto por todos os ângulos sobre possíveis invasores. Quanto à porta da entrada do castelo, é reforçada com uma estrutura de portas duplas, com um corredor interno em «L» (mapa nº 6), protegidas por uma nova estrutura fechada, com fortes panos de muralha e largura suficiente para permitir um adarve em todo o seu perímetro, tendo como objetivo dificultar a progressão de possíveis ocupantes. Estes

²⁹⁴ Helena Catarino, 2012. *Ibidem*. p. 136.

²⁹⁵ Santiago Macías, 2013. *Op. cit.* pp. 465-470.

trabalhos nas entradas das cinturas amuralhadas foram executados com um aparelho do tipo *opus isodomum*.

É notória a progressão arquitetónica que se verificou nas estruturas de defesa ao nível das muralhas e torres. A partir de uma primeira fase de ocupação, onde o reduto central comportava torres quadrangulares, acompanhando as profundas alterações habitacionais já referidas para o século X, este conjunto defensivo foi reforçado a poente com a transformação da única torre desse tramo para uma estrutura de planta retangular. Na face nascente as alterações foram mais profundas; manteve-se a torre quadrangular desse tramo, rasgou-se a muralha nesse no segmento em direção à porta do *alcácer*, manteve-se a muralha no alinhamento da porta e elevou-se uma torre quadrangular adossada à referida anteriormente (plantas nº 2.1 e 2.2). Entre estas torres simétricas foi erguida novo tramo de muralha pela face exterior das torres. O vão interior foi aproveitado para a construção de um grande compartimento que não apresenta porta visível ao nível do solo, indicando que o acesso seria superior, pelo exterior apresenta uma grande cloaca que estaria a jusante do nível do solo do *alcácer*, por onde escoariam grande parte das águas pluviais (imagem nº 41).

Este compartimento que apresenta boas dimensões, com a particularidade de não ter porta ao nível do solo, situação análoga a um compartimento no canto sudoeste, mas as semelhanças ficam-se por aí; foi construído numa zona bastante reforçada do *alcácer* - entre torres e muralhas -, o espaço ainda não foi escavado, mas por não apresentar porta não se afigura ter sido uma cozinha ou alcova, para armazém tem o inconveniente de ser escoamento de grande parte das águas pluviais, atendendo que as outras cloacas estão a montante e servem latrinas, o compartimento aparenta estar bem compactado, atendendo à volumetria dos entulhos e da boa disposição das peças líticas, foi desativado das suas funções nas últimas remodelações das muralhas, no seu conjunto indicativo de um compartimento criado com difícil acesso ao seu interior, ou, de difícil acesso para o exterior, como um aljube. Este espaço que aparenta ter sido usado durante o período Califal, foi compactado durante as alterações arquitetónicas do século XI. Neste momento, pelas evidências referidas podemos levantar hipóteses, uma possibilidade pela análise histórica e arqueológica será a de um aljube, aguarda-se o retomar das escavações para uma conclusão mais fundamentada.

Os melhoramentos verificados na última fase de ocupação do *Castelo* - durante o período dos Reinos de Taifas -, ao nível das torres das portas dos redutos, passaram a ter capacidade para o arremesso de objetos (como pedras), lanças ou tiro balístico, com alcance por todos os ângulos. Eram postos de observação sobre o rio Guadiana e territórios limítrofes, num ângulo superior a 180°, de norte a sul por este, numa distância linear mínima superior a 2 km, podendo atingir distâncias superiores a 4 km. Estas torres permitiam o alerta diurno e em noites claras com bastante tempo de antecedência, em relação ao desenvolvimento de qualquer tática poliorcética, atendendo à orografia, a deslocação de uma força de combate detetada, não chegaria às muralhas em menos de

uma hora²⁹⁶, tempo suficiente para a organização de todas as forças defensivas. Do cimo destas muralhas o tiro com arco ou besta, podia atingir o exterior da muralha do reduto externo, tendo o interior da porta do castelo sob mira direta, atendendo que os sitiados estariam posicionados numa cota muito inferior e à força da gravidade, a capacidade de tiro dos invasores seria inferior e o esforço muito superior em relação aos defensores. Estas evoluções tecnológicas coevas adaptadas a este castelo, comprova-nos da importância geopolítico e económico que esta fortaleza tinha no espaço do Garb.

A maioria destas torres estão niveladas ou no caso das muralhas a norte ainda mais erodidas que as muralhas, no caso das torres dos topos do *alcácer*, mantêm um proeminência notória em relação às restantes muralhas, se excluirmos os tramos a sul cujos derrubes são extremos, a volumetria junto às torres é superior às das muralhas²⁹⁷, perante o que podemos evidenciar, as torres dos topos do *alcácer* apresentam uma volumetria ainda estruturada, ou nos derrubes que no indicam terem sido estruturas projetadas com altura superior às restantes muralhas, para as outras torres, incluindo o conjunto fortificado da entrada do *Castelo*, pela disposição da volumetria dos derrubes, podemos supor que apresentavam alguma projeção superior, no conjunto geral, não eram muralhas muito altas, podiam cobrir no máximo a altura das habitações, pela largura das muralhas, teriam parapeito pelo menos ao redor da muralha central, embora o uso de ameias e merlões já estivesse disseminado, é muito arriscado, mesmo pouco credível que a generalidade dos parapeitos tivessem este tipo de composição.

Quanto à porta da entrada do *Castelo* que tinha evoluído no início do século X para uma entrada defendida por torres laterais, para a última fase de ocupação, no período dos Reinos de Taifas, a entrada foi reforçada com um conjunto arquitetónico com formato de torre oca ampla com duas portas desniveladas a cotas diferentes, a passagem interna fazia-se num ângulo de 90°, edificada pelo exterior da cintura externa da fortaleza, também com um aparelho do tipo *opus isodomum* (imagem nº 42), a espessura das paredes permitia a existência de um adarve com parapeito ao longo do seu perímetro, podendo também este conjunto defensivo servir de reduto, atendendo ao formato das laterais da porta que poderiam ter painéis móveis duplos, isolando a estrutura em caso de penetração do inimigo pela muralha exterior, reforçando o tiro sobre os atacantes em conjunto com as defesas do *alcácer* (plantas 1.1, 1.2 e 1.3).

Através da arquitetura e da implantação das diferentes estruturas do castelo assim como os acessos em degraus, é evidente que este não estava preparado para a circulação de veículos de tração animal. O transporte dos produtos ou materiais seria feito por animais muares ou cavалares, suportados por aprestos colocados nos seus dorsos, a existência destes animais é comprovada pelos achados arqueológicos. Esta situação

²⁹⁶ Atualmente, um caminhante desde as margens do Guadiana até ao castelo, por caminhos em boas condições, pode fazer o percurso em menos de uma hora. Há cerca de novecentos anos, desde o desembarque de pessoas e equipamentos, até à chegada de uma força de combate às portas do castelo, atendendo à evolução difícil de um corpo militar heterogéneo neste espaço físico, não é crível que o percurso fosse inferior a 1 hora.

²⁹⁷ Os derrubes são mais acentuados nas faces laterais, onde se acumula o material solto, constituindo naturalmente uma forma piramidal.

reforça a necessidade da vigília e proteção dos cursos de água, por onde as mercadorias eram transportadas em volumes muito superiores e mais rápidos em relação ao transporte terrestre.

Quanto às plataformas exteriores ao *Castelo* verificadas ao longo de toda a face norte do castelo, é notória a falta de volumetria dos derrubes para que se tratasse de uma ou duas linhas de muralhas com semelhanças às da fortaleza. No entanto, pelo extenso nivelamento das plataformas, pelos muros existentes e pela sua homogeneidade, é um espaço artificial implantado no sopé do castelo, onde existiria certamente um arrabalde, com habitações e logradouros, podendo ser limitada por uma pequena cerca, atendendo aos cortes existentes nos afloramentos naturais. Pela localização em altura e às características dos solos, seria pouco provável o uso destes espaços para a agricultura, hipoteticamente é mais viável terem sido espaços onde se desenvolveram atividades que dessem suporte à produção mineira e mesteres como a de ferreiros, etc.

A cor predominante do *Castelo* seria diferente daquela que encontramos hoje; multicolorida devido à composição dos minérios inclusos no xisto e nos grauvaques, onde predominam os castanhos de diversas tonalidades, mas onde o branco seria a cor dominante devido à cal do reboco e da manutenção periódica com o ato de cair as faces destas estruturas, em contacto com os materiais líticos, o branco da cal apresentaria veios ou manchas ocre de maior ou menor intensidade conforme as infiltrações das águas pluviais e da regularidade das manutenções.

7.4 - A intervenção arqueológica

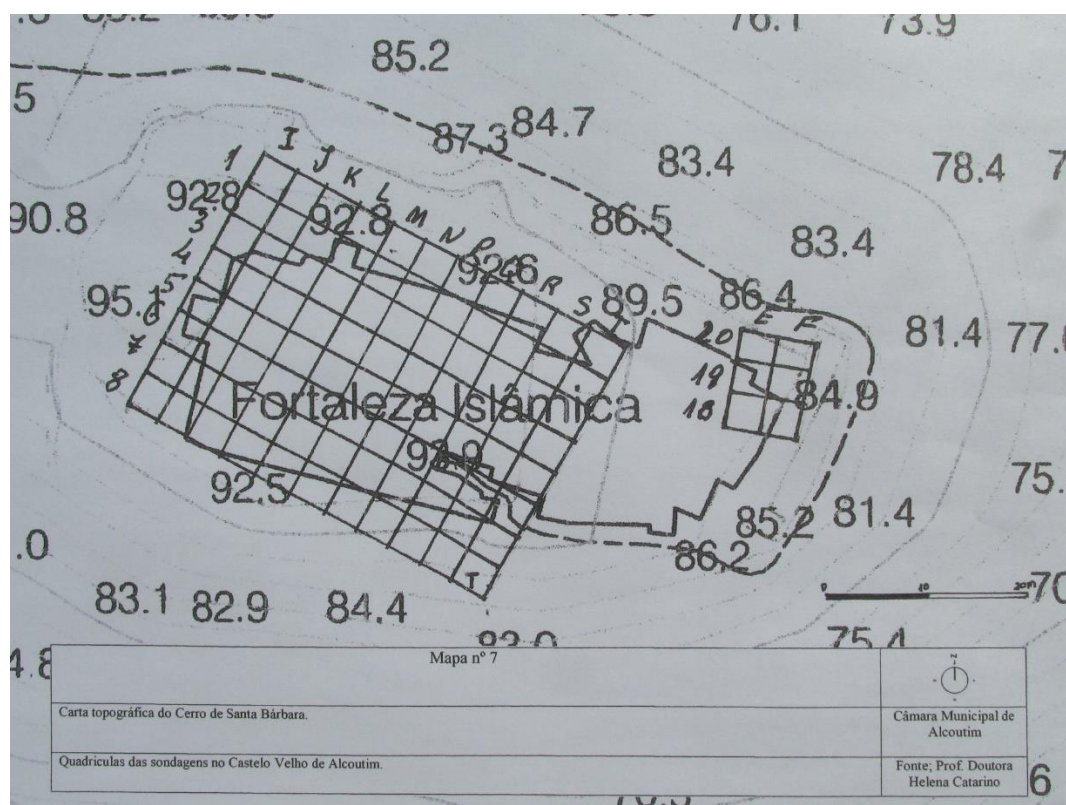
O presente capítulo baseia-se na intervenção arqueológica efetuada sob orientação e responsabilidade da Prof. Doutora Helena Catarino, de 1985 a 2003, no Castelo Velho de Alcoutim. Este trabalho foi desenvolvido sem acesso aos relatórios das escavações, tendo como referência e apoio a bibliografia produzida, gentilmente cedida pela própria, publicações bibliográficas e monografias disponíveis nas bibliotecas informáticas, referentes aos estudos e conclusões dos diversos espaços específicos que se complementavam durante as fases da ocupação e alvos da intervenção arqueológica.

7.4.1 – As escavações

Até ao momento não se conhece o nome pelo qual o *Castelo Velho de Alcoutim* seria reconhecido na época muçulmana, esta situação deve-se ao desconhecimento de qualquer documentação coeva que ateste a sua existência. Pela importância já descrita desta fortaleza, atendendo que foi uma obra que teve intervenção oficial durante o emirato e o califado, poderia ter havido documentação nos arquivos centrais em Córdova que atestariam a sua existência, identificavam o nome pelo qual o *hisn* era conhecido, a nomeação do administrador/ alcaide. Qualquer destas situações a existir, poderão ainda estar em algum acervo de documentos da chancelaria da administração Omíada cordovesa, em língua coeva árabe. As referências conhecidas ao *Castelo* são todas posteriores e não acrescentam mais do que é evidente; um castelo mouro abandonado e muito desbaratado. Comprovam, no entanto, as suas características como estrutura de cariz

militar. Poderá o topónimo de «Alcoutim» ter perdurado pelos tempos e a vila ter assumido esse nome aquando do primeiro Foral doado por D. Diniz em 1304²⁹⁸.

Com o propósito de dar início às escavações arqueológicas, o primeiro contacto deu-se em 1980. O local estava ocupado por uma densa vegetação, composta por árvores e arbustos, era visível à superfície a grande massa lítica resultantes dos derrubes das edificações, a prospeção do local afigurou-se de difícil execução pelos motivos referidos anteriormente. Esta prospeção efetuou-se pelas encostas, onde se recolheram fragmentos de telha decorada com impressões digitais e poucos fragmentos de cerâmica grosseira. Para sul e sudoeste, o cabeço inclina abruptamente numa escarpa, nas outras encostas os acessos são mais facilitados pela orografia do terreno, encontram-se espaços nivelados em socacos, indicando a hipóteses de ter havido ocupação de estruturas habitacionais. Dos fragmentos recolhidos nesse espaço, ficou a indicação da fortaleza ter uma cronologia muçulmana. Perante estes indicadores, afigurou-se que o sítio apresentava uma boa conservação, com os vestígios arqueológicos a alguma profundidade, o que se veio a verificar durante os trabalhos²⁹⁹.



Mapa com as quadriculas das duas sondagens efetuadas no Castelo Velho de Alcoutim.

As escavações iniciaram-se após a limpeza superficial do topo do cerro, em setembro de 1985. Após essa operação ficaram visíveis os alinhamentos dos muros, isso permitiu a marcação das quadriculas orientadas a 338 graus, aproximadamente

²⁹⁸ Em 1304 Alcoutim recebeu o Foral doado por D. Dinis, em 1520 recebeu o Foral doado por D. Manuel I.

²⁹⁹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 306.

perpendicular ao alinhamento dos muros das muralhas voltadas para o Barranco do Cerro da Mina. As marcações iniciais foram de um retângulo de 20 metros de comprimento por 8 de largo, nele foram implantadas dez quadriculas de 4X4 metros de lado, com as *banquettes* de 1 metro, assinalados por ordem alfanumérica, com as marcações; K5/ K6, L5/ L6, M5/ M6, N5/N6 e P5/P6 (mapa nº 8), verificando-se a anulação da quadricula com a letra O, para que não se confundisse com o número 0 (mapa nº 7). Nesta campanha escavaram-se três das quadriculas marcadas, os K6, P6 correspondendo ao espaço da cisterna e parte do K5 que viria a ser identificado como «compartimento A»³⁰⁰.

Na segunda campanha foram limpos os restantes espaços do cabeço, mantendo o mesmo tipo de quadriculas sem as *banquetes*, tendo a escavação evoluído para as quadriculas J3, J4 e J5. O método nesta fase aproximou-se da técnica de «área aberta», onde se escavaram várias quadriculas sequenciais, limitaram-se as estruturas e foram de imediato desenhadas num primeiro plano, ao que se seguiu a escavação dos derrubes até ao aparecimento das telhas, definiram-se os interiores dos compartimentos e redenharam-se novos planos. Nestes desenhos das estruturas e da camada de abandono³⁰¹, assinalou-se na planta o espólio recolhido no interior dos compartimentos habitacionais, elaboraram-se inventários gerais e fichas individuais, cartografou-se na planta os principais recipientes de cerâmica e artefactos de metal, de modo a reconstruir o espaço interior de cada habitação e ter a noção da funcionalidade das cerâmicas e das habitações. Aquando da chegada às camadas arqueológicas mais antigas, com estruturas que estavam sob os muros da última fase de ocupação, desenharam-se os perfis estratigráficos do interior de alguns dos compartimentos habitacionais³⁰².

Nas campanhas seguintes os trabalhos desenvolveram-se de forma a identificar o perímetro da muralha central, o que obrigou à continuação da limpeza do terreno, até para concluir se haveria uma segunda cintura de muralhas, hipótese que se verificou, assim como a descoberta de duas torres quadrangulares. Durante as oito primeiras campanhas, no interior de recinto central, correspondendo à sondagem 1, efetuaram-se os seguintes trabalhos³⁰³:

- Decapagem do nível 0 que era composto por terre vegetal, limpeza do mato e montagem da quadricula geral.

- Com a decapagem do nível 1, até ao aparecimento do topo dos muros das estruturas internas e das muralhas onde se identificaram:

- a) A partir da quadricula N6 e P6 – local da implantação da cisterna -, escavou-se em área até ao topo das estruturas habitacionais e aos panos de muralhas em direção à porta do interior do reduto (ainda soterrada pelos derrubes na altura).

³⁰⁰ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 307.

³⁰¹ Identificada como nível 3.

³⁰² Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 307-308.

³⁰³ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 308-309.

b) Seguiram-se as escavações das quadriculas P4, P5, P6 e Q4, Q5, Q6, o que correspondeu a estruturas habitacionais e a duas ruas identificadas como ruas B e C. Definiram-se os topos de um pano de muralha e toda a área da porta (voltada para o rio Guadiana), como porta E, nos quadriculas R4, R5, R6 e S4, S5, S6.

c) Os quadriculas P2, P3 e P4 corresponderam os compartimentos habitacionais identificados como G e M, escavou-se parte de uma das ruas, seguiram-se os quadriculas Q2, Q3 e Q4 correspondente aos compartimentos P, R e S, assim como o pátio identificado com a letra Q. Com as escavações das quadriculas R2, R3, R4 e S2, S3, S4 atingiu-se a muralha a ocidente.

A partir de 1991 procuraram-se três objetivos³⁰⁴:

- Escavar-se as quadriculas Q4, Q3 e Q2 no interior dos compartimentos habitacionais da última fase de ocupação, para se visualizar as estruturas mais antigas e identificar essas fases de ocupação, já visíveis durante as escavações anteriores, nas zonas onde a rocha se encontrava a maior profundidade.

- Nos topos das muralhas a sudeste, verificava-se desde a campanha de 1991 uma sequência de corredores e compartimentos, faziam levantar a hipótese da existência de uma porta virada para o Guadiana. Durante a campanha de 1992 desentulhou-se essa zona e identificou-se a respetiva porta.

- Nos anos de 1992 e 1993 propôs-se a escavação da segunda linha de muralhas, identificada como sondagem 2, localizada na encosta nordeste em direção ao rio, nesta zona já se tinham descoberto a segunda cintura de muralhas e duas torres maciças.

Durante as campanhas de 1992 e 1993 optou-se pela seguinte estratégia³⁰⁵:

- Limpeza geral da área intervencionada, intervenção que deverá ser efetuada regularmente até ao projeto de valorização.

- A escavação dos níveis mais antigos, nos compartimentos que ainda não tinham sido escavados.

No exterior da fortificação central limpam-se as respetivas zonas e efetuou-se o desenho do perfil. Ao que ainda se propôs³⁰⁶:

- a) A revisão das plantas já produzidas.
- b) Ter uma melhor perceção dos níveis antigos e respetivas cronologias.
- c) Definir a diacronia das diferentes fases construtivas do castelo.
- d) Estabelecer as relações diacrónicas e sincrónicas entre os diversos vestígios encontrados dentro e fora do recinto central.

³⁰⁴ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 309.

³⁰⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 309-310.

³⁰⁶ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 310.

Nesta data nem todas as estruturas habitacionais da fortificação central estavam escavadas, assim como a totalidade da cisterna, para evitar uma possível derrocada. Prevendo o reinício dos trabalhos, enquadrado num projeto de recuperação e valorização do castelo, propôs-se o seguinte³⁰⁷:

- a) Elaboração de um folheto com a história do Castelo (efetuado).
- b) A classificação como «imóvel de interesse público» (processo que já estava em curso).
- c) A aquisição do espaço que era pertença privada (diligências já encetadas à data).
- d) Limpeza geral do cabeço e encostas, com a eliminação dos arbustos e árvores de maior porte (já se encontra realizado).
- e) Vedar o local para proteção de toda a área arqueológica (o que veio a acontecer).
- f) Retomar as escavações do exterior nas encostas norte e este, assim como terminar as escavações no interior do recinto central.
- g) Melhorar os acessos e alargar o caminho, numa zona propícia para estacionamento (entretanto também efetuado).
- h) Reparar e consolidar as muralhas e estruturas habitacionais, assim como nivelar e proteger o solo com gravilha ou outro material (ainda por efetuar sem datas previstas).
- i) Elaboração de placas de sinalização e painéis explicativos (as placas de sinalização foram colocadas no início de 2017).
- j) Instalação de um pequeno núcleo museológico na Vila de Alcoutim, onde se possa expor o espólio recolhido durante as escavações (algumas peças estão expostas no núcleo museológico do Castelo da Vila de Alcoutim). Outras peças estão depositadas nos acervos do Museu Nacional de Arqueologia.

7.4.2 – A sondagem 1

Como indicado anteriormente, esta sondagem corresponde à escavação da área interior do recinto muralhado central que fica localizado no topo do cerro. Neste espaço procedeu-se à maioria dos trabalhos de escavação, onde se identificaram as muralhas e respetivas torres, a porta da entrada do recinto, as habitações, as três ruas, dois pátios e a cisterna. Sequencialmente, as identificações das estruturas iniciaram-se pelos panos das muralhas e as respetivas torres, seguidas pelas habitações de última fase, por fim, as estruturas habitacionais mais antigas localizadas sob os muros dos compartimentos de última fase³⁰⁸.

7.4.2.1 – As muralhas

Na construção do Castelo Velho de Alcoutim foi utilizada a técnica construtiva conhecida como «pedra seca», composta por blocos de xisto e grauaques sobrepostos, nivelados e alisados com terra e pequenas lascas de pedra talisca, tinham como finalidade

³⁰⁷ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 310-311.

³⁰⁸ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 311.

preencher e travar os espaços entre os blocos de xisto e grauvaques. A fortificação é identificada como um pequeno *hisn* muçulmano, com povoamento associado. Verifica-se a tipologia destas estruturas defensivas que se dividiam em dois espaços; um central no ponto mais elevado, o segundo que circunda o primeiro pelos lados nascente, poente e norte. Podendo ainda haver outra linha de defesa para além destas³⁰⁹.

O recinto superior ocupa um espaço retangular com uma área interna de cerca 704m², com um comprimento de 32m por 22m de largo, a espessura da muralha varia entre 1,80m e os 1,60m, a altura varia entre os 1,50m e os 2m, relativamente bem conservadas (mapa nº 8). Visualizam-se pelo exterior cloacas de escoamento de água ou esgotos, associados a edificações internas que apresentam canalizações, compartimentos com possíveis latrinas localizadas nas muralhas norte, este e sul³¹⁰.

O pano da muralha defronte do Guadiana foi reforçado aquando da construção do grande torreão que protege a porta. Neste lado verifica-se um tramo com 1,80m de espessura em 6,70m de comprimento, seguido de outro tramo com 4,20m de espessura em 6,20m de comprimento, fazem um canto em angulo defronte da entrada para o interior da fortaleza, próximo do compartimento T, nele adoça pelo exterior o torreão que serve de defesa à porta da entrada da fortaleza central em «L»³¹¹(mapa nº 6).

Identificaram-se várias torres maciças de planta retangular e quadrangular irregular adoçadas às muralhas externas. No topo poente há uma torre retangular com 4,7m por 3m de lado, localizada na parte central desse tramo. Na muralha a norte existem duas torres, a localizada para ocidente tem 2,20m por 2,40m de lado, situa-se à frente do compartimento E, a uma distância de 10,30m para oriente situa-se a segunda torre com 2,60m por 2,40m de lado, à frente dos compartimentos G e M. Na muralha sul, bastante erodida, ainda se identificam os restos de outras duas torres³¹²(mapa nº 5).

No exterior do recinto central, nos quadriculas T4 e T5 correspondentes à entrada, ergue-se um torreão maciço, edificado numa fase posterior à construção inicial da muralha, pressupondo-se durante o século XI. Apresenta-se ligeiramente afastado da muralha com uma fenda de 3 a 5cm, nota-se que a face externa do castelo estava rebocada e alisada com argamassa e cal, indicando que estaria caiada de branco. Neste espaço foi recolhido um fragmento de taça decorada a verde e manganés com características califais. A referida torre tem planta em «L» pelo exterior, com um comprimento de 5,30m por 3,80m de largo, ao longo do percurso pelo lado sul em direção à porta da entrada, a base do topo do torreão tem 2,95m, de seguida apresenta um angulo interno com 2,30m de lado e outro que liga à muralha com 0,82m, impedindo uma entrada retilínea no Castelo³¹³.

³⁰⁹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 311-312.

³¹⁰ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 312.

³¹¹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 312.

³¹² Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 312.

³¹³ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 313.

Embora os trabalhos tenham incidido principalmente na fortificação central, com as limpezas dos terrenos envolventes, verificavam-se afloramentos de muralhas na área da sondagem 2 (mapa nº 7), onde se observou o seguinte³¹⁴:

- A fortaleza principal tem uma segunda linha de muralhas. Pela linha amuralhada do cerro do Barranco da Mina verificam-se vestígios de mais de 30m de comprimento, esta acaba por fazer um ângulo, onde um tramo mais largo segue pela encosta virada para o Guadiana, no sentido norte une-se a um torreão de ângulo. Este é muito irregular, com 6,80m de comprimento por 3m de largura, pode estar relacionado com outra cintura de muralhas com orientação sul/ norte e este/ oeste, onde se observam alinhamentos muito destruídos (mapa nº 5).

- Outra torre foi identificada na segunda linha fortificada, localizada no ângulo noroeste, tem planta quadrada com 3,13m por 3,15m de lado,

- A Norte, a cintura de muralhas tem mais de 60m de comprimento, segue em direção a oeste, onde flete para Sul. Pelo meio, ainda se encontram os restos de outra torre retangular, com 3,07m por 4m de lado. A muralha encontra-se parcialmente soterrada pelos derrubes e arbustos, voltando a ser visível num tramo que faz angulo no sentido Sul, onde se liga a uma zona escarpada do afloramento rochoso, próximo da fortaleza central.

- O espaço limitado por estas segundas muralhas, é relativamente pequeno, em média têm 25m de distância até à fortificação central, está muito destruída e apresenta interrupções. É uma muralha estreita, em comparação com a muralha central, a espessura média varia entre os 1,30m e os 1,50m. No ângulo noroeste, pelo interior da muralha verifica-se a existência de estruturas habitacionais.

- No exterior da segunda cintura de muralhas, há vestígios de uma terceira linha amuralhada. Esta estende-se por toda a encosta Norte, voltada para o Guadiana. Ainda sem trabalhos desenvolvidos em toda essa área, a compreensão sobre o tipo de muralhas e habitações está dependente do início dos trabalhos nesse espaço.

7.4.2.2 - A porta da fortificação central

A porta da entrada na fortaleza central, identificada como porta E, encontra-se nos quadriculas P5 - P6, Q5 - Q6, R5 - R6, S5 - S6 e T5 - T6, zona que estava completamente entulhada, só se começaram a verificar alguns vestígios com a retirada do nível 0 e parte dos derrubes do nível 1, neste local os blocos de pedra chegaram a atingir 2m de profundidade. Como a ocupação abrangia vários quadriculas, efetuou-se uma descrição conjunta do setor. No exterior das muralhas surge-nos um átrio, espaço de passagem aberto entre a muralha e a implantação do grande torreão em forma de «L» que antecede o vão da entrada do castelo, com um retângulo de 2,95m por 3,90m. No quadrado S5 surge o local onde se encontrava a porta. Neste local, em direção a poente, a muralha da fortaleza central sobrepõe-se à muralha externa ao longo do Cerro da Mina, daqui é

³¹⁴ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 313-314.

projetado o vão da porta da entrada com 1,50m de largura, com saliências de 0,20m de lado, onde assentavam os batentes das muralhas³¹⁵.

Ao atravessarmos a porta deparamos com um corredor em rampa, com pequenos átrios provocados pelos ângulos de estruturas habitacionais e muralhas, com o comprimento de 6,40m, até ao interior de recinto. Na entrada, devido à reentrância formada pela muralha, temos um espaço de 1,20m por 1,60m. Imediatamente à entrada, o espaço aberto é quadrangular com 1,70m de lado, dá para um pequeno átrio interno que ocupa os quadriculas S5, S6 e R5, R6, com 2,40m por 3,90m de lado, neste espaço projetava-se um pequeno compartimento com uma pequena abertura – janela ou vigia –, pela qual se visualizava o Guadiana e territórios envolventes para sul, num ressalto da muralha encontrava-se uma candeia, assim como várias dezenas de pontas de lanças no espaço envolvente. A característica deste compartimento indica-nos tratar-se de uma «casa da guarda». O corredor volta a reduzir a largura para 1,30m, com 2,70m de comprimento que termina numa segunda abertura de porta, com 1,20m de largura, desembocando para a rua identificada como «C». Nos quadriculas R5, R6 e Q5, Q6, forma-se uma torre quadrangular irregular interna, adoçada à muralha, com 2,70m nos lados e 2,5m de frente, com 2,90m no lado adoçado à muralha sul. Esta construção evoluiu a partir de muros de 0,70m de espessura, com blocos de xisto argamassado com argila, o interior foi preenchido com blocos de pedra e telhas argamassados com argila e cal pouco consistentes³¹⁶.

De frente, no lado oposto à torre descrita, a muralha que se encontra à direita de quem entra, tem 1,90m de largura, terá sido as escadas de acesso ao topo das muralhas e ao adarve. Estratigraficamente esta zona tinha mais de 2m de entulhos resultantes dos derrubes das muralhas, de onde foram retiradas as camadas dos níveis 0 e 1, correspondentes a terras argilosas e pedras, verificou-se que o nível 2 está ausente - visto caracterizar-se pelos derrubes dos telhados -, no nível 3 o solo é em rampa, com muitas pedras e lajes de xisto. Nos quadriculas R5 e R6 o solo apresentava alguns fragmentos de cerâmica sem conexão (cerca de 1,85% das cerâmicas cartografadas do nível 3), neste nível foram encontradas várias dezenas de pontas de lanças ou de virotes em ferro, para além de uma grande bola em pedra. Num ressalto da muralha, no quadrado R5, estava uma candeia praticamente inteira³¹⁷.

Esta porta indica ter sido construída em duas fases. Numa primeira fase, seria relativamente simples, aberta entre um ângulo interno formado pelas muralhas sul e este, tendo um corredor largo. Na segunda fase, com o acrescento do torreão em «L» que adoça à muralha oriental, a entrada passou a ser em «cotovelo», tendo sido acrescentada uma torre interna, colocada a meio do corredor que separava o átrio interno, do compartimento «O» onde se localizava uma latrina³¹⁸(mapas nº 5 e 6).

³¹⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 314-315.

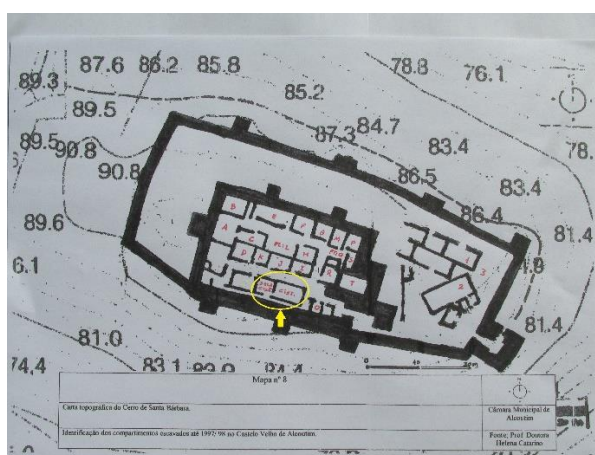
³¹⁶ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 315-316.

³¹⁷ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 316.

³¹⁸ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 317.

7.4.2.3 – A localização e estruturas das habitações da última fase

As estruturas referenciadas encontram-se no interior da fortificação central, foram classificadas durante as escavações com as seguintes letras: C, D, H, I, J, K e L, para os compartimentos que se encontram na zona central do recinto fortificado interno que teria sido anteriormente uma «praça de armas», este conjunto habitacional uniu-se às paredes de uma cozinha e de um salão adoçada às muralhas no topo poente (mapa nº 6). Com as letras A, B, E, F, G, M, O, P, Q, R, S e T, são identificados os restantes edifícios adoçados às muralhas, de onde se exclui a cisterna e a sala contigua, por não lhe ter sido atribuída identificação alfabética, iniciando-se a descrição dos compartimentos por estas edificações (mapa nº 8). Nesta descrição segue-se a nomenclatura atribuída durante as escavações, para uma melhor identificação e comparação com os trabalhos arqueológicos já realizados.



Mapa com a localização da cisterna e da sala da cisterna.

7.4.2.3.1 - A cisterna

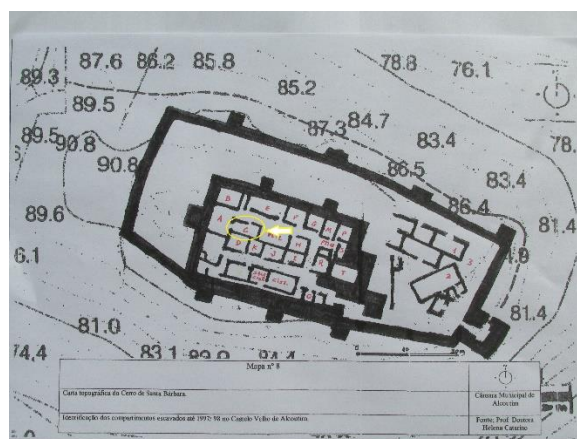
A cisterna é uma estrutura que tem anexa uma sala, pela qual se tinha acesso ao reservatório (planta nº 3.1). São edifícios retangulares, apresentam-se paralelos à muralha sul, com um comprimento de 10,20m e 3,60m de largura. Não está desentulhado na sua totalidade para proteção dos estuques, situação a ser considerada a partir da altura em que se reiniciem as escavações, o restauro e a valorização do castelo. Estas estruturas ocupam as quadriculas M6 - M7, N5 - N6 - N7 e P5 - P6 - P7, tendo duas zonas distintas; a cisterna para armazenamento da água e uma sala pela qual se tinha o acesso à água da respetiva cisterna³¹⁹.

As paredes são constituídas por xistos e grauvaques argamassados com cal. A espessura média é de quase 1m, exceto no topo ocidental com apenas 0,80m. Esta pequena cisterna tem as características dos algibes muçulmanos do al-Andalus; é um edifício de planta retangular que mede no seu interior 2,50m de largura por 4,8m de comprimento com uma área de 12m², apresenta uma só nave e teria cobertura de abóbada de meio canhão, assim se pressupõe devido à inclinação que as paredes apresentam, onde podemos verificar o início/ remate da projeção da abóboda (plantas nº 3, cortes a-b e c-d), dentro

³¹⁹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 317.

da cisterna foram encontrados grandes blocos de argamassa que aí caíram. O reservatório era abastecido através do aproveitamento das águas da chuva, provavelmente dos algerozes colocados nos telhados mais próximos, a canalização passava por baixo do compartimento contíguo à cisterna, desembocava no reservatório por uma abertura na parede interna poente, a uma cota inferior ao nível do solo, ao lado das escadas de acesso à água da cisterna³²⁰.

No compartimento anexo à cisterna - sob o nível 3 -, aparecem sequências de pedras e argamassas com cal, longitudinalmente à parede interna, dirigindo-se para a cisterna, através do afloramento rochoso que ligava à abertura de enchimento do reservatório, com um perfil trapezoidal, tem 0,30m de largura na base e 0,60m no topo, é protegido por laje com 0,35m de altura. Efetuou-se a limpeza da canalização em 1,20m, verificou-se que esta seguia para fora do edifício, através dos cortes do afloramento rochoso. A água era acedida através deste compartimento que possuía uma porta com vão de 1m, seguia-se por umas escadas no interior do reservatório, das quais só restam dois degraus³²¹, terminava-se num patamar, de onde se retirava a água por meio um balde com uma corda. Esta sala encontra-se nas quadriculas M5 - M6 e parte dos N6 - N7. É quadrangular, com 3,20m por 3,30m de lado, com uma área de 10,56m², com paredes argamassadas de 0,60m de espessura. O acesso a este compartimento fazia-se por uma rua estreita ao longo da muralha sul, o vão da entrada tem cerca de 1m de largura, as paredes têm uma ligeira inclinação para o interior de 5 a 7 cm de curvatura³²².



Mapa com a localização do compartimento C.

7.4.2.3.2 – O compartimento C

O compartimento C situa-se nas quadriculas K4 - K5 e L4 - L5 (mapa nº 8), no prolongamento do compartimento A, com o qual tem comunicação por uma porta com 70 cm de vão. O compartimento apresentava restos de ladrilhos que pavimentavam o chão. Tem 4,30m de comprimento por 2,10m de largura, com uma área de 9,03m², possui

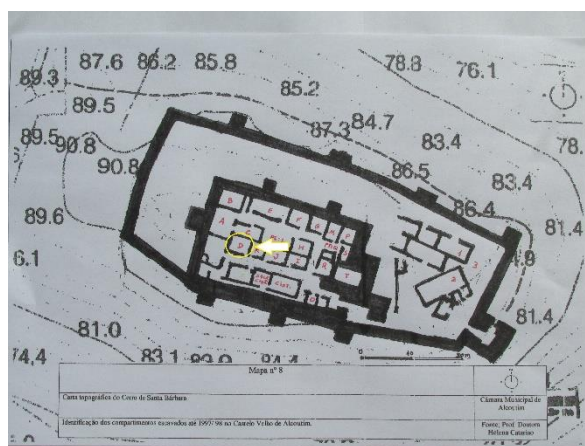
³²⁰ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 317-318.

³²¹ Durante as centenas de anos que o castelo não teve ocupação permanente efetiva, foi procurado para diversos usos, como a procura de tesouros, com base nas lendas populares das «mouras encantadas» que fazem parte de um imaginário cultural passado. A busca dos tesouros lendários levou à destruição da escadaria do algibe.

³²² Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 318-319.

acesso para a rua virada para norte, identificada como rua A, por uma porta com vão de 72cm de largura e com dois degraus de xisto. Recolheram-se artefactos de ferro, impossíveis de identificar devido ao mau estado de conservação, pequenos pregos e fragmentos de cerâmica, com os quais foram restauradas doze peças, de tipologia, tamanho e qualidade diversa³²³.

Em comparação com as áreas de solos calcários, os solos xistosos e graníticos são muito mais ácidos, a reação química ao longo do tempo, nos metais, nos ossos e outros artefactos, provoca um maior desgaste, os materiais ferrosos estão sujeitos a uma extrema oxidação, muito concertados, seccionados e de difícil identificação.



Mapa com a localização do compartimento D.

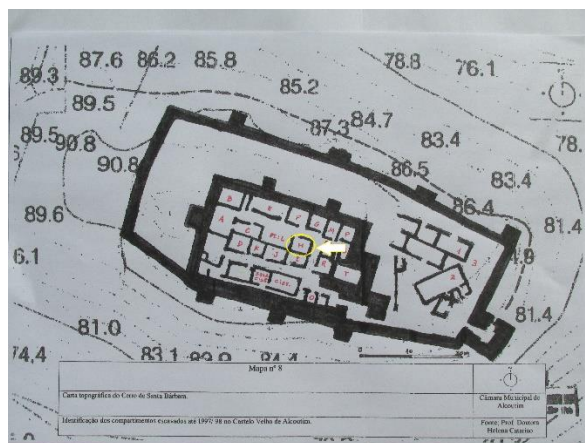
7.4.2.3.3 – O compartimento D

Este compartimento situa-se nas quadriculas K5 e L5, indicando ter sido uma sala ou quarto, de planta retangular com 4,70m de comprimento por 2,10m de lado e com uma área coberta de 9,87m². Destas paredes restam cerca de 30cm de altura no máximo, o vão da porta que dá para a rua B e tem 70 cm de largura. Neste compartimento haviam poucos fragmentos de cerâmica, com destaque para uma taça decorada a manganés³²⁴.

Por norma estes compartimentos pequenos eram usados como alcovas, os espaços internos apresentavam-se muito diferentes dos atuais espaços utilizados para retiro e descanso diário, atendendo logo à grande diferença do mobiliário que não existia à época. Estes «quartos de dormir» teriam algum tipo de esteira feito com fibras vegetais, com a finalidade elevar e proteger o corpo do solo, poderia haver ainda algum tipo de elevação adicional do solo com palha ou lã, em algumas situações essa elevação era feita com estruturas de alvenaria.

³²³ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 320-321.

³²⁴ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 321.



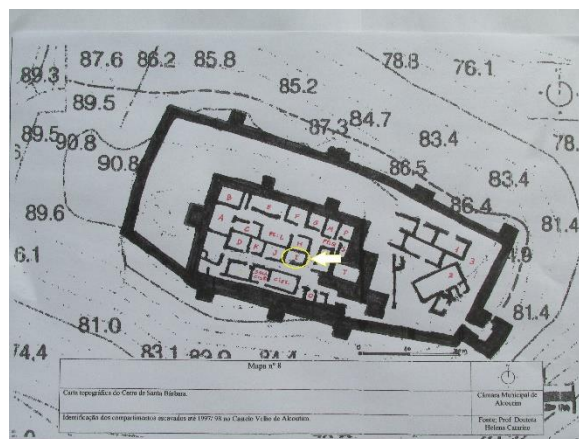
Mapa com a localização do compartimento H.

7.4.2.3.4 – O compartimento H

Este compartimento ocupa as quadriculas N4 e P4, é uma estrutura que fica no extremo oriental do edifício central, no ângulo formado pelas ruas A e C. Tem uma planta retangular, com 3,20m de comprimento por 2,10 de largura, com uma área coberta de 6,72m². As paredes viradas para a rua têm 20cm de altura, a interna apresenta uma altura de 80cm, a porta está virada para a rua A, com um vão de 82cm de largura, ainda apresenta laje na vertical para proteção da entrada, o patamar era lajeado, uma das lajes tinha um orifício por onde rodava o gonzo da porta. Com o espólio cerâmico recolhido pode-se restaurar quinze peças (incompletas), de onde se destaca uma tigela decorada a verde manganés, para além de outras peças vidradas³²⁵.

Devido às características da habitação podemos estar perante outra alcova, a presença desta cerâmica indica que os ocupantes deste espaço tinham louça de mesa - recipientes para consumo dos alimentos -, as características da decoração descrita e o local indicam-nos que era louça dos períodos finais da ocupação do *Castelo*, a não existência de lareira também nos confirma que poderiam não confeccionar os alimentos, atendendo que a população masculina seria superior à feminina, pela permanência do corpo militar na fortaleza, também não seria provável que usassem as «cozinhas», espaço privilegiado das mulheres, é muito provável que estes residentes do alcácer não confeccionassem os alimentos que consumiam, utilizando recipientes da sua pertença que guardava consigo.

³²⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 321-322.



Mapa com a localização do compartimento I.

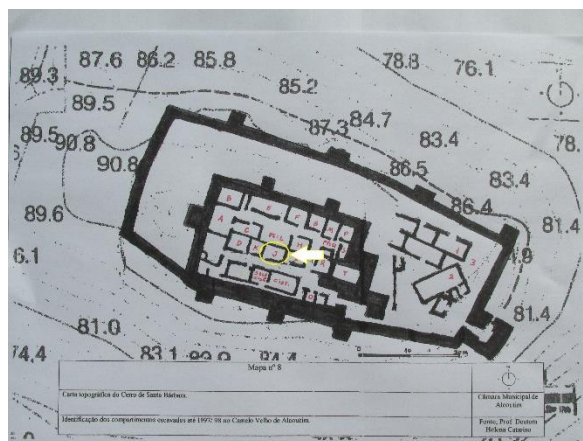
7.4.2.3.5 – O compartimento I

Localizado nas quadriculas N4 - N5 e P4 - P5, foi projetado no topo do edifício central, com a parede de fundo comum ao compartimento H. Teria sido uma pequena sala ou quarto com 2,20m de largura por 3,10m de comprimento, com uma área coberta de 6,82m². As paredes têm cerca de 50cm de espessura, no entanto em alguns pontos são quase inexistentes, a porta está virada para a rua B, sem grandes detalhes tem um vão de 70cm de largura, apenas reconhecida pela interrupção das paredes. No interior recolheram-se fragmentos que permitiram refazer oito peças incompletas, destaca-se um cântaro e uma malha de jogar em pedra. Nó nível 4 (abaixo do solo de ocupação), identificaram-se fragmentos de cerâmica de uma tigela decorada a verde manganés (incompleta), esta peça achada numa estratigrafia anterior à construção desta estrutura central, permitiu atribuir uma cronologia para as edificações que ocuparam a «praça de armas»³²⁶.

Estamos perante um compartimento que tem uma planta em «espelho» da anterior, também indicia ter sido uma alcova, do último período de ocupação da fortaleza. Pela análise da «planta geral com localização dos recipientes cerâmicos e artefactos de metal»³²⁷, verificamos que tem a concentração cerâmica fora dos locais de passagem e do espaço mais distante da entrada, indicando que seria junto dessa parede o espaço escolhido para o leito. Situação que se repetiria no compartimento anterior.

³²⁶ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 322.

³²⁷ Helena Catarino, 1997/98. (planta citada).

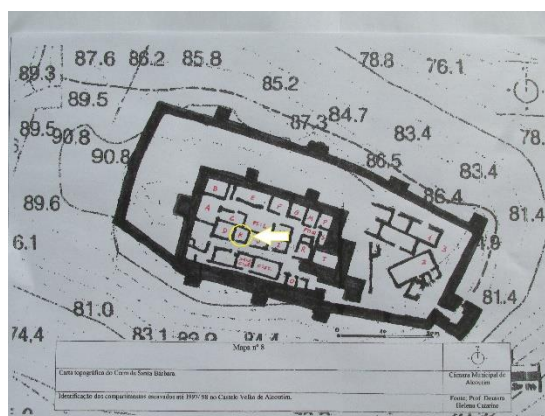


Mapa com a localização do compartimento J.

7.4.2.3.6 – O compartimento J

Este compartimento ocupa parte das quadriculas M4 - M5 e N4 - N5, terá sido uma sala ou quarte, virada para a rua B. Tem planta retangular, de 3,30m de comprimento por 2,10m de largura, com 6,93m² de área coberta. As paredes têm 52 a 55cm de espessura, com uma altura que varia entre os 10 a 15cm, a porta está voltada para a rua B, tem um vão de 80cm de largura no exterior, com 90cm no interior, reconhecida pela interrupção dos muros e a laje da entrada. No interior - com solo de terra batida - foram encontrados conjuntos de fragmentos de cerâmica que resultaram em peças incompletas, onde se destaca um fundo de tijela decorada a verde manganés³²⁸.

Esta habitação enquadra-se em tudo o que já foi referido nas situações dos compartimentos anteriores; seria outra alcova, do período dos Reinos de Taifas, situado no século XI.



Mapa com a localização do compartimento k.

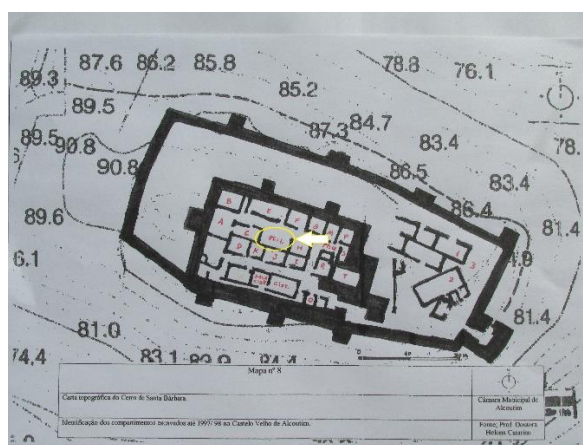
7.4.2.3.7 – O compartimento K

Este compartimento ocupa parte da quadricula M5, estando voltado para a rua B. Situado entre os compartimentos D e J, é uma pequena sala ou quarto com 2,90m de comprimento por 2,10m de largura, com área coberta de 6,09m². As paredes têm cerca de

³²⁸ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 323.

50cm de espessura, em mau estado, com uma altura que atinge em alguns pontos o máximo de 30cm, a porta está virada para a rua B, perceptível pela interrupção dos muros, tem um vão com cerca de 80cm de largura. Com o espolio cerâmico restauraram-se treze peças que se localizavam junto da parede³²⁹.

Novamente estamos perante um compartimento que tem todas as características de uma alcova, até pela distribuição dos achados cerâmicos, indica-nos a possível localização do leito. Em todo este espaço central erguido durante a parte final da ocupação do Castelo, são constantes as particularidades de um espaço que teria como finalidade o repouso, há mesmo fortes indícios do espaço ocupado pelo leito, através da distribuição espacial dos elementos cerâmicos, onde se referem peças de mesa e não de armazenamento ou de cozinha para a confeção de alimentos.



Mapa com a localização do compartimento L.

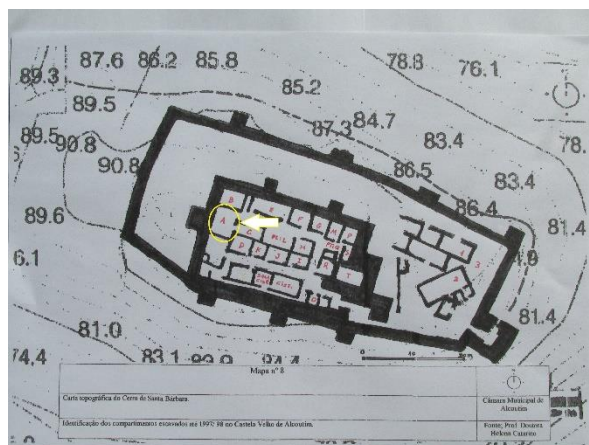
7.4.2.3.8 – O compartimento L

O compartimento preenche a quase totalidade da quadricula M4 e uma parte da N4. Implanta-se numa área retangular de 5,70m de comprimento, aberto na sua totalidade para a rua A. O nível 2 era composto também pelos derrubes de telhas, de onde se conclui ter sido um pátio coberto, com as características de um telheiro. No nível 3 recolheram-se vinte e quatro fragmentos de cerâmica, predominando as formas fechadas de pequenos potes e panelas entre outros utensílios (estes artefactos não estavam em conexão)³³⁰.

É um espaço aberto que seria de uso comum, teria um uso diversificado, para descanso entre qualquer serviço, tomar as refeições, convívio e lazer.

³²⁹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem*. p. 323.

³³⁰ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 323-324.



Mapa com a localização do compartimento A.

7.4.2.3.9 – O compartimento A

Este compartimento ocupa as quadriculas J4 - J5 e K4 - K5, fica adossado à muralha da fortificação no topo nascente, é uma sala retangular com 5,10m de comprimento por 2,80m de largura, com uma área coberta de 14,28m², os muros têm cerca de 50cm de espessura, com mais de 1m de altura em alguns pontos. Esta sala tem dois vãos de porta, uma dá para a rua A, com uma largura de 1,20m, a outra acede ao compartimento C, com um vão de 80cm de largura. O solo desta divisão divide-se em duas subcamadas; 3a e 3b, com diferentes altimetrias; entre os 20 e 30cm, identificaram-se duas lareiras, um objeto metálico, um pequeno cossoiro de osso, um fragmento de gargalo de garrafa de vidro e um total de vinte e seis fragmentos de cerâmica. Destacam-se os recipientes de formas fechadas com bordos esvasados que pertencem a panelas, potes ou púcaras, além de outras peças muito fragmentadas³³¹.

A lareira 1 encontra-se no canto inferior esquerdo do quadrado K5, num angulo criado pelas duas paredes. Uma estrutura com 50cm por 70cm de lado, feita a partir de uma base composta por ladrilhos e telhas fragmentadas, onde se sobrepunha uma camada de barro amassado muito queimada, sobre esta camada havia vestígios de cinzas e carvões, com pouquíssimos vestígios de cerâmica, junto com as cinzas foram recolhidos fragmentos de cerâmica de malgas decoradas a verde manganés, identificadas com o período califal tardio³³².

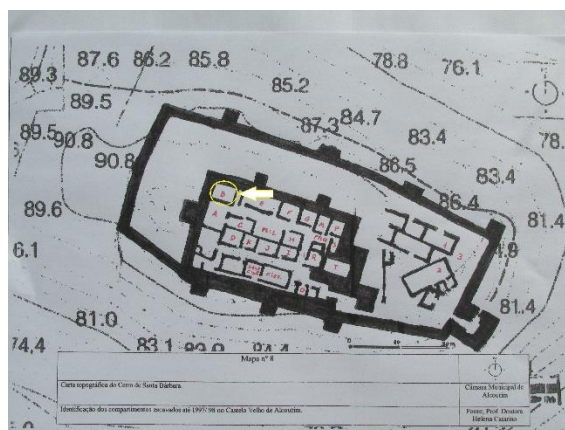
A lareira 2 é diferente da anterior, estava numa cota mais profunda, encostada à face interna da muralha, na zona central do compartimento, apresentava um diâmetro de 70cm, era uma estrutura circular com peças de barro amassado e aproveitava uma fossa escavada no xisto, estava soterrada sob uma camada de telhas e restos de reboco de cal. Recolheram-se amostras de cinzas e carvões, cerâmicas e restos de alimentos compostos, ossos, espinhas e escamas de peixe, tudo indica ser uma estrutura de transição do século IX para o X, momento de reestruturas no castelo, terá sido uma lareira da primeira fase da ocupação do *Castelo*. aquando do primeiro nivelamento do pavimento da cozinha,

³³¹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 324-325.

³³² Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 325.

pode ter sido aproveitado o afloramento rochoso e estar a uma cota inferior em relação à lareira 1. Os fragmentos de cerâmica de mesa recolhidos, identificam-se com uma cronologia do início do período califal³³³.

É um compartimento muito diferente daqueles já descritos, ou mesmo dos já escavados em todo o *Castelo*. Tem a particularidade de na última fase de ocupação, passar a uma habitação com comunicação direta com outro compartimento; o C, este último apresenta indícios de ter sido uma grande alcova, com todos os indícios já referidos para estes compartimentos. Pelas grandes dimensões deste compartimento, teria sido sempre um espaço nobre, a presença de uma lareira conferia-lhe comodidades acrescidas durante os períodos com temperaturas mais baixas, embora pela descrição dos recipientes cerâmicos de cozinha, mesa e armazenamento, também aqui seriam preparadas refeições, sem apresentarem os aparatos das outras duas cozinhas identificadas no *alcácer*. Para este período final podemos referenciar uma pucarinha em cerâmica exumada do século XI, encontrada neste *Castelo* (imagem nº 48), é um recipiente para servir à mesa, o que não invalida destes recipientes também terem ido ao lume³³⁴, como características, tem um colo muito pronunciado ligeiramente fletido para o exterior à altura do bordo, de onde partem as duas asas que se ligam ao bojo do, o fundo é plano e em algumas partes da peça ainda apresenta decoração verde e manganés. Num espaço privilegiado, seria habitual haver peças de qualidade³³⁵, indicando ser cerâmica de importação, foi exumada do *Castelo* uma jarrinha decorada dos séculos X/ XI (imagem nº 47); apresenta colo alto cilíndrico com dois cordões circulares próximo da base, as asas de secção romboidal partem do centro do colo e terminam abaixo do bojo, o corpo com perfil ovoide é baixo, a base é plana, a pasta é clara e aparenta ser homogénea, a peça é profusamente decorada com relevos policromáticos. Este conjunto habitacional com funções polivalentes (compartimentos A e C), seria o espaço privado do alcaide/ possessor, cujo compartimento A, serviria como salão de receção e da pequena corte rural.



Mapa com a localização do compartimento B.

³³³ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 326.

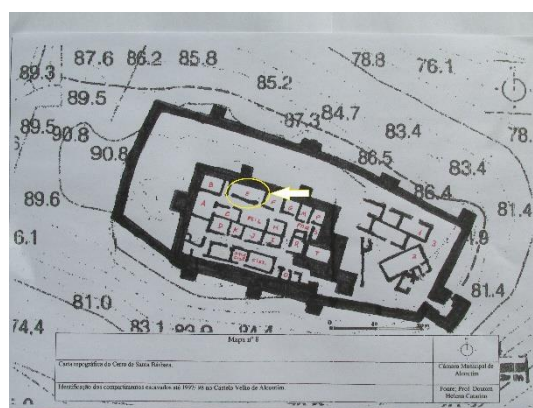
³³⁴ Não é visível nesta peça essa situação, mas no Museu da Rua dos Correeiros há peças de mesa muçulmanas com vestígios de terem ido ao lume.

³³⁵ No acervo do Museu Nacional de Arqueologia encontram-se fragmentos de peças com grande qualidade decorativa, exumadas do Castelo Velho de Alcoutim.

7.4.2.3.10 – O compartimento B

Este compartimento situa-se nas quadriculas J3 - J4 e K3 - K4, ladeia o compartimento A, num ângulo interno da muralha, com planta quadrangular de 2,60m por 2,90m de lado, com 7,54m² de área coberta. As paredes têm cerca de 50cm de espessura e, apresentam cerca de 1,20m de altura. Sem vão para a porta, pressupõe-se ter sido um armazém anexo ao compartimento anterior, cujo acesso se faria por porta ou postigo colocado a uma cota mais alta em relação ao solo. Era um compartimento com pouco espólio, o nível de abandono estava selado debaixo dos derrubes das telhas, sob as quais se recolheram fragmentos de cerâmica grosseira, pertencentes a bordos e fundos, para além de uma malha de jogo circular em xisto e outros artefactos do mesmo material, com formato troncocónico³³⁶.

As malhas³³⁷ e a diversidade dos jogos de tabuleiros³³⁸ encontrados no Castelo Velho de Alcoutim, revelam que havia bastantes atividades de lazer, embora as escavações tenham decorrido - na maioria - numa zona nobre do Castelo, os ocupantes desse espaço tinham um comportamento muito similar ao citadino, os jogos de tabuleiros tiveram uma grande expressão na idade média, estão ligados ao tipo de jogos conhecidos como «sorte ou azar», comprovam atividades lúdicas e convívio social, este local é especialmente importante pela grande quantidade de jogos gravados em placas de xisto, por onde se deslocavam as malhas e segundo as regras, a vitória pertenceria ao mais rápido a finalizar esses percursos³³⁹ (imagens nº 59 e 60).



Mapa com a localização do compartimento E.

7.4.2.3.11 – O compartimento E

Ocupando as quadriculas K3 - K4, L3 - L4 e M3, situa-se a poente de uma sequência de habitações adossadas à muralha norte, tendo uma pequena rua a separá-la do compartimento B. É uma construção retangular com uma área grande, tem 7,10m de comprimento por 2,30m de largura e uma área coberta de 16,33m². A parede externa tem 60cm de espessura, a interna que é comum ao compartimento seguinte (F), com 50cm de espessura, atingindo 50cm de altura, na muralha norte a altura vai até 1 m. A porta dá

³³⁶ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 326-327.

³³⁷ Encontram-se 18 peças de jogo em exposição no Castelo de Alcoutim.

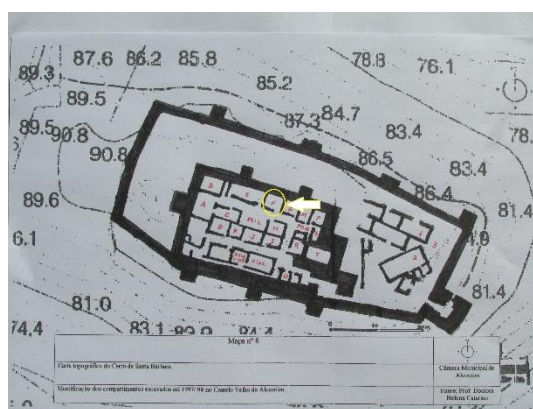
³³⁸ Trinta e nove tabuleiros gravados em xisto.

³³⁹ Vinte e nove dos trinta tabuleiros expostos são provenientes do Castelo Velho de Alcoutim.

para a rua A, com um vão de 70cm de largura, apresenta uma laje vertical que protegia a entrada, visto a rua estar a uma cota mais elevada em relação ao pavimento do compartimento. A entrada era lajeada, uma delas apresentava um orifício para o gonzo da porta, ainda havia um degrau interno junto da porta³⁴⁰.

Através da recolha dos materiais arqueológicos, entende-se que era um local pra armazenamento de produtos alimentares ou agrícolas. Recolheram-se grandes quantidades de fragmentos de cerâmica em conexão, concentrados juntos das paredes que, resultaram na reconstrução de vinte e oito peças - algumas completas -, de onde se destacam; dois cântaros, panelas, pucarinhas, um pucarinho de pasta branca de corpo carenado, malgas de fabrico manual (em torno baixo), com bordos boleados e em bisel interno, um alcatruz de nora incompleto, uma candeia decorada a corda seca parcial, para além de fragmentos de dobradiças, ferradura e chocalho em ferro³⁴¹.

Verifica-se através da distribuição dos recipientes cerâmicos exumados, na planta geral de identificação dos artefactos já referenciada que a distribuição dos recipientes é regular ao longo das paredes, pela distância dos mesmos, deteta-se uma preocupação de deixar mais acessíveis os recipientes com maior volume e ao fundo do compartimento os recipientes de menor volume. Eram nestes espaços que se concentravam os recipientes de armazenamento de médio e grande volume como os potes e talhas, formas tradicionalmente sem asas, fechadas e com tampa, usadas para guardar líquidos, como a água ou o azeite, o sal, o mel (naturalmente com volumes diferenciados) ou alimentos sólidos como cereais ou farinhas. Nestes recipientes de armazenamento também encontramos outros mais pequenos que serviam para armazenamento de conservas e compotas, quanto aos grandes recipientes, devido à grande fragmentação que sofrem, não é frequente conseguir a sua recuperação total.



Mapa com a localização do compartimento F.

7.4.2.3.12 – O compartimento F

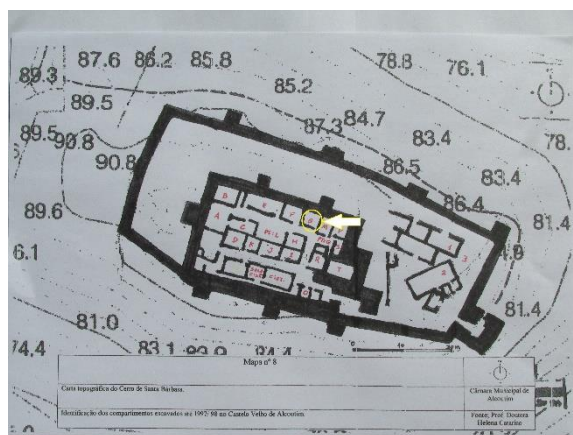
Este compartimento ocupa as quadriculas M3 e N3, é uma pequena sala ou quarto, com 3,10m de comprimento por 2,20m de largura, com uma área coberta de 6,82m². As paredes têm 50cm de espessura, com 1m de altura. À semelhança do compartimento

³⁴⁰ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 327.

³⁴¹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 327.

anterior, a porta dá para a rua A, com um vão de 70cm de largura, tem uma laje colocada na vertical pelo lado externo, o patamar tem um degrau interno, com laje na zona da porta, o pavimento do compartimento encontra-se a uma cota interior em relação à rua que era em «terra batida». Recolheram-se quinze conjuntos de fragmentos cerâmicos que proporcionaram algumas peças inteiras. Destacam-se; um fundo de cântaro, uma candeia decorada a corda seca parcial, uma panela ou púcara com caneladuras no colo e outras duas com pinturas a branco. A primeira panela referida tinha uma concha vieira, podia ter servido para cobrir a abertura da vasilha ou recipiente para beber³⁴².

Pela descrição dos achados e das características habitacionais, este espaço indicia ser uma alcova. Pela distribuição das cerâmicas, estas estão ausentes na entrada e no espaço central do compartimento, localizando-se na hipotética cabeceira/ pés do leito. Atendendo que neste sítio se encontrava uma candeia, exemplificam-se dois desses artefactos cerâmicos que serviam para iluminação (imagem nº 55), são utensílios domésticos que utilizavam como combustível o azeite, não são idênticos em forma e tamanho, mas têm em comum, bicos fusiformes, colo alto e pega, a peça em primeiro plano tem decoração em melado e manganês. Para ambas a cronologia é dos séculos X/XI.



Mapa com a localização do compartimento G.

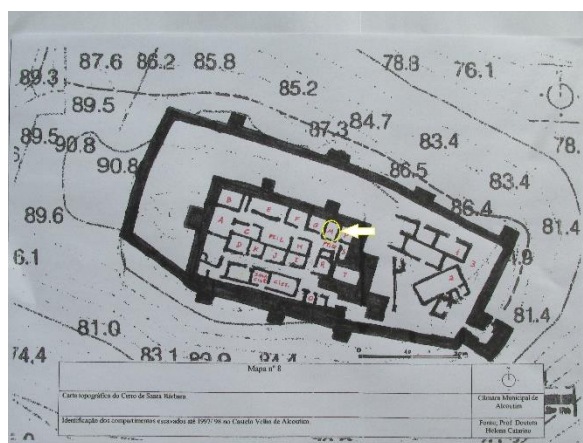
7.4.2.3.13 – O compartimento G

Apresenta-se na mesma sequência dos compartimentos anteriores, adossado à muralha norte, ocupa as quadriculas N2 - N3 e P2 - P3, é uma pequena sala ou quarto de planta retangular, com 4m de comprimento por 2,30m de largura, com uma área coberta de 9,20m². As paredes têm 52 cm de espessura, com uma altura de 80 a 90cm. A porta está virada para a rua A e tem um vão de 82cm, com peça vertical em xisto a proteger a entrada. O compartimento estava pavimentado com lajes de xisto no ângulo com o compartimento M, a laje do patamar também apresentava orifício para o encaixe do gonzo da porta, local onde se encontraram pregos e dobradiças em ferro. Recolheu-se um espólio de doze conjuntos de cerâmica, destaca-se um pucarinho completo, panelas ou púcaras

³⁴² Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 327-328.

de uma asa (de fabrico grosseiro e irregular), um pote incompleto com asas a partir do colo, assim como um fragmento de vidro e artefactos em ferro não identificáveis³⁴³.

Há fortes indícios de estarmos perante outra alcova, embora de dimensões um pouco maiores em relação à maioria já descrita, o que não é de surpreender pois muitas – ou todas – deveriam ser partilhadas. Das peças em cerâmicas descritas, referencia-se um pucarinho exumado no *Castelo*, com colo alto cilíndrico canelado, asa ovalada que parte ligeiramente abaixo do bordo e termina no bojo, com corpo troncocónico invertido de fundo plano, apresenta coloração em tons azulados e ocre (imagem nº 50). É uma peça que se situa no período califal, séculos X/ XI.



Mapa com a localização do compartimento M.

7.4.2.3.14 – O compartimento M

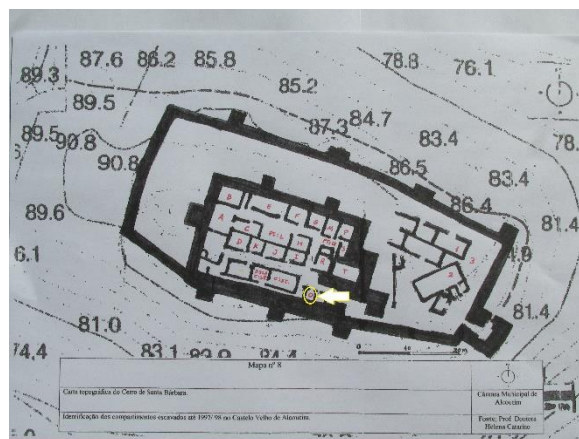
Este compartimento ocupa parte das quadriculas P2 - P3 e Q2 - Q3, é uma sala quadrangular, também adossada à muralha norte, tem 2,70m por 2,60m de lado, com área coberta de 7,02m². As paredes têm cerca de 52cm de espessura, com 60cm de altura. A porta dá para um pequeno pátio, assinalado como Q, o vão tem 70cm de largura, com laje que apresenta orifício para o gonzo da porta. Ao nível do abandono, este compartimento tem uma fiada de lajes a cobrir uma canalização, perpendicular à muralha e à porta da entrada, atravessa a habitação em direção ao exterior norte da muralha, por um orifício com 23 a 25cm de largura. O canal do esgoto tem entre as lajes do topo às da base 25cm de profundidade, o lajeamento lateral dista 25cm na largura. Próximo da muralha, o esgoto apresenta um retângulo de 40cm de largura sem laje de cobertura. Neste compartimento acharam-se vinte e quatro conjuntos de cerâmica, bordos e fundos de taças decoradas a verde manganés, uma panela ou púcara de uma asa, um fragmento de recetáculo de candeia decorada a corda seca parcial, parte de uma jarrinha decorada com traços pintados a branco, um grande prato com paredes troncocónicas invertidas e superfície interna brunida, para além de outros fragmentos com formas diversificadas³⁴⁴.

Estamos perante uma sala com fins sanitários, pela descrição da canalização e dos escoadouros, podia ser usada para banhos, atendendo às características do espaço que

³⁴³ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 328.

³⁴⁴ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 329.

rodeia este pátio, assim como ao rigor religioso, poderia ser um compartimento exclusivo feminino. Comprovativo também da qualidade de vida dos habitantes deste espaço coevo. Para este compartimento, um utensílio necessário como recipiente com água para a higiene, ilustra-se um púcaro em cerâmica (imagem nº 52), com colo alto, caneluras bem pronunciadas e flexão interna na base do colo, uma asa ovalada que parte do bordo até ao bojo do corpo do recipiente, com base plana. A coloração desta peça é em tons de cinza, indicando fuligem devido ao uso do recipiente na confeção de alimentos. A sua cronologia situa-se no período dos Reinos das Taifas, no século XI.



Mapa com a localização do compartimento O.

7.4.2.3.15 – O compartimento O

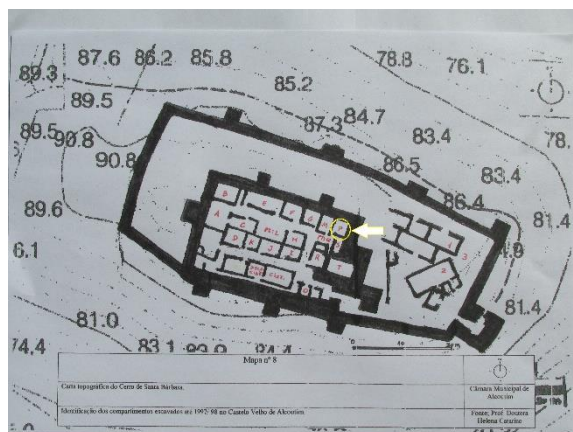
Encontra-se adossado à muralha sul, próximo da entrada da fortaleza central, ocupa a quadricula Q6, com características de ter sido uma latrina. Tem formato quadrangular com 2m por 2,40m de lado e 4,80m² de área coberta. A face que dá para a muralha sul está muito destruída, a oposta apresenta 60cm de altura, onde se encontra a porta que dá para um ângulo formado pelas ruas C e B, tem um vão de 90cm de largura, onde se conservam algumas lajes do patamar, estas também cobrem uma canalização que atravessa o compartimento em direção à muralha. No interior da latrina verifica-se uma estrutura adossada a uma das paredes internas, podendo ser um banco ou poial de pedra argamassada com barro, tem 2,20m de comprimento por 80 cm de largura e 52cm de altura. Ao nível do abandono recolheram-se três fragmentos de cerâmica que pertenciam a cântaros, assim como metade de uma mó reaproveitada para a pavimentação³⁴⁵.

No nível 4, encontra-se a canalização de formato circular que passa por baixo do banco em pedra e das paredes em direção à muralha sul, com 30cm de largura e 25 a 30cm de profundidade, é constituída por pedras laterais, onde assentam as lajes com cerca de 50cm de comprimento. Junto ao banco de pedra, num quadrado de 40cm de largo, não há cobertura do esgoto, correspondendo à possível abertura para acesso aos despejos na cloaca. Esta estrutura apresenta semelhanças com a canalização da latrina do Castelo das Relíquias, também esta encontra-se posicionada próxima da entrada do castelo³⁴⁶.

³⁴⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 330.

³⁴⁶ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 330.

À semelhança do compartimento descrito anteriormente, é uma estrutura que exemplifica os cuidados com a higiene, embora a localização da fortificação seja num ambiente rural, os cuidados e a vivência desta população indicam-nos que tinham um comportamento e ligações muito estreitas com hábitos citadinos.



Mapa com a localização do compartimento P.

7.4.2.3.16 – O compartimento P

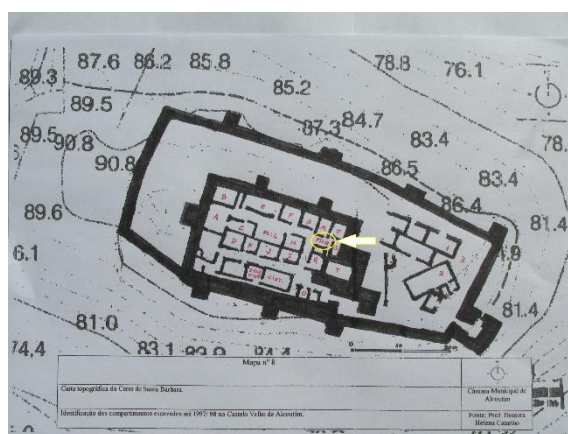
Encontra-se em parte das quadriculas Q3 - Q2 e R2, localiza-se no angulo nordeste do interior da muralha, com a porta voltada para o pátio Q, é um compartimento retangular de 4,50m por 2,60m, com área coberta de 11,7m². as paredes têm cerca de 52cm de espessura, com mais de 1m de altura. O vão da porta tem cerca de 70cm de largura e estava pavimentada com grandes lajes, para proteção da entrada foi colocada uma laje na vertical. Os espaços interior e exterior da entrada encontravam-se também pavimentados com lajes de xisto, principalmente ao longo da parede oeste, o resto do solo era em terra batida, onde se notavam as marcas de esteiras colocadas sobre o solo argiloso. Na parede sul, logo à direita da entrada, havia uma lareira estruturada, protegida por uma laje que fazia de para-vento, entre as cinzas recolheram-se fragmentos de panelas que permitiram a reconstituição de três exemplares idênticos, assim como um bordo de prato de produção manual em «torno lento», uma grande malga ou pequeno alguidar, próximo da parede nascente recolheu-se um alguidar que tinha no seu interior um alfinete de cabelo, uma infusa ou cantarinha decorada a verde manganés, um pequeno tambor em cerâmica de pasta homogénea³⁴⁷.

Este compartimento, assim como o S que se encontra contíguo, ambos virados para o pátio Q, pela tipologia dos artefactos recolhidos, como instrumentos musicais, alfinete de cabelo e objetos ligados à tecelagem, indica-nos que seria uma zona do castelo mais reservada às mulheres³⁴⁸. Como o exemplo do cossoiro (imagem nº 57), referenciado para os séculos X/ XI.

³⁴⁷ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 331.

³⁴⁸ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 331.

Neste compartimento estão reunidas todas as características de uma «casa do fogo», onde seriam preparadas as refeições de parte³⁴⁹ da população residente do *alcácer*, a estrutura da lareira logo à entrada compreende-se pela muito plausível ausência total de janelas (apresenta uma planta interna), embora para a não acumulação dos fumos, é provável que algumas telhas do telhado estivessem posicionadas de forma a que os fumos pudessem sair³⁵⁰. Provavelmente, os recipientes mais característicos e os mais usuais na confeção dos alimentos eram as panelas, apresenta-se um dos exemplares recolhidos durante as escavações no Castelo Velho de Alcoutim (imagem nº 53). É uma panela tradicional com abertura inferior ao bojo, colo curto, bordo convexo de onde parte a asa e termina na parte mais saliente do bojo globular, o corpo é ovoide com fundo plano. Esta peça apresenta tonalidades que podem provir do uso continuado ao fogo. A datação desta panela é do século XI, no entanto não apresenta diferenças significativas em relação aos mesmos utensílios usados no período emiral.



Mapa com a localização do pátio Q.

7.4.2.3.17 – O pátio Q

Este pátio surge na continuação do canto formado pelo ângulo das ruas A e C. Tem planta quadrada com 3m de largo por 3,80m de comprimento, com uma área de 11,40m². Para este espaço aberto, estão viradas as portas dos compartimentos M, P e S, estava pavimentado com lajes de xisto. No nível 3 recolheram-se conjuntos de fragmentos de cerâmica, de onde se destacam os fragmentos do colo de uma infusa ou jarra, decorada a corda seca parcial. No vão da porta do compartimento S, encontrou-se um pequeno pico de ferro corroído, idêntico a outros que fazem parte dos espólios museológicos, como o exemplar do museu de Mérida³⁵¹.

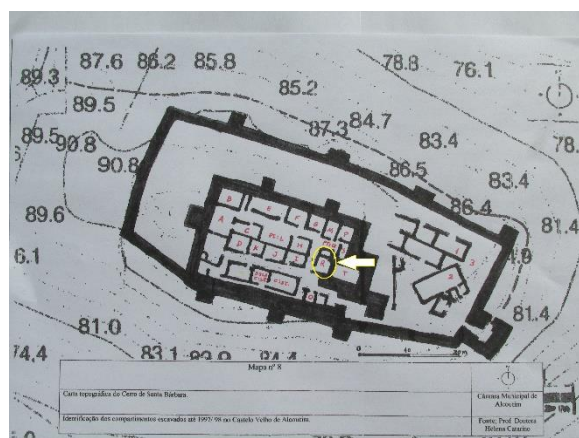
O nível 0 deste espaço correspondia a terras superficiais e a derrubes, O nível 1a apresentava um enchimento artificial, constituído por fragmentos de telhas e cerâmicas, o nível 1b era constituído por enchimento de terra e pedras compactas, com menos fragmentos de cerâmica e telhas, formando um pequeno murete entre os muros dos compartimentos S e R que serviria para proteção destas paredes, numa camada de 25 a

³⁴⁹ Atendendo que haviam mais duas cozinhas.

³⁵⁰ Solução ainda verificada em sítios rurais, na ausência de estruturas como as chaminés.

³⁵¹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 331-332.

30cm, encontravam-se recipientes cerâmicos de onde se destacam; uma pucarinha de corpo carenado, duas infusas incompletas, o colo de outra com traços de pintura a óxido de ferro, assim como fragmentos de outros dezanove conjuntos de peças. No nível 3 foram recolhidos dezasseis conjuntos de peças, junto da parede do compartimento S, destaca-se um bule praticamente inteiro. Nos níveis 4 e 5 – sob a camada de abandono –, encontrava-se o pavimento com algumas lajes, junto das portas dos compartimentos P e S, o último nível correspondia ao enchimento que cobria os restos dos muros da primeira fase de ocupação³⁵².



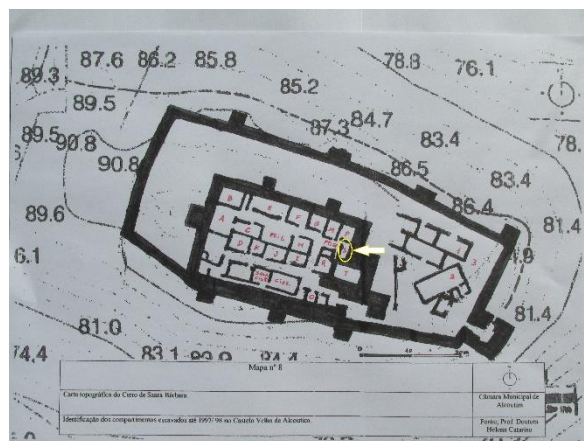
Mapa com a localização do compartimento R.

7.4.2.3.18 – O compartimento R

Este compartimento está situado à direita de quem entra na fortaleza central. É uma grande divisão que indicia ter sido construída após as remodelações da entrada do *alcácer*, para isso contribui uma das paredes estar adossada à escadaria de acesso ao topo das muralhas. Tem 4,20m de comprimento por 2,70m de lado, apresenta uma divisão interna sem vestígios de porta, de 1,20m por 2,50m de lado, O vão da porta tem 70cm de largura, com uma laje colocada na vertical, virada para a rua C. Os derrubes 1 e 2 apresentavam blocos de argamassa com cal e rebocos de cor branca ou amarelada, alguns ligados a fragmentos de telhas. O solo tinha uma camada protetora de argila e cal, onde se verificavam marcas de possíveis esteiras, depreende-se que este estaria revestido por cobertura do tipo das esteiras de esparto. No nível 3 recolheram-se; uma candeia decorada a corda seca parcial - quase completa – e dois fragmentos de cerâmica grosseira³⁵³. Pela pouquíssima recolha de cerâmica e pela descrição do solo, poderia tratar-se de uma sala de retiro ou oração.

³⁵² Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 332.

³⁵³ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 332-333.



Mapa com a localização do compartimento S.

7.4.2.3.19 – O compartimento S

É um compartimento que ocupa parte das quadriculas Q3, R3, e R4, tem 4m de comprimento por 2,60m de largura, com uma área coberta de 9,20m², apresenta paredes com cerca de 2,30m de altura. O vão da porta tem 81cm de largura, está virada para o pátio Q. Na camada do nível 1 encontrava-se uma laje caída que teria pertencido ao travejamento superior da porta, com 1m de comprimento por 45cm de largura, apresentando um orifício central onde encaixava a tranca. Ao nível da última fase de ocupação, achou-se uma lareira dividida em duas zonas, uma estruturada com pedras que formavam um semicírculo e outra com cinzas, possível zona do borralho, localizada próximo da porta, a lareira estava assente sobre uma base estruturada com fragmentos de telhas, assente sobre um lajeado, ainda apresentava uma laje colocada na vertical que servia de para-vento³⁵⁴.

Sobre a zona do borralho, ainda se conservava intacta uma púcara ou pequena panela, apresentando uma asa e bico no bordo. Próximo da lareira – entre a cinza –, recolheram-se fragmentos cerâmicos e metade de uma conta de colar em pasta de vidro azul (imagem nº 57, objeto nº 56). Este compartimento continha bastante espólio arqueológico; pregos, fecho e dobradiças de uma caixinha, um pequeno recipiente que indica ter sido um almofariz, uma infusa ou cantarinha de pasta e superfícies alaranjadas, outra de pasta e superfícies creme esbranquiçadas, uma tigela vidrada de cor melada com decoração epigráfica no interior e um cabo de faca ou de roca em osso. Este compartimento forneceu a maior quantidade de espólio com reconstituição integral. Ao nível do solo - na parede este –, recolheu-se uma grande quantidade de pregos e outros objetos metálicos. Pelas marcas no chão, apercebe-se que existiria um armário junto à parede. O nível 4, correspondente ao solo, era compactado e argiloso de cor melada, com fragmentos de cerâmica³⁵⁵.

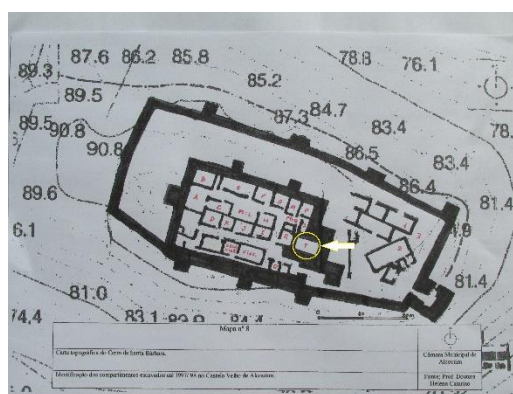
Esta «casa do fogo» continha imensos artefactos cerâmicos, apresenta características do que seria uma cozinha com bastante atividade, pela presença da

³⁵⁴ Helena Catarino. *Op. cit.* p. 333-334.

³⁵⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 334.

diversidade dos vasilhames, assim como do conjunto de apetrechos para a combustão necessária para o tratamento das refeições. Neste espaço poderiam ser encontrados recipientes de armazenamento e de mesa, como o exemplo de uma bilha em cerâmica datada do século XI (imagem nº 54); é um recipiente característico para líquidos, tem um perfil boleado alongado, não apresenta sinais de ter tido alguma asa, o colo cilíndrico é alongado com bordo convexo, a base é plana e apresenta ligeiras caneluras na parte inferior do bojo. Outro recipiente com características de armazenamento e de mesa, é uma cantarinha em cerâmica decorada a corda seca parcial (imagem nº 45); é um recipiente para líquidos, o bordo é convexo, com colo alongado e estreito, de onde parte uma asa sobrelevada até ao bojo, com corpo globular que apresenta caneluras diferenciadas em largura e profundidade do sulco, o fundo é plano e a pasta é clara. Esta peça pode ser encontrada nos períodos califais ou dos Reinos de Taifas.

Quanto à alimentação, as análises osteológicas das espécies faunísticas encontradas neste Castelo, dão-nos uma ideia da dieta desta população. Os dados disponíveis das espécies exclusivamente alimentares, sem a discriminação das aves, a identificação dos peixes e moluscos, são num total de 158 vestígios osteológicos³⁵⁶, divididos em número de restos e percentagem pelas seguintes categorias taxonómicas; *ovis/capra* – nº 46 – 29,11%, *bos taurus* – nº 21 – 13,29%, *oryctolagus cuniculus/lepus* – nº 17 – 10,15%, *cervus elaphus* – nº 1 – 0,63%, aves (indiferenciadas) – nº 73 – 46,20%³⁵⁷. Com estes elementos dos «números de espécies identificadas», identificam-se as espécies taxonómicas que faziam parte da dieta da população residente no *alcácer*. Embora haja estudos que dão como predomínio do consumo para esta região, nesta época, o consumo de ovinos e caprinos³⁵⁸, as conclusões do «número mínimo de indivíduos»³⁵⁹ para este espaço não foram publicadas, atendendo a diferença do volume de alimento que cada espécie faunística pode fornecer³⁶⁰, é crível que os estudos já realizados se enquadrem na base alimentar desta população (*ovis/capra*).



Mapa com a localização do compartimento T.

³⁵⁶ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 745.

³⁵⁷ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 746.

³⁵⁸ Helena Catarino, 1997/98. *Ibidem* p. 745.

³⁵⁹ Dois fémures esquerdos de uma mesma espécie pertencerão a dois indivíduos, dois fémures opostos em princípio pertencerão ao mesmo indivíduo.

³⁶⁰ O volume de carne que um boi pode proporcionar é muito superior a qualquer outra espécie.

7.4.2.3.20 – O compartimento T

Este compartimento não está escavado, aproveita as reentrâncias da muralha leste e das escadas de acesso ao topo das muralhas para a sua localização, implantou-se no espaço deixado pela deslocalização da muralha nesse tramo, o espaço está atulhado com terras e material lítico local, são bem visíveis os limites internos desta habitação no topo, não apresenta vestígios de porta ao nível do solo, tudo indica que o acesso seria a uma cota superior por meio de escadas. Tem um comprimento de 5,5m por 3m de largura, com uma área de 16,5m²³⁶¹.

7.4.2.3.21 – Os arruamentos da fortaleza central³⁶²

A rua A começa a montante da fortaleza central, defronte do compartimento A que está adorado à muralha oeste, segue a inclinação natural do morro de poente para nascente, ao longo da face norte das edificações centrais. No início a rua apresenta uma largura de 1,80m, quando ladeia o pátio L esta aumenta para os 4,70m e volta a reduzir para uma largura de 2,70m, entre os compartimentos G e H. Parte desta rua encontrava-se pavimentada com grandes lajes, a espessura da camada de entulho variava em função da oscilação da cota da rocha do cerro. Este pavimento em conjunto com as proteções verticais em xisto das portas, facilitavam o escoamento das águas pluviais, permitindo a secagem rápida das ruas, evitando infiltrações nas habitações³⁶³.

A rua B posiciona-se no lado sul das edificações centrais do *alcácer*, paralela à rua A, com início no compartimento U, passa pela face norte da sequencia de edificações onde se encontra a cisterna, nas quadriculas P5 e Q5 liga-se transversalmente com a rua C. Num ângulo reto para sul, dá acesso a uma rua estreita que faz ligação com o adarve da muralha sul, onde se encontra a porta de acesso à sala da cisterna, esta é uma rua estreita e irregular, com cerca de 1,60m a 1,80m de largura³⁶⁴.

A rua C é formada por um segmento que inicia no ângulo da rua A, por altura do compartimento M, de norte para sul, até ao ângulo formado pela rua B, de frente para a latrina da entrada da porta deste reduto. Tal como na rua A, também há espaços pavimentados com lajes de xisto, as portas das habitações apresentam lajes na vertical³⁶⁵.

As ruas continham sessenta e oito fragmentos, recolhidos na transição do nível 1 para o 2. Trinta e sete no nível 3, seis no nível 4, no nível 5 apenas um fragmento de uma grande talha de fabrico manual com aplicação de cordões plásticos³⁶⁶.

³⁶¹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 334-335.

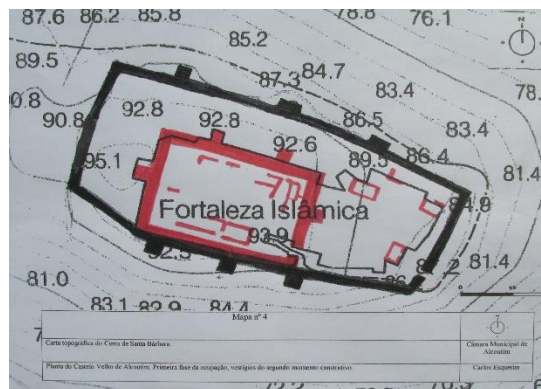
³⁶² Mantem-se a nomenclatura atribuída pela Diretora das escavações.

³⁶³ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 335.

³⁶⁴ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 335.

³⁶⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 336.

³⁶⁶ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 336.



Mapa com os vestígios que se identificam da primeira fase de ocupação.

7.4.2.4 – A localização e estruturas das habitações da primeira fase

Durante as escavações - abaixo dos níveis do abandono final -, verificou-se que existiam estruturas de ocupação anteriores àquelas já escavadas. Sob o nível 3 que correspondia ao nível de abandono - nível 4 -, para além dos nivelamentos dos solos, alguns locais apresentavam entulhos calcados e vestígios de estruturas habitacionais, sobre as quais assentavam os lajeamentos dos compartimentos anteriormente referidos. A partir das quadriculas K3 e L3, apareceram os restos das paredes das habitações anteriores, afastadas do pano da muralha norte, este espaço permitia a deslocação das pessoas por um «caminho de ronda» ou adarve. Nas quadriculas P2 e P3, correspondentes aos compartimentos G e M, as paredes dos edifícios da primeira fase foram aproveitadas como fundações onde assentaram parcialmente as estruturas habitacionais da última fase, situação verificada ao longo de todo o lado norte e este. As lajes do solo da última ocupação, sobrepunham-se nestas estruturas na entrada da habitação G, no interior da S e no pátio Q³⁶⁷.

Sob o nível da última ocupação, foram encontrados muros com 49 a 50cm de largura, implantados de 85 a 90cm da muralha (1m no quadrado P2), destaca-se parcialmente um compartimento com 2,30m por 1,70m de lado, com possível vão de porta no quadrado P3, junto do perfil do quadrado Q3. No seu interior foram encontrados fragmentos de cerâmica grosseira comum, como o bordo e fundos de recipientes fechados do que seriam panelas ou potes. Junto e parcialmente sob o muro de separação dos compartimentos G e M, encontrava-se uma panela de colo curto e perfil em S, com asa a partir do bordo, esta é globular ligeiramente achatada, com fundo plano e irregular, a pasta é castanha ocre-acinzentada, as superfícies têm manchas de queimado aderente, tendo características emirais/ califais. Refere-se também, um fragmento de tampa plana com semelhanças a uma outra, encontrada nas escavações arqueológicas do Castelo das Relíquias, com pasta e acabamento de melhor qualidade. Ainda se recolheu um bordo de sertã ou frigideira com características visigóticas/ emirais. Os níveis 5 e 6 deste castelo, têm semelhanças com os níveis 6 e 7 identificados no cerro do Castelo das Relíquias, apresentam a mesma tipologia dos materiais e estruturas habitacionais, apresenta também um adarve interno. Estes níveis não contribuíram com muito material arqueológico, são

³⁶⁷ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 336-337.

referidos alguns pregos, parte de uma ferradura, pontas de lança, fragmentos de cerâmica grosseira decorada com aplicações de cordões plásticos e fragmentos de cerâmica decorada a verde manganés, entes os níveis estratigráficos 4 e 5³⁶⁸.

Conseguiram-se identificar as estruturas existentes da primeira fase, através dos seus topos nivelados abaixo do solo da última fase, assim como as transposições entre estruturas de ocupação, no entanto, devido ao grau de destruição das estruturas anteriores, não é possível ter uma ideia geral do conjunto habitacional da primeira fase de ocupação. Referente a este primeiro período, recolheram-se cinquenta e três fragmentos no nível 4 e oitenta e três fragmentos no nível 5; predominavam as cerâmicas grosseiras irregulares de torno lento, com vestígios de dedadas internas para as formas fechadas, pratos grandes e sertãs - por vezes com brunido interno - de fabrico manual (torno lento), vários bordos de pequenos potes e panelas de bordo boleado com inflexão externa, fragmentos de bordos de potes e talhas de colo curto com cordões plásticos, bojos de pucarinhos de pasta branca com pinturas a óxido de ferro, bordo de um jarrinho trilobado, bico de uma candeia de pasta grosseira assim como outra quase inteira e fragmento de pucarinho com vidrado monocromático³⁶⁹.

Para este primeiro período de ocupação, poderíamos encontrar um tipo de bule em cerâmica, encontrado no exterior da porta da cozinha S (imagem nº 51), característico como recipiente para líquidos, loiça de culinária e/ ou mesa, próprio para infusões. Tem uma longa periodização que vai do século IX ao XI; é de pastas grosseiras, tem colo esvasado que abre em direção ao bordo, vestígios do bico que partia do ombro, altura por onde passa uma canelura, a partir do bojo tem uma convergência globular até à base que é plana. Outra peça em cerâmica datada dos séculos X/ XI, é um pucarinho com as características de uso da peça anterior (imagem nº 49), destas formas foram exumados vários fragmentos nos níveis 4 e 5. Este exemplar caracterizado por ter uma asa que não apresenta, tem colo boleado com caneluras, ombro carenado, corpo troncocónico invertido e fundo plano. Com uma ampla cronologia, também foi encontrado um malho mineiro em grauvaque (imagem nº 58), exumado dos níveis estratigráficos mais antigos, poderia ter tido uma utilização muito anterior à muçulmana, ou ter sido uma ferramenta em uso nos primeiros tempos de ocupação do *Castelo*.

7.4.2.5 – Os níveis estratigráficos

A estratigrafia no interior do recinto central mantém-se semelhante ao longo de todos as quadriculas onde se situam as habitações, as exceções verificam-se nas ruas, zonas das portas e na cisterna. Nestes estratos não se verificavam ou estavam quase ausentes o nível 2, correspondente ao derrube das telhas. Os níveis não se evidenciaram de forma homogénea no topo central do cerro, a volumetria destes níveis era superior nos espaços junto às muralhas, onde havia maior acumulação de derrubes, as sequências ocupacionais estavam em melhor estado de conservação, apresentando maior quantidade

³⁶⁸ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 337.

³⁶⁹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 338.

de material arqueológico e por isso, contribuindo com mais informação relativa à ocupação dos espaços³⁷⁰.

Nível 0 – Correspondia à primeira camada de terras, aqui encontravam-se variadas espécies de ervas e arbustos, os vestígios arqueológicos eram diminutos quase inexistentes, a consistência dos terrenos era fraca e a tonalidade predominante era o castanho escuro, a altura variava entre os 5 a 10cm³⁷¹.

Nível 1 – A espessura deste nível era mais variável conforme a localização das quadriculas, contribuía para isso as diferenças dos derrubes, constituídos pelos blocos líticos que se misturaram com terras e entulhos ao longo do tempo, apareceram também algumas telhas. Os terrenos ainda se apresentavam pouco compactos, com algumas argilas, a tonalidade predominante era castanha clara e amarelada. Foi neste nível estratigráfico que se começaram a identificar os topos dos muros e das muralhas, havia pouco material arqueológico, há exceção das quadriculas onde houve necessidade de subdividir os níveis em 1a e 1b, assim como na transição para o nível 2³⁷².

Nível 2 – Este nível foi regular, correspondeu aos derrubes dos telhados, onde predominavam as telhas, encontravam-se bastante compactadas no interior dos compartimentos, fora destes – nas ruas -, os fragmentos das telhas aparecem misturados com os derrubes das paredes e dos muros. Este nível apresentava uma coloração castanha alaranjada, de acordo com o material predominante. Começaram a aparecer fragmentos de cerâmica, em resultado da queda das telhas sobre estas peças³⁷³.

Nível 3 – É o nível do abandono do castelo. Os diversos conjuntos de cerâmica deixados no local foram identificados e encontravam-se em conexão. A espessura variava pouco entre as quadriculas, a maior variação foi verificada nos interiores dos compartimentos onde havia lareiras, aí o nível foi subdividido em 3a e 3b³⁷⁴.

3a – Correspondente às terras acumuladas - semelhantes às outras quadriculas - do momento do abandono, apresentavam uma consistência leve e solta, com tonalidades castanha clara.

3b – Correspondente às áreas envolventes das estruturas das lareiras, a consistência era bastante solta, resultante das cinzas e carvões espalhados ao seu redor. A coloração era cinzenta acastanhada e cinzento escuro.

Nível 4 – Este nível pertencia ao solo das habitações, a base era de uma camada fina de terras argilosas compactada, servia para nivelar as irregularidades do afloramento rochoso, como no caso das estruturas do edifício central e das ruas. Outras vezes, como no caso do nível 4a, pertencia a entulhos compactos verificados em alguns compartimentos, estes serviam para nivelar os derrubes das estruturas da primeira fase de

³⁷⁰ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 338-339.

³⁷¹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 339.

³⁷² Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 339.

³⁷³ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 339.

³⁷⁴ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 339.

ocupação. As terras estavam misturadas com pequenas lascas de pedra talisca. As tonalidades eram acastanhadas³⁷⁵.

Nível 5 – Neste nível, algumas quadriculas apresentavam uma grande volumetria de derrubes de muros, tombados diretamente sobre a rocha do afloramento. Era composto por pequenas pedras e fragmentos de telhas grosseiras, menos curvas e com menos decoração, em comparação com as telhas do nível 2. Apresentavam também fragmentos de cerâmica grosseira, algumas decoradas com aplicação de cordões plásticos. As terras estavam bem compactadas, com coloração acastanhada e castanho amarelado. Na localização dos compartimentos P, S e no pátio Q (nível 5b), as terras apresentavam-se mais compactadas, com uma coloração castanha escura e com manchas avermelhadas, correspondendo aos locais onde se encontravam fragmentos de telhas. Junto do muro do compartimento S, o solo estava bem compactado com pedras e telhas, a coloração da terra era castanha com manchas amarelas esverdeadas. Pertencente a este nível, identificou-se também uma canalização antiga através de uma fiada de lajes que seguia em direção ao compartimento S, apresentava pouco espólio arqueológico, constituído essencialmente por fragmentos de cerâmica grosseira³⁷⁶.

7.4.3 – A sondagem 2³⁷⁷

Esta sondagem verificou-se no exterior do recinto fortificado central, dentro da segunda cintura de muralhas. Após a limpeza da zona localizada para o Guadiana, identificaram-se as muralhas da cintura externa, esta encontra-se protegida por torres de planta quadrangular e retangular. A sondagem estratigráfica de verificação localizou-se a partir da torre situada no ângulo nordeste na cintura exterior, para a sua execução, marcaram-se quadriculas de 4X4m de lado, com a seguinte identificação; E18 - E19 - E20 e F18 - F19 - F20, orientadas a 320 grados, na diagonal em relação à muralha que está orientada a 340 grados. Após a limpeza das superfícies, surgiram os contornos das paredes das habitações localizadas nesse ângulo interno da muralha, foi atribuída uma identificação numérica a estes compartimentos; 1, 2 e 3, diferenciando-os das da fortaleza central³⁷⁸.

7.4.3.1 – A segunda cintura de muralhas

Durante a desmatção do espaço para a sondagem 2, identificaram-se os topos desta segunda cintura de muralhas, no ângulo nordeste, está implantada uma torre maciça orientada a 50 grados, apresenta planta quadrangular de 3,20m de lado. A muralha está muito erodida, tem cerca de 1,30m de espessura, projeta-se em direção a poente, nem sempre visível, identificando-se por um percurso que faz ângulo no sentido oeste/ sul, com a fortaleza central a 13/ 14m para leste, fecha este troço da muralha numa zona

³⁷⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 340.

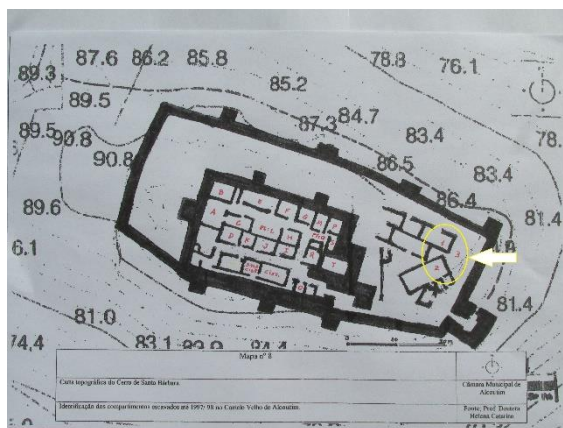
³⁷⁶ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 340.

³⁷⁷ As escavações continuaram para além da data da publicação da bibliografia referida, pelo qual, não podem conter as conclusões dos relatórios das escavações seguintes.

³⁷⁸ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 342.

escavada onde se aproveitou o afloramento rochoso. A meio da encosta norte, identificou-se outra torre adossada à face externa da muralha, apresentando planta quadrangular³⁷⁹.

Confirma-se que a cintura de muralhas externa envolve a primeira, tem um traçado retangular, é composta por torres adossadas pelo exterior, até ao momento são sete as torres externas identificadas no *hisn*. Pode ainda existir uma provável cintura fortificada externa a esta, indicada pelos desníveis do terreno e os alinhamentos dos derrubes que seguem o mesmo traçado da cintura em apreciação³⁸⁰.



Mapa com a localização das habitações 1, 2 e 3.

7.4.3.2 – As habitações

As paredes destas estruturas da sondagem 2 estão bastante destruídas, poucas vezes alcançam ou ultrapassam os 50cm de altura. Nas quadriculas E18, E19, E20 e F18, F19, F20, revelaram-se três estruturas habitacionais, identificadas como casas 1, 2, e 3. As paredes foram executadas com a técnica de fiadas na horizontal intercaladas por fiadas em espinha, com cerca de 50cm de espessura³⁸¹.

A casa 1 prolonga-se para oeste, ocupando parte das quadriculas E19 e E20, com cerca de 2,20m de largura. O vão da porta encontra-se no canto noroeste do quadrado E20, com cerca de 70cm de largura, o patamar é lajeado. No interior acharam-se fragmentos de cerâmica, muitas em mau estado, de onde se destacam as taças decoradas a verde manganês, um recetáculo de candeia, um fundo de uma pequena bilha e bordos de recipientes fechados³⁸².

A casa 2 ocupa a quadricula E18, com o ângulo noroeste na E19 e o ângulo nordeste na F18, nota-se o prolongamento de uma parede muito destruída que se posiciona para este, sem definição da área total do compartimento, a parede norte tem 3,10m de comprimento e os muros têm cerca de 55cm de espessura, o vão da porta está virado para este, com 1m de largura e um patamar em degrau com lajes. O solo do abandono era em terra batida e conservava restos de cerâmicas, destaca-se uma pequena

³⁷⁹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 343.

³⁸⁰ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 343.

³⁸¹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 343.

³⁸² Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 344.

taça decorada a verde manganés, com um pequeno pé anelar, reconstruída integralmente, é uma peça que foi reparada ao longo do seu uso, por apresentar orifícios onde foram colocados fixadores que uniam as peças quebradas (normalmente metálicos). Também se recolheu um prato de balança, no lado exterior da casa perto da porta, no ângulo interno com a parede, na quadricula F18³⁸³.

A habitação 3 ocupa as quadriculas E19, F19 e F18, a parede poente está sob estrutura da parede este e ângulo sudeste da casa 1, não tem nenhuma parede completa, tem um vão de porta orientado para norte no ângulo nordeste da casa 1, a entrada tem cerca de 80cm de largura, com lajeamento interno e externo. Neste compartimento recolheram-se vários fragmentos de cerâmica como uma malga ou prato de fabrico grosseiro, fragmentos de painéis com perfil em S, bordo de um pequeno tambor e uma pucarinha localizada no exterior, próxima da porta³⁸⁴.

7.4.3.3 – Os níveis estratigráficos³⁸⁵

A estratigrafia da sondagem 2 assemelha-se muito à encontrada na fortificação central, de referir que as estruturas estavam mais arruinadas, apresentavam menos entulhos e a consistência era mais argilosa a partir do nível 1.

Nível 0 – Correspondeu ao mato e às areias acumuladas com o passar do tempo. Poucas vezes atingia os 20cm de profundidade, a partir desse nível foram detetadas alterações na consistência e a altura em que surgiram os topos das estruturas habitacionais. As terras estavam misturadas com pequenas pedras taliscas e a tonalidade geral era castanha acinzentada.

Nível 1 – Consistia numa camada com alguma espessura, a sua volumetria variava conforme a inclinação do terreno, correspondia aos derrubes das paredes, definindo-se os limites dos muros dos compartimentos habitacionais, com uma tipologia unicelular. Pelas características das pedras que se encontram muito fragmentadas (pedra talisca), com a presença de terra muito argilosa, há a possibilidade de as habitações desta zona terem sido construídas em taipa sobre uma base de pedra. As terras eram compactas muito barrentas. A coloração era castanha clara, quase creme.

Nível 2 – Com semelhanças à fortificação central, abaixo do nível dos derrubes das paredes (onde predominava a pedra), apareceram os vestígios do colapso dos telhados, basicamente constituídos pelas telhas, principalmente localizadas no interior das habitações. Estas telhas encontravam-se misturadas com terra de cor castanha clara.

Nível 3 – Composta por uma fina camada de terra argilosa, com 10 a 20cm de espessura, era o nível do solo das habitações, recolheram-se fragmentos de cerâmica,

³⁸³ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 344.

³⁸⁴ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 344.

³⁸⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 345-346.

muito compactada com a terra argilosa, tendo sido muito difícil a sua extração, principalmente das paredes. A coloração era acastanhada quase amarela torrada.

Nível 4 – Subdividido em 4a para o interior das habitações e 4b para o exterior destas.

No nível 4a, o solo do compartimento foi executado com apenas 3 a 5 cm de espessura, a coloração era castanha clara.

No 4b, este solo encontrava-se muito irregular, com o afloramento rochoso à vista. Em algumas quadriculas detetaram-se sequências de paredes arrasadas e niveladas, o que sugere terem sido os restos de um compartimento demolido localizado sob os muros dos compartimentos de última fase. Nesta zona aparecem pequenas pedras taliscas com pouca consistência, característico da desagregação do afloramento de xisto. As terras tinham uma tonalidade castanha com manchas esverdeadas e amareladas.

7.4.4 – Os materiais construtivos

Os materiais para a construção foram exclusivamente retirados das proximidades de onde se ergue o *Castelo*. Nele foram utilizadas as diversas variedades de xisto e grauvaques, ricos em pirites e nódulos em manganês incrustados, característicos dos maciços da região, dando uma diversidade de tonalidades líticas ao castelo, na fase em que este se encontra. As tonalidades vão do azul acinzentado ao violeta, do verde acinzentado ao verde escuro, do rosa avermelhado ao verde escuro e ao negro.³⁸⁶

Como os materiais líticos empregues na edificação do *Castelo*, foram à base de xistos e grauvaques, visto que estes lascam com bastante facilidade, foram colocados nas faces externas os blocos de maior dimensão e mais aprumados, para enchimento interno foram usadas pedras taliscas e nódulos de quartzito. Verifica-se que a aparelhagem das peças foi grosseira e detetam-se três tipos de técnicas na execução dos trabalhos³⁸⁷:

- Para as muralhas, as torres e em algumas paredes, a técnica foi da sobreposição horizontal de blocos de pedra de maiores dimensões, principalmente nas faces externas com alguma aparelhagem, travadas e niveladas, sendo o interior enchido com pedras de menor dimensão, à base de pedras taliscas e nódulos de quartzo, argamassado com terras argilosas.

- Para a maioria das habitações, a técnica usada foi uma tipologia mista de «construção em espinha», nestas situações verificamos a existência de fiadas de xisto e grauvaques na horizontal, intercaladas com pedras de menor dimensão que alternam por fiada a direção na diagonal. É uma técnica já conhecida no período romano, atravessou a alto-medievalidade, o período califal e continuou ainda pelo resto da medievalidade.

- A construção da cisterna, pelas suas características óbvias, obrigou a uma construção de paredes reforçadas e muito espessas, com grandes blocos de grauvaques,

³⁸⁶ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 346.

³⁸⁷ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 346-347.

lajes de xisto, bem argamassadas com areia e cal. As superfícies das paredes tinham um bom acabamento composto por reboco de cal. Nos compartimentos A, P, S e R, recolheram-se blocos de reboco espesso, alguns ligados a fragmentos de telhas.

A fortificação central ainda apresenta vestígios de ter sido rebocada e caiada, conforme se pode verificar através das remodelações do período de ocupação final, no grande torreão, este encontra-se afastado das muralhas construídas anteriormente, comprovando que estas encontravam-se rebocadas. As irregularidades do maciço rochoso do cerro, foram niveladas com uma mistura de terras com pedra talisca, nódulos de quartzo e fragmentos de telha triturada³⁸⁸.

Para os solos da última fase de ocupação encontraram-se quatro tipos de construção³⁸⁹:

- A maioria dos edifícios apresentava terra argilosa compactada com fragmentos triturados de telhas e pedra talisca;

- Nos interiores e exteriores das portas, na rua A e no pátio Q, foram usados pavimentos de lajes de xisto intercalados com terras argilosas;

- O compartimento D foi pavimentado com ladrilhos, tinham uma espessura de 3,5 a 5/ 5,5cm, mediam entre 20/ 25cm de largura com 30/ 35cm de comprimento, as pastas foram bem cozidas e apresentavam uma tonalidade avermelhada. Eram ladrilhos de grandes dimensões, semelhantes aos já usados nos períodos romano e em outras localidades deste período.

- Em alguns compartimentos - sobre o solo de terra batida -, havia uma fina camada de cal, onde se notavam os sulcos de um revestimento semelhante aos das esteiras, situação verificada no compartimento R.

Os compartimentos A, P e S, pela presença das áreas de combustão, identificaram-se como cozinhas, entre outras possíveis atividades como dispensas, fumeiros para conservar carnes, ou, no caso do compartimento A, um espaço polivalente como sala. Neste compartimento A, haviam duas lareiras, uma num canto formado pelo ângulo interno das paredes, com de 50cm por 70 cm de lado, a segunda posicionava-se no centro inferior da parede poente, com um diâmetro aproximado dos 70cm, era uma estrutura subcircular que aproveitava uma pequena fosa artificial, com pedras e barro amassado. As lareiras dos compartimentos P e S eram semelhantes, ladeavam a porta, com uma estrutura semicircular de 50 a 70/ 80cm de lado, limitada por pedras. Do lado direito posicionava-se um espaço compactado com cinzas, indicando ser a zona do borralho, no limiar da zona ainda apresentava uma laje na vertical a fazer de para-vento³⁹⁰.

Os edifícios eram compostos por telhados, tudo indica serem em telha vã, de uma só água e de duas para o edifício central. Para a sua construção, terão sido usados barrotes

³⁸⁸ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 347.

³⁸⁹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 347-348.

³⁹⁰ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 348.

com travejamento de madeira, encaixados e/ ou pregados com base na exumação dos pregos que se encontravam em alguns compartimentos. As telhas tinham um formato de meia cana afunilada, feitas de barro bem cozidas, com tonalidades avermelhadas e alaranjadas. Os fabricos seriam locais, o trabalho era grosseiro, apresentavam abundantes componentes não plásticos. As telhas eram pesadas, com uma espessura média de 2,5cm, o comprimento de 47 a 50cm, a largura variava entre os 14/ 15cm e os 20/ 22cm. Só a superfície externa era alisada, apresentavam decorações feitas antes da cozedura que podiam ser de simples dedadas, a uma vasta diversidade de desenhos com base geométrica, os bordos apresentavam decorações manuais longitudinais impressas por pressão³⁹¹.

Os vãos das portas foram registados em quase todas os compartimentos, são desconhecidas quaisquer aberturas do tipo janela. O compartimento B não apresenta vão da porta, indicando que a entrada estaria a uma cota superior, nos outros compartimentos as portas seriam de madeira, atendendo aos orifícios das lajes dos patamares onde trabalhariam os gonzos, para além dos pregos recolhidos. As tábuas das portas teriam uma espessura de 2,5 a 3cm, com base na curvatura dos pregos, as possíveis trancas seriam em madeira, visto não se terem encontrado fechaduras ou chaves em ferro³⁹².

Os materiais usados na construção do castelo foram recolhidos no meio lítico envolvente, a construção usou métodos já verificados em outros lugares, como no Castelo das Relíquias, os acabamentos deram mais consistência às estruturas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes residentes na fortaleza central, com cozinhas, instalações sanitárias, cisterna, armazéns, ruas lajeadas, rede de esgotos, escoamento das águas pluviais e uma proteção passiva robusta com corpo militar permanente³⁹³.

7.4.5 – As exumações cerâmicas

As cerâmicas eram de uso doméstico comum e apresentavam homogeneidade nas formas fabricos e decorações; eram essencialmente para confeção culinária, de mesa para as refeições, armazenamento de produtos alimentares, conservação de alimentos preparados e candeias para iluminação. Nas cerâmicas para uso culinário, foram encontrados utensílios com formas fechadas; panelas, marmitas e grandes púcaras com uma asa. Nos utensílios com formas abertas encontraram-se; malgas, sertãs, almofarizes e frigideiras. Estas últimas também podem ser usadas como pratos. Estes utensílios de uso doméstico encontravam-se predominantemente em compartimentos associados à preparação dos alimentos, no entanto, foram encontrados um pouco espalhados por todo o espaço intervencionado arqueologicamente, com maior incidência no nível 3. Junto das lareiras, alguns recipientes ainda continham restos de alimentos e ossos, permitindo ter

³⁹¹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 348-349.

³⁹² Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 349.

³⁹³ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 349.

uma ideia dos alimentos e animais consumidos, como aves, coelhos, ovinos, caprinos, bovinos e peixes³⁹⁴.

Pelos dados que chegaram até nós, referente à cozinha hispano-muçulmana, ficamos com uma ideia do conjunto de utensílios mais numeroso que seriam as panelas, as malgas e as caçoilas. Em seguida aparecem os recipientes para armazenamento e transporte dos alimentos, sejam sólidos ou líquidos, por fim os alguidares, candeias e tampas³⁹⁵.

No nível 5, correspondente à primeira fase de ocupação, entre as cerâmicas tipicamente muçulmanas verificam-se alguns fragmentos de pucarinhos, com caneluras no corpo ou no colo e um fragmento de candeia. Eram basicamente peças de fabrico grosseiro, manuais ou a torno baixo muito irregular, com pastas e superfícies de tons ocres acinzentados, castanhos amarelados e castanhos avermelhados. Predominavam as cerâmicas de tradição visigótica, destacando-se as peças fabricadas manualmente ou de torno lento, com tampas planas, de bordo boleado ou com ligeiro bisel, malgas com paredes retilíneas divergentes, panelas de fabrico grosseiro efetuado em torno de rotação irregular, caracterizadas por terem uma só asa, pela forma, normalmente designada por panelas com perfil em S, os potes e talhas decoradas com aplicação de cordões plásticos e um jarriño com bordo tribulado³⁹⁶.

Percentagem aproximada das formas cerâmicas encontradas no nível 5:

Candeias - 1,5%; tampas - 3%; alguidares - 3%; cântaros e infusas - 12,5%; potes e talhas - 25,5%; pucarinhos - 11%; sertãs e malgas - 9%; panelas - 32%³⁹⁷.

O nível 4 corresponde à fase das remodelações das estruturas habitacionais e acréscimo das muralhas. Descobrem-se as primeiras formas vidradas, como um fragmento de pucarinho com superfícies vidradas e decoração incisa, fragmento de pequena bilha ou galheta vidrada, com tonalidades esverdeadas e melada clara, de vidro quase transparente sobre engobe e quatro fragmentos de taças decoradas a verde manganés. Com pastas densas, encontraram-se peças com cor creme amarelada e esbranquiçada, destacando-se os fragmentos de pucarinhos e infusas, com decorações a óxido de ferro e de manganés, uma asa com caneluras verticais e dois fragmentos de pequenos tambores. As restantes são semelhantes das recolhidas no nível 5, quanto à forma e fabrico³⁹⁸.

Percentagens aproximadas das formas cerâmicas encontradas no nível 4:

³⁹⁴ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 349-350.

³⁹⁵ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 350.

³⁹⁶ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 351.

³⁹⁷ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 350, fig. 13.

³⁹⁸ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 352.

Tambores – 6%; pequenas bilhas – 3%; cântaros e infusas – 6%; potes e talhas – 14%; pucarinhos (as) – 26%; tigelas e taças – 11,5%; sertãs e malgas – 24%; painéis – 8%³⁹⁹.

No nível 3 que corresponde ao período do abandono do castelo, obtiveram-se por compartimento habitacional, trezentos e vinte e quatro conjuntos de cerâmica que permitiram a reconstituição integral na sua maioria. São cerâmicas típicas do período Califal e Omíadas tardias, cronologicamente enquadradas nos séculos X e XI. A diversidade das formas é mais diversa, no entanto ainda predominam as painéis com perfil em S e com uma asa, aparecendo as painéis com colo mais desenvolvido, algumas com duas asas, continuam a aparecer os pucarinhos de corpo ou colo com caneluras e surgem as pucarinhas com duas asas e corpo globular convexo. Nas cerâmicas com as superfícies vidradas destacam-se para as formas abertas; as taças decoradas a verde e manganés e as taças e malgas meladas. Nas formas fechadas; as pequenas bilhas ou galhetas com vidro melado claro e traços de decoração a óxido de manganés, um fragmento de jarra de filtro, candeias de bico e recipiente fechado, decorados a corda seca parcial⁴⁰⁰.

Percentagens aproximadas das formas cerâmicas encontradas no nível 3:

Tambores - < 0,5%; alcatruzes - < 0,5%; candeias – 2%; tampas – 1%; alguidares – 4%; bilhas pequenas – 1%; cântaros e infusas – 14%; potes – 7%; pucarinhos (as) – 21%; malgas e taças vidradas e em manganés – 5%; malgas vidradas meladas – 2%; malgas não vidradas – 10%; painéis – 31%⁴⁰¹.

O nível 2, correspondente aos derrubes dos telhados e às camadas 1a e 1b, continha cerâmicas idênticas à do nível 3. Nas formas abertas mantiveram-se as decorações referidas anteriormente. Do mesmo modo, para as formas fechadas, encontraram-se as mesmas formas do nível 3; de referir uma painela com pintura a branco no bojo e os pucarinhos com caneluras no colo, alguns fragmentos de jarra com decoração a corda seca parcial e uma infusa ou cantarinha com dois sulcos a marcar o início do ombro e decorada com pintura a branco⁴⁰².

Percentagens aproximadas das cerâmicas encontradas no nível 2 (1a e 1b):

Tambores – 1,5%; candeias – 3%; tampas – 1%; alguidares – 1,5%; cântaros e infusas – 9%; potes e talhas – 4%; bilhas pequenas – 6%; pucarinhos (as) – 26%; tijelas e taças vidradas e verde manganés – 14%; malgas vidradas – 3%; malgas não vidradas – 8%; painéis – 22%⁴⁰³.

Na sondagem 2, as formas cerâmicas para os níveis 2, 3 e 4, coincidem com as recolhidas nas camadas de ocupação da segunda fase na fortificação central, predominam

³⁹⁹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 351, fig. 14.

⁴⁰⁰ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 353.

⁴⁰¹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 352.

⁴⁰² Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* p. 354.

⁴⁰³ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 353.

as cerâmicas produzidas em torno alto, com cozeduras oxidantes, formas e decorações. Na sua distribuição, concentravam-se principalmente no interior da casa 1, com 48,21%, seguem-se os exteriores, com 23,21%, a casa 2, com 21,42% e a casa 3, com 7,14%⁴⁰⁴.

Percentagem aproximada das cerâmicas encontradas na sondagem 2:

Tambores – 2,5%; candeias – 1%; bilhas pequenas – 1%; cântaros e infusas – 10%; potes – 7,5; pucarinhos (as) – 22,5%; tigelas e taças vidradas e manganés – 5%; tigelas vidradas – 6%; malgas – 8,5%; panelas – 34%⁴⁰⁵.

Globalmente as pastas eram homogéneas, com grãos finos e médios das areias, quartzo e xisto, de origem local ou regional maioritariamente. Os tons vão do negro aos ocres acinzentados, avermelhados aos alaranjados. As pastas mais compactas que apresentavam cores cremes amareladas e esbranquiçadas - de fabrico cuidado -, com superfícies vidradas e decoradas, são peças importadas. Pelos paralelos técnicos e decorativos, provavelmente oriundas da Baixa Andaluzia. Das camadas mais antigas para as recentes, verificou-se evolução no fabrico, de uma produção em torno lento (29%), para o torno de rotação alta (71%). Quanto às cozeduras das peças, a maioria foram cozidas em fornos artesanais da região, tendo também havido pós-cozeduras irregulares. Em menor número, encontraram-se peças que passaram por uma pós-cozedura com qualidade no tratamento das pastas e superfícies. O tratamento das peças com superfícies não vidradas, com simples alisamento ou rugosas estão em maioria, ao que se seguem as peças com superfícies vidradas, apresentam decorações maioritariamente a negro e a verde manganés. O vidro transparente aparece na maioria dos casos, sobre uma camada de engobe branco, no interior das taças decoradas a verde manganés. Os engobes também aparecem na mesma cor da pasta, com tons avermelhados, como no caso das grandes malgas e pratos de fabrico manual a torno baixo, mais diminutas são as que ocorrem em superfícies brunidas, em malgas com engobe não vidrado⁴⁰⁶.

7.4.6 – As exumações metálicas e artefactos diversos

Para além do espólio cerâmico recolhido durante as escavações, também outros artefactos contribuíram para um maior conhecimento da vivência no *Castelo*. As malhas e os tabuleiros de jogos, encontrados durante as escavações, confirma-nos que havia tempos de lazer, através de atividades lúdicas. Para passar o tempo disponível entretinham-se com diferenciados jogos de tabuleiros onde a progressão das peças eliminava as do adversário. Estes jogos eram conhecidos na Idade Média pelos cristãos e muçulmanos, muitos deles chegaram aos nossos dias, cujas alterações são ao nível dos materiais dos suportes⁴⁰⁷. Pela presença dos tambores, também se dedicavam à música e provavelmente à dança⁴⁰⁸.

⁴⁰⁴ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 354-355.

⁴⁰⁵ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 354.

⁴⁰⁶ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 355-357.

⁴⁰⁷ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 382-383.

⁴⁰⁸ Pelo facto de se ter encontrado fragmentos de tambores, a música e a dança fariam parte dessa componente lúdica.

Foram vários os objetos descobertos em metal para usos diversos. Na sua maioria era o que restava do armamento coevo de defesa balística ou pessoal, foram recolhidas na sondagem 1, cento e sessenta e seis registos, dos quais, a quase totalidade eram em ferro, em estado de avançada oxidação, em cobre quatro registos e três em bronze. A maioria dos artefactos corresponde a cento e oito pontas de lança, das quais, noventa e oito encontravam-se na zona da «porta de armas» da fortificação central, seguiram-se os pregos, em número de trinta e oito, as restantes foram dobradiças e outros objetos⁴⁰⁹.

Percentagem (aprox.) dos artefactos metálicos recolhidos nas sondagens 1 e 2:

Prato de balança - <1%; alfinete - <1%; orelhão de balde - <1%; pico/ martelo - <1%; possível estribo - <1%; chocalho - <1%; argola - <1%; facas - 2%; ferraduras - 1%; bainhas - 1%; dobradiças - 5%; pregos - 21%; pontas de lança - 65%⁴¹⁰.

As pontas de lança são de dois tipos; estreitas e alongadas, fusiformes com base oca e fendida para o encabamento, a espessura varia dos 1/1,2cm aos 1,4cm, afunilando até à ponta, com um comprimento de 7,5/ 8,5cm a 9/ 11cm. Outras são de formato cónico, compactas com estrangulamento junto da base do encabamento, a espessura varia entre os 1,4/ 1,5cm e os 2cm, terminam com uma ponta romboidal, a base é mais estreita, com 1 a 1,2cm de diâmetro e cerca de 10cm de comprimento. Encontrou-se um único exemplar de seta, provavelmente para caça, com formato triangular e aletas salientes, ao contrário das outras, a base para encabamento termina em espigão. Este tipo de armamento é semelhante a outros artefactos com a mesma utilidade, encontrados em ambiente arqueológico referentes a períodos mais recuados, no entanto, embora haja evolução no armamento, para os períodos emiral e califal no al-Andalus, esta tipologia de armamento continuou a ser usada até à Baixa Idade Média⁴¹¹.

Ainda dentro desta temática, encontraram-se pontas metálicas de bainhas em couro, com o formato em V, cuja finalidade seria a de proteger espadas ou facas. São fragmentos em ferro, bronze e cobre, de ponta oca que reforçam a bainha de couro. Têm paralelos no período visigótico, sendo ainda usados no período muçulmano⁴¹².

O armamento exumado no Castelo Velho de Alcoutim, do qual são apresentadas duas pontas de lança em ferro (imagem nº 56), permite levantar algumas considerações; termos alguma noção da panóplia do armamento, a notória necessidade do uso de armas perfurantes, a concentração das armas em determinados lugares estratégicos e o delineamento prévio de uma estratégia de defesa.

No primeiro caso, pela descrição das peças que compunham o diverso armamento, como pontas de setas ou virotes que encavavam em hastes de madeira⁴¹³, confirmam a profusa quantidade de armas balísticas e arremesso, atendendo que também foram

⁴⁰⁹ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 383.

⁴¹⁰ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 383.

⁴¹¹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 384-386.

⁴¹² Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 386.

⁴¹³ Forma tradicional verificada em peças de arte coevas.

encontradas pedras preparadas para o lançamento com funda, era uma prioridade a defesa à distância com o recurso a béstas, arcos ou fundas. Na proximidade da muralha, o uso das lanças permitia impedir a penetração do atacante no reduto defensivo e manter ainda alguma distância do atacante. Pela peça metálica da base de uma bainha de espada e a possível parte de uma espada, indica-nos que o combate corpo a corpo também estava previsto.

Através da tipologia da esmagadora maioria do armamento, não só temos uma ideia das armas, como das proteções dos combatentes, pela necessidade do uso de armas perfurantes, esta situação indica-nos que as proteções corporais à época já teriam uma qualidade generalizada e não apenas para os nobres e cavaleiros.

A exumação do armamento num local específico; «casa da guarda», remete-nos para as últimas considerações, uma coordenação da defesa com a exploração tática dos avanços arquitetónicos coevos. A concentração das armas em locais estratégicos, com fácil acesso a plataformas de combate (torres), progressão ou recuo a partir dos redutos estruturados em altura e isolamento do restante complexo defensivo (portas de armas). São condições bastantes para uma força defensiva que numa bondosa estimativa, rondaria uns vinte combatentes, poderem sustentar uma força de ataque várias vezes superior, com as particularidades das habitações já descritas, com boas comodidades de higiene, armazém e cozinhas, em determinadas condições, também teriam condições de suportar um cerco.

Os artefactos metálicos ligados às estruturas em madeira, eram os pregos e as dobradiças. Os pregos dividiam-se em dois tipos; cavilhas de pequenas dimensões com 2/ 3cm a 4/ 5cm de comprimento, com a cabeça quadrangular, encontrados junto dos vãos das portas, assim como placas interpretadas como dobradiças. Os outros tipos de pregos eram de cabeça quadrada subcircular, com um comprimento que pode atingir os 10cm, a maioria foram encontrados no compartimento S. As dobradiças de ferro – muito corroídas - apresentam perfurações de um dos lados, de formato retangular, têm medidas variadas com espessura de 5 a 10mm. As de cobre tinham dimensões reduzidas, formato retangular com as medidas de 0,6X1,8cm e 0,7X2,7cm, ainda estavam ligadas a fragmentos de madeira, indicando fazer parte de uma caixinha⁴¹⁴.

Dentro dos objetos metálicos, ainda foram identificados fragmentos de ferraduras que apresentavam a curvatura característica destes artefactos, para além da perfuração para a colocação dos cravos. Foram encontradas três laminas de ferro identificadas como facas, uma na camada 4 e as outras na camada 5, todas no compartimento S. A primeira encontra-se fraturada, tem curvatura e mantém o comprimento 6,7cm, com 1,9cm de largura, 1cm de espessura no dorso e 0,3cm no gume, a haste para encabamento tem 1,5cm de comprimento por 0,6cm de espessura. As recolhidas na camada 5, são retilíneas; uma tem a ponta alongada, com 6,7cm de comprimento e largura máxima de 2,1cm, a outra, tem 10,3cm de comprimento e 2,4cm de largura máxima, a ponta abaulada e apresenta secções em forma de cunha. São tipos de artefactos registados desde a Antiguidade que mantêm as suas características ao longo dos anos, tinham encabamento

⁴¹⁴ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 386-387.

em madeira ou em osso. Na camada 3 encontrou-se um chocalho de ferro muito corroído, com formato troncocónico e asa semicircular, construído através da dobragem da folha metálica, a largura varia entre os 11,8cm e os 7,7cm, a altura é de 7,2cm e a espessura de 0,5cm. No nível 2, misturado com as telhas, foi encontrado um pico de ferro muito degradado, o comprimento é de 20,3cm, com uma largura do gume de 3,4 a 0,6cm. Ainda se identificaram; um pequeno alfinete de cobre, um pequeno parto de balança e artefactos diversos cuja função é de difícil atribuição⁴¹⁵.

Recolheram-se diversos artefactos líticos como; malhas de jogo – em maior quantidade -, fragmento de machado de pedra com secção circular, um fragmento de grauvaque que terá servido como dormente, percutor com sinais de uso numa das faces, outro com entalhes laterais que poderia ter servido como peso para as redes, martelo de mineiro com cinta lateral⁴¹⁶.

Ainda há a registar fragmentos de vidro que se encontravam em muito mau estado de conservação e de difícil identificação. De referir; uma conta de colar de pasta de vidro com coloração azul, um colo e arranque do bordo de uma garrafa ou unguentário em vidro transparente que retém minúsculas bolhas de ar na pasta, outro fragmento, pertencente à parede de um recipiente de vidro espesso com cor verde, apresenta pequenas aplicações plásticas de forma ovalada⁴¹⁷.

7.4.7 – Notas arqueológicas sobre o Castelo Velho de Alcoutim

Através das escavações arqueológicas desenvolvidos no Castelo Velho de Alcoutim, verificou-se que este foi construído numa plataforma preparada para a projecção das estruturas defensivas e habitacionais, onde a orografia do terreno protege naturalmente dois lados da fortificação. Os trabalhos revelaram a existência de várias fases de edificação, indicando que foi construído no período emiral, no século IX, aquando da edificação das muralhas, da cisterna e dos compartimentos da primeira fase. Estes compartimentos que estavam afastados das muralhas, continham cerâmica comum grosseira de tradição visigótica, semelhantes às recolhidas nas camadas mais profundas das escavações do Castelo das Relíquias. Posteriormente, nos finais do século IX ou nos inícios do X, estes compartimentos foram arrasados e os terrenos aplanados, para a construção das habitações da segunda fase⁴¹⁸.

A segunda fase corresponde aproximadamente ao início dos meados do século X, caracteriza-se pelo restauro da trama urbana do castelo. Ainda durante o período Califal, ou para o início dos Reinos de Taifas, efetuaram-se remodelações e construções como o torreão adossado à muralha, no local da entrada do *alcácer*, seguido depois pela construção do grande edifício central e o compartimento R, no local onde se encontrava a pátio de armas do castelo. Esta nova estruturação manter-se-á durante os Reino de Taifas, até ao momento do abandono. Este terá sido progressivo, ainda durante a segunda

⁴¹⁵ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 387-391.

⁴¹⁶ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 392-393.

⁴¹⁷ Helena Catarino, 1997/98. *ibidem* p. 393.

⁴¹⁸ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 393-394.

metade do século XI, a partir da altura das guerras entre os Reinos de Taifas da região (Niebla, Ossónoba e Mértola) e Sevilha, numa fase anterior ao domínio Almorávida e Almóada; com base na homogeneidade dos achados da camada de abandono, como as peças decoradas a verde manganés, até às decoradas a corda seca parcial, centradas no século XI que perduraram até inícios de século XII, a cronologia situa-se entre o final do período Califal e os Reinos de Taifas,⁴¹⁹.

Não é possível estabelecer a evolução demográfica do castelo, nem aferir com certezas o número de habitantes na fase de maior evolução/ prosperidade. Podemos, no entanto, definir este aglomerado como uma celouquia ou pequeno alcácer, o conjunto das edificações na fortaleza central, pertenciam a um pequeno palácio fortificado, onde habitava a família alargada do chefe do clã, numa área bruta de 704m² e uma área coberta de mais de 200m², pressupondo-se uma família com 12 indivíduos que, controlavam o castelo, o seu termo e a região envolvente, com possível pequeno entreposto comercial que escoava os produtos através do Guadiana⁴²⁰.

Na sondagem 2, também se identificaram alterações estruturais. A muralha envolvente do castelo foi construída com a mesma técnica da fortaleza central, tal como as torres, também apresentam o mesmo aparelho. Esta construção da primeira fase da ocupação, tinha as finalidades de proteção do núcleo habitacional e a retenção das terras. Embora mantenha as mesmas técnicas construtivas, com a colocação dos blocos de maiores dimensões à face da muralha, no interior, o enchimento foi executado com pedras mais pequenas e areia, é menos cuidada em relação à fortaleza central. Após a conclusão desta cintura de muralhas, o cabeço foi nivelado e elevaram-se as muralhas da cintura central. Entre as cinturas amuralhadas, encontramos vestígios de casario muito danificado, cujo espólio é muito grosseiro e sem decoração, anterior à divulgação das cerâmicas vidradas e decoradas. Sobreposta a esta ocupação, encontram-se habitações cuja cronologia as situa nos séculos X e XI⁴²¹.

Com base nos achados arqueológicos, como fragmentos de sílex, um percutor e um gume de machado de pedra polida, compactados no enchimento dos muros das estruturas habitacionais, podemos levantar a hipótese que este local serviu de passagem, ou teve alguma atividade, durante a Idade do Bronze, indicando alguma atividade na exploração mineira, sem haver de todo uma certeza, pela escassez dos vestígios. O mesmo se passa para a possibilidade de estarmos perante um *castellum* romano na sua génese, a tipologia pode-se aproximar de alguns exemplares desse período, mas é pouco provável, por não ter sido encontrado nenhum vestígio arqueológico que o coloque nesse período. Durante a Alta Idade Média, o espaço poderia ter sido um local de refugio no período visigótico, com uma muralha grosseira e uma escarpa abrupta em alguns dos lados, reforçando a proteção no núcleo do afloramento rochoso, novamente são hipóteses que a míngua dos elementos arqueológicos não são suficientes para garantirem as suposições. Embora tenham aparecido, nas camadas de enchimento da rocha, fragmentos de cerâmica

⁴¹⁹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 394-396.

⁴²⁰ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 396-397.

⁴²¹ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 397-398.

grosseira fabricadas em torno lento irregular, estas cerâmicas são de «transição», fabricadas a partir do século VI e VII, tendo perdurado durante os primeiros séculos de ocupação muçulmana. O conhecimento das fortificações tardo-romanas ou visigóticas, assim como as de tradição bizantina, as fortificações orientais e do Norte de África, ainda não estão suficientemente estudadas, para se garantir com firmeza que tenha havido uma ocupação em altura em resultado da invasão muçulmana⁴²².

Perante o conhecimento atual e os estudos desenvolvidos até ao momento, verifica-se que o Castelo Velho de Alcoutim, aproxima-se da tipologia de outros recintos fortificados dos períodos Emiral e Califal, nestas fortificações predominam os achados cerâmicos vidrados, decorados com técnicas de verde manganés e corda seca parcial e total, embora esta última não tenha sido encontrada no Castelo Velho de Alcoutim. No período emiral – a partir do século IX –, verifica-se uma preocupação defensiva do território, para o efeito são reforçadas e construídas defesas urbanas e rurais. Para estas regiões rurais, temos os exemplos do Castelo Velho de Alcoutim, do Castelo das Relíquias e – muito provável –, do Fortim e do Castelinho de Altamira, com características de um *al-hisn*, de planta retangular regular, torres quadrangulares e um aparelho típico omíada, com influência sírio-palestinas e bizantinas, da primeira fase do período Emiral⁴²³.

Com o califado de Córdoba, houve um reordenamento territorial, com redistribuição de terras por Abderramão III. Há fortes indícios que é desse período a reestruturação arquitetónica deste Castelo, onde as habitações se sobrepõem às da primeira fase e passam a estar adossados à muralha. No final do Califado, houve novas alterações, como a ocupação do pátio central por um grande edifício e o acrescento de um grande torreão a proteger a porta da fortificação central. O período do abandono deu-se a partir dos meados do século XI, ou no início do século XII, o que corresponde à chegada dos Almorávidas. Esta fase está representada nas camadas 2 e 3 dos vários compartimentos, através de artefactos com características califais tardias. Este castelo de origem Omíada, foi abandonado antes das Guerras da Reconquista terem chegado à região de Mértola e Alcoutim. Não foram encontrados quaisquer artefactos com cronologia dos séculos XII e XIII, indicando que para esse período, as populações já se tinham deslocado e abandonado o Castelo, provavelmente para as zonas mais próximas do rio, ou mesmo para o sítio onde se encontra a atual vila de Alcoutim. Também se verifica a ocupação de zonas próximas do antigo Castelo, indicando uma deslocalização das populações para diversos locais, onde há vestígios de exploração mineira. Tudo indica que o Castelo deixou de responder às necessidades que estiveram na sua construção e manutenção, tendo as populações optado por outras soluções mais pragmáticas, onde esta fortaleza deixou de ser necessária⁴²⁴.

⁴²² Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 398-399.

⁴²³ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 400-401.

⁴²⁴ Helena Catarino, 1997/98. *Op. cit.* pp. 401-404.

7.4.8 - Síntese sobre a ocupação do Castelo Velho de Alcoutim

Pelos achados em contexto durante as escavações arqueológicas no Castelo Velho de Alcoutim, podemos concluir que este teve uma ocupação com fases bem definidas, comum a estas fases, foi a ocupação do espaço com evidentes características estratégicas e objetivos político-económicos, para os quais contribuiu sempre a presença do Guadiana.

Nas características estratégicas, desde a Antiguidade que o Guadiana foi uma importante rota de escoamento do minério, como se pode atestar nas riquezas arquitetónicas paleocristãs de *Mírtilis*, por esta via fluvial exportava-se o ferro da região das pirites do sul do atual Alentejo português, da região do *Castelo*, o cobre. A posição estratégica, da implantação desta fortificação sobre o rio, dominava a passagem de toda a produção, atendendo que a movimentação fluvial de mercadorias e bens, tinha uma capacidade várias vezes superior às deslocações viárias terrestres, na ordem de dezenas para centenas ou milhares de quilos, este entreposto tinha a capacidade de controlar o comércio do minério da região, tinha acesso aos produtos importados de qualidade (comprovado pelas cerâmicas de qualidade não produzidas localmente). Esta posição geográfica dominante, terá sido muito vantajosa numa política de alianças e de vantagens financeiras, atendendo que a montante havia a necessidade de escoar os produtos, essencialmente o minério, a jusante, aguardavam por esses produtos, retribuindo com produtos manufaturados necessários aos anteriores.

Os objetivos políticos manifestavam-se pela ocupação e administração do território, onde este Castelo rural fazia parte de uma rede defensiva que visava manter a soberania senhorial, representada localmente por um alcaide/ senhor donatário, pertencente a uma família nobre, com funções delegadas de administrador. Por inerência, zelava pela aplicação da lei e os interesses económicos e financeiros; pela defesa pessoal e territorial, possuía em permanência um pequeno corpo de combatentes profissionais, cuja rudez garantiam a combatividade desses guerreiros. Tinham a seu cargo a vigilância e defesa territorial, de forma a eliminar qualquer tentativa de ataque ou saque aos interesses senhoriais locais e centrais, como os perpetrados por vikings ou bandos armados, hábeis em razias ou ataques ao comércio fluvial, ou mesmo desmotivar ameaças internas de dissidentes.

Quanto aos objetivos económicos, para além da produção agropecuária local que atendendo aos solos servia de subsistência ao nível agrícola, ao nível pecuário a produção seria mais rentável, mas não ultrapassaria o mercado local, quanto muito o regional. A produção que se entende estratégica, foi a extração e redução do minério, com fins comerciais, foi desta atividade que advieram as riquezas através da «exportação» destes produtos.

A produção mineira local é anterior à ocupação muçulmana, conhecida e documentada desde o período romano⁴²⁵, o minério era extraído e preparado com destino a outros locais, as forjas eram rudimentares, com o propósito de separar/ preparar o

⁴²⁵Helena Catarino, 2012. pp 121-122.

minério em lingotes, para que fossem mais fáceis de transportar até à forja final. As extrações localizavam-se em terrenos próximos da localização do *Castelo*, pela orografia local, deveriam ser do tipo em poço ou socalco, pouco provável através de minas em túnel. A pulverização da rocha e pré fundição seria próximo da mina, havendo vestígios desta atividade de fundição no *Castelo*⁴²⁶, situação que pode indiciar algum interesse no controlo da produção do minério.

O escoamento do minério era através do rio, onde as embarcações deslocavam maior quantidade de mercadorias e de forma mais segura. O principal mercado seriam outras regiões do al-Andalus, nas grandes cidades, através das quais adquiriam bens de qualidade, como comprovadamente a cerâmica importada, encontrada durante as escavações, sendo muito provável a obtenção de outros produtos mais perecíveis, como panos, utensílios e armas não produzidos localmente. As rotas conhecidas atravessavam o Garb, transversalmente dirigiam-se para as localidades costeiras do ocidente ou para as cidades do centro do al-Andalus. A rede de comunicação principal que passava pelo Castelo Velho de Alcoutim, era o Guadiana, no entanto, as redes de comunicação terrestres também tinham um papel importante; na deslocação do minério para os entrepostos, como seria o caso do Castelo Velho de Alcoutim. Os produtos agropecuários produzidos e comercializados localmente, poderiam ser comercializados pelos próprios ou por almocreves que faziam chegar outros produtos manufaturados, sendo também um elo de ligação com o exterior; portadores das novidades e inovações.

Através das estruturas existentes, dos achados e trabalhos arqueológicos, podemos formular uma ideia das ocupações temporais até à fase do abandono. O Cerro de Santa Barbara tem indícios de ocupação populacional, mesmo que esporadicamente, de um período anterior ao muçulmano. No entanto, é crível que a ocupação senhorial e militar do espaço, sob forma de castelo, tenha acontecido efetivamente só no século IX, sob administração omíada. A primeira fase passou pela construção ou reforço do reduto externo, como delimitação do Castelo, onde, à semelhança de uma construção destas e atendendo ao tipo de aparelho usado nestes troços, constituiu a primeira fase construtiva, onde urgia o encerramento físico do espaço, dando alguma segurança defensiva, perante as ameaças externas. O perímetro apresenta uma planta retangular, composto por duas cinturas de muralhas com um reduto senhorial, seguia as características de um *hisn* muçulmano. As torres de defesa adossadas pelo exterior reforçavam as estruturas defensivas como contrafortes, plataformas defensivas ligadas pelo adarve por onde evoluíam os combatentes protegidos por um parapeito, permitindo uma boa manobrabilidade de tiro ao longo dos ângulos das torres.

A construção dos dois redutos fortificados deu-se ainda na primeira fase de ocupação, este *hisn* em comparação com os castelos condais cristãos, tinham uma maior intervenção e ligação à economia regional, apresentava maior qualidade dos alojamentos, um *algibe*, sanitários, armazéns e habitações, numa primeira fase, encontravam-se

⁴²⁶Helena Catarino, 2012. *Op. cit.* pp 129-135.

afastados das muralhas, implantação também verificada no Castelo das Relíquias. Para esta fase é difícil estabelecer a localização da totalidade das habitações e as suas funcionalidades, por terem sido arrasadas e niveladas para a construção das habitações da segunda fase de ocupação.

Pelos elementos apresentados, a construção do *hisn* terá sido de iniciativa emiral, no entanto, para o final e início dos séculos IX e X, o *al-Garb* passou a ser controlado autonomamente por dissidentes. Com a unificação territorial, durante o final do Emirato e início do Califado, por Abd ar-Rahman III, o *Castelo* terá passado por um período de crise e destruição, atendendo à extrema necessidade da recuperação das muralhas, dos torreões e da extensa remodelação da quase totalidade das edificações, denotando uma profunda necessidade de recuperação total do espaço e não só de adaptações ou restauros pontuais. Para o fim deste primeiro período de ocupação, verifica-se uma decadência semelhante para o Castelo das Relíquias, tendo necessitado de obras de vulto idênticas, coincidindo com o controlo territorial do Califa. As reformas no *Castelo* que se verificam por alturas da unificação do *al-Andalus*, após ter sofrido um desmantelamento de vulto⁴²⁷, comprovam a necessidade estratégica do local, atendendo à riqueza mineral da região e a seu montante, da rota fluvial para escoamento da produção e ligação comercial com o exterior, de um entreposto essencial para a economia regional e posto militarizado para a defesa territorial e económica desta parte do *al-Garb*. Estas obras de vulto e atendendo ao momento coevo, têm um cunho marcadamente político, indiciando uma intervenção estatal com o fim de controlar a economia territorial.

Durante o período Califal, há uma primeira e profunda reconstrução, modernizando a implantação habitacional (com exceção das habitações adossadas ao algibe), sobrepondo-se às anteriores, com reestruturação das muralhas do *hisn* que as vão reforçar e operacionalizar para qualquer momento de ameaça armada.

No tramo da muralha poente, a torre adossada pelo exterior localizada ao centro, foi acrescentada para norte e passou a apresentar um formato de planta retangular. Estas obras deram maior capacidade de manobra defensiva, projetada em direção ao flanco mais exposto. Ao longo do topo poente, localizam-se habitações que pelas suas áreas e espólio arqueológico, indicam tratar-se do espaço da implantação nobre no *hisn*, com a presença no topo sudoeste de uma pequena estrutura com escoamento de águas, entendida como latrina, seguido por duas grandes salas adossadas à muralha com lareiras, o que seriam casas do fogo e habitação com tipologia de um salão, onde o senhor receberia as pessoas e trataria dos assuntos administrativos. As lareiras teriam a finalidade de também proporcionar um ambiente acolhedor durante o inverno, atendendo à sua localização no espaço, afastadas das portas, com implantação das lareiras de forma diferente em relação às outras lareiras nas casas do fogo a nascente, onde os espaços reservados à combustão ficavam ao pé das portas. Deveria haver um dispositivo para que os fumos não ficassem retidos nos compartimentos, podendo a solução passar pela colocação das telhas do topo

⁴²⁷ Se após cerca de nove séculos de abandono, a ruína nos tramos das muralhas é inferior à sofrida nesta época, os derrubes na transição dos séculos IX-X, não são críveis de terem sido naturais, mas sim provocados por forma a que durante algum período não pudesse servir de refúgio.

com um desnível que permita uma abertura horizontal e a circulação do ar⁴²⁸. Nesta zona vivia o alcaide com a sua família direta, ao longo do *alcácer* ou palácio rural, viveriam os restantes familiares, os seus conselheiros/ gestores diretos e o corpo da guarda permanente. Era a partir deste local, onde convergiam todas as informações da produção, economia e das populações regionais, diretivas estatais e o desenvolvimento dos conflitos fronteiriços que se delineava e decidiam as políticas administrativas locais, alianças regionais, dirimir conflitos internos e manter a ordem e segurança, numa perspetiva económica, para a qual o senhorio local contava com servidores administrativos e militares.

Na sequência habitacional a norte, após uma pequena rua onde poderia ter havido umas escadas de acesso ao compartimento localizado no ângulo interno noroeste (provavelmente em madeira), temos um grande compartimento com duas portas nos extremos longitudinais viradas para sul, pelo tamanho e descrição do espólio, indica ter sido uma grande arrecadação/ armazém. Sempre geminados, projetam-se dois pequenos compartimentos com características de alcovas, seguidas de uma instalação com canalização, cuja arquitetura é de uma latrina com estrutura para sala de banhos.

O tramo da muralha nascente foi o mais intervencionado, manteve-se a torre quadrangular original, acrescentou-se outra pelo exterior na zona da porta da entrada deste reduto e deslocou-se a muralha para o exterior até à face das torres. Com a inclusão desta nova torre e das alterações na muralha, as defesas melhoraram em acessibilidade ao adarve superior, as escadas ligam diretamente a todo este recinto em altura, passou a haver uma posição defensiva direta na prumada exterior norte da porta, o caminho da ronda entre torres é direto e contínuo, as torres – pela volumetria superior dos derrubes – seriam projetadas a uma cota mais alta em relação às muralhas, criando um posto de vigia com alcance visual considerável e plataformas defensivas com capacidade de mobilidade para o tiro balístico. Estes melhoramentos adicionaram capacidade bélica a um pequeno corpo militar, atribuindo-lhes aptidão para enfrentar e reter uma força atacante superior em número, mostram também uma permanente atualização das defesas passivas, comprovação do interesse estratégico do local, dos contactos com o exterior e modernização arquitetónica com as inovações tecnológicas da época. Alterações que continuaram no período do Reino das Taifas, com o acrescento de um grande torreão em «cotovelo» que passou a proteger toda a entrada do *alcácer*, no interior, a zona da casa da guarda evolui para uma pequena fortificação, do tipo «último reduto», completamente isolada e projetada em altura.

No interior do *alcácer*, de norte para sul, encontramos duas casas do fogo, pela grande quantidade de material arqueológico recolhido, seriam as cozinhas principais do *Castelo*. Neste alinhamento em direção à porta, existia um grande compartimento, originado pela depressão para o exterior entre torres, era um compartimento sem porta ao nível do solo, edificado por alturas da alteração da muralha durante a segunda fase de

⁴²⁸ Verificável ainda hoje nas construções de anexos - nos montes da região -, sem chaminés, mas com necessidade de circulação do ar.

ocupação para meados do século X, as características do relevo da praça de armas e a inclinação da precipitação por sul, em conjunto com as escadas de acesso ao adarve, faziam confluir a este local um grande volume das águas pluviais, a confirmar esta afirmação verifica-se a existência de uma grande esgoto no topo este da muralha que atravessa este compartimento. Esta edificação que se apresenta aterrada, não tem as características de alcova, salão ou cozinha, pelas condições expostas anteriormente – atravessada por um esgoto pluvial - não teria grandes qualidades para armazenamento de viveres ou materiais, atendendo ao período histórico coevo da construção deste espaço, ao isolamento, local de conforto mínimo, estruturado na muralha e junto da casa da guarda, poderá ter sido um aljube durante este período de ocupação.

Ao longo da muralha sul do *alcácer* - pelo grande estado de ruína -, não são visíveis remodelações para este período. No interior da entrada deste reduto, no ângulo interno sudeste, existiam duas estruturas que pertenciam à casa da guarda, atendendo à quantidade de armas encontradas e à arquitetura antipoliorcética, seguida por uma latrina com condições estruturais para uma sala de banho. Na sequência habitacional para poente, as construções mantêm o adarve da primeira fase de ocupação. A manutenção desta opção arquitetónica pode ser justificada pela presença do *algibe*, uma estrutura complexa com canalizações soterradas que não justificaria a sua deslocalização em direção à muralha.

No recinto fortificado exterior, verificamos também que o fim da primeira fase de ocupação do *hisn*, coincide o um desmantelamento generalizado das estruturas habitacionais, no período de ocupação seguinte, verificam-se as mesmas compactações e nivelamentos das paredes dos compartimentos anteriores, passando a fazer parte do solo das novas edificações sobrepostas, em algumas fundações, as paredes edificadas seguem a mesma implantação das estruturas anteriores, foi usado um aparelho misto «em espinha» intercalado entre fiadas. Destas edificações da segunda fase de ocupação, destaca-se a mesquita e compartimentos contíguos, onde um deles – ainda da primeira fase - terá sido reconstruído. Paralelo à muralha norte, segue um conjunto de habitações que poderão ter tido uso diverso; como habitações do destacamento militar, armazéns/arrecadações, oficinas dos mesterais, etc. Atendendo que estamos na presença de um *Castelo* com entreposto comercial e atividade mineira, teria de haver diversidade de mesterais que assegurassem as diversas necessidades locais e de quem passasse por via fluvial ou terrestre. Os residentes deste reduto do *hisn* estariam ligadas ao corpo militar do alcaide, aos serviços, aos mesteres com suas famílias, estariam em contacto direto com a população agropastoril, com os comerciantes, pescadores, barqueiros, etc.

As muralhas externas apresentam diferenças dos aparelhos em relação às habitações, verificam-se marcas de intervenção nos tramos, indicando a necessidade de manutenção, ou mesmo reforço e construção de torres. A porta do castelo no período Califal foi reforçada com torreões laterais, a construção apresenta-se bem estruturada, tendo em atenção a qualidade das ombreiras, uma obra que aumentou a capacidade defensiva estratégica e de manobra num ponto sensível e fulcral de penetração hostil no castelo. No ângulo exterior nordeste, nesta segunda fase de ocupação, edificou-se uma grande torre que é a única posicionada num ângulo da cintura das muralhas, cuja função

seria quebrar o ímpeto ofensivo dos atacantes, através do caminho mais direto e plano de acesso à porta do *Castelo*, com uma plataforma em altura que cobria visualmente um vasto espaço, mobilidade de tiro balístico em qualquer direção e alcance por todos os ângulos de ataque. Na última fase de ocupação, a porta da entrada do *Castelo* ainda evoluiu para uma estrutura fechada, com capacidade de se isolar do resto da fortificação, podendo apoiar a outra estrutura defensiva na entrada do alcácer, impedindo qualquer progressão.

Para o efeito existia um corpo de guerreiros permanente, por regra não eram recrutados localmente, seriam combatentes berberes contratados ou libertos, vindos do Norte de África ou já residentes no al-Andalus, jovens sozinhos que não tinham ainda constituído família, profissionais dispostos a combater com propensão para as armas, o soldo era pago pelo senhor através do comandante do destacamento, estes corpos militares sediados numa fortaleza rural seriam pouco numerosos, alimentava-se nos espaços onde montavam guarda e recolhiam-se em camaratas localizadas dentro do perímetro do *Castelo*, no final das comissões normalmente regressavam ao local de origem ou assentavam numa cidade, não invalida a possibilidade de algum se ter estabelecido localmente. Na última fase de ocupação, atendendo ao desmembramento da estrutura política central, passaram a ser os senhores de cada Taifa, ou a seu mando, a gerir as estruturas dos seus exércitos, baseados numa organização com raízes tribais, com fortes fidelidades de sangue interligadas numa estrutura de clãs. Neste sentido, é compreensível que devido à fragmentação do território em várias administrações senhoriais autónomas, a estratégia não fosse da concentração armada em locais estratégicos, mas sim, passasse pelo reforço militar dos castelos estratégicos e localidades importantes. Essa conjuntura política no al-Andalus pode justificar as evidências arqueológicas do aumento das edificações para este período, onde sobressaem as tipologias estruturais identificadas como alcovas, indicando um aumento de população cliente da família do senhor do castelo, tendo em conta que não seria um exército, mas sim um corpo de guarda alargado para defender os interesses senhoriais sobre o território e o entreposto comercial situado numa importantíssima via de comunicação. Este aumento evidente dos residentes na fortaleza, teria de ser secundado por mesteres e trabalhadores rurais, assim como a continuação da exploração mineira, pelos vestígios arqueológicos para esta fase, sejam de ordem arquitetónica ou dos artefactos achados, foi um período onde se denota uma constante e progressiva necessidade de proteção, onde a manutenção da qualidade de vida é-nos retratada através das peças cerâmicas importadas e dos restos alimentares que indicam variedade.

Através das intervenções arqueológicas, os fornos conhecidos até ao momento, posicionavam-se numa zona externa da fortificação central, localizados a uma distância de 5 a 10m da torre quadrangular nascente da primeira fase de ocupação do *alcácer*. Pelo contexto das estruturas envolventes sobrepostas aos fornos, estes já estariam em laboração no período emiral, ou mesmo numa fase de transição visigótica/ emiral. Até ao momento foram descobertas quatro estruturas identificadas como equipamento de fundição que poderão corresponder a três ou quatro fornos. A fundição existente neste

espaço tinha como finalidade a redução a minério fundido, os fornos eram simples, seguiam métodos construtivos tradicionais; escavados na rocha, aproveitando um plano natural inclinado para facilitar a recolha do metal fundido, as paredes eram revestidas a argila com formato cilíndrico e bojo na região central. Esta fundição não estava incluída numa estrutura de alvenaria, mas sim coberta por algum tipo de telheiro cujos suportes/pilares eram em madeira.

A distribuição utilitária e espacial dos compartimentos em todo o *hisn* segue uma solução verificada para espaços rurais; a partir de uma zona central onde se abria um pátio, as habitações posicionavam-se ao seu redor de forma hierárquica e pragmática. Atendendo que há um melhor conhecimento a partir da segunda fase de ocupação, mas não deveria ser muito diferente na fase anterior; a partir da porta do reduto central para o seu interior, em toda a sua envoltória (muralhas), é notória a presença característica de instalações de caris militar, a própria latrina à entrada do alcácer, tem um caráter de serventia geral, destinado aos serviços, mas limitava a necessidade do espaço de circulação, entre o estritamente militar e o senhorial. As outras habitações apresentavam-se como módulos autónomos, para além dos sanitários, havia a cisterna e o compartimento de acesso, as casas do fogo que pela disposição dos recipientes e dos locais de combustão indicam serem exclusivas para o armazenamento, a confeção e conservação dos alimentos, das habitações que devido à sua dimensão e espólio seriam alcovas, outras apresentam-se com estruturas compatíveis com arrecadações, provavelmente aquelas que fogem às características enunciadas anteriormente, encontram-se no topo oposto à entrada, numa zona alta do castelo com boa drenagem das águas pluviais e isolamento espacial, ainda no extremo do recinto, aparentando polivalência habitacional, apresentam-se salas com boas dimensões, compostas com lareiras indicando ser um espaço reservado do senhor. A família residente do senhor, mesmo que alargada, não seria constituída por um grande número de elementos.

Para a última fase de ocupação, verificamos que as instalações foram ampliadas, perdeu-se a visão imediata de uma estrutura que evolui a partir de um pátio central, mas a individualidade funcional de cada estrutura manteve-se. Em relação à população residente do *alcácer*, esta seria familiar direta ou clientela muito próxima e com laços fortes ao clã senhorial, explicável também pelo período que é de convulsões políticas e guerras separatistas, culminando nos reinos de taifas, sendo notório que é o período de maior expansão habitacional do castelo. Para além dos avanços tecnológicos ao nível das defesas, houve um aumento considerável de estruturas habitacionais com características de alcovas, o espaço senhorial anteriormente descrito, evoluiu com a construção um grande compartimento contíguo, o que passou a ser uma pequena residência plurifuncional e modular.

A restante população trabalhadora braçal que se situaria em redor ou nos termos do castelo conforme a sua atividade, teria de suportar esta aparente qualidade de vida, para tal, seria necessário a manutenção ou mesmo o aumento da produção nas explorações mineiras locais ou na política dos preços do minério, acompanhada pela manutenção da produção agropecuária, de forma a suportar o aumento populacional do *Castelo*. Estes

elementos poderão ser mais aprofundados com a continuação dos trabalhos arqueológicos do termo do *hisn*, locais de vivência de outros estratos da sociedade mais laboral que poderão corroborar ou refutar um paralelo da qualidade de vida dos súbditos. Aparentemente, para se manter uma continua evolução local ao nível das classes mais favorecidas, a base laboral teria de manter uma rotina estável, sem revoltas, alimentação, habitação e condições de vida que lhes proporcionassem um ritmo produtivo sem quebras, onde a ausência das doenças e continuidade geracional eram fatores importantes para o suporte futuro senhorial.

O Património Cultural

8 – Conceito de cultura

O conceito de património remete-nos para o conjunto dos bens de uma família, ou, tratando-se de bens coletivos - materiais ou naturais de um país -, protegidos e valorizados pela sua importância cultural, por isso, pertença do coletivo⁴²⁹. É um conceito antigo que nos dias de hoje começa a ter uma maior força em termos de identificação nacional, remete-nos para os «bens culturais» - de variada espécie⁴³⁰ -, como sendo um bem que deve ser preservado e protegido por legislação específica⁴³¹, algo que passou a ser uma pertença patrimonial coletiva, porventura, identificativo de locais, cidades ou mesmo de países, desde o castelo local, símbolo identitário imediato da localidade, a construções mais agregadoras de identidades culturais nacionais, como a Torre de Belém, o Big Ben, ou a Torre Eiffel.

A História como legado identificativo de um povo, inicialmente era fátual e descritiva, relatava cronologicamente os acontecimentos políticos e militares. Na transição do século XIX para o XX, com o aparecimento de várias correntes historiográficas, o conceito de património evoluiu, passando a abarcar as atividades económicas, como a produção, o trabalho, o vestuário, a alimentação, os costumes, enquadrados nos diversos grupos da sociedade. Todos esses grupos passaram a ser objeto de estudo, tudo isto fruto das transformações económicas e sociais originadas com o fim do Antigo Regime. As sociedades do século XX e mais propriamente após a II Guerra Mundial, tiveram necessidade de novas respostas, por força das grandes alterações sofridas com a devastação e a necessária recuperação dos horrores de duas guerras que devastaram a Europa e partes da Ásia e África. O desenvolvimento então havido⁴³², ao nível da produção e dos meios que foram postos à disposição das empresas e das populações, na economia, na política, dos novos produtos tecnológicos que vieram alterar a configuração dos lares, o ensino que se adaptou a uma nova realidade social, a evolução contínua das novas máquinas de produção nas fábricas, nos campos e o desenvolvimento dos serviços, além das migrações internas e externas, criaram novos conceitos de património coletivo e maior intervenção por parte da sociedade comum e heterogénea. O

⁴²⁹ **Património** ou **patrimônio**; **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora Lda., 2010. Dep. Legal 290201/09.

⁴³⁰ Materiais ou imateriais.

⁴³¹ Jorge Henrique Pais da Silva, Margarida Calado, *op. cit.* p. 280.

⁴³² Entenda-se que não foi homogéneo.

património deixa de ser um conjunto de edifícios «nobres», construídos por governantes e senhores, para qualquer edificação passar a ter dignidade, desde que tenha contribuído para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida; como fábricas, hospitais, escolas, novos produtos alimentares, medicamentos, os seus inventores, os operários, ou as localidades que serviram de palco a esses acontecimentos. Todos passaram a figurar numa História coletiva que contribuiu para o desenvolvimento de regiões, localidades ou a qualidade da vida das pessoas. O património contribui para o reforço dos laços, identidade e memória. É nesta premissa que um monumento passa a identificar não só o seu «mecenas», como introduziu nessa descrição de conhecimentos as motivações, as tecnologias, a economia, os materiais e os que contribuíram para a sua edificação. Os artefactos passam também a fazer parte de um conjunto complexo, onde os estilos, as modas, locais de produção, etc., também são motivo de interesse e parte intrínseca de uma cultura abrangente, onde o cidadão comum também faz parte desse todo cultural⁴³³.

8.1 - Alcoutim

Atendendo à implantação e disposição organizacional da localidade, a malha urbana de Alcoutim situa-se na margem ocidental do Guadiana⁴³⁴, perto da afluência da ribeira de Cadavais que se une ao Guadiana a norte do centro da vila. Esta projeta-se em função do rio e do relevo, disposta em forma de anfiteatro, aproveitando as curvas de nível naturais do terreno. Alcoutim é freguesia a sede de concelho e pertence ao distrito de Faro.

Ao nível da permanência humana na região, verificam-se vestígios da sua ocupação desde os períodos pré-Históricos. Durante o século II, os romanos instalaram-se na região, onde exploraram a riqueza do minério local. Esteve ocupada pelos muçulmanos a partir do século VIII até ao início do século XIII, altura da sua «Reconquista». D. Dinis doou o aglomerado à Ordem de Santiago, em 1304, concedendo-lhe o seu primeiro foral, D. Manuel I renovou-o em 1520. É com D. José I, durante o ano de 1758, que a localidade foi dotada com juiz de fora⁴³⁵.

Nos séculos seguintes o desenvolvimento local foi lento e ao ritmo das movimentações militares com a defesa da fronteira, a fiscalização da navegação no Guadiana e o contrabando. Na primeira metade do século XX, com o desenvolvimento das minas de S. Domingos, cresceu a navegação fluvial com o transporte do cobre em batelões⁴³⁶. Atualmente a procura local faz-se através do turismo, com a procura de um local calmo onde se pode desfrutar da natureza. Um cais onde aportam embarcações de turismo oriundas de diversos países. Uma região distante do bulício do litoral algarvio

⁴³³ José Amado Mendes (Universidades de Coimbra e Universidade Autónoma de Lisboa) – **Estudos do Património Museus e Educação**. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. 270 p. Dep. Legal 364084/13. pp. 13-15.

⁴³⁴ A margem oriental do Guadiana neste troço é território espanhol.

⁴³⁵ Álvaro Duarte Almeida, Duarte Belo - **Portugal Património Volume IX – Beja e Faro**. 1ª ed. Rio de Mouro: Circulo de Leitores e Autores, 2008. 370 p. ISBN (coleção) 978-972-42-3917-0. p. 214.

⁴³⁶ Álvaro Duarte Almeida, Duarte Belo, *ibidem* p. 214.

onde se pode descansar, aproveitar para conhecer a gastronomia local, o artesanato regional e o património.

Para além dos dados factológicos, parece que por vezes há uma cisão entre o urbano e o rural, vidas e por isso mesmo, legados que não estão isolados no espaço geográfico e temporal. Sem olharmos ao tamanho e à grandiosidade monumental, a História fica incompleta sem o reconhecimento da articulação permanente de pessoas e bens entre o meio urbano e o rural⁴³⁷. Nos dias de hoje, com a densidade populacional que os centros urbanos apresentam, em detrimento dos meios rurais, onde a preservação do património parece acompanhar esta mesma tendência, visto que as populações locais muito pouco podem fazer para alterar ou intervir num património que é regulado a nível regional ou central, convém olhar para números esclarecedores, como base para um trabalho/ projeto que possa alterar e cuidar do património do interior do país.

«As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto ocupam 5% da área total, mas acolhem 62% das pessoas em idade activa e quase 50% do tecido empresarial.»⁴³⁸

Para além do texto, no mapa apresentado com a reportagem citada, verificamos uma enorme mancha de interioridade por todo o território, excetuando o litoral numa parte do Minho até Setúbal, região de Coimbra e o Algarve litoral. Ou seja, mesmo no litoral, parte do Minho e a totalidade do Alentejo são «territórios do interior». Quanto ao índice de envelhecimento, o cenário anterior serve de referência, verificando-se algumas manchas menos negativas nos centros urbanos do interior (cidades). As taxas de emprego para valores acima dos 50%, situam-se nas grandes «cinturas industriais»; Lisboa/Setúbal, Porto e Centro Litoral, apresentando algum desenvolvimento ao redor de Évora. A população residente enquadra-se maioritariamente nos territórios anteriormente descritos para a taxa de emprego, onde de alguma forma também coincide para a implantação das grandes empresas⁴³⁹.

É neste contexto de diferenciação natural que qualquer projeto de desenvolvimento periférico tem de assentar, perceber que ao nível da História também sempre houve núcleos decisórios e a partir destes as periferias, entender que estas realidades necessitaram e necessitarão sempre uma da outra, elaborar modelos e fórmulas diferenciadas para realidades diferentes, obviamente a uniformização de um mesmo modelo para realidades diferentes, resultará em erro.

8.1.1 - Como chegar

A partir de Lisboa⁴⁴⁰, Alcoutim dista cerca de 248 Km, o percurso pode ser alternativo entre estradas nacionais ou misto com a utilização da autoestrada do Sul, sendo o último percurso o mais confortável. As coordenadas GPS são; LAT. N37.47120°, LON.

⁴³⁷ As riquezas que aparecem nos meios urbanos vêm de algum lugar.

⁴³⁸ Ana Cistina Pereira (jornalista); Margarida David Cardoso (jornalista) - Coesão Territorial: Governo desafiado a reabrir o Portugal que fechou. **Público** (jornal). Lisboa: Ano XXVII, nº 9683 (quinta-feira, 20 de outubro de 2016), pp. 10-11, p. 10.

⁴³⁹ Ana Cistina Pereira; Margarida David Cardoso. Op. cit. p. 11.

⁴⁴⁰ Toma-se como referência Lisboa como capital do país.

.47295. Para quem optar pela autoestrada do Sul, deve sair em direção a Beja, ao chegar aos arredores desta cidade, na rotunda, opta pela saída com direção a Mértola. Na Estrada Nacional 122 que liga Mértola a Vila real de Santo António, pode optar por uma das duas opções que existem para chegar a Alcoutim. É um percurso com intensidade de tráfego médio a baixo em qualquer época do ano. A opção indicada não é a única, por os locais da partida dos visitantes poderem ser diferentes, estão disponíveis mais informações e direções no site Autárquico de Alcoutim⁴⁴¹.

A deslocação das pessoas, em pequenas unidades familiares, ou em grupos mais alargados, impelidas pela vontade do conhecimento, procura das raízes ou busca das riquezas patrimoniais, veio contribuir para a lenta alteração de ideias pré-concebidas. Durante muito tempo o património foi considerado como algo que consumia recursos, era um custo, muitas vezes suportado por mecenas da cultura, ou seja, para manter o património eram necessárias grandes quantidades de dinheiro, nem sempre disponíveis e sempre escassos. Remetemos essa ideia para o património imobiliário, visto o da arte já ter um papel relevante na economia, onde os museus privados e os próprios Estados competem pela aquisição de obras⁴⁴² de vária ordem. Para além da pintura ou escultura, o «turismo cultural» é uma forma recente de divulgar a cultura, e uma fonte de receita importante para as economias estáveis que têm apostado neste campo que alia o lazer ao conhecimento, na preservação e divulgação do património. Assim, há a necessidade de manter e preservar a herança cultural⁴⁴³, divulga-la e passar a ser um fomentador de riqueza económica para a sociedade a quem este legado pertence⁴⁴⁴.

8.1.2 - Onde ficar e comer

Qualquer reserva para alojamento deverá ser confirmada com antecedência, o que evitará a perda de tempo à procura de uma vaga disponível. Estes são diversos e podem ser consultados na página do *site* autárquico, aí encontramos as referências, os contactos e condições dos alojamentos. No referido *site* podemos consultar a Casa dos Avós, a Pousada da Juventude, a Casas d'Aldeia, o Castle Alcoutim, o Alojamento Central, a Casa do Vale das Hortas, a Casa Grande de Alcaria Cova e a Casa Alecrim⁴⁴⁵.

Quanto aos locais onde comer, o já referido *site* autárquico, também indica a oferta local. No entanto, como a vila não é muito extensa, a proximidade do rio torna as temperaturas amenas nos dias de verão e as subidas são poucas, propõe-se a procura a pé, através de uma visita local onde se pode admirar a arquitetura urbana, os pontos de interesse a as pessoas⁴⁴⁶, após o percurso então escolher um restaurante, estes apresentam uma oferta diversificada, com gastronomia regional composta por diversas espécies de

⁴⁴¹ Disponível em: www.cm-alcoutim.pt, **Site Autárquico de Alcoutim**>Concelho>Turismo>Como chegar. Consultado em 2016/04/03.

⁴⁴² Clássicas ou contemporâneas.

⁴⁴³ Como já foi referido, neste momento é diversificado e procurado por turistas ávidos de conhecimento.

⁴⁴⁴ José Amado Mendes. *Op. cit.* pp. 16-18.

⁴⁴⁵ *Op. Cit.* www.cm-alcoutim.pt, **Site Autárquico de Alcoutim**>Concelho>Turismo>Onde ficar. Consultado em 2016/04/03.

⁴⁴⁶ A população local está habituada a receber turistas nacionais e estrangeiros, tornou-se o seu quotidiano, o trato é acolhedor e simpático.

pescado ou carne, ou uma ementa com produtos que podemos encontrar em qualquer outra parte do país, a disponibilizar na hora. A localidade também tem algumas esplanadas, onde o visitante pode descansar e usufruir das vistas que devido à sua projeção em anfiteatro e virada para o rio, oferece perspectivas únicas até terras de Espanha.

Com base nesta nova ideia de património cultural, a sua utilidade na economia e do conhecimento do passado, as fontes históricas nos últimos três quartos de século acompanharam também estas alterações, ao nível dos museus, da noção de monumento e de documento. Os estudos começaram a abarcar temas como a vida privada, a alimentação dos vários estratos sociais, o quotidiano das várias classes, a pluralidade do género, a habitação e o trabalho. No entanto tudo continua muito ligado aos centros de investigação, aos estabelecimentos de ensino, sem haver ainda uma intervenção generalizada por parte do público que continua como espetador passivo, observa e recebe a mensagem, mas não intervém naquilo que também é o seu legado. Também verificamos uma distância em termos educativos, a docência da História ainda continua afastada dos objetos, ou estes ainda estão longe do seu papel de «educadores», a comunicação social não sente interesse na divulgação de uma nova realidade cultural por não ser mediático⁴⁴⁷, dando ainda a primazia e domínio aos grandes vultos e acontecimentos bélicos da História⁴⁴⁸. Mesmo com o aparecimento de novas correntes historiográficas, como a Nova História e a fundação da revista *Annales* (1929)⁴⁴⁹, foi difícil deixar os grandes acontecimentos da medievalidade ou da contemporaneidade, para tratar de temas ou edificações fora dos grandes centros urbanos ou de cariz mais popular, relegando para segundo plano ou no quase total esquecimento, acontecimentos e imóveis com interesse histórico quando considerados «menores», ou devido à sua localização geográfica ficar longe dos grandes centros. A evolução do objeto como património cultural, a partir do fim da Grande Guerra⁴⁵⁰, tem tido um caminho longo, com diversos entraves de ordem social e política, obrigando a redefinições do que é o património e à cultura como legado coletivo deixado pelos nossos antepassados. Hoje, os nossos legados não são só os grandes monumentos como palácios, as igrejas, as obras de arte e o espólio antigo de grande valor⁴⁵¹, mas também o folclore, os costumes, o património rural, etc.⁴⁵².

8.1.3 - O que podemos encontrar e ver

O Concelho de Alcoutim atualmente tem quatro freguesias; União de freguesias de Alcoutim e Pereiro, Giões, Martim Longo e Vaqueiros⁴⁵³. Encontramos espaços e paisagem que nos convidam a apreciar a sua beleza, sem pressas. Como o arvoredo não é intenso a vista é extensa, predominada pela pleno-planície. Nestas freguesias podemos apreciar a diversidade dos pequenos núcleos urbanos, assim como dos «montes rurais»,

⁴⁴⁷ Os programas culturais são relegados para canais e horas «marginais».

⁴⁴⁸ São relembradas datas históricas, de preferência enquadradas em contexto de conflitos internacionais, com conclusões *à priori*, sem referências ou as bases em que tais afirmações foram formuladas.

⁴⁴⁹ Fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre.

⁴⁵⁰ I Guerra Mundial.

⁴⁵¹ Em ouro, prata ou joias.

⁴⁵² José Amado Mendes. *Op. cit.* pp. 19-25.

⁴⁵³ www.cm-alcoutim.pt, *op. cit.*

antigos conjuntos arquitetónicos com funcionalidades diversas, como a casa principal, as casas dos trabalhadores, os armazéns de recolha dos produtos agrícolas, as instalações dos animais de tração e da diversidade das espécies criadas para consumo. Eram o núcleo fundiário da produção agrícola, com origens ancestrais que remontam à ocupação romana.

Existe um posto de turismo situado no centro histórico da vila⁴⁵⁴, da responsabilidade da Entidade Regional do Turismo do Algarve. O município tem um arquivo histórico que data desde o tempo do Administrador do Concelho até à atualidade do Município de Alcoutim, cuja consulta obriga a prévia marcação com a Edilidade.

Podemos também apreciar um conjunto diverso de exposições no concelho, dando ao visitante um panorama cultural regional, das artes aí desenvolvidas e das suas populações, como a Galeria do Centro de Artes e Ofícios, a Exposição «Alcoutim, Terra de Fronteira», a Galeria da Casa dos Condes e os Jogos Intemporais. Há um conjunto de museus que merecem uma visita sem pressas; o Núcleo «Escola Primária», o Núcleo Museológico «Dr. João Dias», A Casa do Ferreiro, o Núcleo Museológico de Arte Sacra, Núcleo de Arqueologia (no interior do castelo da vila), e o Museu do Rio. De realçar que o bilhete único é válido para entrar nos vários museus e no Castelo da Vila. Na Casa dos Condes ainda funciona a Biblioteca Municipal, com oferta de vários serviços procurados por nacionais e estrangeiros.

Todo o património descrito está inserido numa evolução da perspetiva do Património Histórico, um sentimento que tem atravessado os séculos, como pertença pessoal ou coletiva. Inicialmente remetia-se para as antiguidades com caráter simbólico, de índole política, militar ou diplomática. Com o crescente interesse por parte dos colecionadores, o aparecimento dos primeiros museus nos séculos XVIII-XIX, com o desenvolvimento dos nacionalismos, cujo marco é a Revolução Francesa, embora o sentimento tenha surgido antes desse marco⁴⁵⁵, o património na Idade Contemporânea é encarado como uma pertença do coletivo e não de alguns⁴⁵⁶, há um sentimento que envolve e une as pessoas através dos legados intrínsecos do território e dos artefactos neles produzidos⁴⁵⁷. A contínua busca do conhecimento cultural por parte da população anónima, leva à procura de artefactos produzidos localmente, muitos ainda numa linha direta com o património visível nos expositores dos museus, procurados como recordações e uma ligação física com os locais e as gentes, também um meio de divulgação dos locais e estímulo económico.

8.2 - O património cultural enquadrado no desenvolvimento local

Os problemas e as preocupações da interioridade, para além do referido anteriormente, também se focam na cultura e no património. Para além de ser um problema que ocorre muito no panorama nacional e Ibérico, é um assunto que tem de ser

⁴⁵⁴ Rua 1º de Maio, Alcoutim.

⁴⁵⁵ 1789.

⁴⁵⁶ Mesmo que tenham essa obrigação por força dos cargos que possam desempenhar.

⁴⁵⁷ José Amado Mendes. *Op. cit.* pp. 11-12.

tratado de forma articulada com as outras necessidades anteriormente referidas. No plano específico do património, o sucesso passa pela intervenção de diversas entidades, criação de parcerias, com o objetivo de desenvolver um projeto cuja finalidade está centrada e é dirigida para as pessoas⁴⁵⁸.

Começar a olhar para o património cultural como uma fonte de conhecimento, indispensável no complemento educacional junto das escolas e da população em geral, uma fonte de receitas autónoma com capacidade para manter uma investigação contínua, é no desenvolvimento intelectual das populações que o património cultural tem o reconhecimento da sua dignificação, assim como na vontade coletiva da necessidade de preservar, proteger, investigar e divulgar os legados culturais, para que se tornem uma mais valia para as populações, quer em termos do conhecimento da sua História, como também no desenvolvimento económico por via do turismo.

As soluções apresentadas para um desenvolvimento integral, no qual está implícito o desenvolvimento cultural do indivíduo, preservação do património e o turismo, passam pela fixação da população jovem, através de programas que têm como fim a valorização dos diversos recursos locais, disponibilização de plataformas e vias de comunicação que permitam maiores acessibilidades. Como o panorama da raia além-fronteiras não é diferente, deveria haver uma articulação transfronteiriça de desenvolvimento que permita a oferta e procura de produtos regionais de diversa ordem, para além da criação de infraestruturas de apoio à população mais idosa, permitindo-lhes uma fixação plena, evitando deslocações pendulares ou permanentes nos casos de cuidados de saúde⁴⁵⁹.

Através dos meios de divulgação oficiais do Município de Alcoutim, verificamos que é uma região ativa, apresenta a implementação de projetos que têm como finalidade a qualidade de vida dos habitantes, independentemente da idade, o visitante assíduo pode verificar que há uma preocupação permanente na manutenção dos espaços, melhorando-os e tornando-os atrativos, para além dos eventos periódicos mais centrados no período estival. No entanto também se verifica a ausência de atividade rural, contrastando com a ocupação produtiva dos amplos espaços rurais do Baixo Alentejo, não se vislumbram indústrias, as associações de intervenção social referem carências e problemas sociais que a interioridade e o envelhecimento populacional agravam, por outro lado, denota-se pouca oferta e pouco atrativa/ gratificante de trabalho que possa manter a permanência dos jovens na região, o que se reflete na saída da população ativa e no envelhecimento geral da população.

Para corroborar estas ideias, foram efetuadas trocas de correspondência eletrónica com a Edilidade, com o propósito de se obter uma ideia real e oficial sobre estes assuntos abordados. As diversas perguntas focaram-se no futuro do legado cultural, incidindo muito particularmente no Castelo Velho de Alcoutim, na contribuição que o património

⁴⁵⁸ Efetuar qualquer tipo de trabalho, para ficar desconhecido ou inacessível das populações, é um custo e não tem nada de transmissão cultural.

⁴⁵⁹ Ana Cistina Pereira; Margarida David Cardoso. Ibidem p. 11.

poderá ter no desenvolvimento social, económico e cultural local. As respostas abrangeram o enquadramento geográfico regional, sem fugir à realidade social do concelho, das condicionantes da interioridade com a concorrência desigual do litoral, a elaboração de qualquer projeto terá de passar por um enquadramento cultural mais alargado, pode mesmo ultrapassar o espaço regional, com apoios externos e a participação de outros organismos, para validar qualquer nova intervenção na divulgação, manutenção e melhoramentos ao nível do património.

Pelos Serviços da Cultura e Turismo de Alcoutim, foi confirmado que a Edilidade entende que:

«A preservação, valorização e promoção do Castelo Velho de Alcoutim é uma prioridade para o município, mas também para o Algarve, nomeadamente DRCAlg⁴⁶⁰ e RTA⁴⁶¹, visto que é o monumento de época Omíada mais importante da região, que integra o Projeto Umayyad – Rota Omíada.».

Para a concretização do projeto verifica-se a limpeza periódica de todo o espaço do Castelo Velho de Alcoutim e espaços envolventes, dos contactos com os organismos regionais e internacionais para a integração no projeto, como se pode verificar através dos sítios eletrónicos de divulgação do projeto *Umayyad – Rota Omíada*, com a finalidade imediata da:

«...criação e produção de materiais promocionais, sinalética de orientação de estrada e sinalética de orientação à visita. Numa próxima fase será desenvolvido o projeto de preservação onde a consolidação e reconstrução das estruturas serão uma prioridade.».

É interesse da autarquia, após as iniciativas expostas anteriormente, a preparação do *Castelo* para a abertura aos visitantes, em articulação com as estações arqueológicas municipais e núcleos expositivos, passando a ser um polo do Museu Municipal, aumentando qualitativamente a oferta cultural do Concelho⁴⁶².

«...o município tem vindo a desenvolver projetos com o intento de valorizar e promover o saber fazer, a gastronomia e o património cultural e natural com o intento de desenvolver o turismo cultural, de natureza e desportivo firmando a marca “Alcoutim, o Algarve Natural”. Dos projetos desenvolvidos e no prelo salientamos:

- O Festival Gastronómico do Concelho de Alcoutim “Sabores da Serra ao Rio”, cujo objetivo é promover os produtos e pratos tradicionais e, consequentemente, os restaurantes e empresas locais.

⁴⁶⁰ Direção Regional Cultura do Algarve.

⁴⁶¹ Portal Turismo do Algarve.

⁴⁶² No início de 2017 foi colocada a sinalização com direção ao Castelo Velho de Alcoutim.

- O Festival de Caminhadas já é uma referência regional, e que através de caminhadas temáticas tem por objetivos promover uma vida ativa, o património natural e cultural e os percursos pedestres existentes no território.

- O Projeto de levantamento, diagnóstico e dinamização das artes e ofícios tradicionais desenvolvido pela empresa Proactivetour, em articulação com a CCDR⁴⁶³ e outros municípios da região, pretende dinamizar e promover o artesanato, apoiar os artesãos e formar novos artesãos e, consequentemente, integra-los no projeto TASA⁴⁶⁴.

- O grupo de trabalho PCI foi criado pelo município para ajudar a contruir as pontes entre as memórias passadas e a ação futura, ou seja, é um grupo que vai trabalhar com e para a comunidade com o intento de recolher, valorizar, promover e restituir/ reconstruir as suas memórias.

- A articulação e gestão dos recursos culturais e patrimoniais existentes está a ser planeada com a junção dos mesmos numa instituição cultural, o Museu Municipal de Alcoutim. Este projeto integrará, entre outros, os Serviços Socioeducativos que, em articulação com o Grupo de Trabalho PCI e outras instituições locais (escolas, lares etc.) irá desenvolver ações/atividades direcionadas para as mais variadas fchas etárias da população em temáticas diversas, como a gastronomia, os modos de vida, as artes e ofícios tradicionais, o património cultural, etc.

- A promoção dos produtos culturais com a criação de um espaço onde os produtores/ empresários possam vender os seus produtos/artigos também já está em marcha.

- A criação e produção de merchandising com a marca “Alcoutim” e a criação da marca “Museu Municipal de Alcoutim” e a consequente produção de merchandising. A reprodução de réplicas é um assunto que será desenvolvido futuramente. Atualmente estão a ser desenvolvidas experiencias no sentido de criar e produzir réplicas dos jogos islâmicos para oferta/venda.

- A organização, inventário e valorização do arquivo municipal com o intento de criar um arquivo concelhio, com o apoio do Arquivo Distrital de Faro e da Rede de Arquivos do Algarve, está já em curso.

As novas tecnologias revelam-se uma mais valia extremamente acessível para municípios de poucos recursos financeiros e humanos como Alcoutim. As páginas sociais, como facebook, twitter, instagram, etc., são excelentes meios de divulgação do trabalho desenvolvido. As páginas web oficiais são uma janela

⁴⁶³ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (Algarve).

⁴⁶⁴ «Técnicas Ancestrais Soluções Atuais»; divulgação e ensino das técnicas artesanais ancestrais. Apresentam página web própria, onde apresentam as atividades, iniciativas e polos de divulgação, incluindo os televisivos.

para o mundo, onde tudo pode e deve ser divulgado para atingir o maior número de pessoas possível e é onde as instituições se dão a conhecer e valorizar. Através destes meios a cultura de uma comunidade é valorizada, promovida e acessível a todos.».

Em *loco* verifica-se que cada unidade cultural é tratada conforme as suas características e especificidades próprias, no entanto há a preocupação de manter a interligação cultural, por vezes de patilha do espaço, de forma a não se perder a continuidade cronológica. Ao invés do que se possa pensar, mesmo com a evolução tecnológica e da produção industrial massiva de produtos, o artesanato continua a oferecer muitos objetos utilitários e de uso diário, para além dos decorativos, para oferta, como recordação, ou mesmo como continuação fiel de peças que pouco ou nada parecem ter mudado ao longo do tempo, mais na sua confeção que na decoração.

De focar em particular o Projeto Umayyad – Rota Omíada, onde o Castelo Velho de Alcoutim está incluído por direito próprio. É um projeto que em Portugal apenas participam municípios do Algarve, mas abrange uma vasta região mediterrânea, com diversos países intervenientes de Portugal ao Líbano⁴⁶⁵, por onde o legado cultural e arquitetónico Omíada se encontra presente. Pelas características muito próprias do Castelo Velho de Alcoutim, o de ter tido ocupação quotidiana durante esse período, até ao abandono durante o período dos Reinos das Taifas, permitiu deixar os vestígios dessa época selados no tempo, ser um espaço intervencionado parcialmente e estudado arqueologicamente, permite contribuir como valioso testemunho duma época que se milena, onde ao seu redor se desenvolviam atividades económicas, políticas, sociais e culturais. Esta fortaleza e o seu espólio, fornecem um contributo de encontros culturais passados, através da produção do minério, do comércio, da religião e da diversidade dos povos.

8.3 - Um projeto de valorização e divulgação do *Castelo*

Como objeto e elemento fulcral a partir do qual toda a ação se vai desenvolver nesta proposta, temos o Castelo Velho de Alcoutim, assim como o seu espólio e a «marca Alcoutim» que estão indissociáveis, aglutinados numa finalidade comum; valorização do património e o desenvolvimento local. O monumento, o sítio arqueológico e o enquadramento paisagístico serão vistos como um todo pelo projeto, onde o permanente afastamento do núcleo urbano preservou o *Castelo* e o seu termo de descaracterizações ou outras influências urbanísticas, fator que contribui para maior protagonismo do monumento, singularidade pela unidade arquitetónica e período de ocupação, relevância espaço-temporal pela localização e pelo período histórico coevo. Além do *Castelo*, no seu espólio, encontramos achados arqueológicos que faziam parte do quotidiano dessas populações, como utensílios de cerâmica para armazenamento de alimentos, os usados na confeção e os de servir à mesa. Outros objetos relacionam-se com a segurança e defesa do espaço fortificado, tendo como objetivo a integridade do senhor/ alcaide, da sua família, dos seus bens, dos seus serviços. Nos achados arqueológicos também foram

⁴⁶⁵ Portugal, Espanha, Itália, Tunísia, Egito, Jordânia e Líbano.

exumados artefactos de uso diverso que nos revelam momentos de ócio, verificados através dos diversos jogos de tabuleiro e da presença de tambores. A marca «Alcoutim» é a referência aglutinadora local do património e da cultura, a partir da qual se divulga, patrocina e promove a região, contributo importante nas áreas do turístico e na economia local. O projeto tem como propósito abranger e mobilizar diversas entidades, departamentos e pessoas em torno do legado referenciado, com o fim de promover o turismo e o desenvolvimento económico local e regional, para além de promover mais oportunidades de empregabilidade.

No segundo momento, temos de identificar os protagonistas sobre os quais recai a responsabilidade da coordenação do projeto, os meios envolvidos, a articulação entre diferentes entidades ou departamentos e a hierarquia no organograma onde estarão esquematizados os orientadores, as equipas e os pontos de intervenção da responsabilidade de cada um. Desde já, tratando-se de um legado patrimonial coletivo, todos os bens imóveis ou artefactos estão sob a proteção e preservação municipal, qualquer projeto será da administração ou coordenação municipal. Assim, antevendo um projeto alargado a coordenação e estratégia estaria a cargo do executivo municipal, ou quem fosse mandatado, devido às características do projeto forçosamente terá de ser multidisciplinar.

A História, a Arqueologia, o Turismo e a Cultura, estão interligados, cada município acaba por gerir estes pelouros agrupando-os, coordenando através do Presidente ou de um único vereador, atribuindo competências hierarquizadas e objetivos específicos diretos a cada colaborador, em função das estratégias de cada localidade. É neste sentido que os colaboradores nos pelouros, com as valências indicadas, com formação ou aptidão nessa área, terão uma intervenção direta no projeto a desenvolver que se pretende articulado em função da evolução das necessidades do mesmo.

Neste enquadramento, a primeira atividade é a preparação dos conteúdos histórico-arqueológicos, através dos bens existentes, enquadra-los e explica-los no contexto da sociedade, da economia e da política coeva, ter em conta que estes conteúdos terão de estar preparados para intervenções pessoais ou à distância, atender à especificidade etária e do conhecimento de cada interlocutor, aos meios de divulgação; verbal, multimédia, folhetos, revistas, etc. Para além da elaboração destes conteúdos, a formação dos colaboradores intervenientes nesta área é importante. Uma boa preparação para atingir os fins, passa pela motivação das pessoas que colaborarão no projeto, estas fazem parte de algo que se pretende duradouro e que traga vantagens para todos os intervenientes, são os que farão o primeiro contacto com o visitante, irão receber o retorno da informação prestada, terão de interagir com pessoas que apresentam diferentes graus de conhecimento, a partir de uma exposição base, evoluir em função do interesse demonstrado pelo público, local ou visitante, independentemente do seu grau de conhecimento, sem forçar a mensagem para não quebrar a interação e interagir só até ao limite do conhecimento oficial.

Essa preparação é importante na fase de acolhimento dos visitantes que deverá ocorrer com uma intervenção pessoal, adequar a informação de modo a que os espaços possam ser interpretados pelo público, numa abordagem interativa, indispensável para uma educação ao nível do conhecimento patrimonial e cultural, sendo também um maior incentivo à consulta e guarda dos folhetos entregues ao visitante. É importante que haja divulgação direta destes contextos históricos pelas escolas da região, serão estes jovens - independentemente da idade – a conviver de perto com estes legados e poderão fazer parte da sua vida profissional futura, ter em conta que os alunos nem sempre têm disponibilidade para visitar monumentos e museus, quando existe essa possibilidade, poucas vezes são escolhidos os locais onde estes residem, procura-se também alguma descontração e quebra de rotinas, faz todo o sentido a deslocação às escolas para divulgação do património, em moldes atrativos, recorrendo a plataformas audiovisuais, tendo em consideração os estádios etários dos destinatários da mensagem, com a evidente colaboração dos docentes que continuarão a passar a mensagem e poderão ser os veículos do retorno da qualidade da mensagem. Outra área importante é a investigação, todos os contactos que promovam encontros locais para a divulgação, partilha e contributos para o contínuo conhecimento e divulgação devem ser promovidos, junto de Universidades e investigadores, em articulação com as condições e disponibilidades que a Edilidade e os participantes dispõem.

Em articulação, as áreas da História do Turismo e da Cultura, deverão divulgar e implementar a valorização e o conhecimento do património localmente, as vantagens e iniciativas deste projeto com base cultural que com a marca «Alcoutim», pretende obter resultados positivos diretamente na economia local, onde muita da população poderá contribuir a partir das suas atividades, completando as necessidades que os visitantes terão ao nível do alojamento e alimentação entre outras. Como em todas iniciativas, a divulgação através da comunicação social regional e nacional, *outdoors*, folhetos, plataformas eletrónicas, etc., serão indispensáveis. Como é um projeto continuado, deverá ser monitorizado e atualizado periodicamente, tendo em conta o lazer sazonal dos visitantes, eventos desportivos, festivais ou comemorações. Sem interferir com outros eventos, a divulgação do legado patrimonial deve estar presente, completará qualquer outra atividade e oferece mais uma oportunidade de interesse cultural local. Convém perceber quais os pontos mais relevantes e atrativos da localidade, como a interligação do espaço urbano e o meio natural, todo este espaço rural e fluvial que não foi afetado pela modernidade dos tempos, o ambiente calmo do interior propício ao descanso, a possibilidade de interagir com o meio através de circuitos de manutenção, a oferta gastronómica, etc. Nestes pontos fortes, ter em conta o que se pode manter ou mesmo melhorar e inclui-lo como uma mais-valia na divulgação dos conteúdos patrimoniais. Fomentar a participação dos comerciantes, dos clubes desportivos e das populações nas atividades culturais a desenvolver, como interlocutores da mensagem e com o retorno do sentimento do público. Os pontos menos favoráveis e que possam contribuir para o afastamento dos visitantes, como a distância dos centros de veraneio tradicionais, ou a oferta comercial mais diminuta, têm de ser dirimidos através de uma oferta comercial onde deve sobressair a qualidade, divulgados através das plataformas já existentes e

referenciadas, assim como de outras que se entendam com interesse; ao nível da gastronomia com a divulgação de ementas regionais (algumas ancestrais), da publicidade dos produtos tradicionais que têm uma continuidade desde épocas remotas, ou reprodução de utensílios do quotidiano passado identificados com a região. Quanto à distância do litoral, ultrapassar esse obstáculo pela divulgação cultural junto dos operadores turísticos das regiões do litoral, promovendo a marca «Alcoutim», como um local e região onde se pode conhecer e conviver com um passado cultural ainda ativo e dinâmico, com uma riqueza patrimonial não elitista, mas sim da ruralidade, dos senhores e das populações que deixaram um legado que vai surpreender pela grandiosidade da herança, através da simplicidade da atividade produtiva e do quotidiano medievo-muçulmano.

Outras áreas onde o Município tem particular interesse, como o Ambiente, Obras ou os Serviços de Saúde, têm uma importância vital neste projeto. De imediato verifica-se que é necessário a desmatação anual para evitar que as raízes destruam as estruturas do *Castelo*, as muralhas e as paredes neste monumento apresentam três situações distintas. A primeira, até onde os derrubes protegeram as estruturas, mesmo já sem o reboco exterior, encontram-se em bom estado de conservação, no entanto, a flora invade anualmente qualquer reentrância desta construção, debilitando progressivamente as estruturas, para fazer face a este problema terá de haver uma intervenção que proteja eficazmente estas edificações. A segunda situação verifica-se nas fiadas que se sobrepõem às descritas anteriormente, nessas cotas mais altas onde não houve qualquer tipo de proteção ao longo dos anos, as muralhas e o que resta das paredes estão em ruína avançada ou eminente desmoronamento, tal como anteriormente, é necessário intervir de forma a sustentar o contínuo desborear destes topos. Quanto à terceira situação, esta verifica-se em alguns tramos e resulta da tentativa de proteger as muralhas, onde foram colocadas uma ou mais fiadas sobre as paredes originais, é uma nítida ação para evitar a contínua erosão, no entanto não sustém as infiltrações das águas pluviais, nem dá sustentação à camada infra. Há intervenções que devem ter um caráter urgente ou mesmo imediato; a estabilização de todas as muralhas e paredes, o nivelamento das estruturas já escavadas, com gravilha, até à cota do último período de ocupação do *Castelo* e colocação de painéis educativos sobre o *Castelo* e o quotidiano coevo. Esta intervenção necessária para preservar a memória histórica que vai muito para lá da região⁴⁶⁶, é uma obra com custos consideráveis para a autarquia, no entanto o caráter singular deste monumento que retrata um período específico histórico, justifica uma colaboração e protocolos com entidades regionais do Algarve ligadas ao património, ou mesmo a intervenção direta da Direção-Geral do Património Cultural, tudo isto em função das possibilidades dos protocolos estabelecidos com essas entidades que para além da recuperação do monumento, da sua integração efetiva numa dinâmica educacional e cultural a nível nacional e internacional, serve também para o desenvolvimento económico local e regional, como peça integrante num espaço vital que evite a migração da população mais jovem por falta de empregos.

Ao abordamos o tema das visitas ao Castelo Velho de Alcoutim, devemos questionar até que ponto o visitante consegue compreender o tipo de monumento que tem

⁴⁶⁶ É um testemunho da presença Omíada e dos Reinos das Taifas no al-Garb.

à sua frente, ou percebe as motivações coevas que deram origem à referida construção. Neste caso concreto, sem indicação local e parcialmente em ruínas, dificilmente o visitante extrairá conclusões para além do evidente; um *Castelo* em ruínas. Para retirar todo o proveito deste monumento, existem soluções que têm de ser consideradas para uma boa finalização do projeto; aliar o monumento ao espólio arqueológico integrado na paisagem natural da região⁴⁶⁷. Para além do perfeito enquadramento natural do interior algarvio e do Guadiana, o contacto com esta fortificação deve educar o visitante para o legado cultural que observa que ultrapassa o estético, *in loco* deve haver referências que para além de dignificar o local instruem o visitante sobre as características arquitetónicas da fortaleza e quais as suas finalidades práticas⁴⁶⁸, através de painéis semelhantes aos que encontramos ao longo da vila de Alcoutim. A existência dos artefactos recolhidos durante as escavações arqueológicas no museu local é importante, os museus continuam a ter o seu papel indispensável na guarda, salvaguarda e estudo do património, mas outras abordagens que não são novas, começam a ser experimentadas com sucesso como os Centros Interpretativos.

Um Centro Interpretativo tem como função instruir o visitante no contexto coevo do monumento. Há vários momentos diversificados ao longo destes espaços, num primeiro momento será feito o acolhimento do público, um espaço de «retenção e orientação» onde se situarão as bilheteiras, seguidos de pequenos espaços de descanso como esplanada ou cafetaria e loja de venda de artigos regionais ou réplicas alusivas ao contexto cultural, conjunto espacial que tem como finalidades a organização, encaminhamento e descanso do público, para além das evidentes receitas. A sinalética é muito importante para responder às necessidades imediatas de cada visitante⁴⁶⁹, facilitando o rápido reenaminhamento ao espaço pedagógico. Este espaço tem de interagir com o público⁴⁷⁰, qualquer explicação deve ser breve, elucidativa, despertar o interesse do público e o leve a participar, a identificação de cada ponto deve ser acompanhada de texto, o percurso deve cativar através de imagens de fácil interpretação, as cores devem atrair a atenção, utilização de grafismos de rápida compreensão, deve-se recorrer ao uso de mapas, plantas, réplicas e maquetes. Junto das paredes devem aprumar-se os expositores verticais, painéis ou quadros, dando prioridade à informação bidimensional, no centro a prioridade deve ser dada aos expositores horizontais, com artefactos e modelos tridimensionais, a luz – natural ou artificial - é fundamental para o realce dos objetos, uma luz que se reflete no vidro do expositor, fere a vista do visitante e oculta o objeto exposto.

⁴⁶⁷ A verdadeira singularidade deste monumento que dificilmente se terá repetido.

⁴⁶⁸ Muitas vezes temos nomenclatura arquitetónica das estruturas, mas ficamos sem saber o seu uso prático ou o «por que?».

⁴⁶⁹ A necessidade de descansar, de comer do uso dos sanitários e do retomar da visita.

⁴⁷⁰ Sempre que o público se desloca a estes espaços em alturas de ócio, descontração, quebra de rotinas.

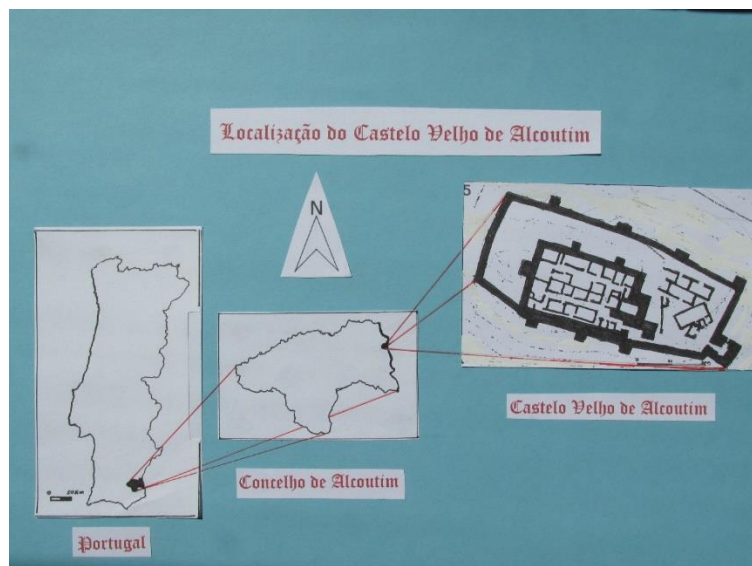


Imagem nº 1 – Quando temos de dar mais relevo à imagem do que ao texto (exemplo da proposta). Carlos Esquetim, 2017.

Neste caso concreto, verificamos que o Castelo Velho de Alcoutim está numa situação muito diferente de um monumento com uma tipologia de «Palácio», com uma estrutura arquitetónica intacta, com as decorações mantidas no seu lugar, as camas feitas, as mesas postas e até com o anúncio da ementa, onde o quotidiano passado só é quebrado pela obvia ausência dos seus protagonistas. Também não estamos perante um monumento do tipo «Monástico», despido integralmente de qualquer recheio, mas com a sua estrutura arquitetónica intacta, mesmo que tenha sofrido restauros ou as modas arquitetónicas se tenham sobreposto, é mantida a sua integridade construtiva, essa situação ajuda na perceção do que foi o seu uso em cada espaço ou divisão. Quanto aos castelos, diferem das situações anteriores por terem tido uma utilização quotidiana mais vasta, sofreram remodelações e adaptações variadas ao longo do tempo, por fim quando se tornaram obsoletos, foram abandonados, tiveram usos esporádicos e ocasionais que dependendo do tempo e o tipo de ocupação contribuíram para a degradação das suas estruturas e aceleraram a ruína. Só o conceito de património, cada vez mais interiorizado nas populações, com a valorização destes espaços e uma nova reutilização com carácter cultural e histórico, virados para o turismo e a economia, têm impulsionado a recuperação destes sítios arqueológicos e monumentais.

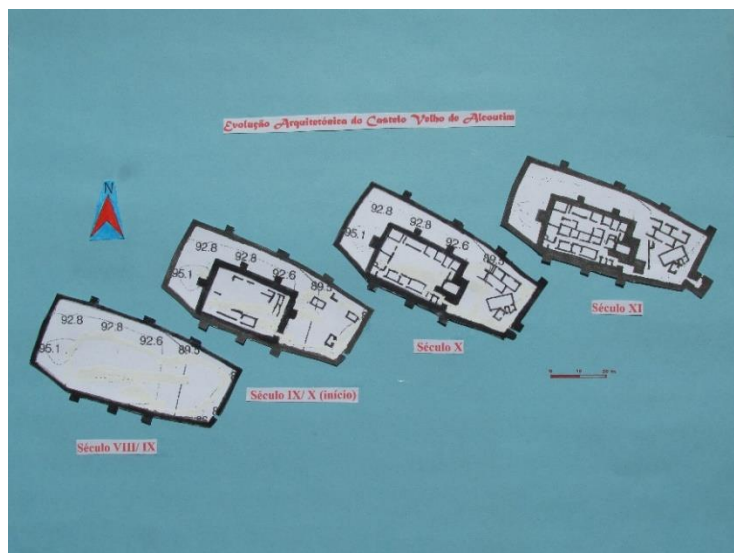


Imagem nº 2 – Como a imagem pode exemplificar a evolução do *Castelo* (exemplo da proposta). Carlos Esquetim, 2017.

É neste sentido que um Centro Interpretativo deve estar vocacionado e projetado, para proporcionarem uma componente científica ao visitante, apresentar a existência do monumento através das necessidades dos seus construtores (as motivações coevas), numa visão conjunta económica, política e social, incentivar os valores da proteção do património, dar a conhecer ao público uma mostra do trabalho de investigação; os intervenientes, as motivações, as escavações, a recuperação dos artefactos. Nestes espaços deve-se interagir com o público, a interpretação dos elementos postos a descoberto, imóveis ou utensílios, são vitais para a compreensão do espaço como *habitat*, ao longo das diferentes fases da sua ocupação. Os Centros de Interpretação devem contribuir e incentivar a investigação contínua, ser centros de documentação, organizar e coordenar este espaço desde as visitas de grupos, o contínuo estudo do sítio arqueológico, até à monitorização contínua das diversas ações desenvolvidas a partir este espaço.

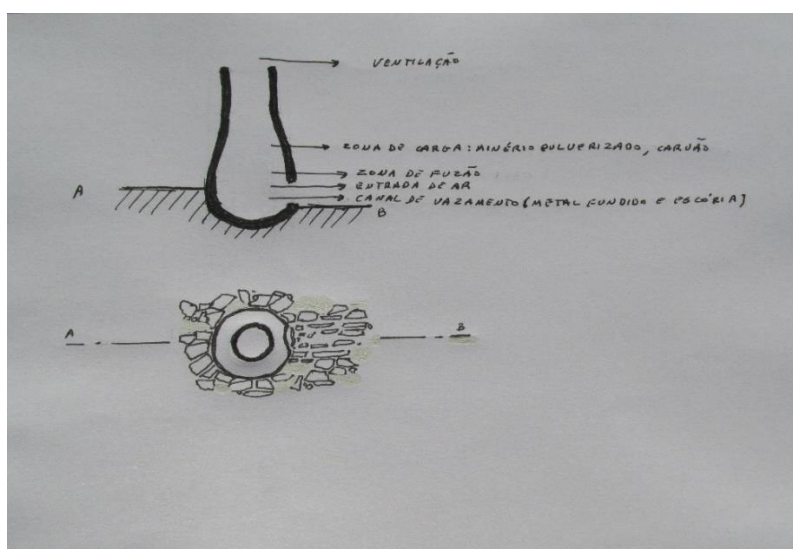


Imagem nº3 – Esquema de um forno de redução/ fundição de metais (exemplo da proposta). Carlos Esquetim, 2017.

Um dos assuntos a promover junto do público é a proteção destes sítios arqueológicos, a sua fragilidade perante a exposição dos elementos e dos visitantes, das regras que uma intervenção arqueológica ou monumental está obrigada a seguir, para que se compreenda até que ponto é importante preservar as estruturas e os espaços envolventes, pois é aí que se encontram muitas das respostas como as cronologias, as utilidades de cada espaço, características da vida quotidiana, etc.

Pretende-se que estes espaços tenham uma ação educadora e esclarecedora previa à visita do *Castelo*, uma mera contemplação das ruínas leva a interpretações variadas por parte de cada visitante, por esse motivo, uma prévia apresentação do monumento é fundamental para a sua compreensão, mesmo para que no futuro o visitante sinta necessidade de regressar e acompanhar o processo evolutivo dos trabalhos/ estudos. Numa situação em que o visitante é deixado à sua livre interpretação, dificilmente compreenderá o que tem à sua frente e dificilmente regressará.

Pela proximidade raiana a Sanlúcar de Guadiana, este projeto tem possibilidade de gerar interesse internacional, é um período da História comum aos dois países que tem sido muito estudado em Espanha, até por terem sido neste território as sedes do Emirato, Califado e Sultanato⁴⁷¹. A «Rota Omíada» como projeto internacional deverá ter este monumento como referência na arquitetura militar rural, com especial função e garantia do poder político e económico regional. Um bom projeto pode servir de exemplo para outros sítios arqueológicos, o que será mais um motivo de procura para um estudo de implementação de atividades ligadas ao património com impacto direto na economia local.

Garantidamente Alcoutim não é uma terra desconhecida, assim o atestam os visitantes estrangeiros que se podem encontrar em qualquer época do ano, também recebe turistas nacionais. Aquando da criação de eventos ou festivais o público converge em quantidade e a oferta comercial, aparentemente, tem respondido às necessidades dos visitantes⁴⁷², mais um motivo para acreditar num projeto permanente de desenvolvimento económico e cultural.

Em paralelo, a divulgação das atividades desportivas e lúdicas (como a canoagem, as caminhadas e orientação e topografia), com destinatários diversos desde os jovens a empresas, podem servir também de plataformas de divulgação patrimonial, numa oferta complementar que mostre ao visitante a diversidade da oferta de qualidade local.

Criação de prémios, ofertas ou lembranças que relevem o património e a «Marca Alcoutim», onde os artesãos locais poderão ter um papel importante na divulgação de técnicas de trabalhos artesanais, ter em atenção que grande parte da nossa identidade está associada à tradição, a reprodução de objetos identificativos do património local, alia a tradição à contemporaneidade e permite uma aliança entre a economia e a cultura.

⁴⁷¹ Sevilha, Córdova e Granada.

⁴⁷² Festival do Contrabando de 24 a 26 de março.

Ter sempre em conta que a continuidade destas atividades obriga a contínuas intervenções e atualizações, em função das necessidades de adaptação aos recursos económicos, às estratégias da atividade, na prioridade das opções de intervenção ao nível dos destinatários dos conteúdos, à atualização contínua da informação, ou outros fatores que surjam e sejam motivo de atenção imediata. A importância destas análises e das suas conclusões vão-se refletir na qualidade da divulgação cultural local, atender sempre que a verdadeira riqueza não está nos monumentos ou peças museológicas, mas sim no valor que cada povo dá ao seu património.

Conclusão

Ao abordarmos a História do Castelo Velho de Alcoutim de uma forma regressiva, no momento presente, verificamos que a contribuição e o valor deste monumento vão muito para além do que foi uma fortaleza muçulmana rural, no limite territorial do Islão. Esta presença arquitetónica é uma marca cultural que só foi possível pela grande extensão desse Império, é o culminar de técnicas de construção militar e atividades comerciais, adquiridas um pouco pelos territórios que atravessam a Europa e o Norte de África, até ao continente Asiático. As mentalidades coevas que projetaram a continuidade desta obra e por fim a abandonaram, responderam às necessidades políticas, económicas e sociais que abrangiam um espaço muito superior à região em que este *Castelo* se implantou. Por esse motivo, esta herança embora de tutela local, faz parte de um património internacional, com interesse num estudo alargado, numa vasta região que abarca partes de três Continentes, interesse esse que levou à criação de rotas internacionais, programas para a divulgação do património e a partilha do conhecimento do legado Omíada.

Este legado que se encontra no interior algarvio tem origens longínquas; na Península Arábica. Um território vasto, com um clima impiedoso e solos carentes de água, embora haja locais de alguma produção agrícola junto de cursos de água e oásis, permitindo a sedentarização e a existência de povoados e cidades. Os povos pré-Islâmicos caracterizavam-se por desenvolverem atividades com características nómadas, dedicada em grande parte ao comércio local e internacional. As populações agrupavam-se por tribos e por sua vez em clãs, havia uma grande fidelidade no seio familiar, as leis tribais eram rígidas, tinham um líder não hereditário e hierarquias bem definidas, todo este ambiente e vivência moldava estas populações rudes e aptas à resolução dos problemas pela força. As religiões eram diversas, o culto era livre e em qualquer altura podia-se adotar outro Deus de outra religião. Este território nos séculos VI e VII não era unificado, para além de dividido sofria influências e invasões dos Impérios ou países vizinhos, destacando-se a norte os Impérios Romano Oriental e o Sassânida.

É neste contexto regional que Maomé assume o protagonismo como Profeta. Terá nascido em Meca no ano de 570, coincidindo com a invasão e destruição daquela cidade pelos iemenitas. Após ter casado com uma viúva rica em 610, passou a dedicar-se à espiritualidade. Retirado numa gruta, teve a aparição do Arcanjo Gabriel que lhe revelou a mensagem de Deus. Na sua terra natal a mensagem não foi bem acolhida, Meca era um centro espiritual que representava mais de duas centenas de religiões, a ideia de substituir todas por uma única monoteísta, gerou descontentamento e obrigou à sua fuga para Medina em 621. Aí estabeleceu o primeiro estado Árabe. Assumindo-se com líder militar, uniu tribos, atacou caravanas, localidades e exércitos. Aquando da sua morte em 632, a Arábia estava quase toda unificada em torno de um Profeta e de uma Religião, estes acontecimentos foram possíveis por uma necessidade de afirmação autóctone, capacidade combativa e rudeza humana, reforçando a homogeneidade cultural através do Islão.

Esta religião tem como livro sagrado *al Corão*, o primeiro ano corresponde ao 622 do calendário Gregoriano, reconhece os profetas; Abraão, Moisés, Jesus Cristo e Maomé. Tem um conjunto de observâncias obrigatórias, os «cinco pilares»; o Credo, o exercício

da Oração, a prática da esmola, o jejum e o cumprimento da peregrinação. O Corão é um guia de vida, tem 114 sunas, os primeiros capítulos referem-se a questões políticas e legais, os últimos são a mensagem ética de Maomé. O Corão terá ficado com a estrutura atual por volta do fim do califado Omíada. O Corão impõe-se como uma autoridade, ao qual o crente tem de se submeter, as suas leis não são imperativas, ao contrário das ocidentais que são interpretativas, o crente islâmico não tem o livre arbítrio de aceitar ou não as sunas, ao contrário do cristão que pode refutar parte dos versículos.

No ano de 633, o califa Abu Bakr (sucessor de Maomé), aproveitou o esgotamento dos Impérios do Norte, em contraste com a robustez e determinação dos exércitos árabes, para alargar os territórios do Islão. O armamento não diferia em relação ao dos beligerantes adversários, a diferença estava na motivação e unidade, movia-os um ideal espiritual, aliado às táticas tribais de ataque furtivo, conseguiram vencer e ocupar os territórios vizinhos, com a incorporação dos desertores nos exércitos vencedores. Para consolidação e proteção da retaguarda, construíram fortificações, nelas reagrupavam e preparavam os combatentes, eram acantonamentos estratégicos, abrigos de caravanas, defesas de rotas comerciais, armazéns de viveres e entrepostos comerciais. Estas fortificações eram compostas com inovações arquitetónicas defensivas, com influências mediterrânicas e ocidentais.

Os sucessores califais estabilizaram as conquistas a norte com a ocupação da Palestina Romana. Devido a graves problemas económicos, políticos e militares, o Império Persa acaba por cair em 636. A meados do século VII, dá-se a primeira compilação canónica do Corão, a implementação das diretivas fiscais e administrativas. O clã Omíada, de onde era originário o Califa nesse período, começou a controlar os cargos mais importantes e o Estado. Os *xiitas* sublevaram-se contra uma sucessão que não fosse hereditária e numa linha sucessória do Profeta. Os conflitos extremam-se dando início à primeira *fitna* de 656 a 661, da qual os Omíadas saem como vencedores. Este conflito ideológico xiita contra os sunitas dura até aos dias de hoje, embora os xiitas tenham sido bastante aguerridos nas suas convicções, foram sempre muito minoritários. A expansão islâmica continuou pelo Norte de África e da Ásia, tendo chegado à Europa em 711, com a derrota militar de Rodrigo e a conquista da quase totalidade da Hispânia.

Esta Península que se situa na região mais ocidental da Europa, a norte do extremo ocidental de África, separada desta pelo estreito de Gibraltar, tem uma orografia diversa que condiciona o clima e acaba por interferir na qualidade produtiva dos solos, já de si dissemelhantes em função da sua composição, com uma mancha florestal variada, permitindo variedade pecuária. É também uma Península rica em minérios, procurados há muito, foi local de busca de riquezas, passagem ou fixação de povos do exterior.

Este território, por alturas do final do século VII e início do VIII, estava na posse administrativa dos Visigodos. Convertidos ao cristianismo não reconheciam o direito de culto aos judeus, viviam em permanentes conflitos e intrigas baseados nos interesses pessoais e de poder senhoriais, a administração do território não se adequava à realidade senhorial rural coevo, era de difícil controlo pelo monarca, o que acabou por originar

revoltas sectoriais urdidas pela nobreza ávida de ascender a mais poder, provocando desconforto social e miséria nas camadas mais desfavorecidas. Em 702 com a subida ao trono do rei Vitiza, o dux Rodrigo consolida o seu poder regional na Bética, à morte do monarca em 710, foi aclamado rei pelos seus apoiantes. Motivo bastante para a união de esforços dos filhos de Vitiza, com os descontentes expulsos por motivos religiosos e as aspirações hegemónicas de ocupação da Península de Musa Ibn Nusair. Invasão que se consolidou em julho de 711, com a derrota de Rodrigo. A ocupação do território foi rápida devido a alguns fatores. Para além da desunião aristocrática, os exércitos não tinham as estruturas organizadas dos da Antiguidade, sem capacidade para sustentar um exército numeroso, a resistência efetuou-se ao nível das cidades que acabaram por capitular. Por fim a política de alianças na divisão territorial independentemente do credo ou origens, veio abreviar e estabilizar a ocupação.

A exceção resumiu-se a um grupo de resistentes que se refugiou nas montanhas do norte peninsular, em Cangas de Onís. A aristocracia árabe, em conjunto com a aliada cristã que se viria a converter ao Islão e a políticas de casamentos, assumiram a administração do território, originando uma sociedade muito dividida etnicamente, onde os direitos de alguns povos, como os berberes, foram minorizados, com a partilha discriminatória das terras. Esta situação resultou em revoltas, opuseram-se ao poder central Omíada, com a eclosão de enclaves administrados autonomamente.

Aos poucos, a aristocracia visigótica que fugira, começou a organizar-se nas serranias das Astúrias, comandados por Pelágio. Em 722 dá-se o confronto de Covadonga que, embora as forças em combate não tivessem sido em grande número, tiveram o mérito de iniciar o que hoje é conhecido por «Reconquista Cristã». Os avanços em território muçulmano não foram contínuos ou uniformes. Enquanto a ocidente a fronteira estendia-se até Coimbra, ao centro ficava-se pela linha do Douro, a oriente o avanço era muito complexo e na Marca de Espanha, o impasse era enorme.

Embora a historiografia Ibérica fale das vitórias dos exércitos cristãos e na debandada dos muçulmanos, baseadas nas crônicas de Afonso III entre outras, assim como no direito territorial com base na herança visigótica. Outros historiadores mais distantes de um período de exaltação nacionalista, referem que o período coevo era mais de acordos e tributos do que combates, não haveriam tantos homens armados que após uma batalha campal pudessem continuar combates em várias frentes, nas zonas de conflito as populações seriam diminutas, ou mesmo regiões com escassa população, o que não permitiria a manutenção de grandes exércitos ao longo da extensão das fronteiras. Quanto ao direito hereditário visigótico, lembrar que a região ocidental teve muito mais influência sueva que visigótica.

O al-Andalus foi um espaço de conflito interno logo a partir de 741. A dinastia Omíada só sobreviveu neste Emirato com imensas concessões, onde houve autênticos enclaves autonómicos. A contestação também se fez pela via das armas, onde se destacaram os aliados dos Abássidas e Fatímidas. O mérito da alteração deste rumo de decadência governativa Omíada, é atribuído a duas personagens; o Emir/ Califa Abd al-

Rahman III e o governante do Califado al-Mansur. Sendo verdade que tiveram mérito, isso não chega para explicar tamanho retrocesso em relação ao sentido dos acontecimentos. Em relação a Abd al-Rahman III, o rumo dos acontecimentos internos muda através de uma política de novas alianças, pagamentos e o uso dos combatentes outrora inimigos. Quanto à progressão cristã, o aumento territorial trouxe também conflitos dinásticos e interesses de posse territorial, esta situação levou a um refazer de alianças, alterando a correlação de forças, principalmente nas Fronteiras Média, Superior e na Marca de Espanha. Ibn Abí'Amir al-Mansur beneficia de um período em que o território está unificado, o exército está bem estruturado, a cobrança de impostos e a economia permite uma gestão desafogada na defesa do Califado e de reservas para a sua manutenção. Na situação de ascensão contínua das dignidades que recebeu, acabou por defrontar inimigos internos que através de alianças, por vezes não duradouras (exemplo do sogro), acabou por afastar ou eliminar. Quanto aos cristãos, este comandante tinha experiência desde os conflitos do Magreb, em dividir os possíveis adversários com subornos que reavia através dos derrotados. Dispunha de grandes exércitos e avultadas somas para a guerra que acabavam por ser pagas através dos saques, cativos, fianças e pagamentos de resgates.

Se em parte há muita estratégia que explica o sucesso de uma rápida ocupação e uma lenta Reconquista, também há mérito por parte das ações militares. O exército muçulmano durante o período em estudo teve sempre uma componente muito forte de combatentes externos à Península; inicialmente pelos berberes, depois por contingentes sírios. O isolamento do emirato leva à queda da qualidade dos exércitos emirais e por fim com o Califado, são recrutados antigos contingentes inimigos, berberes, voluntários («*jihadistas*»), cristãos, e mercenários europeus. As armas e os aparatos de combate não diferiam muito das dos inimigos, porventura os muçulmanos davam mais ênfase à mobilidade no campo de batalha, optando por proteções mais aligeiradas. Quanto às fortificações, seguiam uma tipologia pragmática em função da proteção das fronteiras, costas marítimas, redes fluviais, fortificação de povoados, acantonamento de tropas, mantimentos e armamento.

A conquista e defesa territorial, só poderia ser efetiva com o desenvolvimento económico, tinha de haver riqueza que suportasse todos os gastos com as ações bélicas, e a construção das fortificações. Uma das bases para o desenvolvimento económico são as comunicações, através dos caminhos e percursos fluviais onde se efetuavam todos os tipos de trocas. Aquando da invasão muçulmana em 711, houve a preocupação de manter a atividade produtiva e comercial ativas; as cidades continuaram com atividade mercantil e a produção mesteiral, os portos marítimos como entrepostos dos produtos de longo curso, de onde partiam os produtos do interior e aportava o que vinha de fora, ou seja, toda a rede de comunicações e entrepostos manteve-se e alargou-se. A base da economia era agrária, não houve uma cisão abrupta com o período visigótico na ocupação dos campos, mas sim uma evolução contínua destes espaços. O desenvolvimento agrícola foi incentivado com a introdução contínua de novos produtos, novas técnicas de plantio e melhoramentos nas técnicas e aparelhos de regadio. As populações nativas continuaram

a produzir as terras, as abandonadas foram ocupadas, os novos senhores controlavam o território e a produção por representação do Emir/ Califa. Na ocupação do espaço, a partir das *urbes*, normalmente encontravam-se as hortas que forneciam produtos frescos às localidades, com o afastamento posicionavam-se os olivais e os pomares. As alcarias eram unidades de produção importantes, tendo algumas chegado a cidades, as produções de sequeiro localizavam-se preferencialmente nestes espaços, com a produção de cereais, de árvores para produção de madeira e animais para consumo. As produções agrícolas deste período têm um papel fundamental no desenvolvimento da economia; desenvolveram os mercados, a produção artesanal, a circulação monetária e o controlo e aferimento dos pesos e medidas.

Outra riqueza muito importante foi a extração dos minérios. Na região do al-Garb, a exploração dos minérios era conhecida desde a Antiguidade. Embora não haja informação do número de minas existentes no período muçulmano, nem as quantidades de minério extraído. Com base nos registos das concessões no Concelho de Alcoutim, para o século XIX, temos uma ideia da diversidade dos minérios existentes nesse local. A grande importância que estes tinham na economia regional, sabemos-lo através das fortificações e da proteção do território a ocidente do Guadiana.

A Hispânia sempre foi caracterizada pela diversidade populacional que aqui chegou, com o fim do Império Romano Ocidental a Península continuou a ser um local de passagem ou chagada de povos de todos os quadrantes, com fins comerciais, à procura de um local para fixação e os invasores. Com a ocupação muçulmana, novos povos afluem ao al-Andalus, incorporados em contingentes, de várias partes do Império Árabe, destacando-se em diversos períodos os berberes como forças de combate, ou emigrantes com outros fins que acabaram por se estabelecer nesta região da Europa, contribuindo para a diversificação étnica deste território, com diferentes idiomas e religiões, estabelecendo-se preferencialmente em bairros citadinos. Tendencialmente o árabe instalou-se como idioma, o Islão como religião, para o século X, as populações urbanas são maioritariamente crentes ou convertidas e usam o árabe como língua de comunicação.

Na ocupação do espaço urbano, as famílias com raízes comuns, tendem a agrupar-se por ruas e bairros, onde desenvolvem a sua atividade profissional e mercantil. A célula familiar embora não seja muito alargada pode conter outros membros da família, como sobrinhas sogros ou pais. As casas são construídas com os materiais disponíveis em cada região, a arquitetura tinha um padrão no al-Andalus que se desenvolve a partir de um pátio, as paredes por norma eram caiadas, o chão podia ser ladrilhado ou argamassado tingido de cores fortes (vermelhas ou ocre), as portas tinham cortinas que davam alguma privacidade, tinham muito cuidado com a limpeza do chão, o dia-a-dia passava-se ao nível do solo, em cima de esteiras. O mobiliário é mínimo, não conviviam com animais, o homem tinha uma vida social ativa no exterior da casa, o que não era permitido às «mulheres de família», cujo lugar é em casa, deslocando-se no exterior com percursos bem definidos; a mesquita, o cemitério ou os banhos.

No meio rural a habitação é diferente, desenvolve-se por módulos individuais com finalidades particulares, a distribuição destes módulos fazia-se a partir de uma zona central exterior, o chão normalmente era de terra batida. A mulher é muito ativa na vida quotidiana, desdobrando-se em várias atividades agropecuárias, podendo mesmo assumir o controlo total dos trabalhos na ausência do marido, o conjunto do agregado era semelhante ao das cidades. O mobiliário é composto por grande variedade de vasilhame que servem para o armazenamento dos produtos alimentares, acondicionamento de produtos transformados, teares e vasilhas de uso corrente, todos estes recipientes estavam distribuídos por divisões específicas, numa distribuição espacial com organização pré-concebida, cuja finalidade era a facilidade do acesso e alguma organização estética.

Os castelos eram a estrutura identificativa de uma sociedade feudalizada, onde a aristocracia com forte tendência guerreira, defendia vigorosamente os seus credos e pertences, recolhendo-se nestes redutos que evoluíam numa tentativa de alcançar a inexpugnabilidade. Num período que não é tido como possuidor de exércitos organizados ou com grande número de efetivos, estas estruturas pretendiam ultrapassar essas carências em número de efetivos militares que, para além das cidades, também se distribuíam pelo meio rural e pelas linhas de fronteira. Seguiam padrões em função da época, região da sua implantação e das normas construtivas. Neste contexto, para além de outras tipologias arquitetónicas, como as atalaias, fortificações de povoados, cidades, palácios e mesquitas, vamos encontrar os castelos muçulmanos rurais; os *husun*, com características que seguem modelos trazidos do oriente, com maior funcionalidade que os castelos condais cristãos, tinham saneamento e armazenamento de água, disposição das estruturas habitacionais de forma a permitir o acesso e o uso específico de cada espaço, eram construídos de uma forma concêntrica, dando espaço de manobra aos defensores e articulam-se em conjunto com outros sistemas defensivos. Para além de fortificações eram pontos de escoamento de produtos comerciais, com funções de entrepostos.

As construções das fortificações eram de iniciativa do poder central. Os aparelhos diferiam em função dos materiais disponíveis na região; granito, ardósia, calcário, xisto, etc. A elevação dos panos de muralhas e as portas seguiam normas de implantação e posicionamento em relação ao espaço e ao desnível do terreno, aproveitavam as escarpas e fossos naturais, construíam parapeitos e ameias para maior proteção dos defensores. Os aparelhos evoluíram ao longo do tempo com técnicas de travamento das peças com a finalidade de dar maior robustez e elasticidade às muralhas e torres. As portas, sendo um espaço de passagem por natureza, são alvo de proteção e inovação arquitetónica continuada, as torres adaptam-se continuamente como plataformas de vigia e combate balístico, com ampliações e progressão na implantação de forma a cobrir os pontos mais expostos das fortificações. Estas técnicas seguiam padrões oficiais oriundos de Córdova.

De entre as várias fortificações muçulmanas erguidas no Garb al-Andaluz, encontramos as fortalezas projetadas em ambiente rural, os *husun*, construídos em altura, aproveitando as características orográficas. Para além da ocupação territorial, defendiam um espaço económico. Das fortificações identificadas para o período Omíada implantadas no interior do Garb, são conhecidos os castelos; das Relíquias, o Velho de

Alcoutim, o de Altamoura e o do Cerro de Alferce. Com os estudos desenvolvidos até ao momento pela Professora Doutora Helena Catarino, podemos identificar estes castelos muçulmanos com a tipologia de um *hisn*; apresentam uma estrutura arquitetónica em aparelho de pedra irregular, travada com areia argamassada, as faces externas rebocadas com cal. Apresenta um reduto superior fortificado, com solos aplanados, tendo cisterna e habitações, a planta pode ser retangular, como no caso de Alcoutim, ou de geometria quadrangular, como no caso de Alferce ou Relíquias, as muralhas têm espessura que variam entre os 1,6m e 2m, estão protegidos com torres maciças quadrangulares ou retangulares adossadas pelo exterior aos panos de muralha a distâncias regulares, têm portas fortificadas defendidas por torres, as fortificações compõem-se com pelo menos com duas cinturas de muralhas, onde no interior desenvolveram-se conjuntos habitacionais com funcionalidades diversas, onde as populações coevas desempenhavam as suas atividades e protegiam-se de possíveis inimigos.

O Castelo Velho de Alcoutim está implantado no cimo do Cerro de Santa Bárbara, a cerca de 1Km da Vila de Alcoutim, no lado ocidental do rio Guadiana. Domina um vasto território por onde passa este rio, próximo dos percursos fluviais há terrenos de regadio, os terrenos de sequeiro não são muito férteis, têm qualidades para o pastoreio. Esta região tem vestígios e registos de ter sido sempre procurada pelos seus minérios, foi também o percurso natural do escoamento das jazidas das pirites da região de Mértola. Não há razão para suspeitar que as condições gerais orográficas não estivessem presentes na altura da ocupação muçulmana, com a ressalva ao caudal do Guadiana que seria maior.

Pela descrição anterior percebe-se do valor estratégico do local, a sua ocupação poderá ter sido anterior à muçulmana. Essa hipótese é verificada pela implantação da linha de muralha mais antiga seguir o relevo natural do cabeço do cerro numa planta retangular, para o período confirmado da ocupação muçulmana, o padrão normalizado era a planta quadrangular. Durante as escavações foram encontradas cerâmicas usadas durante o período visigótico. A toponímia do Cerro; de Santa Bárbara, é coincidente com outros espaços ocupados por população cristã, aquando da procura de refúgio e segurança. O aparelho das muralhas apresenta pouca qualidade e foram alvo de intervenção ao longo do tempo, como a construção de torres, em contrapartida a construção do reduto central que coincide com a primeira ocupação muçulmana, tem um aparelho muito superior. Esta atitude de busca de proteção de forma autónoma, é referenciada para a época em documentos oficiais como algo que não é bem visto pela ordem dominante. Por fim, uma solução recorrente à época, a ocupação do espaço por forças oficiais do soberano.

Sem termos possibilidade de atribuir uma data concreta, o *Castelo* teve a sua primeira ocupação na primeira metade do século IX. Através das estruturas arquitetónicas e dos aparelhos, verificamos que foi nessa altura a edificação do *alcácer*, o *algibe* e as habitações, estas seguem o padrão desse período, com um adarve entre os compartimentos e as muralhas, na segunda linha de muralhas encontramos os vestígios de outras habitações e os restos de quatro fornos de fundição. Os vestígios cerâmicos corroboram a ocupação para este período. Historicamente é um período reforço territorial pelo poder central, devido às revoltas internas onde o al-Garb não foi exceção, assim como as

ameaças externas como o exemplo dos vikings e piratas que se moviam no Mediterrâneo. Durante a segunda metade do século IX os problemas internos agudizam-se e o al-Garb, nas últimas duas décadas desse século, atravessa uma autentica autonomia que se prolonga pelo início do século X.

Coincidindo com a ascensão do Califado por al-Rahman III, os vestígios arquitetónicos no Castelo Velho de Alcoutim, permitem levantar a hipótese de uma intervenção militar contra esta fortificação, o grau de destruição é extremamente elevado, e a exumação do mendo de uma mandíbula humana na estratigrafia desse período, pode mesmo indicar algum confronto armado. A atitude de arrasar o *Castelo* informa-nos que este não foi logo ocupado pelas forças califais, no entanto a reconstrução deve ter ocorrido a partir da década de trinta do século X, atestando a grande importância estratégica política e económica. A confirmar esta asserção, está a reconstrução com padrões desse período e aparelho diferente do anterior, os vestígios arqueológicos cerâmicos e as grandes melhorias nas defesas passivas, ao nível das portas reforçadas com torres.

Para o século XI, coincidindo com o período dos Reinos das Taifas, onde os vestígios arqueológicos em contexto são fundamentais para atestar as periodizações, verificam-se grandes obras, indicando o aumento da população residente, com a ocupação do pátio de armas da fortaleza central, alteração do espaço ocupado pelo castelão e as grandes obras que vão reforçar em muito as estruturas defensivas do *Castelo*. Para o reforço preventivo, terão contribuído as constantes revoltas e sucessivos protagonistas com pretensões ao domínio do Garb. As obras terão iniciado nos primeiros anos do século XI, embora houvesse pontos frágeis na fortificação, como o topo poente, visto do Guadiana, o *Castelo* ostentava dois fortíssimos conjuntos de torres que defendiam as entradas das cinturas fortificadas, posicionadas de forma a poderem-se apoiar mutuamente, as estruturas tinham a capacidade de se isolarem do restante *Castelo*, com uma pequena guarnição, permitindo uma combatividade estratégica muito acrescida. Como não há vestígios de conflitos armados para este último período de ocupação, numa região em permanente instabilidade, a ideia passada aos mais fortes que podem não ser tão fortes, terá resultado. Por fim, coincidindo com a chagada dos Almorávidas ao al-Andalus, o castelo terá sido abandonado para os finais do século XI. A atribuição desta cronologia baseia-se pela ausência de cerâmica decorada a «corda seca total» e na organização defensiva dos novos senhores do al-Andalus, atendendo que este tipo de fortificação não respondia à tipologia militar em uso.

Este património resgatado do esquecimento e que neste momento faz parte de um conjunto valioso de legados locais, não é um monumento com uma História isolada, explicada num contexto local e sem ligação a culturas externas. A riqueza deste património expande-se por vários continentes, é o resultado visível da associação de experiências, tecnologias, projetos, inovações de várias culturas ao longo de gerações, durante um período medieval, cujas influências ainda hoje são visíveis. O legado patrimonial não se extingue na construção arquitetónica, passa também pela gastronomia, pelo artesanato, pelo vestuário, pelas conservas locais, pela fala e pelas pessoas. A divulgação é essencial para o conhecimento do património, essa importância é verificada

através das apostas culturais no turismo e dos cursos que se complementam com as vertentes de História e Turismo, um exemplo concreto dessa preocupação será o Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais pela Universidade do Algarve. No entanto, para além do que já foi feito, há intervenções urgentes no Castelo Velho e Alcoutim; a estabilização das muralhas. Um bom exemplo do que pode acontecer às estruturas das muralhas, é-nos dado por uma das pilhas feitas com as peças líticas dos derrubes que no início de 2017 ruiu. O facto da intervenção arqueológica não ter terminado, não invalida que as construções já expostas tenham uma intervenção de estabilização ou recuperação. Temos de ter em atenção que um trabalho arqueológico demora no tempo, este *Castelo* está em contexto com outros, o seu estudo não está isolado, terá de ser acompanhado com outros trabalhos. Durante uma escavação, o tempo reservado para o trabalho de campo é muito diminuto, há um trabalho de laboratório extenso e multidisciplinar para o tratamento de todas as peças exumadas, o seu estudo individual, o contexto em que cada peça se enquadra, o estudo osteológico, a interpretação do sítio e as conclusões.

A riqueza deste sítio arqueológico não se extingue numa intervenção académica, o importante é o seu contínuo estudo e interpretação, a abertura dos trabalhos a debates internos e externos, visto o seu conteúdo cultural ser internacional. A presença local de um centro de interpretação seria vantajoso para a divulgação e interpretação dos patrimónios, uma ancora cultural que contribua para o desenvolvimento do Concelho.

Fontes Arqueológicas

Artefactos em cerâmica, utensílios armas e tabuleiros de jogos, encontrados nas escavações do Castelo Velho de Alcoutim. Museu Municipal de Alcoutim. Alcoutim.

Cerâmicas do período islâmico. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa.

Cossoiro em osso. Número de inventário; 14040 A. Museu Nacional de Arqueologia. [Consult. 16 mai. 2017]. Disponível em: www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=109463.

Estruturas arquitetónicas defensivas e habitacionais do Castelo Velho de Alcoutim. Alcoutim.

Estruturas arquitetónicas do período Paleocristão e Islâmico. CAM – Campo Arqueológico de Mértola. Mértola.

Exposição de tabuleiros e pedras de jogos do Castelo Velho de Alcoutim.

Fragmento em taça com inscrição e decoração a «verde e manganês». Número de inventário: 999.2.8. Museu Nacional de Arqueologia. [Consult. 14 mai. 2017]. Disponível em: www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=113192.

Jarrinha encontrada nas escavações do castelo Velho de Alcoutim. Museu Nacional de Arqueologia. Belém, Lisboa.

Lápide com epitáfio de Filistellus. Número de inventário: 992.61.1 – Museu Nacional de Arqueologia – Coleções. [Consult. 07 jun. 2017]. Disponível em: <http://www.museuarqueologia.pt/?a=3&x=3&i=118>.

Bibliografia⁴⁷³

ALAIX, Manuel Miró; WERNER, Jordi Padró – Patrimonio y Territorio: una reflexión sobre los proyectos de puesta en valor del patrimonio: **Interpretação de Monumentos e Sítios**. Lisboa: Cadernos IPPAR. ISSN 1645-2453. Ano 1 (primeiro semestre 2001), p. 38-41.

ALMANSA, Manuel Acién – De nuevo sobre la fortificación del emirato. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. – **Mil Anos de Fortificações na**

⁴⁷³ Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos. Universidade Autónoma de Lisboa. Publicado em Diário da República, como regulamento nº 90/2014, 2ª Série, nº 46, de 6 de março de 2014. pp. 35-39.

- Península Ibérica e no Magreb (500-1500).** Atas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: 2002. 933 p. ISBN 972-772-308-X. p. 59-75.
- ALMEIDA, Álvaro Duarte, BELO, Duarte - **Portugal Património Volume IX – Beja e Faro.** 1ª ed. Rio de Mouro: Circulo de Leitores e Autores, 2008. 370 p. ISBN (coleção) 978-972-42-3917-0.
- ALMEIDA, António Rodrigues, coord. - **Dicionário de Latim-Português.** 4ª edição: Porto Editora, 2012. ISBN 978-972-0-01772-7.
- Atlas Geográfico Verbo.** Lisboa /São Paulo e Elzevier Publishing Projects, S.A., Lausane: Editorial Verbo, 1979.
- BARROCA, Mário Jorge – Arquitetura Militar. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severino, direção – **Nova História Militar de Portugal** – Volume I. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2003. 487 p. ISBN (coleção) 972-42-3071-6. p. 95-161.
- BARTHÉLEMY, Dominique – A Idade Média como mitologia. In GOFF Jacques le, (e outros) – **Viva o Ano 1000 – A modernidade da Idade Média.** Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Editorial Teorema Lda., 2000. 167 p. ISBN 972-695-404-5. p. 49-63.
- BEBIANO, Rui – Estratégia e Tática. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severino, direção – **Nova História Militar de Portugal** – Volume II. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2003. 487 p. ISBN (coleção) 972-42-3071-6. p. 112-195.
- BLOCH, Marc, - **Introdução à História** (Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch). 2ª edição. Trad. Maria Manuel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro. Mem Martins: Publicações Europa América, 2010. 289 p. Título Original: Apologie pour l’Histoire ou Métier d’Historien. Edição nº 158028/9339.
- BLOCH, Marc - **A sociedade Feudal.** Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: O Lugar da História, Edições 70, 1982. 552 p. Título Original: La Societé Féodal. [Consult. 11 abr. 2017]. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>.
- BRANCO, Fernando – Fortificações islâmicas do Gharb. In TORRES, Cláudio, diret., MACIAS, Santiago, coord., **Portugal Islâmico - Os últimos sinais do Mediterrâneo.** Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998. 312 p. ISBN 972-776-600-7. p. 193-206.
- CATARINO, Helena – A ocupação islâmica. In MEDINA, João, coord.- **História de Portugal dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias.** Amadora: Clube Internacional do Livro, 1996. 402 p. ISBN: 84-408-0108-4 (vol. III). Parte II, p. 47-92.

- CATARINO, Helena – Castelos e território omíada na kura de Ocsonoba. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes, coordenação - **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002. 933 p. ISBN 972-772-308-X.
- CATARINO, Helena – Cerâmicas islâmicas do Castelo Velho de Alcoutim recolhidas em contexto de cozinha. In Atas das 4ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, 2000 – **Atas**. Porto: 2008. ISBN 978-989-96351-0-4. p. 33-48.
- CATARINO, Helena – Fortificações da Serra Algarvia, Fortificações do Algarve Oriental no contexto da Kura de Ossónoba. In TORRES, Cláudio, diret., MACIAS, Santiago, coord., **Portugal Islâmico - Os últimos sinais do Mediterrâneo**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998. 312 p. ISBN 972-776-600-7. p. 207-216.
- CATARINO, Helena Maria Gomes - **O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica** – Povoamento Rural e recintos fortificados- Ia Texto. Coimbra: Faculdade de Letras Universidade de Coimbra. 1997. Tese de Doutoramento.
- CATARINO, Helena Maria Gomes - **O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica** – Povoamento Rural e recintos fortificados- Ib Texto. Coimbra: Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 1997. Tese de Doutoramento.
- CATARINO, Helena – **O Castelo Velho de Alcoutim, Minas e Vestígios de Metalurgia**. Coimbra. (2014) p. 119-149. [Consult. 29 out. 2014]. Disponível em <https://digitais-dsp.uc.pt/.../10316.../O%20castelo%20velho%20de%Alcoutim.pdf?...>
- CATARINO, Helena – O Castelo Velho de Alcoutim: minas e vestígios de metalurgia. **Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Conimbriga Instituto de Arqueologia. Volume LI (2012), p. 119-149. [Consult. 10 fev. 2017]. Disponível em, URI:<http://hdi.handle.net/10316.2/36405>, DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_51_5.
- CATARINO, Helena - Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarve Oriental e o Castelo Velho de Alcoutim. In III Congreso de Arqueología Medieval Española, Oviedo 1989 – **Actas**. vol. II, Universidad de Oviedo, Oviedo. [Consult. 18 mar. 2014]. Disponível em, <http://F:/Helena%20Catarino%20-%20castelo%20de%20alcoutim.htm> .
- CATARINO, Helena - **Para o Estudo da Ocupação Muçulmana no Algarve Oriental**, Trabalho de Síntese apresentado à Faculdade de Letras de Coimbra como prova de aptidão pedagógica e capacidade científica. Coimbra, 1988.
- CATARINO, Helena - **O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica – Povoamentos e Recintos Fortificados**. 3 volumes - *Al-'Uliã*. Revista do Arquivo

Histórico Municipal de Loulé, nº 6, Volume I. Loulé: Gráfica Comercial Arnaldo matos Pereira Lda., 1997/98. 1306 p. (os 3 volumes). SSN 0872-2323.

CARDOSO, João Luís, GRADIN, Alexandra - **Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim**, Lisboa: Separata de O Arqueólogo Português, Série IV – Volume 22. 2004.

CHICA, José Soto – El Mensajero de Dios. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), p. 11.

CHICA, José Soto – Yarmuk, la batalla que cambio Oriente. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), p. 30-37.

CORREIA, Fernando Branco – Fortificações se iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipótese em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego). In Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI) – II Simpósio Internacional sobre Castelos – **Atas**. Lisboa, Edições Colibri, 2013. P. 73-84. [Consult. 23 out. 2015]. Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/biststream/10174/10657/1/7%20FBCorreia.pdf>.

COSTA, J. Almeida. MELO, A. Sampaio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5ª edição. Porto: Porto Editora Lda., 1977.

CRISTOVÃO, Fernando - **Método - Sugestões para a elaboração de um ensaio ou tese**. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2009. 50 p. ISBN 972-772-253-9.

DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-B, nº 301, 1997/12/31. p. 6892-6903.

Dicionário da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora Lda., 2010. Dep. Legal 290201/09.

EDWARDS, Richard – Mémoire et nouvel usage: du monumento au projet: **Interpretação de Monumentos e Sítios**. Lisboa: Cadernos IPPAR. ISSN 1645-2453. Ano 1 (primeiro semestre 2001), p. 17-24.

ENAMORADO, Virgilio Martínez – Un ejército al servicio del califa Abd al-Rahmān III y su política militar. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data).

Enciclopédia Geográfica. 1ª edição. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, S.A., 1988. p. 752. Título Original: Guide to Places of the World. D.L. TO2020-1988.

Endovélico Portal do Arqueólogo. CNS: 2649. [Consult. 03 mai. 2016]. Disponível em: mhtml:file://C:\Users\wrtctn\Documents\Castelo Velho de Alcoutim\Portal do Arqueologo.

- ESTEVENS, José Fernandes, MURTA, António Farinha, AMARAL, Francisco Caimoto, Direção, **Património Rural Construído do Baixo Guadiana**, 1ª ed. Castro Marim: Odiana - Editora do Guadiana, Gráfica Comercial Loulé, 2009. 216 p. ISBN 972.99686-1-6.
- FABIÃO, Carlos – A Antiguidade tardia e a desagregação do Império. In MEDINA, João, coord. – **História de Portugal dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias** – Volume III. Alfragide: Clube Internacional do Livro, 1996. 402 p. ISBN 84-408-0108-4 (vol. III). Parte I, p. 11-43.
- FARIA, Miguel Figueira - Fortificações de Portugal na fronteira da Estremadura espanhola. Universidade Autónoma de Lisboa. **Separata Anais** – Série História - Volume II. Lisboa.
- FERREIRA, António Brum – Estruturação Geológica do Território; Carlos Alberto Medeiros, direção – **Geografia de Portugal O Ambiente Físico 1**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2005. 495 p. ISBM (coleção) 972-42-3538-6
- FERREIRA, Denise de Brum – As condições Genéticas do Clima; Carlos Alberto Medeiros, direção – **Geografia de Portugal O Ambiente Físico 1**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2005. 495 p. ISBM (coleção) 972-42-3538-6
- FERREIRA, Maria Mulize Neves - **As Formas de «Barrada» - Um ensaio para o estudo das cerâmicas islâmicas do povoado da Portela 3**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2009, Dissertação de Mestrado. [Consult. 23 mar. 2014]. Disponível em; http://repositório.ul.pt/bitstream/10451/490/1/21375_ulfl071271_tm.pdf.
- FITZ, Francisco García – al-Andalus Orto y ocase de um Estado militarizado. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data).
- GRADIM, Alexandra - **Alcoutim Urbano e Rural – Dos Finais da Idade Média ao Fim do Antigo Regime**, Lisboa: Edições Colibri - Câmara Municipal de Alcoutim 2006.
- Grande Atlas do Mundo**. Trad. Luís Anjos. Lisboa: Círculo de Leitores, S.A., 2005. 392 p.. ISBN 972-42-3618-8.
- GREENE, Kevin, MOORE, Tom - **Archaeology: An Introduction**, fifth edition, Companion Website, Routledge Taylor & Francis Group, London and New York.
- GUERREIRO, Luís R. – **O Grande Livro da Pirataria e do Corso**. 1ª ed. Circulo de Leitores, Lda., 1996. 335 p. ISBN 972-42-1427-3.
- IGESPAR IP/ PATRIMÓNIO, acedido em: <http://mhtml:file://\\tsclient\E\IGESPAR IP PATRIMÓNIO-castelo de Alcoutim.mht>, 2014/06/04.

- LACERDA, Manuel – Interpretação de monumentos e sítios: **Interpretação de Monumentos e Sítios**. Lisboa: Cadernos IPPAR. ISSN 1645-2453. Ano 1 (primeiro semestre 2001), p. 5.
- LOPES, Virgílio - A Architectura e os Mosaicos do Complexo Baptismal de Mértola. **O Mosaico na Antiguidade Tardia**. Lisboa: Revista de História da Arte. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. ISSN 1646-1762. Ano 4, nº 6.
- MACDONALD, Fiona – **O Mundo no Tempo de Carlos Magno**. Trad. Ana Maria Pinto da Silva. 1ª ed. Círculo de Leitores, 1998. 48 p. Título original: *The World in the Time of Charlemagne*. ISBN 972-42-1928-3.
- MACÍAS, Santiago - **O Sul Entre Roma e o Islão**, *Sic memorat* a Teresa Júdice Gamito. João Pedro Bernardes organização de. Arte Literatura e História. Universidade do Algarve, 2008, pp. 119-132. [Consult. em: 09 mar. 2015]. Disponível em: <http://www.camertola.pt/biblioteca/reposit%C3%B3rio-cient%C3%ADfico-do-cam>
- MACÍAS, Santiago – Resenha dos factos políticos. In MATOSO, José, coord. - **História de Portugal – Antes de Portugal**. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013. 624 p. ISBN 978-972-42-4919-3. Cap. p. 463-487.
- MATOSO, José, *Naquele Tempo – Ensaio de História Medieval*, 2ª ed. Maia. Círculo de Leitores, Bloco Gráfico Lda. 2011. 563p. ISBN 978-989-644-052-7.
- MATOSO, José – Portugal no reino Asturiano-Leonês. In MATOSO, José, coord. - **História de Portugal – Antes de Portugal**. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013. 624 p. ISBN 978-972-42-4919-3. Cap. p. 491-624.
- MARTIN, Marcelo – Sobre el necessário Vínculo entre el patrimonio y la sociedade – Reflexiones críticas sobre la interpretación del Patrimonio: **Interpretação de Monumentos e Sítios**. Lisboa: Cadernos IPPAR. ISSN 1645-2453. Ano 1 (primeiro semestre 2001), p. 25-37.
- MARTINS, Miguel Gomes – **Guerreiros de Pedra**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016. 398 p. ISBN 978-989-626-734-6.
- MASCARENHAS, Jorge – **Sistemas de Construção – XV – Arquitetura Popular Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2015. 234 p. ISBN 978-972-24-1796-9.
- MATTHEW, Donald - **Europa Medieval – Rumo ao Mundo Moderno**. Trad. Maria Emília Vidigal. Grandes Culturas e Civilizações. Circulo de Leitores, 1992. 237 p. Título original: *Atlas of Medieval Europe*. ISBN 972-42-0625-4.
- Memória do Mundo – das origens ao ano 2000**. Direção de Nadeije Laneyrie-Dagen. Trad. Fernando Melro, Maria Irene Bigotte de Carvalho, Maria Luísa Costa. 1ª ed.

- Rio de Mouro: Circulo de Leitores. 2000. 720 p. Título original sem indicação. ISBN 972-42-2362-0.
- MENDES, José Amado – **Estudos do Património Museus e Educação**. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. 270 p. Dep. Legal 364084/13.
- NAVARRO Xavier Ballestín – De Medina a Damasco: la implementación del primer Estado musulmán. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014).
- NAVARRO, Xavier Ballestín – Las Campañas de Almanzor. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data).
- NICOLLE David – Los primeros ejércitos del islam 622-661 d. C. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014).
- Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros** (catálogo). 3ª ed. Lisboa: Fundação Millennium BCP, 2012. 51 p. Depósito legal 90413/95.
- NUNES, António Lopes Pires, **Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar**. Estado Maior do Exército - Direção do Serviço Histórico Militar, Soc. Com. Rabelo Beira Douro, Lisboa, 1991.
- Património rural construído do Baixo Guadiana**. Vila Real de santo António: Editora do Guadiana, 2004. 216 p. Odiana – associação para o desenvolvimento do Baixo Guadiana. ISBN 972.99686-1-6.
- PEREIRA, Paulo – “Lugares de passagem” e o resgate do tempo: **Interpretação de Monumentos e Sítios**. Lisboa: Cadernos IPPAR. ISSN 1645-2453. Ano 1 (primeiro semestre 2001), p. 6-16.
- PEREIRA, Ana Cistina; CARDOSO, Margarida David - Coesão Territorial: Governo desafiado a reabrir o Portugal que fechou. **Público** (jornal). Lisboa: Ano XXVII, nº 9683 (quinta-feira, 20 de outubro de 2016), pp. 10-11.
- PUENTE, Cristina de la – Yihad durante el califado de al-Andalus. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data).
- REBELO, Horácio de Sá Viana, Major - **Geografia Militar da Península Ibérica e Portugal Ultramarino**, 1º Volume – A Península Ibérica, Instituto de Altos Estudos Militares, Curso do Estado-Maior, 1950.
- ROBINSON Francis – **Mundo Islâmico Esplendor de Uma Fé** – Grandes Culturas e Civilizações. Trad. Maria Emília Vidigal. Círculo de Leitores. 1992. 237 p. Título Original: Atlas of the Islamic World Since 1500. ISBN 972-42-0486-3.

- SÁNCHEZ-ARCILLA, José – La supervivencia de los reinos cristianos. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7 (s/ data).
- SÉNAC, Philippe – La Batalla de Poitiers. **Desperta Ferro**. 2ª Edição. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 7.
- SILVA, Agostinho – **Citações e Pensamentos de**. Paulo Neves da Silva (organizador). 7ª Edição: Casa das Letras, 2011. 213 p. ISBN 978-972-46-1922-4.
- SILVA, Jorge Henriques Pais, CALADO, Margarida – **Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005. 388 p. Dep. Legal 222 352/05.
- SINTRA, Filomena Pascoal, ESTEVENS, José - **Património rural construído do Baixo Guadiana**, Loulé: 2004. 216 p. Odiana, Editora do Guadiana. ISBN 972-99686-1-6.
- SYVANNE Ilkka – La caída del Imperio sasánida. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), p. 44-51.
- TORRES, Cláudio, MACÍAS, Santiago - O Garb Al-Andalus. In PEREIRA, Paulo, coord. - **História da Arte Portuguesa – Volume 1 – Da Pré-História à Arte Islâmica no Ocidente Andaluz**. Reimpressão da 1ª edição em 3 volumes. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2007. 175 p. ISBN 978-972-42-3963-7. Cap., p. 151-175.
- TORRES, Cláudio - A Terra e os Homens. In MATOSO, José, coord. - **História de Portugal – Antes de Portugal**. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013. 624 p. ISBN 978-972-42-4919-3. Cap., p. 411-432.
- TORRES, Cláudio – Os recursos e os poderes, In MATOSO, José, coord. - **História de Portugal – Antes de Portugal**. Edição Comemorativa XX Aniversário. Maia: Círculo de Leitores, 2013. 624 p. ISBN 978-972-42-4919-3. Cap. p. 433-452.
- TORRES, Cláudio - **Mértola Vila Museu – Campo Arqueológico de Mértola**. [Consult. em 06 mar. 2015], disponível em: <http://www.camertola.pt/info/m%C3%A9rtola-vila-museu>
- TROMBLEY Frank – La conquista árabe de Egipto. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), p. 57.
- VILLAGRA Mabel – La Arabia preislámica – caravanas, tribus y desierto. **Desperta Ferro**. Madrid: Historia Militar y Política de la Antigüedad y el Medievo. ISSN 2171-9276. Nº 24 (julho - agosto 2014), p. 6-10.

ZINK, Michel – O sucesso da literatura medieval. In GOFF Jacques le, (e outros) – **Viva o Ano 1000 – A modernidade da Idade Média**. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Editorial Teorema Lda., 2000. 167 p. ISBN 972-695-404-5. p. 75-89.

ZOZAYA, Juan (Museu de América, Madrid) – Fortificaciones tempranas em al-Andalus ss. VIII-X. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes, coordenação - **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002. 933 p. ISBN 972-772-308-X. pp. 45-58.

Páginas WEB

Centro de Estudos Religiosos e Culturas da Universidade Católica Portuguesa – Portugal tem menos católicos e mais protestantes/ evangélicos. **Newsleter** – Jornal de Notícias. Lisboa. Consultado em: 16/abr./2012 às 13:30. Disponível em www.jn.pt/.../portugal-tem-menos-catolicos-e-mais-protestantesevangelicos--2422559...

CADC - Convenção Albufeira - Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas. Consultada em: 2017/04/18. Disponível em: www.cadc-albufeira.eu/pt/cuencas-hidrograficas/cuenca-tajo.

Página da Câmara Municipal de Alcoutim. Consultado em 2016/04/03. Disponível em: www.cm-alcoutim.pt.

Página da Umayyad Route. Consultada em: 2016/09/27. Disponível em: <http://umayyad.eu/>.

A Identidade do Algarve: Forais, Alvarás e Cartas Régias – C M Alcoutim. Consultada em: 2017/05/09. Disponível em: www.cm-alcoutim.pt/.../exposicao-“a-identidade-do-algarve-forais-alvaras-e-cartas-re...

Anexos das Imagens



Imagem nº 4 - Caminho entre a área de estacionamento e a entrada para o recinto do castelo. Carlos Esquetim 2016.



Imagem nº 5 - Topo ocidental do castelo, com o maciço rochoso do cerro escavado em forma de trincheira (setas verticais), no ponto mais elevado, um tramo da cintura exterior das muralhas adôça ao maciço rochoso (seta horizontal). Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 6 – Vértice que une os muros oeste e norte na cota dos 83,8 m. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 7 – Muro do socalco inferior onde flete para sul, até ao maciço rochoso do cerro. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 8 – Visíveis os quatro níveis; no topo o alcácer, abaixo deste o albacar, seguida da plataforma mais elevada e em primeiro plano a plataforma inferior. Carlos Esquetim, 2016.

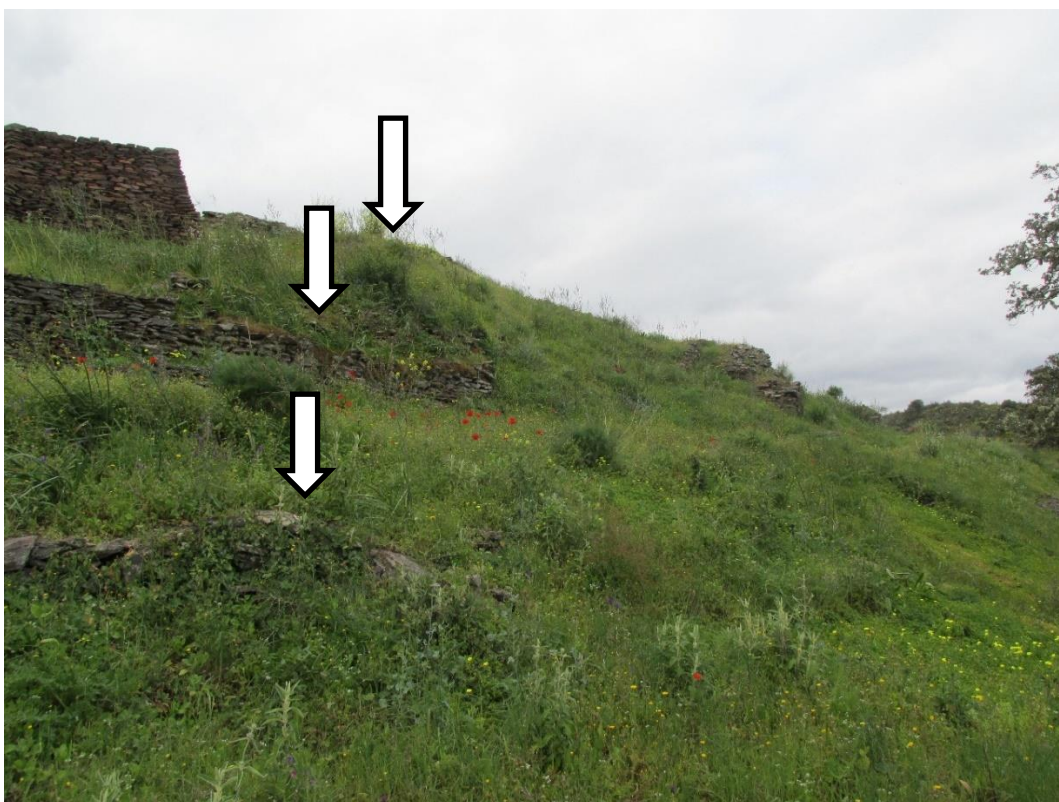


Imagem nº 9 – Fotografia tirada da plataforma inferior. Visíveis tramos das muralhas e muro de sustentação. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 10 – Continuação dos socalcos do castelo. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 11 – Fotografia dos socalcos de leste para ocidente. Foto Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 12 – Torre leste, na cintura exterior das muralhas. Carlos Esquetim, 2016.

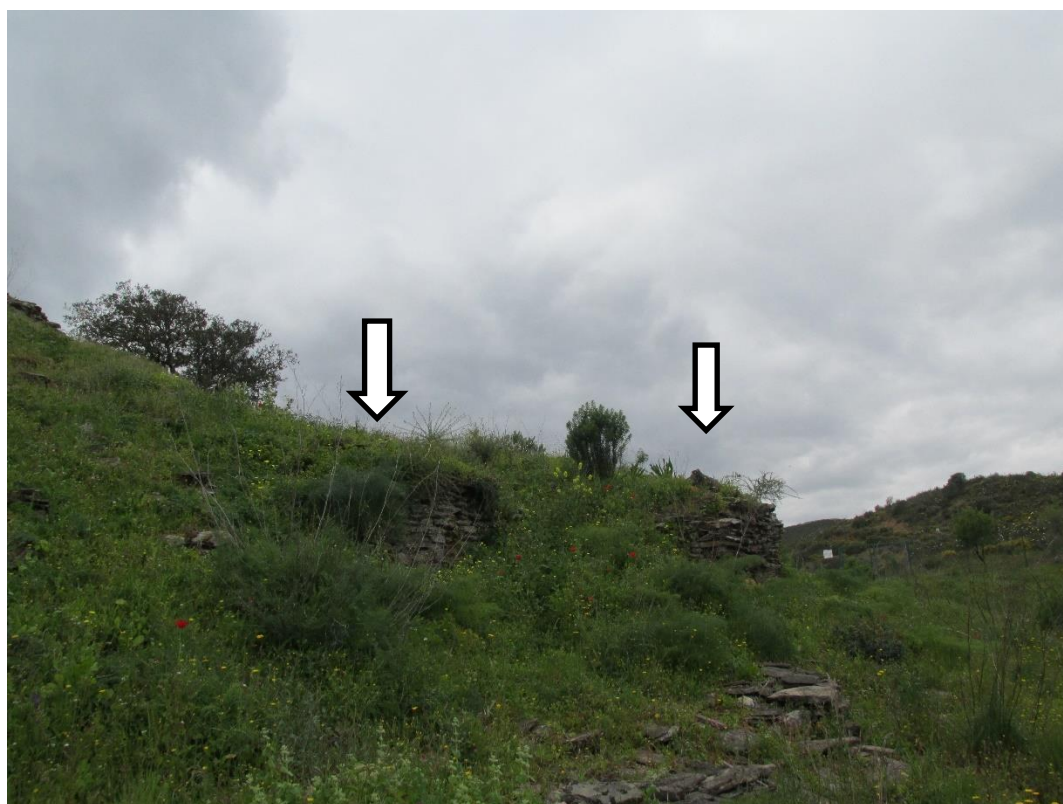


Imagem nº 13 – Torres da cintura exterior das muralhas. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 14 – Torre ocidental na cintura exterior das muralhas. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 15 – Entrada do castelo localizada na cintura de muralhas exterior, situada no topo oriental, virada para norte. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 16 – No interior da estrutura, a porta que dá para o interior do castelo. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 17 – Topo poente com o maciço rochoso e as ligações dos tramos das muralhas. Carlos Esquetim, 2016



Imagem nº 18 – Os mesmos tramos da muralha da foto nº 22 vistos de outro angulo. Carlos Esquetim, 2015.

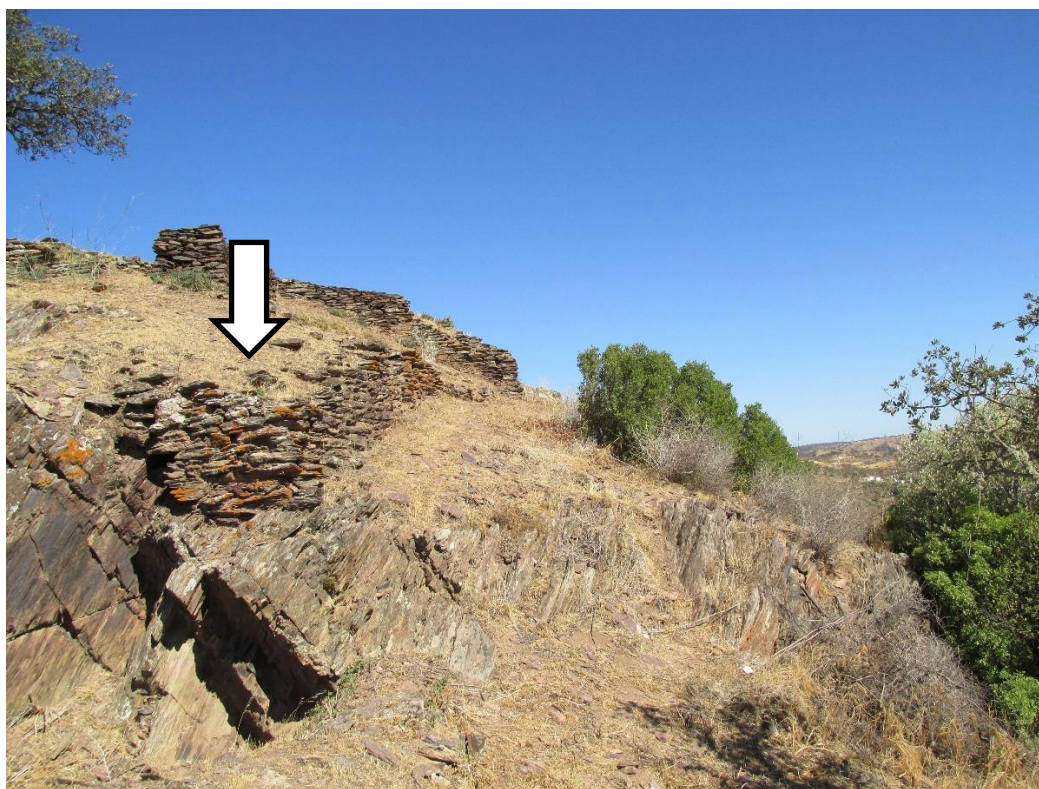


Imagem nº 19 – Início da cintura de muralhas exterior, de poente para nascente. Carlos Esquetim, 2015.



Imagem nº 20 – Sobreposição da muralha do alcácer sobre outra mais antiga, notando-se a diferença de aparelhos na verticalidade do tramo assinalado. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 21 – A mesma situação de sobreposição vista de outro angulo. Carlos Esquetim, 2016.

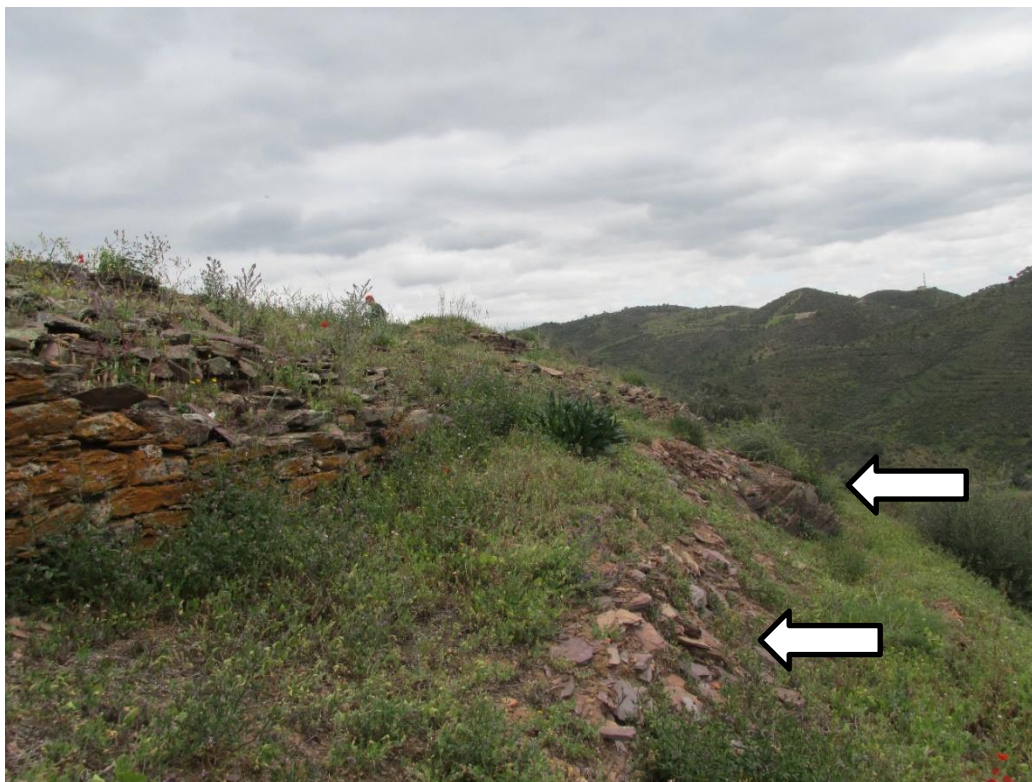


Imagem nº 22 – Mais um tramo de muralha onde se nota a existência de uma muralha pelo (infra indicada), posteriormente encontra-se uma torre adossada (supra indicada). Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 23 – O uso da técnica de *espinha* parcial. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 24 – Nas paredes da segunda fase do *alcácer* encontramos cacos de cerâmica/ telha como enchimento ou nivelamento do aparelho usado neste período. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 25 – Pano de muralha onde podemos verificar diferentes métodos de aparelho. Carlos Esquetim, 2015.



Imagem nº 26 – Estrutura em «L» da porta de entrada do alcácer. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 27 – Vista das estruturas habitacionais centrais do alcácer. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 28 – Vista do interior da cisterna. Carlos Esquetim, 2015.

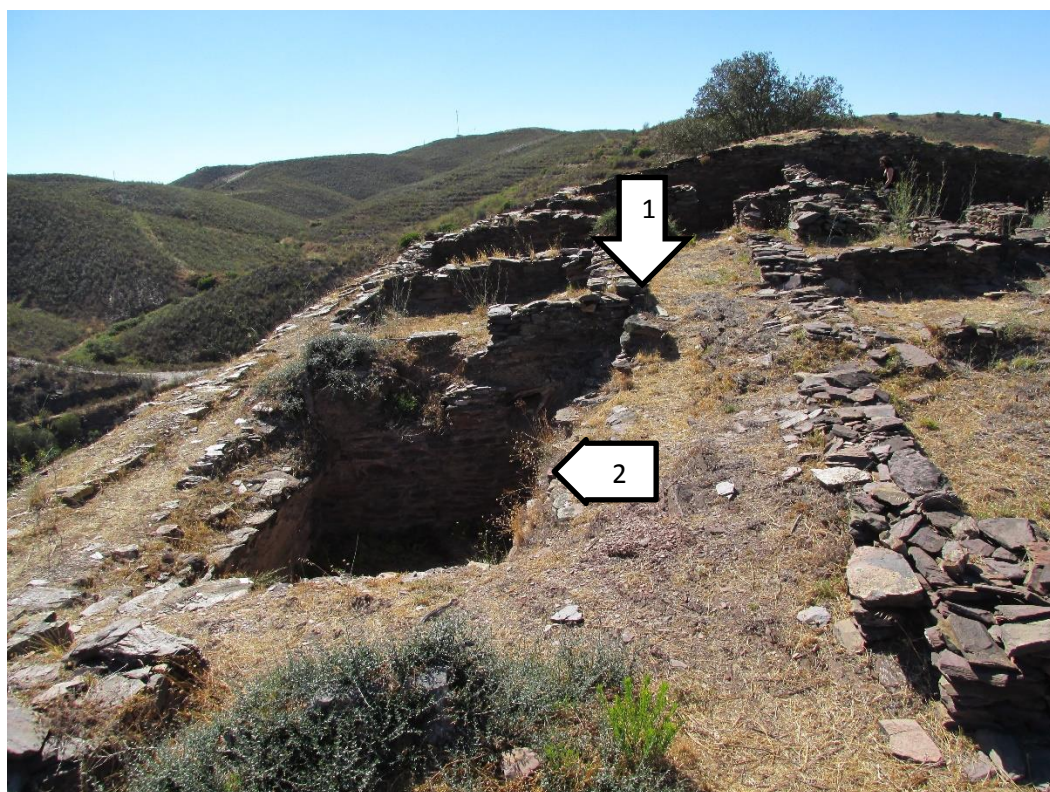


Imagem nº 29 – Vista poente da cisterna com a estrutura habitacional contígua; 1 - indicação da cisterna, 2- indicação de parte da estrutura do algibe. Carlos Esquetim, 2015.



Imagem nº 30 – Complexo defensivo da porta de entrada do *alcácer* com vista para o exterior, com indicação do espaço que era ocupado pela porta. Carlos Esquetim, 2015.



Imagem nº 31 – Arruamento com restos de lajeamanto que poderiam ocupar um espaço muito superior ou a quase totalidade do *alcácer*. Carlos Esquetim, 2015.



Imagem nº 32 – Placa lítica horizontal com dimensão considerável, colocada na soleira da porta para evitar a entrada das águas pluviais e possíveis animais. Carlos Esquetim, 2015.

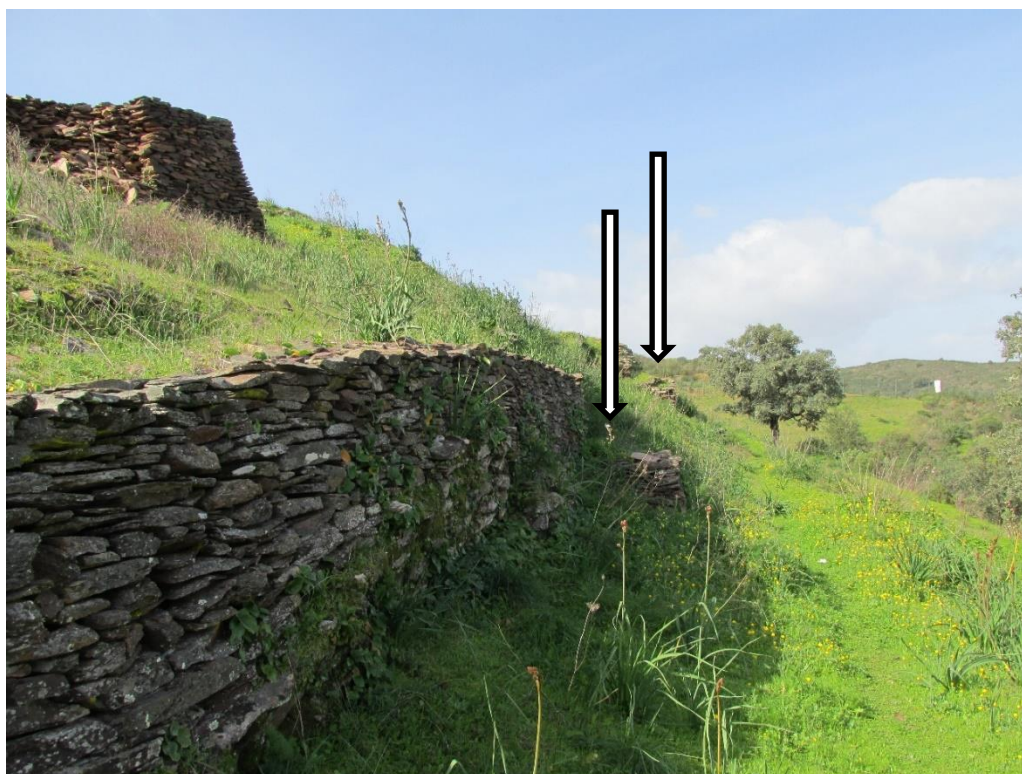


Imagem nº 33 – Tramos da muralha externa, onde se verificam a independência estrutural das muralhas em relação às torres. Carlos Esquetim 2017.



Imagem nº 34 – Torre localizada na muralha externa no ângulo nordeste. Verifica-se uma menor erosão dos materiais mais expostos e uma quebra na continuidade da muralha, indicando ser uma obra posterior (face norte). Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 35 – Quebra na continuidade da muralha vista do tramo a este. Carlos Esquetim, 2017.

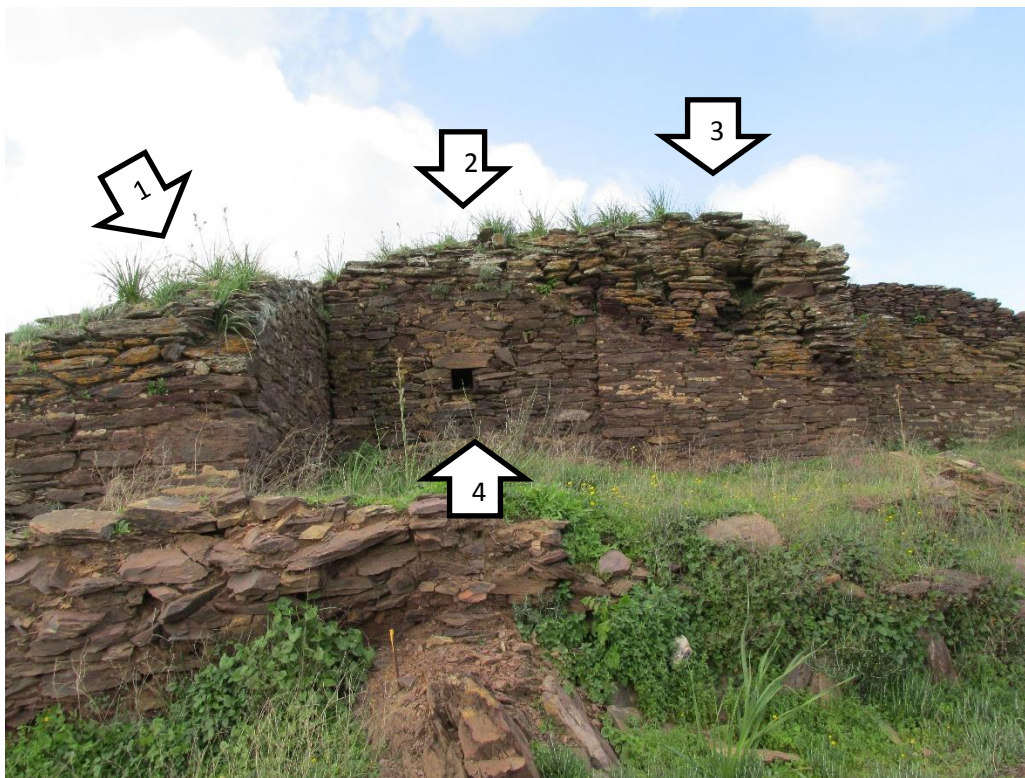


Imagem nº 36 – Torres da muralha nascente do *alcácer*; 1 – a nova torre encontra-se por detrás da que está visível, 2 – novo tramo de muralha, 3 – torre primitiva, 4 – cloaca. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 37 – Entrada do castelo. Estrutura da última fase de ocupação que passou a assemelhar-se com uma grande torre oca, com portas duplas e passagem em «L». Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 38 – Vista para o exterior da entrada do castelo, verifica-se que estas paredes têm uma elevação muito superior nestes pontos devido à volumetria dos derrubes, só justificável pela presença de portas. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 39 – Torre adossada ao topo poente do reduto central do Castelo Velho de Alcoutim, visível o acréscimo da torre. Carlos Esquetim, 2016.



Imagem nº 40 – Cantarinha em cerâmica decorada a corda seca parcial – século XI – Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 41 – Jarrinha em cerâmica decorada a corda seca parcial – séculos X/ XI – Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 42 - Jarrinha em cerâmica decorada a corda seca parcial – séculos X/ XI – Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 43 – Pucarinha em cerâmica – século XI – Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.

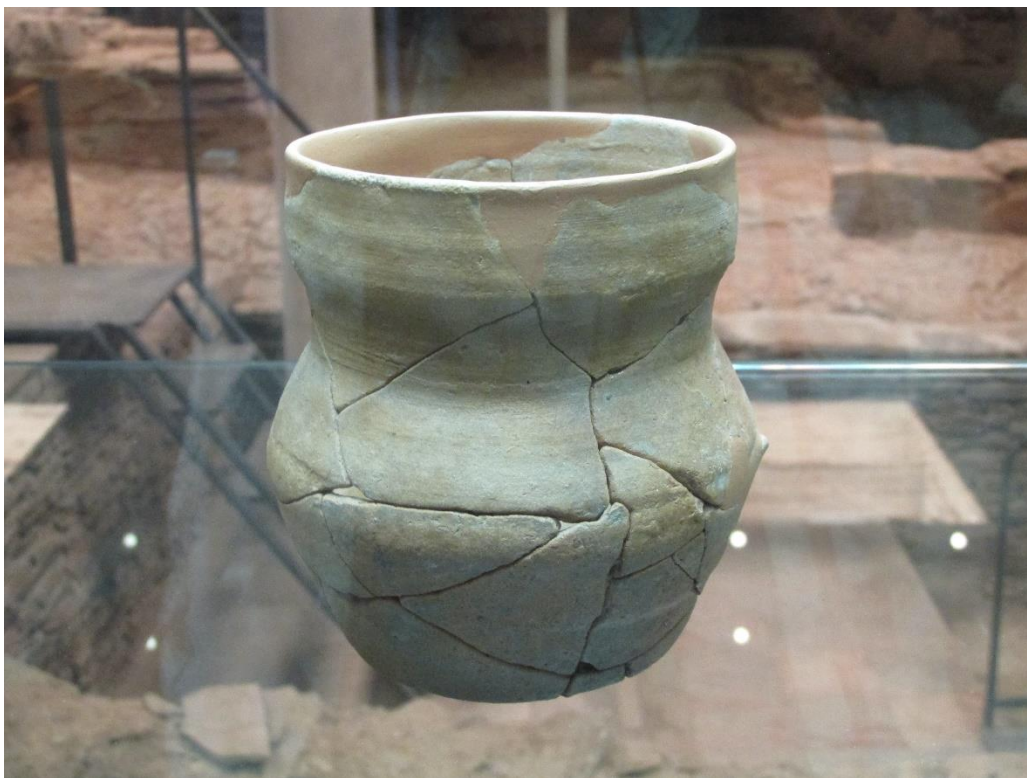


Imagem nº 44 – Pucarinho em cerâmica – século X/ XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 45 – Pucarinho em cerâmica – século X/ XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 46 – Bule em cerâmica – século IX/ XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 47 – Púcaro cerâmica – século XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 48 – Panela cerâmica – século XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 49 – Bilha cerâmica – século XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 50 – Artefacto em ferro(?) e candeias em cerâmica – século X/ XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 51 – Pontas de lanças em ferro – século XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 52 – Fragmento de conta de colar e cossoiro (objetos femininos) – século X/ XI - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 53 – Malho mineiro em grauvaque – cronologia ampla - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 54 – Jogo do tipo *Mancala* em xisto - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.



Imagem nº 55 – Jogo do *Moinho* em xisto - Museu Municipal de Alcoutim. Carlos Esquetim, 2017.

Anexos dos Quadros
Minas exploradas e registadas no século XIX

Quadro 1

Freguesia de Alcoutim

NOME	TIPO	Cu ⁴⁷⁴	Ag ⁴⁷⁵	Mn ⁴⁷⁶	Sb ⁴⁷⁷	Pb ⁴⁷⁸
Pego da Quebrada	Céu aberto	X				
Águas Nascedias	Poços			X (a)		
Sítio da Vinha Grande	Poço			X (a)		
Corga da Mina	Não indica			X (a)		
Cerra da Casa Amêndoa e Pissarral	Não indica		X (a)			
Godrinha	Poço	X				
Vinha Grande da Fazenda Lourinhã	Poço e céu aberto			X (a)		
Caldeirinhas (Premedeiro de Cima)	A céu aberto c/prov. Galerias	X (b)				
Soalheiro da Costa	Galeria?			X		
Nossa senhora da Visitação - Álamo	Não indicado	X (a)		X		
Soalheirão do Serro do Corte	Não indicado			X (a)		
Soalheirão do Cerro de Sta. Bárbara	Não indicado			X (a)		
Soalheirão da Portela do Brejo	Poços e céu aberto			X (a)		
Soalheirão do Cerro da Eira de Maria Monteiro	Não indicado			X (a)		
Soalheirão do Cerro da Toca do Brejo	Poços e céu aberto			X (a)		
Nusmância Serro da Horta do Brejo	Céu aberto			X (a)	X (a)	

⁴⁷⁴ Cobre.

⁴⁷⁵ Prata.

⁴⁷⁶ Manganês.

⁴⁷⁷ Antimónio.

⁴⁷⁸ Chumbo.

Serro da Horta do Brejo	Não indicado				X (a)	
Sítio da calada do Brejo	Poços			X (a)		
Cerro do Mouro	Não indicado			X (a)		
Mina de Cortes Pereiras	Poço e Galerias	X (a)				
Horta Velha, Cortes Pereira	Não indicado			X (a)		
Pedra Branca, Cortes Pereira	Prováveis Galerias e céu aberto					X (a)
Eira dos Vaez, Cortes Pereira	Não indicado				X (a)	
Herdade das Provenças	Céu aberto (?)		X			X (c)
Herdade do Forte	Não indicado			X (a)		
Herdade Primeira do Mosteiro	Não indicado	X (a)		X (a)		
Herdade da Ferrugem	Poço	X (a)				
Sítio da Casa Velha, Marmeleiro	Prováveis poços	X (a)				
Sítio da Roça Fria	Não indicado	X				
Serro das Córias	Não indicado	X (a)				
Sítio do Serro do Couto das Córias	Não indicado	X (a)				
Sítio da Cancela do Areeiro	Não indicado	X (a)				
Serro de Santa Bárbara	Não indicado			X (a)		
Sítio do Serro do Padre António	Não indicado	X (a)				
Sítio do Castelo Velho	Não indicado			X (a)		
Sítio do Serro da Fonte da Serra	Não indicado			X (a)		
Sítio do Barranco de Joana Badana	Galeria			X (a)		
Sítio das Caldeirinhas	Poço com galeria	X (a)				
Sítio das caldeirinhas	Poço com Galeria	X (a)				
Sítio da Eira da Vaca	Não indicado				X (a)	
A Fisga, Cortes Pereira	Não indicado				X (a)	
Sítio das Soalheironas	A céu aberto				X (d)	
Serro da Eira do Cevado	Não indicado				(e)	

Quadro 2

Freguesia de Giões

NOME	TIPO	Cu	Ag	Mn	Sb	Pb
Corga das Contrinas	Não indicado	X				
Serro das Relíquias	Com explosivos	X				
Pego das Colmeias	Não indicado	X (a)				
Sítio da Fonte do Moinho do Rocio	Poço	X				
Ferradouro, Serro do Lavajo (Marim)	Não indicado	X (a)				
Vila do Lavajo, Alcaria Alta	Não indicado	X (a)				

Quadro 3

Freguesia de Martim Longo

NOME	TIPO	Cu	BaSo ₄ ⁴⁷⁹	Mn	Sb	Pb
Serro da Taipa	Não identificado	X				
Serro das Ferrarias	Galeria	X (a)				
Serro do Seixo (N. Sra. Da Assumpção)	Não indicado	X (a)				
Serro do Suíça	Não indicado	X (a)				
Barranco da Parreira (Corcelhão da Portelinha)	Poço	X				
Curral da Serra Senhora Sant' Anna)	Não identificado	X				
Sítio das Corpuas Carrasco	Não identificado	X (a)				
Mina de S. Luís (Serros Altos)	Não indicado	X (a)				
Serro do Malhão, Finca Rodilha (N. Sra. Aparição)	Não indicado	X (a)				
Serro da Vinha ou barranco do Taboleirinho	Não indicado	X (a)				
Serro da Couraça	Céu aberto					X (a)
Mina dos Moroços	Não indicado	X (a)				

⁴⁷⁹ Barite.

Sítio do Serro dos Altos	Não indicado	X (a)				
Herdade dos Medronheiros	Não indicado	X (a)				
Rocha de Maria Canela	Não indicado	X (a)				
Casa de Canela	Não indicado	X (a)				
Serro de Monte Argil ou Montargiz	Não indicado	X (a)				
Sítio do Cão-Macho	Não indicado	X (a)				
Sítio de Santa Justa	Não indicado		X			
Serro do Mouraço	Não indicado		X			

Quadro 4

Freguesia do Pereiro

NOME	TIPO	Cu	BaSo ₄	Mn	Sb	Pb
Sítio do Serro do Picotão	Não indicado	X (a)				
Barranco do Serro do Seixo	Não indicado	X (a)				
Serro do Castelo	Galeria e céu aberto	X (a)				
Barranco do Poço (Alcaria Cova)	Poço	X (a)				
Mina de Alcaria Cova	Poço (?)	X (a)				

Quadro 5

Freguesia de Vaqueiros

NOME	TIPO	Cu	Ag	Mn	CuFeS ₂ ⁴⁸⁰	Pb
Herdade do Malhado	Não identificado	X				
Sítio de Fortes	Poços e céu aberto			X		
Serro da Cumeada	Não indicado	X (a)				
Serro da Pedra e Serro da Galinha	Céu aberto	X (a)				
Serro Alto (Alcaria Queimada)	Não indicado	X (a)				
Serro das Ferrarias	Poços e céu aberto	X (a)				

⁴⁸⁰ Calcopirite.

Moricão (Serro da Póvoa dos Ciganos)	Galeria e céu aberto	X (a)				
San Venta (próx. Alcaria Queimada)	Não indicado	X (a)				
Malhada	Não indicado	X (a)				
Barranco das Bestas	Não indicado	X (a)				
Serro da Estremada (próximo de Alcaria Queimada)	Não indicado	X (a)				
Serro das Picotas (n. Sra. Assumpção) Alcaria Queimada	Não indicado	X (a)				
Serro Serrano (Caterina Fernandes)	Não indicado	X (a)				
Mina de S. Pedro (Monte dos Porcos) Alcaria Queimada	Não indicado	X (a)				
Monte da Espingardinha	Galeria e céu aberto	X (a)				
Barranco do Serro da Rocha Grande	Não indicado	X (a)				
Cova da Moura, Herculano	Galeria e céu aberto	X (a)				
Serro do Forra-Merendas	Minas em Galerias	X (a)				
Cova do Carrião	Não indicado	X (a)				
Serro Alto e Serro da Estercada	Não indicado	X (a)				
Courela do Lavajo	Poço	X (a)				
Umbria fria e Barranco Fundo	Não indicado	X (a)				
Serro das Panóias	Não indicado	X (a)				
Barranco Grande (Rocha das Cangalhas)	Não indicado	X (a)				
Monte de Alcaria Queimada	Não indicado	X				
Mina de Malfrades	Não indicado	X				
Serro das Covas	Não indicado	X				
Serro do Carreirão	Não indicado	X				
Sítio da Chã	Não indicado	X				
Serro de Flandres	Não indicado	X (a)				
Sítio de Caterina Fernandes	Não indicado	X (a)				
Barranco do Ribeirão na Umbria da Barreira	Não indicado	X (a)				

Sítio da Ribeira da Corte	Não indicado	X (a)				
Courela das Alagoas	Filão a céu aberto	X (a)				
Courela d'Achada	Poço e galeria	X (a)				
Cova dos Mouros	Não indicado	X				
Serro das Casas	Não indicado				X	

481

- (a) – Associado a outros metais.
- (b) – Associado a outros metais (cobalto).
- (c) – Uma referência de azougue.
- (d) – Com presença de estibina (antimonite).
- (e) – Sulfureto de antimónio.

Quadro 6

Cronologia das intervenções arqueológicas no Castelo Velho de Alcoutim

CNS: 2649	
Responsável: Prof. Doutora Helena Maria Gomes Catarino	
Ano	1985
Projeto	O Povoamento do Alto Algarve Oriental das origens à Idade Média
Temporada	08/08/1985 a 30/08/1985
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Determinar a importância do castelo durante o Islão e estabelecer paralelos com o castelo atual.
Resultados	Castelo simples com castelejo central, formato retangular com restos de torres quadrangulares, feito em xisto da região, com cisterna e edificações habitacionais. Apresenta paredes construídas em <i>espinha</i> , provavelmente produzidas a partir da Alta Idade Média. Admite-se que a sua existência está ligada diretamente com a exploração mineira. As cerâmicas são provavelmente da época califal.
Ano	1987
Projeto	Estudo do povoamento muçulmano do Algarve Central e Oriental: Alcarias e Núcleos Fortificados.
Temporada	02/08/1987 a 22/08/1987

⁴⁸¹ Helena Catarino – *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica*, 1997/98, *op. cit.* pp. 263-302.

Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Continuação dos trabalhos, alargando a área de escavação na fortaleza central, com vista ao estudo da importância estratégica, o tipo habitacional, períodos cronológicos e limites de ocupação da fortaleza.
Resultados	- Não indicados na fonte consultada -.
Ano	1988
Projeto	Estudo do povoamento muçulmano do Algarve Central e Oriental: Alcarias e Núcleos Fortificados.
Temporada	04/10/1988 a 23/10/1988
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Continuação dos trabalhos arqueológicos.
Resultados	- Não indicados na fonte consultada -.
Ano	1989
Projeto	Estudo do povoamento muçulmano no Algarve Central e Oriental: Alcarias e Núcleos Fortificados.
Temporada	06/08/1989 a 06/09/1989
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Continuação dos trabalhos arqueológicos.
Resultados	Verificou-se que a fortaleza central do castelo, para além dos compartimentos adossados aos panos de muralha, tinha um grande pátio central e no topo oeste uma cozinha que se prolonga para ambos os lados de uma parede central, indicando estruturas anteriores às da última fase.
Ano	1990
Projeto	Estudo do povoamento muçulmano no Algarve Central e Oriental: Alcarias e Núcleos Fortificados.
Temporada	31/08/1990 a 10/09/1990
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Continuação dos trabalhos arqueológicos.
Resultados	Confirmou-se que numa primeira fase as casas não estavam adossadas às muralhas. O material arqueológico recolhido indica uma ocupação cronológica dos inícios do período muçulmano.

Ano	1991
Projeto	Estudo do povoamento muçulmano no Algarve Central e Oriental: Alcarias e Núcleos Fortificados.
Temporada	05/08/1991 a 09/09/1991
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Continuação dos trabalhos arqueológicos com a identificação do perímetro da muralha central e saber se haveria uma segunda cintura de muralhas na encosta sul.
Resultados	Identificação de 16 compartimentos habitacionais, ruas e cisterna. Confirmação de estruturas da primeira fase de ocupação, entulhadas, onde se encontraram restos de telhas mais grosseiras e cerâmica comum de tradição visigótica, mostrando semelhanças às recolhidas na primeira campanha no Castelo das Relíquias.
Ano	1992
Projeto	Estudo do povoamento muçulmano no Algarve Central e Oriental: Alcarias e Núcleos Fortificados.
Temporada	02/07/1992 a 02/08/1992
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Continuação dos trabalhos arqueológicos.
Resultados	- Não indicados na fonte consultada -.
Ano	1993
Projeto	Estudo do povoamento muçulmano no Algarve Central e Oriental: Alcarias e Núcleos Fortificados.
Temporada	01/08/1993 a 30/08/1993
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Rever as plantas elaboradas, obter melhor perceção dos níveis antigos e das cronologias, estabelecer uma diacronia das diferentes fases da fortificação omíada.
Resultados	Um local que pode ter iniciado na alta Idade Média como refúgio protegido pelos afloramentos rochosos e por uma muralha grosseira que circundaria a encosta. Com a ocupação islâmica reforça-se a fortificação, assim como as defesas locais, como a construção do Castelo das Relíquias, a tipologia de planta retangular, as torres quadrangulares e o tipo de aparelho, apontam para uma construção omíada, onde se notam influências sírio-palestinas e bizantinas. No século X verifica-se o apogeu deste castelo com reparações e acrescentos, e, o seu abandono no século XI.
Ano	1999

Projeto	Povoamento e Fortificações Islâmicas do Algarve Oriental – O Castelo Velho de Alcoutim e o seu território mineiro.
Temporada	19/07/1999 a 14/09/1999
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Limpeza das ruínas e desmate da área circundante, conclusão da escavação do recinto fortificado superior, retomar a sondagem 2, prospeções nas imediações do castelo, tratamento, inventariação e desenho do espólio recolhido durante a escavação.
Resultados	Identificação da fortaleza superior, a 1ª fase corresponde ao período Emiral/Califal, a 2ª fase corresponde aos finais do califado e do período dos Reinos das Taifas. Na sondagem 2 escavaram-se armazéns e/ou edifícios militares rodeados pela segunda cintura de muralhas. Encontrados estilhaços de bala de canhão do século XVII que destruíram alguns vestígios da época islâmica ⁴⁸² .
Ano	2000
Projeto	Povoamento e Fortificações Islâmicas do Algarve Oriental – O Castelo Velho de Alcoutim e o seu território mineiro.
Temporada	11/09/2000 a 15/10/2000
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Estudo da fortificação integrada nos <i>husun</i> omíadas ou possível <i>qasr</i> do grupo berbere dos al-Kutama. Centro de um território mineiro onde ainda não se identificou o local de fundição. Estudo das escórias provenientes do castelo e de blocos de minério recolhidos de minas associadas a povoamentos islâmicos. Continuação das escavações e processo de musealização.
Resultados	Conclusão da escavação do alcácer superior com sequências estratigráficas que passam pelos períodos emiral, califal e das taifas. A porta de acesso à 2ª cintura fortificada e os restos de uma porta em cotovelo que dava acesso à 2ª área habitacional amuralhada. Na sondagem dessa segunda área habitacional foram descobertos edifícios monocelulares que poderiam ter pertencido a elites militares.
Ano	2001
Projeto	Povoamento e Fortificações Islâmicas do Algarve Oriental – O Castelo Velho de Alcoutim e o seu território mineiro.
Temporada	- Sem data definida -
Tipo de trabalho	Estudo do espólio
Objetivos	Obter análises comparativas do povoado e de outras amostras já recolhidas em outros sítios arqueológicos do território mineiro.

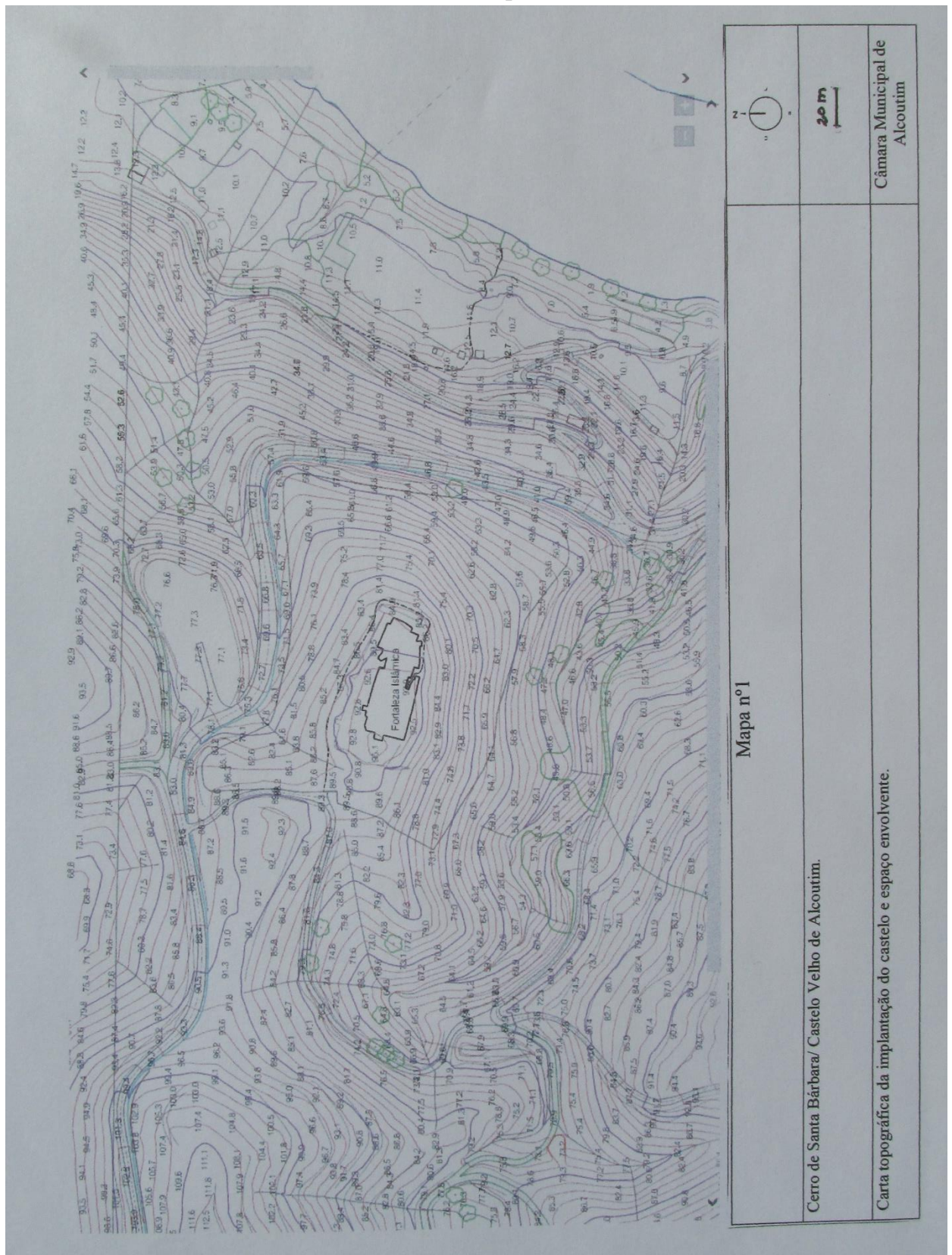
⁴⁸² De frente encontra-se a fortaleza espanhola de San Lucar de Guadiana com estruturas capazes para comportar armamento pirobalístico.

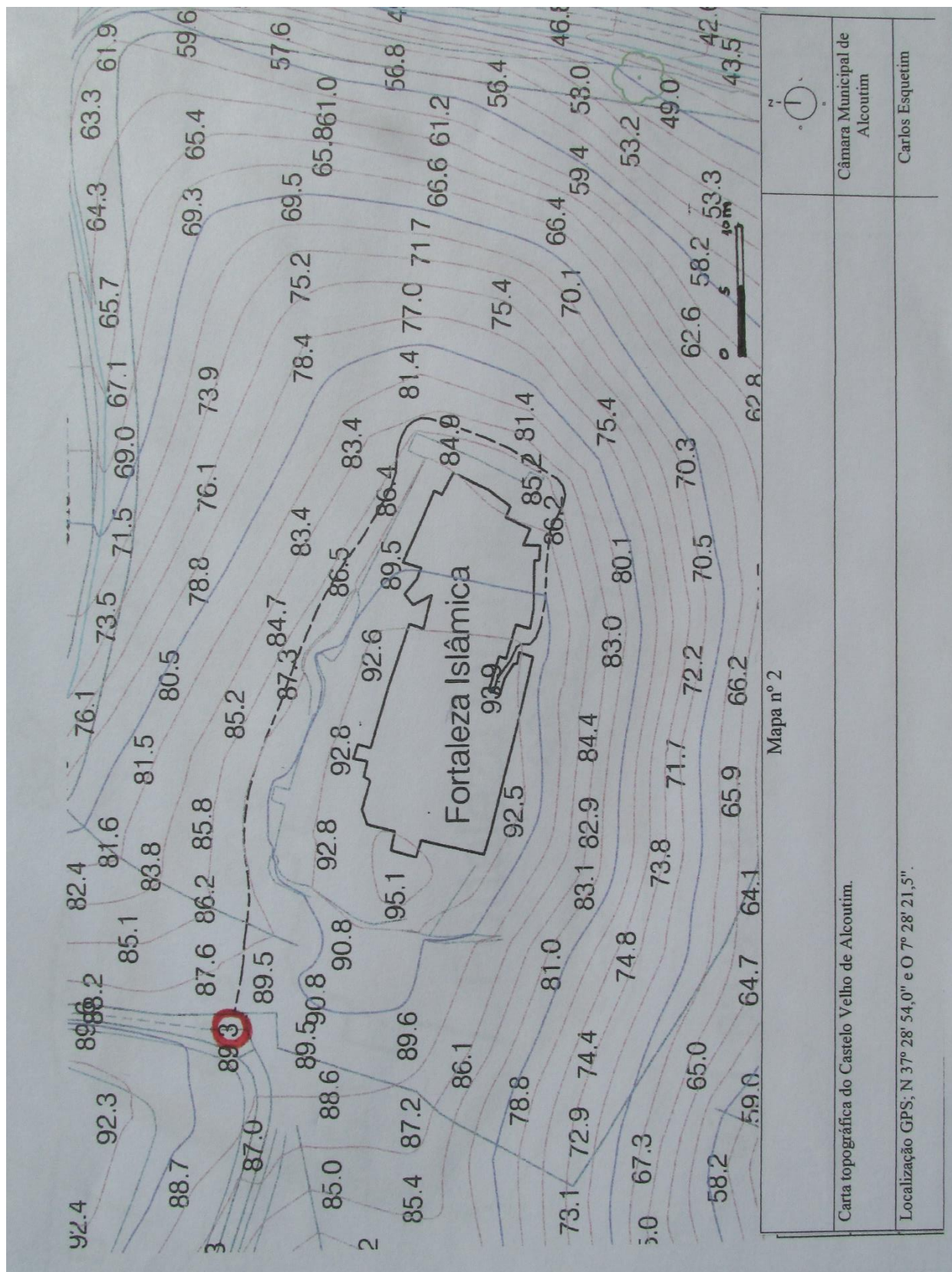
Resultados	Os vestígios recolhidos relacionados com a atividade metalúrgica, sobretudo do ferro, revelaram quase sempre a associação de metais, sendo maioritárias as referências a manganés, a pouca densidade de cobre, antimónio, prata, chumbo e outros minerais.
Ano	2002
Projeto	Povoamento e Fortificações Islâmicas do Algarve Oriental – O Castelo Velho de Alcoutim e o seu território mineiro.
Temporada	29/07/2002 a 08/09/2002
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Interpretação do fortim superior que se revelou um alcácer (um palácio rural). Continuação das escavações na alcáçova, interpretação da casa 2, e limpeza dos derrubes para visualização do alinhamento da muralha sul da alcáçova.
Resultados	Conclusões: 1) no alcácer o conjunto das cozinhas A e U, na fase califal foram uma única sala, situada no topo oposta à entrada; na área da porta descobriu-se a ligação do compartimento, o pátio com o adarve e a descoberta de uma porta entaipada de uma torre (compartimento X). 2) na alcáçova a sala 2 revelou-se pertencer a uma mesquita (casa IV). Conclusão das escavações das casas 4,5, 10 14, identificaram-se paredes e espaços habitacionais construídos sobre espaço antigo de fundição de metais. 3) na encosta sul o tramo da muralha da alcáçova foi parcialmente exposto, descoberta lixeira no exterior perto do ângulo sudoeste, compactados à muralha.
Ano	2003
Projeto	Povoamento e Fortificações Islâmicas do Algarve Oriental – O Castelo Velho de Alcoutim e o seu território mineiro.
Temporada	28/07/2003 a 06/09/2003
Tipo de trabalho	Escavação
Objetivos	Continuação da escavação da sondagem 2, com a finalidade de atingir o tramo nascente da muralha, continuação da escavação entre a mesquita e a muralha numa zona de fundição, e, verificar a sua relação com as outras estruturas.
Resultados	Observação da alteração do primeiro traçado de muralha com acrescentos sobrepostos nesse tramo. A fundição é anterior às casas da época califal, podendo corresponder a um período emiral ou anterior. Devido à grande quantidade de entulhos ainda por remover, a monografia prevista não é ainda definitiva.

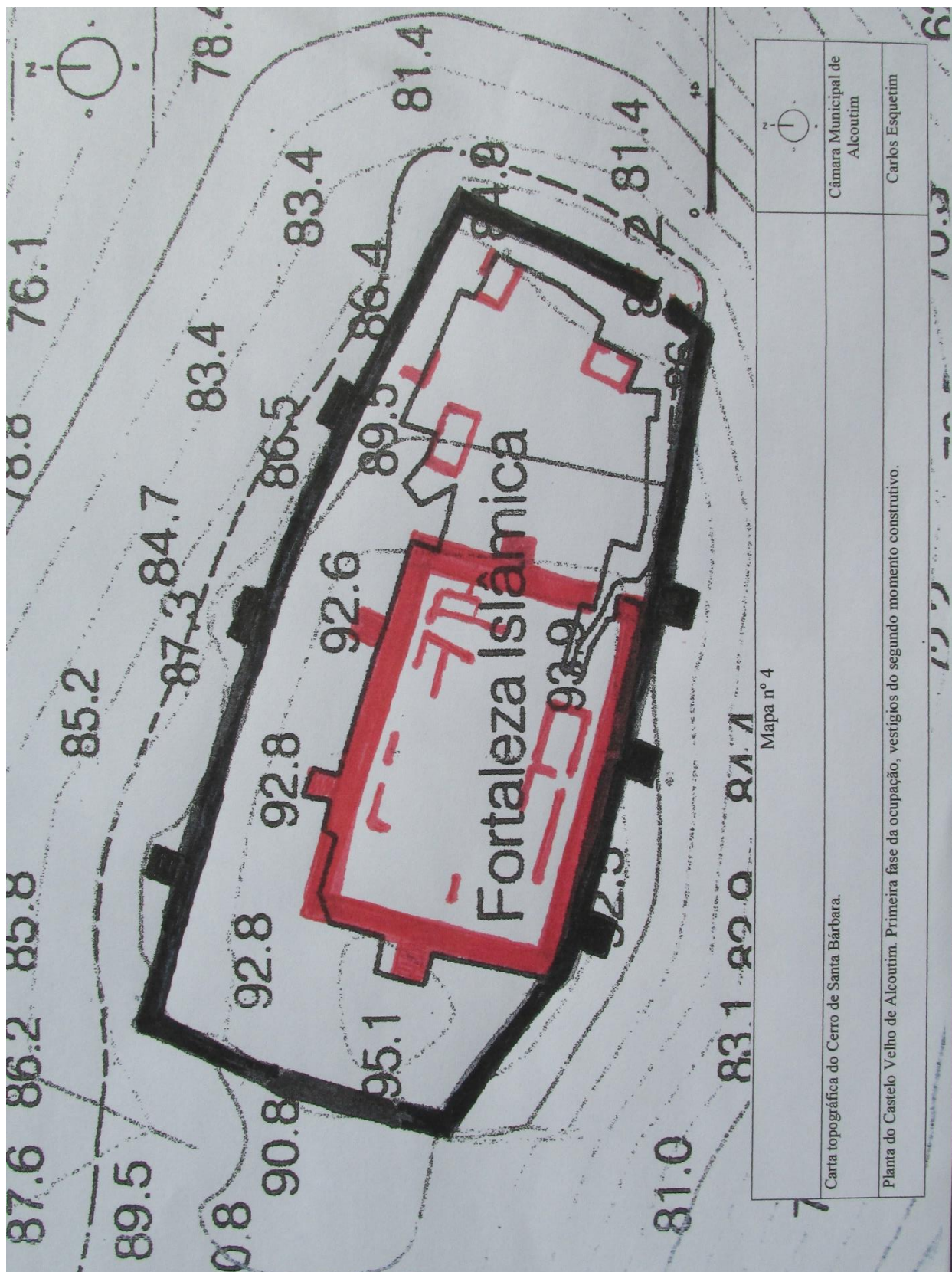
483

⁴⁸³ Fontes: Direção Geral do Património Cultural. Endovélico Portal do Arqueólogo. CNS: 2649.

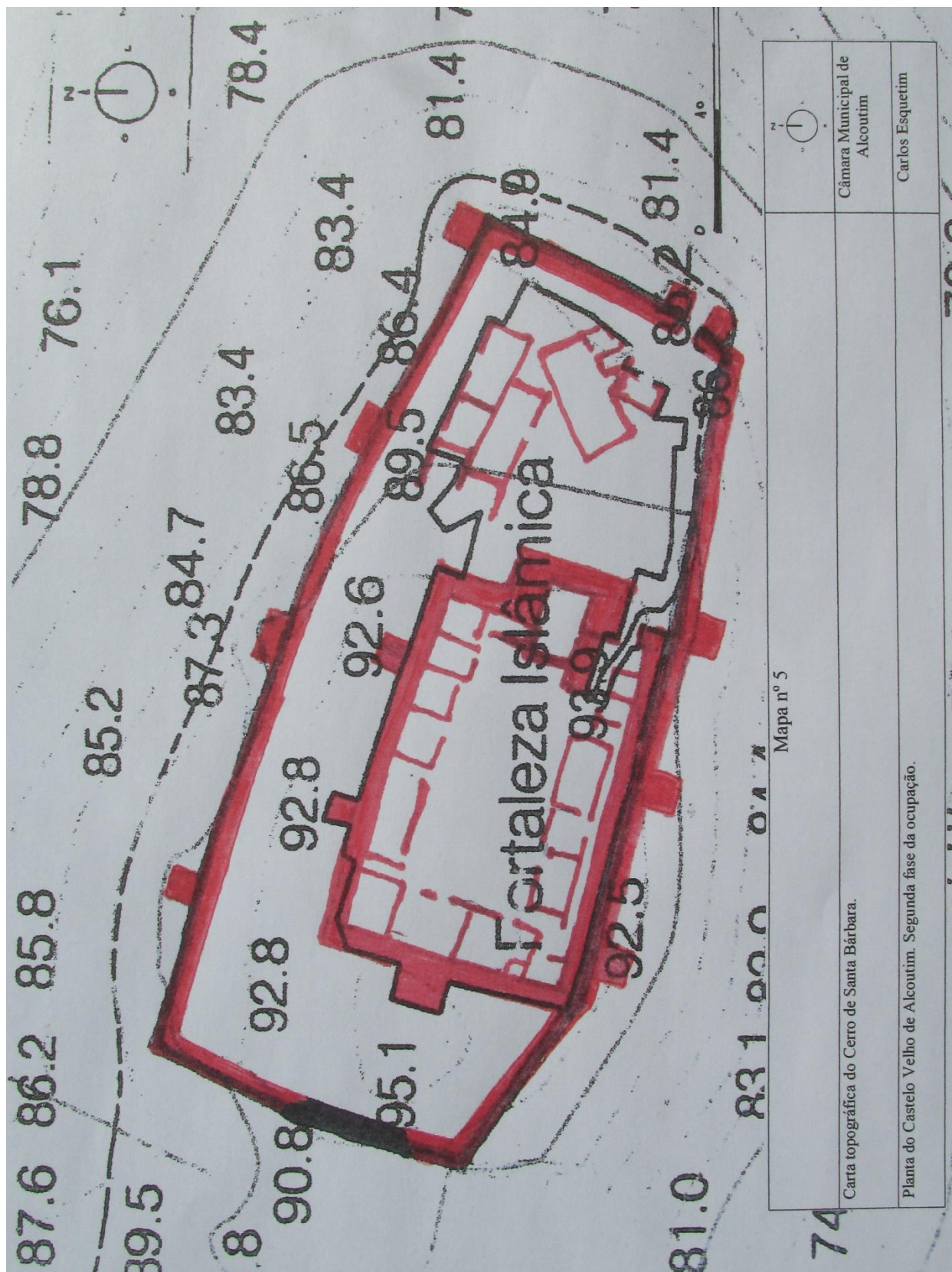
Anexos dos Mapas

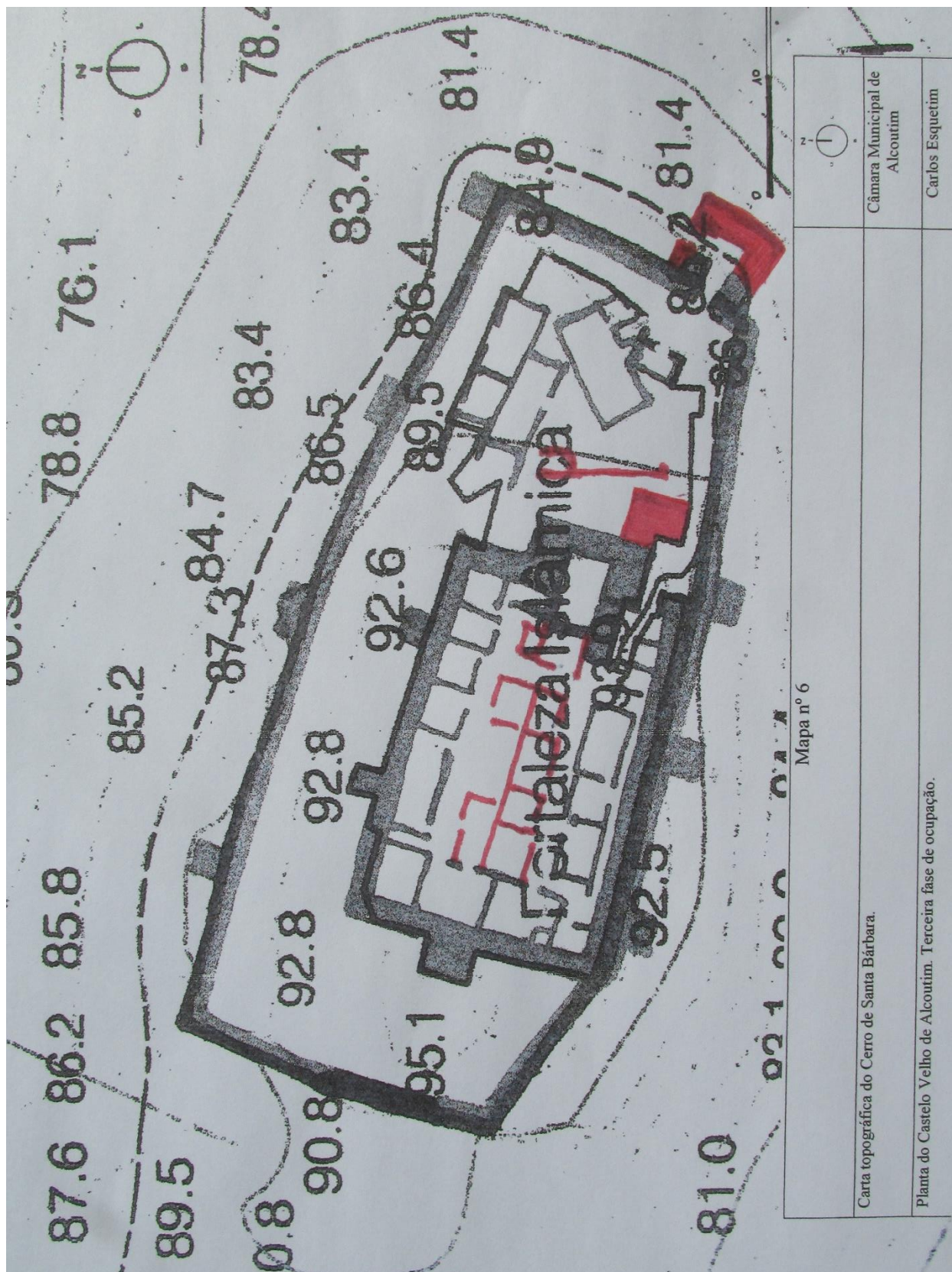


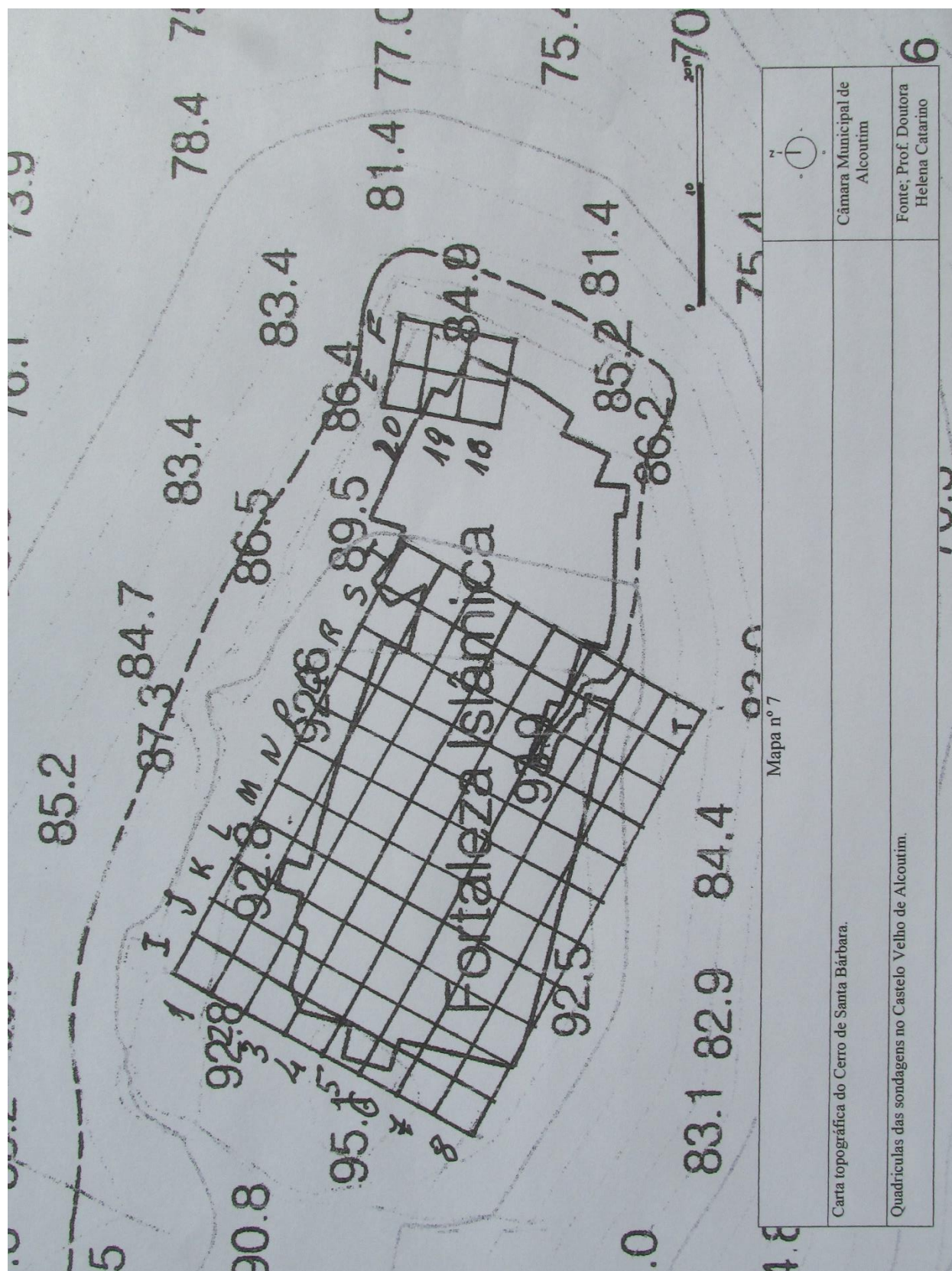


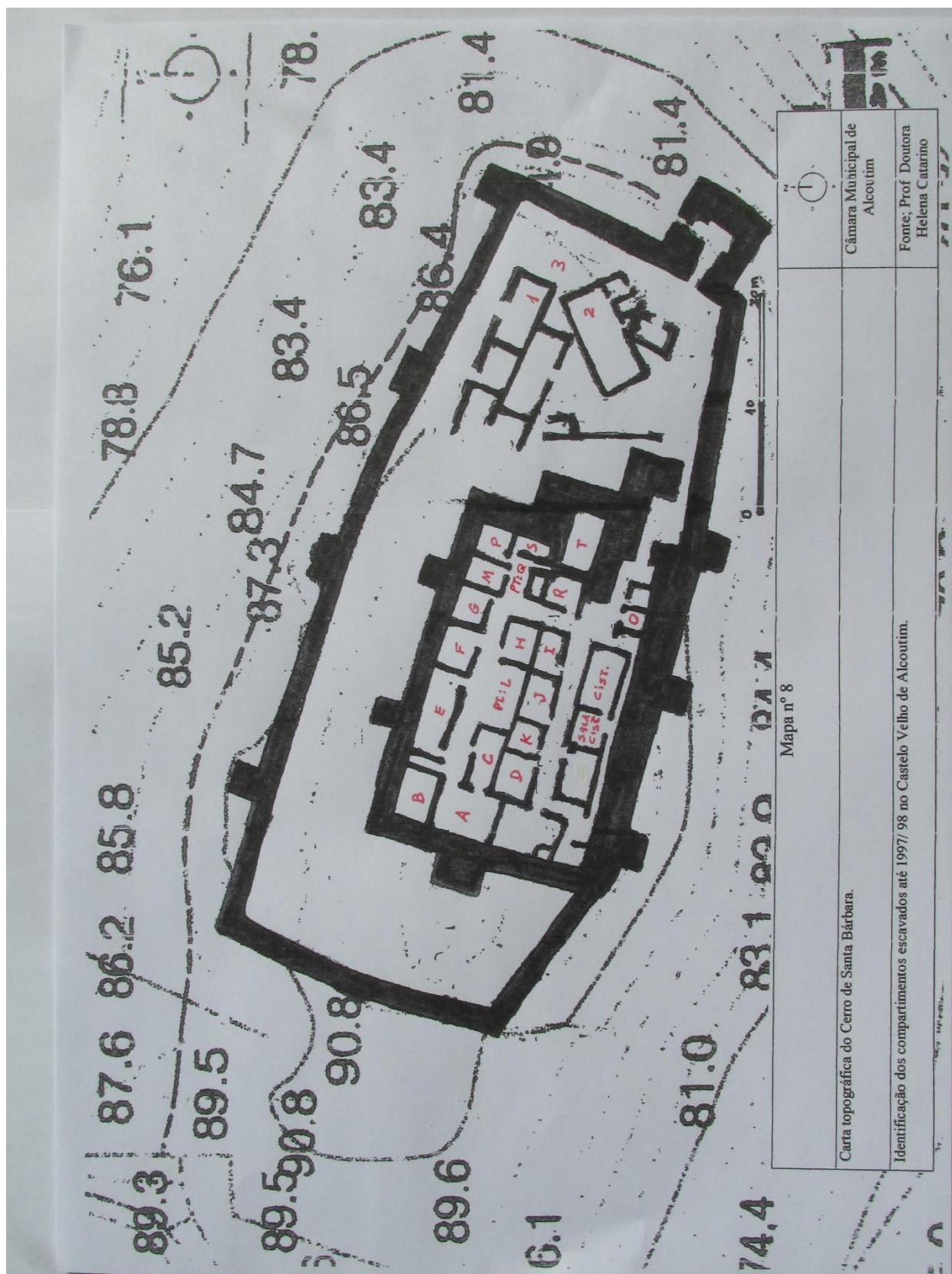


Carta topográfica do Cerro de Santa Bárbara.	Câmara Municipal de Alcoutim
Planta do Castelo Velho de Alcoutim. Primeira fase da ocupação, vestígios do segundo momento construtivo.	Carlos Esquetim





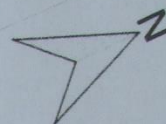




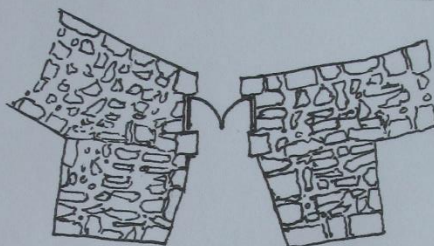
Plantas

Plantas nº 1

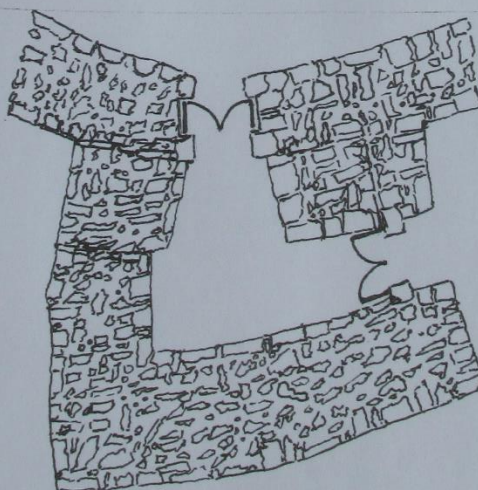
Evolução da entrada do Castelo Velho de Alcoutim



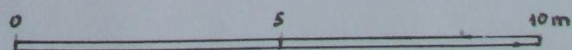
1.1 - Estrutura da porta do *hisn* na primeira fase de ocupação. Primeira metade do século IX.



1.2 - Estrutura da porta do *hisn* na segunda fase de ocupação. Segundo quartel do século X.

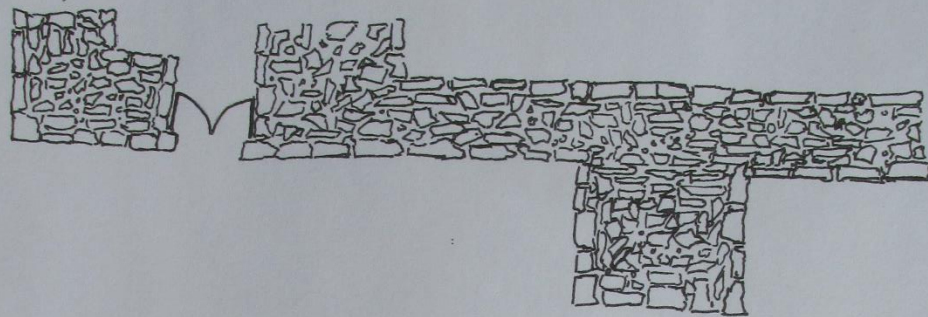


1.3 - Estrutura da porta do *hisn* na terceira fase de ocupação. Primeira metade do século XI.

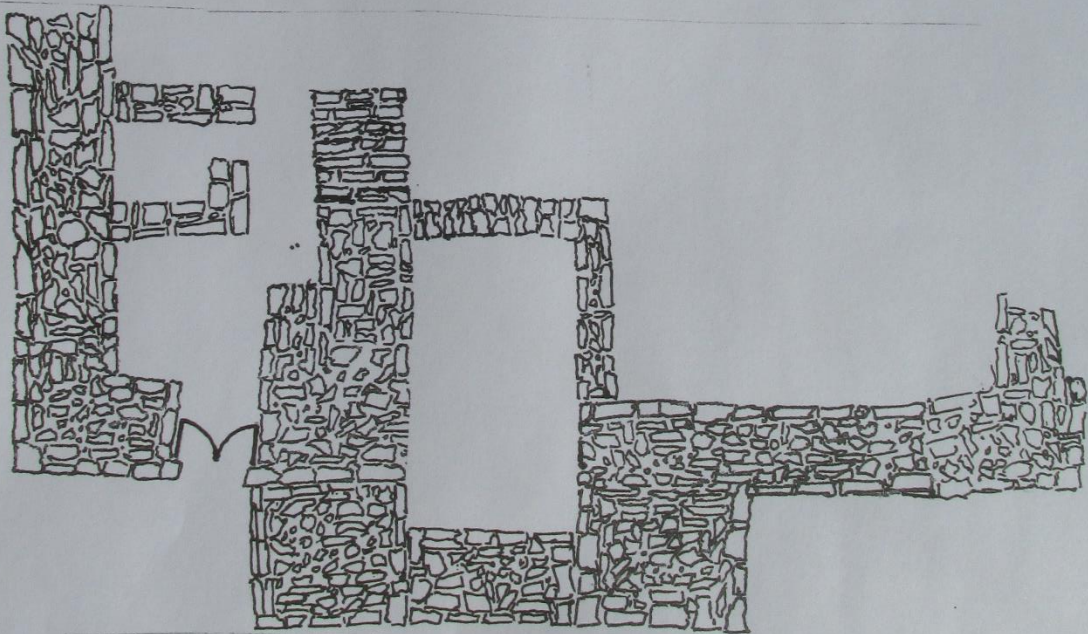


Plantas nº 2

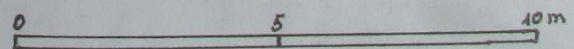
Evolução da entrada do *alcácer* do Castelo Velho de Alcoutim



2.1 - Estrutura da porta do *alcácer* na primeira fase de ocupação. Primeira metade do século IX.

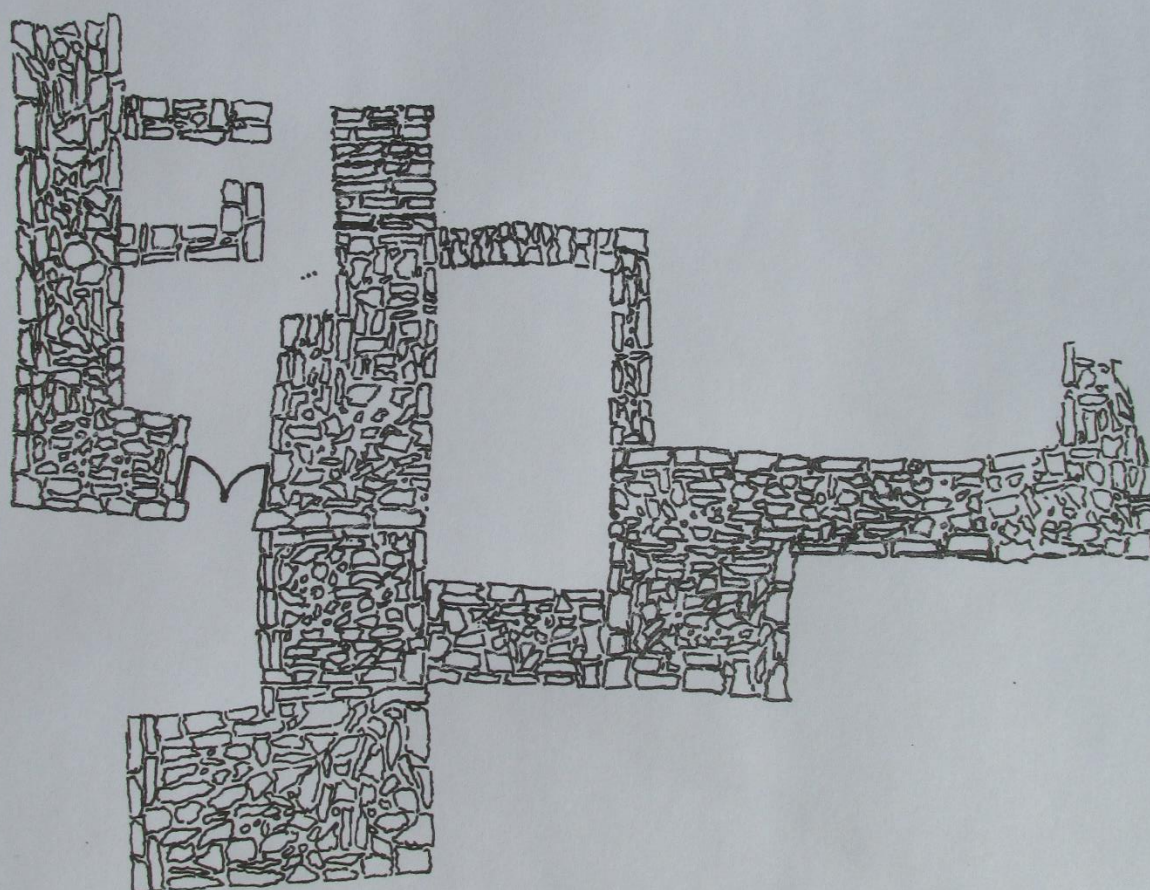


2.2 - Estrutura da porta do *alcácer* na segunda fase de ocupação. Segundo quartel do século X.



Plantas nº 2

Evolução da entrada do *alcácer* do Castelo Velho de Alcoutim (cont. 1)

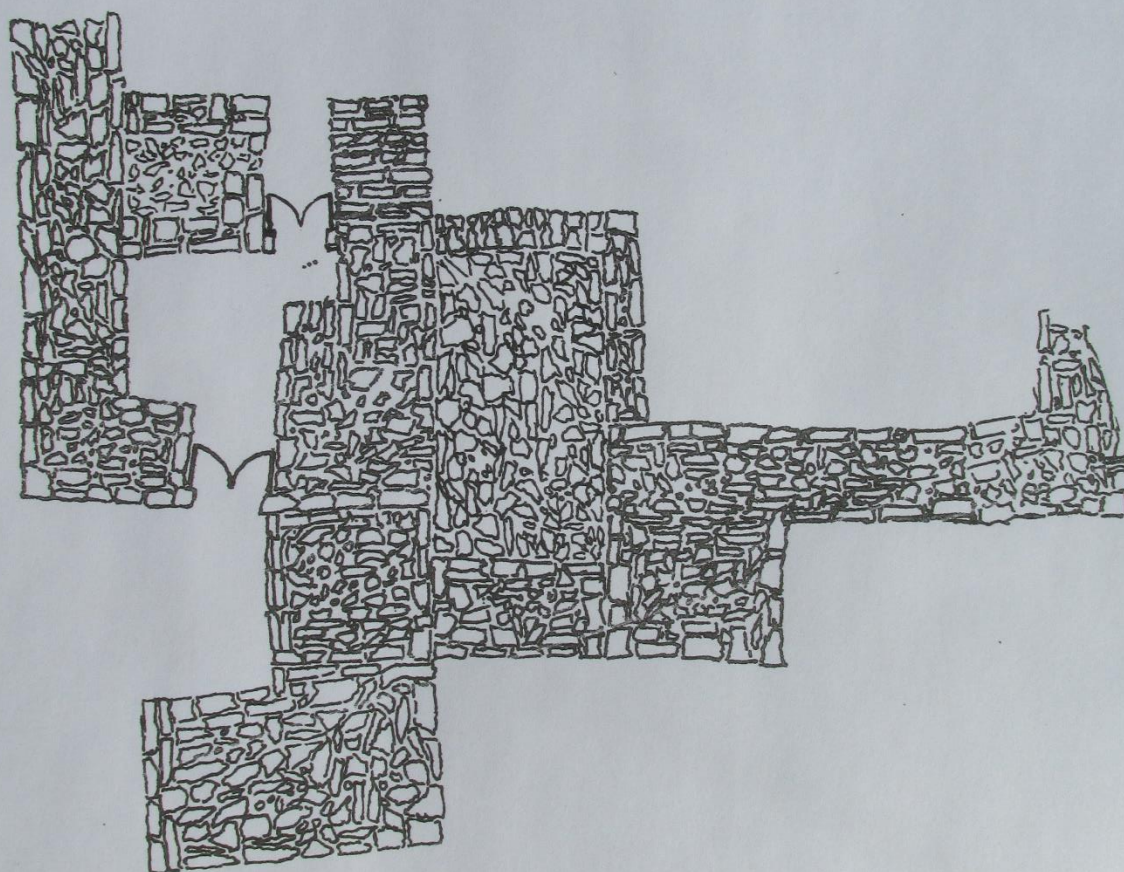


2.3 – Estrutura da porta do *alcácer* na terceira fase de ocupação. Primeira metade do século XI.



Plantas nº 2

Evolução da entrada do *alcácer* do Castelo Velho de Alcoutim (cont. 2)

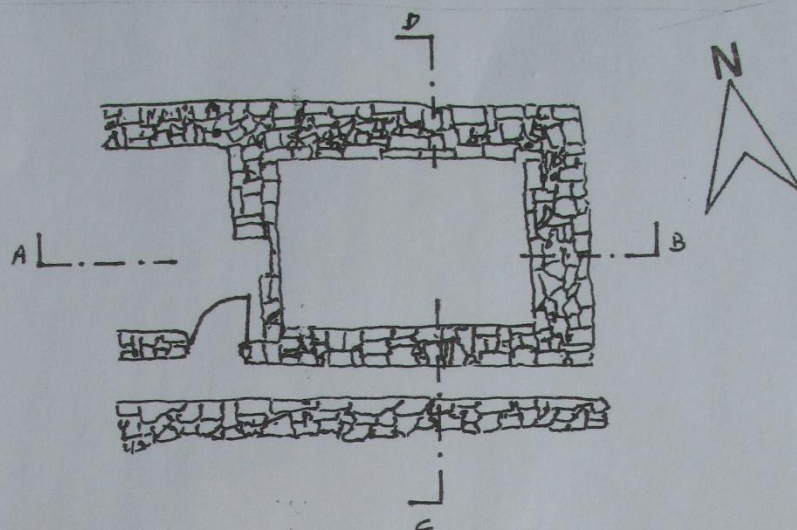


2.4 - Estrutura da porta do *alcácer* na terceira fase de ocupação. Evolução durante o século XI.

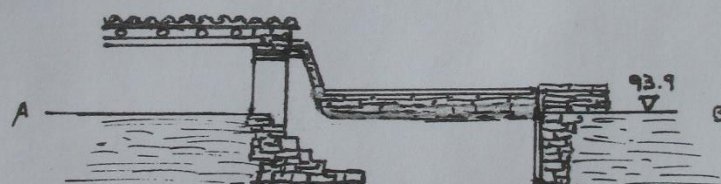


Plantas nº 3

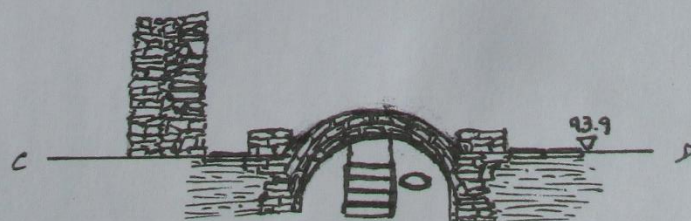
Planta e alçados em corte do Algibe do Castelo Velho de Alcoutim



3.1 – Planta do algibe do Castelo Velho de Alcoutim.



3.2 – Corte A-B. Projecção possível do algibe do Castelo Velho de Alcoutim.



3.3 – Corte C-D. Projecção possível do algibe do Castelo Velho de Alcoutim.

